



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

**DAIANNA BRASÍLIO DE ARAÚJO POMPEU**

**NARRATIVAS ORAIS E DISCURSO FANTÁSTICO -  
VERSÕES E SENTIDOS NOS CASOS DE BAEPENDI,  
SUL DE MINAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Análise de Discurso.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Maria Onice Payer

**Pouso Alegre - MG  
2018**

**DAIANNA BRASÍLIO DE ARAÚJO POMPEU**

**NARRATIVAS ORAIS E DISCURSO FANTÁSTICO -  
VERSÕES E SENTIDOS NOS CASOS DE BAEPENDI,  
SUL DE MINAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Análise de Discurso.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Maria Onice Payer

**Pouso Alegre - MG  
2018**

Pompeu, Daianna Brasília de Araújo.

Narrativas Oraís e Discurso Fantástico - Versões e Sentidos nos Casos de Baependi, Sul de Minas / Daianna Brasília de Araújo Pompeu.

Pouso Alegre, Univás: 2018. 185f.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Maria Onice Payer

CDD: 410.1

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Sapucaí, Univás, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem.

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

Certificamos que a tese intitulada “NARRATIVAS ORAIS E DISCURSO FANTÁSTICO - VERSÕES E SENTIDOS NOS CASOS DE BAEPENDI, SUL DE MINAS” foi defendida, em 30 de novembro de 2018, por DAIANNA BRÁSÍLIO DE ARAÚJO POMPEU NEVES, aluna regularmente matriculada no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº98010306, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Maria Onice Payer  
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS  
Orientadora



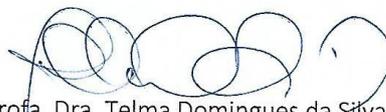
Profa. Dra. Mariana Gravina Prates Junqueira  
Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS  
Examinadora



Prof. Dr. Paulo César de Oliveira  
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL  
Examinador



Profa. Dra. Joelma Pereira de Faria Nogueira  
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS  
Examinadora



Profa. Dra. Telma Domingues da Silva  
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS  
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPPES

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – Fátima I – Pouso Alegre/MG – CEP: 37554-210 – Fones: (35) 3449-9231 e 3449-9248

“Há coisas que ainda não são verdadeiras,  
que talvez não tenham o direito de ser verdadeiras,  
mas que o poderão ser amanhã.”

*Jung*

*A Hugo Pompeu, meu pai.*

## **AGRADECIMENTOS**

A todos aqueles que fazem parte desta narrativa...

... minha família, dando-me apoio em todos os momentos;

... meus companheiros do grupo de viagens, acompanhando-me nos devaneios;

... Irmã Clarice, suporte prático e espiritual;

... colegas de doutorado, pelo companheirismo constante;

... amigos de trabalho, sempre animados com minhas conquistas;

... professoras Onice, Telma e Joelma, pelas trocas enriquecedoras e conhecimentos sempre compartilhados.

## RESUMO

POMPEU, D. B. A. **Narrativas Orais e Discurso Fantástico – Versões e Sentidos nos Casos de Baependi, Sul de Minas**. 2018. 185f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre – MG.

A presente pesquisa procura demonstrar, a partir da Análise de Discurso de origem francesa, como se constituem, se formulam e circulam os sentidos materializados através da memória discursiva nas narrativas orais da cidade de Baependi/MG, em que é possível perceber ecos da colonização. Também importa compreender as relações do interdiscurso e da memória constitutiva dessas práticas, que a nosso ver, constituem-se como discurso fantástico com forte presença do exagero e do absurdo, mesmo em narrativas factíveis. A partir dos casos selecionados, oriundos de uma publicação artesanal da cidade, bem como do discurso oral, separamos quatro blocos de sentidos que são atravessados por formações discursivas várias, possibilitando a identificação de recorrências da memória das narrativas tradicionais em que o narrador/contador deixa-se entrever nas relações parafrásticas e polissêmicas, propiciando também reflexões sobre como se constitui o sujeito baependiano nessa historicidade. Até que ponto um “causo” de uma pequena cidadezinha pode ser atravessado por formações discursivas onde se torna perceptível a memória de contos tradicionais? Pode um simples caso popular, através de seus narradores e ouvintes, tornar-se através dos séculos um conto legitimado pela escrita? Em outras palavras, é possível que a produção, formulação e circulação de uma materialidade discursiva tão complexa como a que constitui os casos possa transformá-los em outra forma de materialidade, ou seja, em contos maravilhosos tais como os que conhecemos hoje em dia? São de reflexões nesse sentido que tal pesquisa se constitui.

**Palavras-chave:** Casos populares; Narrativas fantásticas; Análise de discurso; Oralidade; Baependi.

## **ABSTRACT**

**POMPEU, D. B. A. Oral Narratives and Fantastic Discourse - Versions and Senses in the Cases of Baependi, South of Minas Gerais.** 2018. 185f. Thesis (Doctorate). Postgraduate Program in Language Science, Vale do Sapucaí University. Pouso Alegre - MG.

The present research seeks to demonstrate, from the Discourse Analysis of French origin, how the senses materialized and circulated through discursive memory are formulated and circulated in the oral narratives of the city of Baependi / MG, where it is possible to perceive echoes of the colonization. It is also important to understand the interdiscourse relations and the constitutive memory of these practices, which in our view constitute themselves as fantastic discourse with a strong presence of exaggeration and absurdity, even in feasible narratives. From the selected cases, from a handcrafted publication of the city, as well as from the oral discourse, we separated four blocks of meanings that are crossed by several discursive formations, allowing the identification of recurrences of the memory of the traditional narratives in which the narrator/storyteller in the paraphrastic and polysemic relations, also providing reflections on how the Baependian subject is constituted in this historicity. To what extent can a "small town" be traversed by discursive formations where the memory of traditional tales becomes perceptible? Can a simple popular case, through its narrators and listeners, become through the centuries a tale legitimized by writing? In other words, is it possible that the production, formulation, and circulation of a discursive materiality as complex as that of the cases can turn them into another form of materiality, that is, in wonderful tales such as we know them today? They are reflections in this sense that such research is constituted.

**Keywords:** Popular cases; Fantastic narratives; Discourse analysis; Orality; Baependi.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>Cap. 1 - A Análise de Discurso .....</b>	<b>21</b>
1.1. Michel Pêcheux.....	22
1.2. A língua e a linguagem .....	25
1.3. Ideologia e sujeito .....	27
1.4. Condições de produção: circunstâncias da enunciação e interdiscurso .....	30
1.5. Historicidade .....	32
1.6. Produção, formulação e circulação do discurso.....	33
1.7. Imaginário, formação imaginária e formação discursiva.....	35
1.8. Memória institucionalizada (arquivo) e memória constitutiva.....	38
1.9. As ilusões e os esquecimentos na linguagem .....	42
1.10. O silêncio .....	42
1.11. O sentido .....	43
<b>Cap. 2 - A legitimação do texto escrito e a permanência das versões na oralidade.....</b>	<b>45</b>
<b>Cap. 3 - Narração e Narrativa. “Causo” e Caso .....</b>	<b>52</b>
3.1. O boato e o caso, variação e versão .....	57
3.2. Função autor e a variação nos casos populares.....	61
3.3. Algumas narrativas orais de autoria indeterminada.....	67
<b>Cap. 4 - Condições de produção, formulação e circulação do discurso nas narrativas de Baependi .....</b>	<b>74</b>
4.1. A cidade de Baependi .....	75
4.2. Memória e Imaginário. Casos de Baependi em perspectiva discursiva.....	87
4.2.1 O discurso feminino .....	97
4.2.2 Sentidos do discurso religioso.....	104
4.2.3. O discurso do mineiro esperto.....	108
4.2.4. O discurso fantástico .....	119
<b>Cap. 5 - Entre fatos e versões fantásticas, os discursos - O caso do crime dos Três Pinheiros .....</b>	<b>122</b>
5.1. Síntese dos fatos de arquivo do “O Crime dos Três Pinheiros” .....	127
5.2. Versões e Análises / Fragmentos da memória de arquivo .....	127
5.3. Fragmentos da memória oral em versões do crime .....	135

5.4. Resumo final a partir dos elementos coletados em arquivo referente ao “Crime dos Três Pinheiros” .....	143
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>163</b>
Anexo 1 – Capa da Revista A Noite Ilustrada – 21/09/48.....	162
Anexo 2 – Corpo da reportagem – 21/09/48 .....	162
Anexo 3 – Capa da Revista A Noite Ilustrada e reportagem – 13/09/48.....	170
Anexo 4 – Parte do laudo do Manicômio Judiciário de Barbacena solicitado pela comarca de Baependi .....	176
Anexo 5 – Síntese do caso de abdução ocorrido em 1979 na zona rural de Baependi....	178
Anexo 6 – Poema escrito por Lúcia M. B. Araújo em homenagem aos baependianos.....	181

## APRESENTAÇÃO

“Somos uma teia de acasos e contingências, incontrolável no princípio e no fim, e no entanto temos de prestar contas pelo que não sabemos de onde veio e para onde vai”.  
(Jurandir Freire *apud* Orlandi, 1996, p. 93)

A presente pesquisa originou-se de inquietações advindas do mestrado<sup>1</sup> que, com o passar do tempo, foram ganhando consistência. Como professora de Literatura e cidadã pertencente a uma comunidade, a nosso ver, bastante peculiar, é possível conviver diariamente com discursos materializados em narrativas populares orais que trazem em sua memória discursiva sentidos vários ativando a curiosidade sobre seu funcionamento em sociedade e seu papel em relação ao que seria da ordem do literário na cidade. Desta forma, na medida em que aprofundávamos os estudos em AD (Análise de Discurso), passamos a entrever nessas narrativas – os conhecidos “causos” populares – memórias discursivas inscritas ora em narrativas advindas do processo de colonização, com deslocamentos e silenciamentos que trazem em seu bojo muito da formação discursiva de seus antigos narradores, ora uma tentativa de manter coesa a memória social, ou seja, um senso de identidade da população que ainda está vivo e em reprodução. Estamos falando dos casos populares de Baependi, uma cidade localizada no Sul de Minas Gerais, com cerca de 20 mil habitantes e encravada nas montanhas da Serra da Mantiqueira.

Como a AD não é uma ciência exata, mas sim uma ciência da interpretação (ORLANDI, 2012), procuramos fazer luz sobre alguns casos populares dessa cidade onde, em nosso entendimento, os sentidos são gestados e repetidos a partir da memória discursiva neles presente, em que seus narradores inscritos em diferentes formações discursivas deslizam no processo de produção, formulação e circulação de sentidos através dessas narrativas. Os sentidos não são fechados, e com esta autora, acreditamos que, a cada nova versão, novos gestos de interpretação vão surgindo tanto por seu narrador/contador, quando por seus ouvintes.

A AD tem como método de trabalho a análise discursiva de um conjunto de materiais de linguagem, sejam escritos, orais ou não verbais (imagens), efetivamente ocorridos, por conceber a linguagem pelo modo como ela se dá, como funciona na sociedade. Desse modo, a

---

<sup>1</sup> NEVES, Daianna Brasília de Araújo Pompeu. *Dos Mitos aos Contos de Fadas: Influências no Folclore Oral de Baependi*. 2004. 134 p. (Dissertação – Mestrado em Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações – MG.

investigação se detém sobre certo *corpus* de discursos, que pode ser de arquivo (já organizado socialmente) e experimental (produzido pelo pesquisador) (COURTINE, 1982).

Como *corpus* de análise para esta pesquisa foi selecionada uma parte de materiais de arquivo (coletânea de casos, fragmentos do processo judicial e uma parte de materiais experimentais - gravações e entrevistas). Foram retirados também 20 casos do livro “Baependi e seus casos”, obra editada artesanalmente por Paulo César Pereira Guimarães, popularmente conhecido como Sapoia, no início dos anos 2000. A publicação possui mais de uma centena de narrativas de domínio ou conhecimento público, mas na intenção de delimitar o material de pesquisa, optamos por trabalhar com aquelas que, divididas em quatro grupos, a nosso ver, apresentam regularidades temáticas e estruturais. Selecionamos também um último caso que não consta na coletânea de Guimarães (2000) e faz parte do discurso oral, sendo muito conhecido e narrado em Baependi - surgido a partir de um crime ocorrido em 1948. Esse fato, conhecido na cidade como “O Crime da Fazenda Três Pinheiros”, vem suscitando versões que consideramos interessantes do ponto de vista discursivo, em que o fantástico mistura-se com o factível gerando discursos em que estas ordens diferentes se mesclam, resultando no imponderável, algo que é de interesse sobre as narrativas. Para análise tomamos também materiais de linguagem de arquivo: peças do processo judicial do crime, no Fórum da cidade de Baependi e textos arquivados de mídia da época.

Metodologicamente, inserimos no *corpus* a análise deste último caso justamente por apresentar fatos registrados em arquivo e não resultantes das narrativas orais produzidas como as demais. Teoricamente, essa heterogeneidade de materiais narrativos permite relacionar os casos que circulam na prática de contar histórias ao “caso real” que se conta, que foi objeto de processo e interpretação jurídicos. Compreendemos que uma das diferenças entre este caso e os anteriores consiste justamente na formação da memória de arquivo, que registra fatos e passa a existir materialmente na ordem do jurídico, formada pelo discurso jurídico e jornalístico, nos quais buscamos certas referências, enquanto que os de Guimarães (2000) têm um registro outro, na ordem do literário, ou seja, através de um livro que, mesmo se publicado artesanalmente, faz parte de outra memória (nem sempre registrada em arquivo) que compreendemos como narrativas orais de literatura popular.

Assim, procuramos trazer para esta pesquisa narrativas e fragmentos representativos da memória oral de Baependi como objeto de análise, objetivando desvendar fragmentos das diversas formações discursivas que os atravessam, bem como a memória social que remonta à época colonial. Desta forma, acreditamos ser possível entrever pontos de intercessão entre as narrativas tradicionais e os casos de Baependi, o que para nós torna-se relevante não só na

preservação e manutenção da memória e da identidade do município e de seus habitantes, mas também como ponto de reflexão a respeito do que comumente se entende como literatura oral e literatura fantástica.

Metodologicamente, os casos selecionados como parte do *corpus* e retirados do livro “Baependi e seus causos” (GUIMARÃES, 2000) foram organizados por blocos temáticos, por regularidades onde pudemos observar formações de condutas (sentidos para os sujeitos) através de determinadas discursividades que se mantém circulando entre eles, com uma mensagem central que permanece ao longo das dispersões, no processo de constituir sujeitos culturalmente para a tentativa de manutenção ou fixação da identidade do que é ser baependiano.

No último caso analisado – “O Crime da Fazenda Três Pinheiros” - recorreremos à memória oral de alguns habitantes da cidade, aposentados com mais de 60 anos, dentre eles a senhora I. da C. Silva (71 anos), M. Mângia (74 anos), S. T. B. Araújo (75 anos), N. Rocha (69 anos) e M. J. R. A. Salomé (63 anos), sendo que com esta realizamos uma gravação em áudio nesta pesquisa transcrita, dentre outros que conosco colaboraram sob o modo da conversa informal, já que a própria informalidade faz parte do ritual da memória oral.

Durante a pesquisa, como parte do procedimento analítico referente ao crime da Fazenda Três Pinheiros, tivemos acesso aos autos do processo judicial nº 2542/49, instalado na Comarca de Baependi/MG, que culminou em um júri popular, marcando-se na memória da cidade, bem como duas reportagens publicadas na Revista A Noite Ilustrada, publicação de âmbito nacional bastante conhecida na época por ter publicado detalhes da captura e morte de Lampião.

Mesmo quando o crime ocorreu, os boatos já ilustravam ou fantasiavam o acontecido. Podemos pensar que o elemento fantástico não é uma característica da atualidade, apenas se mantendo, se reinventando e se reconfigurando com o passar das décadas. São movimentos discursivos complexos em torno da narrativa, perpassados de diferentes interpretações e que promovem tanto a repetição quanto o apagamento do fato histórico através da memória coletiva da cidade – uma memória que poderíamos chamar de arquivo (os autos do processo e as reportagens).

No campo do discurso, a memória se define na relação com o dizer, pois, para que as palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido, o que pressupõe o interdiscurso, onde fala uma voz anônima (COURTINE, 1980). A contação de casos ou narração, também nas palavras de Benjamim (1987), está diretamente relacionada à memória, pois formaria um movimento de ir e vir, um movimento de reconfiguração no qual os sentidos deslizam num

curso incessante de reconfiguração dos fatos. Dimensão da memória histórica e seu papel na constituição do sujeito que neste caso entendemos como um narrador tal como pensado por Benjamim (1987), aquele que conta e reconta as diferentes versões do mesmo fato, atravessado por diferentes interpretações e, acrescentamos, por diferentes formações discursivas.

Consideramos esses casos como discursos materializados em forma de narrativas orais, que, mesmo transcritos, ainda circulam na oralidade em diferentes práticas sociais na comunidade em questão, desempenhando um papel fundamental na constituição do sujeito e, por conseguinte, na identidade da comunidade baependiana, fazendo eco com a pesquisa desenvolvida por Orlandi (2016) e relatada em *Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória*<sup>2</sup>. Os casos baependianos, inclusive o do “Crime dos Três Pinheiros”, serão analisados pensando-se no funcionamento da memória discursiva a partir de Pêcheux (1969, 1975, 1999), como saber discursivo e como o permite “a regularização dos sentidos”, em uma tentativa de entender o processo de constituição, formulação e circulação dos sentidos, afirmando-se a sua opacidade apesar da evidência de transparência da linguagem.

Pensamos que os casos populares não são apenas narrativas gestadas aleatoriamente numa comunidade qualquer, mas sim o reflexo de uma combinação de fatores, como a historicidade e a memória social, que se materializam sob a forma de casos e suas versões, no âmbito da memória discursiva. Para Orlandi (2012, p. 20), “na AD, nunca se diz a mesma coisa, em cada acontecimento da palavra, em cada formulação”. Nossas análises vêm corroborar esta observação da autora, no que diz respeito às versões. Ou seja, a AD justifica a beleza que é suscitada a cada vez que um caso é recontado e, a ele, são acrescentados novos elementos, pois “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido, para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1991, *apud* ORLANDI, 1996, p. 81).

Ainda segundo Pêcheux (1990), o domínio constitutivo do discurso é considerado em regiões não linguísticas onde atuam as formações ideológicas que, por sua vez, determinam a formação discursiva que têm, na base linguística, a materialização desses aspectos ideológicos. Pensamos ser uma relação muito estreita entre sujeito/linguagem/sociedade, visto que, nas palavras de Payer (2005, p. 11) “compreender o modo como a linguagem funciona

---

<sup>2</sup> Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) Instituição, Relatos e Lendas: Narratividade e Individuação dos Sujeitos. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. ISSN 1413-2109. <http://www.cienciasdalinguagem.net/> Acesso em 24 de julho de 2017.

leva a compreender muito do que se passa com o sujeito e com a sociedade”. Perguntamos: quem é esse sujeito que narra os casos de Baependi? A nosso ver, esse sujeito é um narrador, embora acreditemos que ele também seja um contador e autor, não autor no sentido foucaultiano do termo, de ser origem do que diz, tampouco aquele que se responsabiliza socialmente por um texto escrito, como ressalta Orlandi (2001), mas sim um “autor de narrativa oral” (TFOUNI, 1998, 2005) que, naquele momento em que narra um caso que faz parte da e se inscreve na memória da comunidade, e que se vê no papel de poder acrescentar ou retirar elementos a seu bel prazer, mas que não se assume como “dono” da narrativa, nem mesmo como criador dela. Nesse momento em que enuncia ele adquire o status de *narrador de casos populares*, e é essa terminologia que optamos por utilizar nessa pesquisa. A memória discursiva que se materializa na língua joga tanto com a presença de marcas linguísticas comuns a todos os casos quanto com a ausência dessas marcas (esquecimentos e silenciamentos) e de outros elementos por parte de seus narradores.

Ainda consideramos nos casos o funcionamento da regularização dos sentidos no discurso. Como pontua Orlandi, “(...) se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas” (Idem, 2002). Desta forma, analisando os casos orais de Baependi, é possível perceber a historicidade em cada um deles, mas também é possível perceber fortemente a ideologia se materializando nos seus ditos e já-ditos, pois todo dizer, seja ele oral ou escrito, é ideologicamente marcado, uma vez que é na língua que a ideologia encontra espaço para sua materialização – “nas palavras dos sujeitos” (Idem, 2002). Orlandi ainda complementa que “a ideologia na AD (...) é uma necessidade teórica para compreender a historicidade, o real da história, a constituição dos sujeitos e dos sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 16), na medida em que é por ela que os sentidos se direcionam para uma interpretação e não outra.

Acreditamos que elementos das narrativas fantásticas (ou narrativas maravilhosas) deixam-se entrever nos casos baependianos sob a forma de traços de memória discursiva que se materializam em regularidades, sejam nos elementos fantásticos, tais como os objetos mágicos, as características e atitudes das personagens, ou mesmo o discurso religioso que permeia várias dessas narrativas.

Podemos também pensar nessa necessidade de se manter sentidos do passado, do ponto de vista histórico, que mesmo com o progresso e a tecnologia que, paulatinamente chegam ao interior, ainda permite que uma tradição oral se mantenha no trabalho de suas transformações. As tradições dos moradores da zona rural ainda se entreveem nos casos, mesmo que sejam

contados no ambiente urbano e que tenham perdido muito de sua linguagem típica, tanto no discurso oral quanto escrito. Como observa Orlandi, “nossa memória se constitui pelo esquecimento mas não desaparece, ao contrário, o esquecimento aí é estruturante, produz seus efeitos e significa em nosso presente. Não é imóvel, não é determinística, mas é constitutiva”, na medida em que se constitui nas versões (ORLANDI, 2012, p. 18), que são recriadas nos casos em questão pelas novas gerações de narradores. “Sentidos em fuga”, diz a autora (idem, 2012), e que dão margem a tornarem-se muitas outras versões e dão a beleza a esse tipo de discurso.

Vemos soar nesse processo de acrescentar ou retirar elementos de um caso durante uma narração – quando acontecem as variações – as palavras de Orlandi (2012), a respeito do silêncio, como “aquilo que não pode / não deve ser dito – faz sentidos deslizarem já que, quanto mais silêncio, mais sentidos a se dizer”.

Tendo como referencial teórico-analítico a Análise de Discurso (AD), apresentamos no capítulo 1 seus principais conceitos para, em seguida, situarmos as análises feitas nesse campo e efetuarmos outras, tomando como material de base os casos de Baependi. Buscamos principalmente em Michel Pêcheux, na França, e Eni P. Orlandi, no Brasil, a base do nosso referencial teórico, sendo em relação à autora tanto suas obras sobre Análise de Discurso quanto suas pesquisas sobre contos e lendas no Sul de Minas.

No capítulo 2, a partir dos trabalhos de Gallo (1992), Auroux (1992) e Orlandi (1990, 2001), procuramos abordar o percurso das narrativas orais – aqui, discurso oral - e sua sobrevivência em face do discurso escrito, nas tentativas que há em gestos como o das coletâneas, por exemplo, daquilo que Gallo (idem) denomina como “legitimação do discurso oral.” Vimos que muitas narrativas orais conseguiram passar por esse processo de legitimação<sup>3</sup>, e mesmo várias delas tendo sido transcritas, o gênero ainda subsiste e mantém características específicas do oral, apesar da modernização e do predomínio da escrita. Procuramos ainda neste capítulo desconstruir a ideia do caso popular como folclore, procurando compreendê-lo como forma de literatura.

Ampliando nossa pesquisa, no capítulo 3 percorremos as pesquisas de Eni Orlandi sobre as narrativas e causos no Sul de Minas. Especificamos as terminologias comumente utilizadas nos meios acadêmicos acerca do objeto e procuramos apresentar quais se ajustam, a nosso

---

<sup>3</sup> Foi assim que se perderam muitos dos contos femininos que continham instruções sobre o sexo, o amor, o dinheiro, o casamento, o parto, a morte e a transformação. [...] No transcorrer dos séculos, várias conquistas de nações por outras nações e conversões religiosas, tanto pacíficas quanto impostas pela força, encobriram ou alteraram a essência original das antigas histórias (ESTES, 1997, p. 31-32).

ver, para a presente pesquisa. Sendo assim, a partir dos trabalhos de Bosi (1996), Coutinho (1978) e Orlandi (2004, 2016), abordamos as diferenças entre as noções de narração e narrativa, e entre caso e “causo”, optando-se por utilizar para esse trabalho o termo “narração” como correspondente de narrativa, considerando o caso uma subdivisão das narrativas populares do discurso oral.

No capítulo 4, os fragmentos escolhidos da obra “Baependi e seus causos”, de Guimarães (2000), foram analisados segundo a perspectiva teórica da AD apresentada no primeiro capítulo. Buscamos elementos em Payer (2008, p. 34), em sua apresentação sobre a noção de memória discursiva, quando percebemos soando nos casos em análise paráfrases de outras narrativas que são de ampla circulação. Segundo a pesquisadora, “no funcionamento da memória discursiva, a ligação de uma formulação a outra pode não ser deliberada, de modo que as formulações se ligam a outras mesmo quando (ou mesmo porque) se quer apagá-las (...)”. Desta foram, as condições de produção sócio-históricas e ideológicas das narrativas do sujeito baependiano, presentes na materialidade dos casos, nos levaram a identificar regularidades cujos sentidos deslizam, seja para a memória de grupos sociais em relação e em conflitos na colonização, seja para o processo de produção e manutenção de identificações no sujeito de linguagem local – o que é/como é ser baependiano? Quais valores (referências discursivas) devem ser ou são mantidos através desses casos? Ou quais devem ser silenciados através de outras formas de significar em outras textualidades – suas derivas, deslizamentos? Na materialidade discursiva de cada caso analisado estão inscritos sentidos diversos, a marca da presença da memória e da historicidade de Baependi – algo que se pode indicar como um “trabalho da memória” (PAYER, 2005) no modo como os sujeitos estão se individuando nessas narrativas (ORLANDI, 2016). Procuramos também compreender as mudanças de sentido que ocorrem no que é narrado por efeito do interdiscurso – o já dito, um saber anônimo (COURTINE, 1999) - e das mudanças na rede de filiação dos sentidos a ler/ouvir nas narrativas, quando se pode detectar o fato que deu origem ao caso, como no Caso do Crime dos Três Pinheiros.

Enfim, cabe dizer, como uma questão nuclear da nossa hipótese, que tal repetição nos faz indagar sobre a possibilidade de casos populares terem se transformado no que hoje conhecemos em Literatura como contos maravilhosos e sobre possibilidades de futuramente, pequenos casos como os que agora analisamos se espalhar e transformar nesses contos, com ampla circulação e mesmo com legitimação, principalmente dada a sua facilidade em veicular o que indicaremos como um “discurso fantástico” que é tão bem aceito pelos ouvintes.

No capítulo que fecha a pesquisa, o capítulo 5, analisamos algumas versões surgidas a partir de um fato ocorrido em Baependi em março de 1948 – um crime com três vítimas, sendo um adulto e duas crianças de 3 e 6 anos de idade. O “Crime da Fazenda Três Pinheiros” é passível de comprovação. A escolha por analisar algumas versões orais desse fato, bem como fragmentos do discurso escrito produzidos na época, deu-se devido à observação da presença do elemento fantástico como justificativa para o ocorrido, além dos detalhes violentos que são comuns à cada nova versão. Contrastando as versões orais com o discurso escrito, procuramos levantar questionamentos sobre o confronto entre elementos do real e do fantástico em sua relação com o discursivo no campo da narrativa, onde o narrador encontra no factual um mote perfeito para o desenvolvimento de seus dons enquanto narrador/contador de casos.

Como elaboração provisória das considerações finais da pesquisa, relacionamos elementos que compõem o discurso fantástico, como o sobrenatural, o exagero e o absurdo, entre outros, a elementos do real que não são aceitos ou compreendidos pela comunidade, tanto não por entendê-lo do ponto de vista racional, quanto por não aceitá-lo, no sentido de não identificar-se com ele, enquanto comunidade de discurso, como ideologia, em que subjaz a imagem de cidade pequena.

O papel da memória neste caso que leva às repetições, às repetidas “recontações”, é importantíssimo, pois ela se desterritorializa, dando lugar a uma série de apagamentos. São gestos de interpretação (ORLANDI, 1996) que, enquanto constituição da memória não institucionalizada, se re-inventa e re-significa o passado silenciando certos discursos que definiram a princípio o desfecho dos fatos e as decisões judiciais, no caso do crime, em favor do coletivo, do discurso social.

Nos Anexos acrescentamos algumas páginas mais significativas do processo referente ao capítulo 5, bem como fragmentos das duas reportagens publicadas na época, uma de 1948 e outra de 1949, que utilizamos como fonte de pesquisa. Acrescentamos também, a título de reafirmar a recorrência da narrativa fantástica na comunidade, uma síntese de outro fato ocorrido em Baependi na década de 1970 que consideramos constitutivo da memória do município. Ele versa sobre a suposta abdução de um morador da zona rural e, finalizando, alguns versos de poesia popular feitos com a utilização dos apelidos dos habitantes da cidade, o que acreditamos ser bastante peculiar no que se refere à construção da memória da cidade, uma vez que vários dos casos analisados no capítulo 4 têm personagens que são conhecidos por seus apelidos e até constam no poema.

Essas reflexões têm por objetivo analisar, em uma perspectiva discursiva, as relações que se estabelecem entre as narrativas orais da cidade de Baependi, no sul de Minas Gerais, e os efeitos de sentidos que as fazem ser alteradas quando recontadas num espaço geográfico restrito ou específico, mas que ainda assim deixam ecoar traços da memória da colonização, nas relações e conflitos da população através das regularidades, e que também tornam possível perceber o silenciamento e o deslocamento de elementos da interpretação dos fatos em favor de outros, o que segundo nossa compreensão faz funcionarem as identificações em torno do que é ser baependiano “realmente”.

## Capítulo 1

### A Análise de Discurso

*"Diga você me conhece / Eu já fui boiadeiro  
Conheço essas trilhas / Quilômetro, milhas  
Que vem e que vão / Pelo alto sertão  
Que agora se chama / Não mais de sertão  
Mas de terra vendida / Civilização (...)"*  
Almir Sater

Dentre as inúmeras formas de estudo da linguagem em funcionamento, ou seja, em suas várias manifestações no dia a dia, a AD (Análise de Discurso) nos propicia algo que se diferencia da Linguística enquanto estudo da língua como sistema de signos ou da Gramática enquanto conjunto de normas.

A AD trata da linguagem em movimento – o discurso -, criando sentidos, pois o vocábulo discurso tem origem latina e significa justamente “pôr em movimento”. “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2002, p. 15). Daí a reflexão proposta nesta pesquisa a partir da análise discursiva dos casos populares do sul de Minas, em particular da cidade de Baependi, segundo a perspectiva da AD, pois eles constituem-se em uma parte do que há de vivo no que se refere à memória oral de uma comunidade – seus medos, anseios, expectativas, preconceitos, tradições - situações estas que podem ser analisadas a partir de noções como formação discursiva, produção, formulação e circulação dos sentidos, memória discursiva/interdiscurso, silêncio, deslocamentos de sentido, deslizamentos, dentre outras que vamos expor neste capítulo. Tais noções são necessárias para embasar nossas análises, embora muitas vezes tais noções tornar-se-ão escorregadias como os próprios sentidos aos casos atribuídos e à “incompletude da linguagem” (ORLANDI, 1988).

A AD nos dá instrumentos para “conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se (...)”, pois vê a “linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2002, p. 15), portanto, em relação ao trabalho com os casos populares, um campo no qual é mais passível de se procurar compreender os diversos sentidos se constituindo e funcionando, e o sujeito sul mineiro/baependiano significando-se e gerando sentidos através das variações de um “mesmo caso”, que se perpetuam e se transformam na memória oral dessa comunidade, onde se enlaçam a linguagem e a ideologia.

A AD parte do pressuposto de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a deste, por sua vez, é a língua – sempre estudando a relação língua, discurso e ideologia (ORLANDI, 2002). E M. Pêcheux fundamenta que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, sendo a língua um lugar material de sua manifestação, e é assim que a língua faz sentido. Em outras palavras, podemos dizer que a ideologia encontra também nos casos populares uma forma de se materializar e, desta maneira – o caso popular enquanto discurso – tem na língua sua materialidade. Segundo E. Orlandi (2002), o discurso é o lugar onde podemos observar a relação entre língua e ideologia e, assim sendo, compreender como a língua produz sentidos por/para sujeitos.

As raízes dos estudos do discurso encontram-se nos formalistas russos (ORLANDI, 1986, p. 111), mas a AD de origem europeia – linha adotada nesta pesquisa – foi desenvolvida na França durante a década de 60 por Michel Pêcheux e trazida para o Brasil por Eni Puccinelli Orlandi a partir da década de 70, autores que usaremos como pilares em nossas reflexões.

### 1.1. Michel Pêcheux

O pensamento de Michel Pêcheux<sup>4</sup> é fundamental em nossa pesquisa e, em seguida, a maneira como a professora Eni Orlandi compreendeu esse pensamento e trouxe a AD para o Brasil desde na década de 70. Assim sendo, trazemos parte da história da formação deste campo de estudos e discorremos sobre noções que fundamentam as análises. Partimos de 1969, quando Pêcheux publica *L'Analyse automatique du discours (AAD)*, apresentando os dispositivos/instrumentos experimentais para uma análise automática de discurso (uma tentativa de fornecer às Ciências Sociais um instrumento científico de que elas tinham

---

<sup>4</sup> Em 1938 nasce na França Michel Pêcheux (faleceu em 1983), considerado o fundador da Análise de Discurso de origem francesa. Ele realizou seus estudos na Escola Normal Superior de Paris, onde se tornou professor de Filosofia em 1963, quando entra em contato com os estudos de G. Canguilhem, na área de epistemologia e filosofia, e L. Althusser, na área de filosofia, mas com ênfase em questões ligadas à ideologia. Em 1966 foi publicado nos *Cahier pour l'analyse*, a revista do *Cercle d'Epistemologie de l'Ecole Normale Supérieure* em Paris, um texto intitulado *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale*, assinado por Thomas Herbert e, posteriormente, 1968, também assinado pelo mesmo pseudônimo, *Remarques pour une théorie générale des idéologies*, textos estes onde já se começam a perceber inquietações teóricas a respeito do papel das Ciências Sociais entre as práticas políticas e técnicas, e os produtos ideológicos que estariam em continuidade com essas práticas, além da necessidade da existência de mecanismos que viessem a completar lacunas conceituais encontradas nessa área. Thomas Herbert era o pseudônimo de Pêcheux, que também publica em 1967 e 68, agora com seu próprio nome, dois artigos – *Bulletin du Centre d'Etudes et de Recherches Psychotechniques* e *Psychologie française* – já abordando a análise de discurso e tendo pressupostos teóricos bem diferentes dos apresentados pelos textos assinados como Thomas Herbert. (Henry, 1997)

necessidade), e os conceitos que são a base dessa “disciplina de entremeio” (ORLANDI, 2008, p. 68). Segundo Paul Henry (1997 p. 14), “Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social”. E a AD se encaixa bem nessa fissura, pois no final de década de 60 o estruturalismo estava em seu apogeu. Entretanto, para Pêcheux, essa ciência carecia de uma instrumentalização científica que incluísse a própria teoria desse mesmo instrumento.

Os estudos pêcheuxtianos iniciaram uma abordagem diferenciada das Ciências da Linguagem. A negação do sujeito falante e sua intencionalidade, que advém do estruturalismo, e a gramática gerativa transformacional (GGT) de Noam Chomsky, que dava à linguagem um valor biológico, não satisfaziam seus questionamentos. O objeto de análise deixa de ser a frase, palavra por palavra como estrutura fixa e sequência fechada em si mesma, e passa a ser o discurso, cuja definição trabalharemos nos próximos parágrafos.

Pêcheux, no contexto da França dos anos 60, diz que “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (PAUL HENRY, 1997, p. 24). Ele não separava as ciências sociais da prática política e, por conseguinte, das ideologias, pois o “discurso era o lugar preciso onde é possível intervir teoricamente (a teoria do discurso)” (idem p. 25).<sup>5</sup>

Como uma de suas principais preocupações era a ligação entre o discurso e a prática política, ligação esta que, segundo ele, passava também pela ideologia, Pêcheux introduz a concepção de sujeito como “um efeito ideológico elementar” (idem p. 30), trazendo-o para o centro da discussão: um sujeito do inconsciente, interpelado pela ideologia, descentrado e atravessado pela linguagem, mas também sujeito à língua e à história, pois é afetado por elas e assim produz sentidos.

A AD então tem como pressuposto inicial a materialização da ideologia na linguagem, tendo no discurso o local onde esta relação acontece e onde os sujeitos são afetados pela língua, pela história e pela ideologia, em uma complexa teia de constituição de sentidos. Assim sendo, o discurso é a linguagem em funcionamento, pensada em sua prática; é efeito de sentidos entre locutores, os quais representam lugares determinados na estrutura da formação

---

<sup>5</sup> Essa concepção de discurso vem de encontro à ideia estruturalista da linguagem, principalmente àquelas ideias ligadas aos conceitos linguísticos de Ferdinand Saussure, com seu Curso de Linguística Geral, que reduzia a linguagem a um simples instrumento de comunicação (Henry, 1997) que, ainda segundo Pêcheux, mascarava sua ligação com a prática política e negava o papel da exterioridade. “É justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que Pêcheux fez intervir o discurso e tentou elaborar teoricamente, conceitualmente e empiricamente uma concepção original sobre este”. (Paul Henry, 1997, p. 26)

social; é a linguagem fazendo sentido pelos mecanismos de determinação histórica presentes na língua, atribuindo valor ao simbólico, onde o sentido é sempre movente e instável (HENRY, 1997; ORLANDI, 2002).

Pelo estudo do funcionamento do discurso, o fundador da AD tem como objetivo compreender os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação, a partir do sentido, na língua. Nesse ponto a AD se choca com a Linguística, pois nesta não havia espaço para a historicidade. Já para as Ciências Sociais, a linguagem seria sempre transparente, o que a AD nega, ao mostrar como a opacidade está presente na linguagem, como os sentidos são produzidos como evidências, transparentes. Ao analisar, nesta perspectiva, as narrativas dos casos de Baependi, vamos trabalhar sobre a construção das versões, a multiplicidade de sentidos que nelas se apresenta e a presença da ideologia na interpretação, através das formações discursivas em que ela se inscreve e da determinação de sentidos por vias do trabalho de instituições que intervêm no que pode e deve ser dito naquilo que se narra sobre “os fatos”.

Pêcheux afirma que o sentido é regrado por questões de espaço e tempo, o que mais uma vez vai de encontro aos pressupostos da Linguística de Saussure, na qual o sentido era posto como evidente e o sujeito, filosoficamente um sujeito “intencional”, era dado como a origem do sentido. Pêcheux consegue produzir uma mudança no estudo da linguagem que era até então estruturalista, mas essa mudança afeta também o território das ciências humanas e sociais. A análise de discurso francesa, a partir do questionamento teórico firmado na relação com esses campos, torna-se uma área do saber que acopla três regiões de conhecimento: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, elementos esses permeados por uma “teoria não subjetiva do sujeito” de ordem psicanalítica, uma vez que na AD o sujeito é afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Nela, o sujeito se constitui na relação com o simbólico e com a história<sup>6</sup> (HENRY, 1997).

Retomando Orlandi (2002, p. 59), face a um texto a ler, “a Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica.” A pesquisadora complementa que

a análise de discurso não é um método de interpretação, não atribui nenhum sentido ao texto. O que ela faz é problematizar a relação com o texto, procurando apenas explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos que estão funcionando. Compreender, na perspectiva

<sup>6</sup> Em 1975, Pêcheux escreve “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, onde, com a colaboração de um linguista – C. Fuchs – ele se propõe a eliminar certos equívocos no quadro teórico e nas aplicações experimentais no texto de 1969, além de refletir sobre a relação entre a Linguística e a teoria do discurso.

discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação. Desse modo, podemos dizer que a análise de discurso visa a compreensão na mesma medida em que visa explicitar a história dos processos de significação, para atingir os mecanismos de sua produção (ORLANDI, 1996, p. 117).

Pêcheux foi um grande pensador do século XX, que transformou a concepção do modo como a constituição do sentido, a relação entre a linguagem, o sujeito, a história, o político e a ideologia a partir do discurso contribuíram – e ainda contribuem, em muito – para a transformação da maneira como compreendemos os sentidos dos discursos social e historicamente apresentados. E que, no caso desta pesquisa, se constituem da produção e da determinação de sentidos dos casos populares formulados a partir de episódios reais e de personagens conhecidos da comunidade e dos narradores.

## 1.2. A língua e a linguagem

Até o surgimento da Linguística, pode-se dizer que estudar uma língua era estudar textos, cujo objetivo maior era desvelar o seu sentido, compreender o que o texto queria dizer, ou seja, o que o autor pretendia comunicar. Para isso, o leitor lançava mão de recursos semânticos e sintáticos colocados em evidência para esse objetivo, ou seja, “(...) o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto” (PÊCHEUX, 1997, p. 61).

Saussure introduzira um deslocamento de paradigma conceitual quando passa a pensar a língua como um sistema, como um objeto em funcionamento com regras que tornam possível esse funcionamento. Com esse pensador, o estudo da língua deixa de ter a função de exprimir um sentido, sendo que, como objeto, seu funcionamento poderia ser facilmente descrito, e este seria então o objetivo da Linguística. Para ele, a língua e a fala seriam distintas, do seguinte modo:

a língua é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só não pode nem criá-la nem modificá-la. (...) ...é uma instituição social; (...) é um sistema de signos que exprimem ideias, e por isto comparável à escrita, (...). Ela é somente o mais importante desses sistemas (SAUSSURE, p. 33 *apud* PÊCHEUX, 1997, p.70).

Enquanto que a fala,

é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações (SAUSSURE, 2010, p.22).

Ao focalizar a língua com esta concepção, o autor acaba, segundo Pêcheux (1969), separando e deixando à parte da ciência linguística o que ele considera como “fala”. Conforme Orlandi (1996), segundo esta separação,

(...) é a língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto: a língua, como objeto de ciência, se opõe à fala, como resíduo não-científico da análise (PÊCHEUX, 1997, p. 62).

Na concepção do fundador da AD, Saussure opõe língua e fala, embora a língua, mesmo sendo um sistema virtual, só se atualize “na e pela fala” e ambas sejam interdependentes, pois segundo ele, “a língua não é senão o resíduo de inumeráveis atos de fala” (PÊCHEUX, 1997, p. 71). A fala por sua vez é um ato, uma manifestação individual da linguagem que se opõe ao caráter social da língua (PÊCHEUX, 1997).

Em suma, Saussure realiza uma ruptura conceitual, segundo Pêcheux (idem), quando separa do objeto a prática como fala, e passa a pensar a língua de maneira abstrata, como um sistema que “deixa de ser compreendido como tendo a função de exprimir sentido”, e torna-se um objeto do qual a ciência, no caso a Linguística, pode descrever seu funcionamento na medida em que, a partir da língua, se pode criar combinações e substituições reguladas, enquanto que a fala a ela se opõe, pois é algo, segundo Ullmann, *apud* Pêcheux (1997, p. 71), “individual que se opõe ao caráter social da língua”.

Na leitura de Pêcheux (1969), a Linguística saussureana compreendia a língua de um ponto de vista “utilitarista e instrumentalizável”. Entretanto, mesmo com esta crítica à oposição entre a língua e a fala, este autor partiu de vários pressupostos teóricos de Saussure, justamente, para começar a formular a AD. Assim temos neste campo consequências teóricas que foram elaboradas a partir de conceitos saussurianos, dentre eles aquele que diz que a língua é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só não pode nem criá-la nem modificá-la. A língua seria uma instituição social, a mais importante delas, pois é aquela que exprime sentidos de forma complexa, a depender de seu funcionamento.

Diferente da Linguística, a AD vê a língua como um sistema que não é estável, nem tampouco o seu funcionamento, transparente. Segundo os autores da área, a língua é um sistema constituído também pela incompletude, pois não funciona fechada em si mesma, já que sempre estará aberta à relação com a historicidade e ao equívoco (ORLANDI, 2002). Ela possui então uma autonomia “relativa”, e constitui-se como a materialidade do discurso. Assim a análise de discurso não trabalha com a dualidade língua/fala, mas com a relação língua e discurso, considerando a língua em funcionamento como condição necessária para o

desenvolvimento do “processo discursivo”, com sua unidade, sua própria ordem, e com a diferença de que não se compõe de um sistema perfeito nem de uma unidade fechada. Orlandi (2009) complementa que a falha e a incompletude da língua não são defeitos em sua materialidade, mas o lugar do sentido possível. Nesse sentido, a análise das narrativas a ser efetuada não incide sobre a estrutura da língua, mas sobre o seu funcionamento discursivo, na remissão da língua à sua exterioridade, suas condições de produção.

Já em relação à linguagem, Pêcheux (1969) recusa a concepção que a reduz a um simples instrumento a serviço da comunicação (HENRY, 1997) ou a um simples veículo de transmissão de informações, pois tal concepção seria a base de uma ideologia que “mascara a sua ligação com a prática política” (idem, p. 25). Desta forma,

Os dizeres não são como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2002, p. 30).

Podemos dizer portanto que “a Análise de Discurso se define pela sua proposta de novas maneiras de ler, colocando o dito em relação ao não dito, ao dito em outro lugar, problematizando as leituras de arquivo, expondo o olhar leitor à opacidade do texto” (ORLANDI, 2001, p. 86).

### **1.3. Ideologia e sujeito**

Como já apresentado anteriormente, uma das principais preocupações de Pêcheux era a ligação entre o discurso e a prática política, esta, conseqüentemente passando pela ideologia e o discurso entendido como constituindo uma parte importante desta prática. No contexto de formação da AD, encontramos também o trabalho de Foucault. Relendo sua obra (1997, p. 136), encontramos a compreensão de que a prática discursiva é “um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem, numa época e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Quais são as condições do exercício da função enunciativa da narração de casos? Quais são as regras e funcionamentos que em Baependi inserem o sujeito na prática

discursiva dessas narrações? Como se forma o dizível e o não dizível em relação aos fatos que demandam a interpretação? São questões que procuramos responder ao longo da pesquisa.

Nesse caminho, Pêcheux introduz a ideia de sujeito como efeito ideológico, como se disse, ou um efeito da linguagem, uma vez que a ideologia produz as evidências de sentido na linguagem, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 2002).

Pêcheux (1975), ao pensar o discurso, fala em forma-sujeito, historicamente determinada. Na relação com a linguagem, o sujeito tem a ilusão (ideológica) de que é a fonte do que diz, mas na realidade ele apenas retoma sentidos preexistentes e inscritos em formações discursivas. Como pensar isso em relação aos casos e à função-autor das narrativas que analisaremos como corpus nessa pesquisa?

Acreditamos que, como nos casos que analisamos dentro do grupo temático dos sentidos do discurso feminino, bem como no grupo que versa sobre a esperteza do mineiro, as atitudes ou gestos das personagens representadas são norteadas pelas formações discursivas que as atravessam, da mesma forma que as formações ideológicas e a memória coletiva atravessam os narradores quando recontam tais casos. No caso “Pedido de Casamento (2)”, por exemplo, as noivas são trocadas, como ocorre no discurso bíblico em circulação, e certas expressões que remontam ao Brasil colonial ainda são utilizadas, indicando a memória discursiva presente na língua. Ou seja, mesmo se o sujeito tem a ilusão de que é a fonte do que diz, percebemos a memória da colonização e as formações discursivas que ecoam nessas narrativas.

Como Pêcheux teve em Althusser um de seus teóricos de base, ele re-significou a noção de ideologia, tal como trabalhada por esse pensador, a partir da inserção do elemento “linguagem”. Desta forma, a ideologia torna-se condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Ele formulou que o discurso é o lugar onde se pode observar a relação entre ideologia e língua, compreendendo-se como esta produz sentidos por/para sujeitos. A materialidade específica da ideologia é o discurso, segundo o autor, e a materialidade específica do discurso é a língua. Desta forma Pêcheux trabalha a relação entre língua-discurso-ideologia. Assim sendo, ele afirma que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Essa interpelação traz consigo a aparente unidade do sujeito e a transparência do

sentido, que funcionam como evidências (produzidas pela ideologia).<sup>7</sup> Para não ser tomado pela aparente transparência do sentido, ou melhor, para uma compreensão crítica, é necessário que se leve em conta dois fatores – o processo de constituição do sujeito e a materialidade do sentido (ORLANDI, 2002).

A partir do pensamento de Eni Orlandi (2008), a ideologia é considerada também em relação ao poder, pois é no discurso que se configura a sua relação com a língua, gerando sentidos vários. Um dos efeitos ideológicos elementares constitutivos do discurso é o de unicidade do sujeito e da linguagem, quando aquele se julga a origem do que diz e, o que diz, como verdade absoluta. Desta forma, a ideologia direciona os sentidos que são ditos – há um direcionamento na interpretação – “uma injunção interpretativa.” Ou ainda, na retomada de Pêcheux (1988) “é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito da evidência, porque se assenta sobre o mesmo, o já-lá”. Esse direcionamento na interpretação dentro da perspectiva discursiva nos mostra “o homem condenado a significar” (ORLANDI, 2008, p. 43). No funcionamento discursivo das instituições, elas se pronunciam sobre os fatos que demandam interpretação, e fazem certas filtragens sobre os sentidos a serem tomados como “o sentido”. A mídia arquivada, a decisão do juiz, nos autos do processo, como no caso do Crime dos Três Pinheiros, (a)firmam alguns sentidos, em detrimento de outros.

Ainda sobre a ideologia, Orlandi (1996, p. 102) cita Courtine (1982) quando este diz que “o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico no sentido em que ele representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, inversamente, ele manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia”.

A interpelação ou assujeitamento do indivíduo como sujeito ideológico é a noção formulada inicialmente por Althusser, quando indica que o sujeito é levado, sem se dar conta, achando que está exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma posição. Essas relações são asseguradas pela existência de realidades complexas chamadas por este autor de “aparelhos ideológicos do Estado”. “Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1992, p.93). Para ele, também, “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do sujeito, para aceitar, portanto (livremente), sua submissão” (idem, p. 104).

A partir destes conceitos de Althusser, Pêcheux trabalha, como vínhamos dizendo, que a evidência do sentido que pensamos ter é, na realidade, um efeito ideológico que nos mascara a

---

<sup>7</sup> Sobre ideologia, Althusser complementa que ela “não existe senão por e para os sujeitos” (Henry, 1997, p. 30). E ainda “todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito” (idem, p. 30).

historicidade de sua construção. O que existe de fato é um conjunto de formações discursivas que interferem nos sentidos das palavras e, por conseguinte, no discurso – o efeito do interdiscurso (memória discursiva), na sua circulação, que passa como evidência. É um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso – daí o assujeitamento. “A ideologia, então, é o apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação, na ilusão de “dar” sentido” (ORLANDI, 1996, p. 95).

As formações discursivas, como regiões do interdiscurso, inserem-se em uma Formação Ideológica, como um elemento que intervém como uma força em confronto com outras forças na “conjuntura ideológica característica de uma formação social”. A formação ideológica comporta várias “formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX E FUCHS, 1997, p. 166).

#### **1.4. Condições de produção: circunstâncias da enunciação e interdiscurso**

Mesmo pertencendo a uma tradição linguística pós-saussuriana, M. Pêcheux (1969) indica as implicações da oposição entre língua e fala como consequências das definições iniciais de Saussure. Essa oposição, segundo o autor, fez com que reaparecesse nos estudos linguísticos o “sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição” (PÊCHEUX, 1997, p. 71). Assim sendo, do ponto de vista saussuriano, o discurso, na ordem da fala, é onde se manifestaria a liberdade do sujeito/locutor, ainda que, bem entendido, seja proveniente da língua enquanto sequência sintática. Já de um ponto de vista discursivo, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas, que interferirão nos sentidos que esses mesmos discursos produzirão e em que o analista de discurso deverá se ater.

Em texto de 1975, Pêcheux refaz seu percurso teórico a partir da AAD (1969) e, sobre as condições de produção, ele as designa não só como “o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito” no interior da fala, mas também como a situação, isto é, o ambiente material e institucional mais ou menos conscientemente colocados em jogo, a situação contextual vivida pelo sujeito que fala. Ele ainda afirma que

a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo (PÊCHEUX, 1975, apud GADET e HAK, 1997, p. 79).

Orlandi (2002 p. 30), retomando e ampliando o conceito de Pêcheux, observa que as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental”. Ainda nesta direção, segundo a autora, as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social) e o mecanismo imaginário, tal como trazido por Pêcheux (1969): ao dizer os sujeitos são tomados por imagens de seu lugar social e do lugar do ouvinte.

Conforme a teoria do discurso, temos as condições de produção em sentido imediato e em sentido amplo. Em sentido imediato ou estrito, ou ainda, como circunstâncias da enunciação, entendem-se aquelas condições de produção mais restritas, que poderíamos chamar de técnicas ou mesmo visuais, pois são concretas, podem ser visualizadas e facilmente identificadas, já que se limitam às circunstâncias imediatas da enunciação. Em relação aos casos populares, pensemos nas circunstâncias em que são narrados: em um bate papo informal na mesa de um bar, na rua, no comércio.

As condições de produção em sentido amplo (da produção de um enunciado) são um conjunto de formulações já feitas e esquecidas, mas que atuam de modo a determinar o que dizemos, pois são indefinidamente repetíveis, e podem dar lugar a enunciações as mais diversas e dispersas; delas fazem parte o contexto sócio-histórico e ideológico. Analisando as condições de produção de um determinado discurso, é possível vislumbrar como esse discurso se constituiu e, conseqüentemente, como se dá o seu processo de significação. Nessa instância há uma voz ressoante sem nome (COURTINE, 1984), que dele se apodera e intervém no repetível, entendida como interdiscurso. Quais são as circunstâncias sócio-históricas e ideológicas em que se produzem os casos populares? Dedicamos ao tema das condições de produção, formulação e circulação do discurso das narrativas de Baependi a parte inicial do capítulo quarto.

A partir dessas reflexões, chegamos ao conceito de interdiscurso ou memória discursiva. Segundo Pêcheux (1969), o interdiscurso é “o exterior específico de um processo discursivo determinado”, isto é, os processos que intervêm na constituição e na organização deste último. Para Courtine (1984), no interdiscurso “fala uma voz sem nome”. No seio deste campo teórico, E. Orlandi (2002) destaca a definição de interdiscurso como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, “aquilo que chamamos de memória discursiva”, e ainda traz a sua definição de interdiscurso como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando

cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2002, p. 31). A autora complementa que o interdiscurso “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (Idem, p. 31). Desta forma, para a AD, as condições de produção e a memória discursiva (interdiscurso) atuam de forma conjunta, pois a memória é o saber discursivo que torna possível todo dizer.

O analista de discurso, no processo de compreensão de um dado texto ou *corpus*, observa as suas condições de produção e verifica o funcionamento da memória, desta forma obtendo elementos para remeter o dizer a uma formação discursiva – e não outra – para compreender o sentido do que ali está dito (ORLANDI, 2002), ou seja, para compreender como tal montagem se liga ao processo discursivo. Acreditamos que, desta forma, nos casos de Baependi a memória do encontro de povos e sujeitos da colonização reflete-se como interdiscurso ou memória discursiva, por exemplo nas regularidades oriundas das narrativas tradicionais que aí reverberam. Em nossos gestos de análise, que serão expostos nos próximos capítulos, observamos elementos, por exemplo, da repetição do discurso bíblico, no caso “Pedido de Casamento (2)”, onde atestamos a forte religiosidade da comunidade baependiana tal como é narrado, o que é reiterado também nos casos “Imagem de São Benedito (3)” e “Proteção de São Jorge (4)”, nos quais a fé é reforçada como quebra de expectativa do ouvinte e “fecho de ouro” da narrativa.

### **1.5. Historicidade**

Dada a sua relevância para a compreensão do material a ser analisado nesta pesquisa, cabe especificar como a historicidade trabalha e está presente na linguagem, de maneira mais ampla, e no *corpus* das narrativas definido para esta pesquisa. Nessa perspectiva, entendemos que “a evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção” (ORLANDI, 2002, p. 45). Assim, trabalhar com a historicidade é essencial para a AD, pois ela “trabalha (...) um objeto inscrito na relação da língua com a história” (COURTINE, 1982, apud ORLANDI 1996, p. 102).

O analista de discurso não trabalha com a história cronológica tal como a conhecemos do ponto de vista pedagógico, sobretudo, mas sim com a historicidade, ou seja, “o como os sentidos se constituem na relação da linguagem com a exterioridade, pensando a exterioridade no texto, discursivamente, isto é, produzindo efeitos de sentidos por e para sujeitos” (ORLANDI, 2012, p. 13), a partir de suas condições de produção.

Além das marcas linguísticas que podem ser relacionadas a propriedades discursivas (ORLANDI, 1984) conforme as suas condições de produção, ainda,

A historicidade está aí representada justamente pelos deslizes (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas. Fala-se a mesma língua mas se fala diferente. Pelo efeito metafórico. Esse deslize, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade (ORLANDI, 1996, p. 81).

Quanto à história, o analista a vê de uma perspectiva que realça as relações de poder e de sentidos, colocando-se no interior de uma relação de confronto, de aliança, de complementação, entre esses mesmos sentidos. Orlandi complementa que “a relação com a história é dupla: o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no ‘futuro’, mas também é histórico porque cria tradição, passa, e influencia novos acontecimentos” (2008, p. 42).

Pensamos nos casos populares de Baependi e em suas versões como narrativas nas quais os sentidos se constituem na relação com a exterioridade através da linguagem – e de suas inúmeras versões, seja através dos variados efeitos de sentidos que produzem em seus deslizes e as suas paráfrases, seja através das recontagens (novas versões) – mas como manifestação da historicidade e da ideologia de suas variadas formações discursivas, a serem repetidas, nas quais procuraremos nos ater em nossas análises. Como regularidades da formação discursiva do narrador/contador baependiano, verificamos nas paráfrases elementos da figura feminina que, embora não sejam variados nos casos analisados, aparecem como personagens que se veem presas a uma discursividade que remonta à colonização, ou seja, a um passado colonial de origem patriarcal. Entretanto, como deslizes de sentido, como rupturas em relação a essa repetição, essas personagens conseguem também fugir do estereótipo do sexo feminino submisso por agirem de maneira independente, no decurso da narrativa. Podemos perceber tal quebra de expectativa ou tal ruptura em casos como “Porco com canjiquinha (1)” e “Pedido de casamento (2)”, principalmente, em que as personagens apresentam ações inesperadas em relação ao estereótipo da mulher submissa.

### **1.6. Produção, formulação e circulação do discurso**

Para Pêcheux, o processo de produção do discurso é “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em “circunstâncias dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 74). Orlandi (2001) retoma tais conceitos e os amplia, enfocando três momentos que contemplam os processos de produção do discurso, sendo eles a constituição, a formulação e a circulação do discurso (PÊCHEUX, FUCHS, 1997). A autora retoma Courtine (1984),

explicando que a constituição do discurso é o eixo vertical com todos os dizeres já-ditos e esquecidos – o interdiscurso, a memória do dizer (o contexto histórico-ideológico mais amplo). A constituição do discurso determina a sua formulação ou enunciação, visto que só é possível formular se nos projetamos na perspectiva do dizível. Assim, “todo dizer se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação), e é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2002, p.33).

Entendemos por formulação o eixo horizontal do discurso, o intradiscurso, o que marca o que estaria sendo dito naquele momento dado, em condições dadas, por diferença ao que já foi dito antes, em um determinado discurso. A formulação é determinada, pois, pela relação que estabelece com o interdiscurso, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas. Ainda segundo Orlandi (2001), é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza e que o sujeito aparece, mas também se esconde. É na formulação também que o sujeito se assume como autor e se responsabiliza pelo que diz. Ela dá corpo aos sentidos e por ela o sujeito “representa-se na origem do que diz” (Idem, p. 10). Como sujeito determinado pela exterioridade, esse sujeito é formado na contradição e é na formulação o lugar em que essa contradição se realiza ou materializa. Ela é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula seu dizer e dá a ele o contorno material instaurado no texto (ORLANDI, 2001). Adiante abordaremos mais detalhadamente esse aspecto da autoria, durante as análises dos casos populares em questão.

Já a circulação do discurso é a instância onde os dizeres se mostram. Os lugares onde eles circulam são importantes, pois eles interferem no sentido que se produz. “Os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam”, afirma a autora (idem, p. 10). Eles podem circular de diversas maneiras, seja através de um texto escrito, de um boato, de um cartaz, de uma faixa e oralmente, como acontece na circulação de um caso popular, contado e recontado por gerações através de narradores/contadores diversos.

Compreendemos, então, que o interdiscurso (constituição, eixo vertical) delimita o intradiscurso (formulação, eixo horizontal), mas todo dizer se constitui ao ser atravessado pelo interdiscurso (memória discursiva), assim como todo discurso apresenta modos específicos de circulação, que interferem em seus sentidos.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Aprofundando sobre esse aspecto dentro da AD, ou seja, a força de circulação do discurso e os tipos de textos que compõem e representam cada discurso, o artigo “Linguagem e Sociedade Contemporânea - Sujeito, Mídia, Mercado” (PAYER, O. M.) Revista Rua, V. 11, nº 01, 2005, considera que a materialização dos discursos em textos que circulam em práticas sociais desempenham um papel fundamental na constituição do sujeito e da sociedade. Este ponto nos interessa em relação à circulação dos casos populares de Baependi, uma vez que, considerados em conjunto, podem constituir o imaginário do que vem a ser o cidadão baependiano, criando assim uma espécie de “discurso baependiano” – em que quem conhece os casos, compreende os enredos e é

Orlandi (2008) observa que no processo de produção dos sentidos deve-se levar em consideração a memória discursiva (o interdiscurso), a interpelação do indivíduo enquanto sujeito, a constituição de sua forma histórica e os efeitos produzidos a partir de sua posição sujeito. Já no processo de formulação, é hora de levar-se em conta, nesta nossa exposição, a relação do discurso com o texto e a função autor e, na circulação, o funcionamento das circunstâncias de enunciação e os sujeitos sociais que encarnam a função autor por onde circulam. Os sujeitos e os sentidos são afetados por esses processos.

Em se tratando de casos populares, pensamos que seu funcionamento se dá fundamentalmente quando circula, no momento em que é formulado (contado) - nas retomadas - e que também apresenta deslizamentos de sentido, nas diferentes versões (ORLANDI, 2001, 2016). Quando circulam oralmente, os sentidos são outros, diferentes de coletâneas impressas que procuram legitimá-los de alguma forma, como veremos posteriormente, principalmente no capítulo 5, em relação às versões surgidas a partir do crime ocorrido na Fazenda dos Três Pinheiros. O discurso escrito sobre esse crime, jurídico e jornalístico, é atravessado por formações discursivas e ideológicas que procuram explicar, inclusive com argumentos do discurso positivista<sup>9</sup>, o contexto em que se deu o crime e os motivos que levaram o réu a cometê-lo. Entretanto, os discursos orais surgidos logo após o ocorrido e que continuam a circular na região, diferem da memória de arquivo e carregam sentidos do fantástico que procuram explicar o fato sob outra perspectiva, que foge ao racionalismo.

### **1.7. Imaginário, formação imaginária e formação discursiva**

Diferentemente da teoria da informação, que fala da mensagem como tendo a propriedade de transmissão de informação entre transmissor/receptor, ou ainda destinador/destinatário, a AD utiliza a expressão “efeito de sentidos” entre os interlocutores, como sujeitos que ocupam lugares sociais diferentes dentro de um processo discursivo, em que formações imaginárias funcionam para designar o lugar que cada um atribui para si e para o outro, “a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p.82).

---

capaz de recontá-los é verdadeiramente um cidadão de Baependi. Desenvolveremos mais esse aspecto durante as análises.

<sup>9</sup> Sistema filosófico criado pelo francês Auguste Comte (1798-1857) que se propunha a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas.

Nas formações imaginárias, temos funcionando relações de força, relações de sentido e mecanismos de antecipação imaginária do sentido que se vai produzir. Quanto às relações de força, podemos dizer que o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do sentido do que ele diz, ou seja, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno (ORLANDI, 2002). Pelas relações de sentido, temos que os discursos se relacionam entre si, não havendo início nem final no processo de sua produção, pois os sentidos resultam das relações entre os discursos. Orlandi (idem) ainda complementa que “um dizer tem relação com outros dizeres, realizados, imaginados ou possíveis” (2002, p. 39). E por fim, no funcionamento dos mecanismos de antecipação, o sujeito teria a capacidade de antecipar o efeito de sentido que ele gostaria de produzir em seu interlocutor, “ele antecipa-se quanto ao sentido que suas palavras produzem (...) o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (idem, p. 39).

Pêcheux complementa que “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias” (PÊCHEUX, 1997, p. 83). O que eu acho que o outro pensa de mim, o que eu penso do outro, o que o outro pensa que eu penso dele e assim sucessivamente. Entretanto, a noção de imaginário pode derivar na direção de que as imagens em geral que circulam socialmente produzem sentidos em relação ao simbólico. O imaginário funciona também por aspectos imagéticos, através dos estereótipos, dos objetos culturais, dos objetos de memória, dentre outros, que podem ser relacionados também a alegorias nas narrativas populares.

Como dito anteriormente, o sentido não existe por si só, ou seja, em si mesmo. O que o determina, segundo a AD, é uma série de fatores, dentre eles as posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, e essas mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam, e em conformidade com as formações discursivas em que se inscrevem.

Segundo Orlandi, uma “formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1975; ORLANDI, 2002, p. 43). Ela “existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1997, p. 167 - 168). As formações discursivas também são constituídas pelo exterior, “por aquilo que é estritamente não-formulável, já que a determina” (idem, p. 177), e “representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 2002, 43).

Em um mesmo texto não encontramos apenas uma formação discursiva, mas é possível encontrarmos várias formações discursivas, que se relacionam umas com as outras, uma vez que o texto é atravessado por várias delas que nele se organizam em função de uma formação discursiva que é dominante (ORLANDI, 2002). “Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (idem, p.43).

A relação do discurso com as formações ideológicas representadas nele pela sua inscrição em uma formação discursiva determinada é que vai produzir diferentes leituras e diferentes formulações de sentido. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois conseqüentemente também muda sua relação com a formação ideológica, ou seja, “a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos)” (ORLANDI, 1996, p. 58).

A partir dos conceitos trabalhados acima, podemos analisar os casos de Baependi e levantar hipóteses a respeito da possibilidade de que sua formulação e circulação sejam fortemente influenciadas pela formação discursiva dos seus contadores. Entretanto, uma formação discursiva não é um mecanismo fixo, imóvel e fechado, mas heterogêneo em si mesmo, com deslocamentos contínuos em suas fronteiras, em função das relações de sentidos e lutas ideológicas que dela fazem parte e também em função dos confrontos político-sociais que incidem na produção e circulação do dizer. Orlandi observa que “cada formação discursiva define-se em sua relação com as várias outras formações, em sua articulação (contraditória) com a ideologia” (idem, p. 109). As formações discursivas refletem a sociedade; se ocorrem mudanças significativas nesta, conseqüentemente as formações discursivas também se alteram, outras formações são produzidas, elas desaparecem de circulação e retornam, na relação com essa sociedade.

Acreditamos que uma das formações discursivas do narrador/contador baependiano que mais atravessa os casos seja aquela que culmina na caracterização de um sujeito baependiano, formação discursiva esta que contribui para a formulação de uma certa identidade (ORLANDI, 2016) que o caracteriza, no caso específico de Baependi, como esperto, malandro, capaz de safar-se dos empecilhos, uma vez que se trata é do contador de casos de uma cidade “onde tudo é possível”. Nos casos “Hotel barato (11)”, “Assustando o cavalo (12)”, “Quem é doido (13)” e “Frango do Dr. Cícero (14)”, dentre outros, podemos perceber o sujeito conseguindo vencer pequenos desafios do dia a dia de maneira criativa e que foge à

expectativa, o que reflete tanto a formação discursiva quanto a formação ideológica dos habitantes locais.

### **1.8. Memória institucionalizada (arquivo) e memória constitutiva**

De uma perspectiva discursiva, Payer (2006) retomando Pêcheux e Orlandi fala da relação entre memória e linguagem, para o quê aponta esta “(...) como um princípio presente na própria significação, de maneira ampla, em seu próprio modo de se dar na relação do homem com a linguagem”, ou ainda, que “a noção de memória, trabalhada inicial e localmente como memória do enunciado, se expande, no encontro com a noção de interdiscurso” (2006, p. 35).

Por conseguinte, pensamos na interpretação como algo que não é livre de ser determinado por aspectos “exteriores” a ela, como as instituições, as relações de força, a circulação dos discursos e a memória discursiva, principalmente. Nesse aspecto, a memória institucionalizada, como arquivo, funciona como um trabalho social de interpretação, em relação ao qual se separa quem tem e quem não tem direito a ela, pois a montagem do arquivo já supõe a interpretação. A memória de arquivo, o fato mesmo de haver arquivos organizados, apaga assim o esquecimento que funciona nos discursos e organiza o discurso documental. Desta forma, com a impressão e a publicação de narrativas populares em uma cidade podemos perceber um gesto de arquivar saberes e uma tentativa de legitimar ou controlar (regular) sentidos.

Como tratamos as narrativas populares como literatura, fomos buscar em Marques (2008) a noção de memória literária arquivada. O autor fala da supremacia da memória arquivada escrita utilizada na construção dos arquivos nacionais, em prol de uma imagem coesa de nação em detrimento da memória oral, pois ela seria “a grande mediadora nas relações entre a sociedade, a razão e o Estado” (idem, p. 108). Para esse conceito de literatura, mais estritamente vinculada ao arquivo nacional, não caberia, portanto, a literatura oral, uma vez que, memória por natureza efêmera, não seria legitimada como representativa do cânone nacional exceto se for com o status de folclore. O que é produzido fora das academias, das universidades, é excluído e não é considerado como literatura, pois apenas o que é ditado por elas “contribui para a elaboração e consolidação de um paradigma histórico-estético de legitimação das narrativas nacionais” (idem, p. 109).

Entretanto, ainda para Marques (idem, p. 107), “a memória da nação não se restringe à cultura letrada, aos documentos escritos. Há que se levar em conta na literatura outras formas

de inscrição da memória, próprias das tradições orais, ágrafas, em que o arquivo opera por meio das performances tanto verbais quanto corporais dos sujeitos”.

Da nossa parte, discutimos o gesto de arquivar, de se pretender fazer com que os casos narrados mudem de gênero (oral/escrito), de literatura arquivada apenas na memória oral e que não tem sido aceita ou vista no âmbito escolar, pois não passou pelo crivo da legitimação dada pela escrita. Esse gesto asseguraria maior conhecimento oficial, mas também fixaria uma única versão, o que faria com que esse gênero narrativo perdesse sua maior riqueza enquanto manifestação da memória histórica, social e cultural de um determinado espaço. Mesmo nos vários projetos de “dar a conhecer o país”, seja através da literatura ou de outras linguagens artísticas, quando os casos populares aparecem, eles em geral ocupam o status de folclore, e não de literatura. Marques (2008) acrescenta que “a Academia contrapõe-se à visão romântica do poeta, que o liga à vida boêmia, (...) entrar na Academia é ingressar no arquivo, na memória, e para tanto importa se transformar num escritor normalizado” (idem, p. 110). Para nós, normalizar os casos seria, pois, fixá-los em uma única versão e negar a sua heterogeneidade enquanto discurso e deslizamentos na memória coletiva, social. E ainda, nas palavras de Bosi (1993),

a cultura letrada é rigorosamente estamental, não dando azo à mobilidade vertical, a não ser em raros casos de apadrinhamento, que confirmam a regra geral. O domínio do alfabeto, reservado a poucos, serve como divisor de águas entre a cultura oficial e a vida popular. O cotidiano-popular se organizou e se reproduziu sob o limiar da escrita. A criação popular dispôs de condições de produzir-se: a) ou em espaços ilhados vistos hoje, retrospectivamente, como arcaizantes ou rústicos; b) ou na fronteira com certos códigos eruditos ou semi-eruditos (...). Em síntese apertada, pode-se dizer que a formação colonial no Brasil vinculou-se: economicamente, aos interesses dos mercadores de escravos (...); politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal entre os poderosos, escravista ou dependente entre subalternos (1993, p. 25).

Para Cândido (2002), a literatura também tem sido um poderoso instrumento de educação, pois transmite os valores que a sociedade preconiza, tanto nas manifestações da ficção, como na poesia e na ação dramática. “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (2002, p. 175). Mas o pesquisador também assevera a necessidade tanto da literatura sancionada quanto da literatura “proscrita”, aquela que “nasce dos movimentos de negação do estado das coisas predominante” (idem, p. 175), já que para ele a literatura é

da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde

o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (2002, p. 174).

Cândido, concebendo a literatura num sentido amplo, reforça-nos a compreensão dos casos populares como forma de literatura, “proscrita” pelo sistema educacional exceto quando legitimada pela escrita, haja vista o status que os contos maravilhosos têm nas famílias e nas escolas de educação infantil enquanto “literatura clássica”.

No campo teórico da AD, temos também, por outro lado, a memória constitutiva do dizer, o interdiscurso, como vimos, onde o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo) coexiste. A interpretação, portanto, se faz entre essas duas modalidades da memória, podendo tanto estabilizar como deslocar sentidos (ORLANDI, 2002). A memória documental, institucionalizada, acumula-se, diferentemente da memória discursiva ou interdiscurso, que se estrutura pelo esquecimento e que é irrepresentável. Payer complementa que significando como interdiscurso a noção de memória atinge, portanto, a própria natureza da significação, enquanto produção de sentidos a partir das relações que se estabelecem entre enunciados, concernidos por certas condições de produção nas práticas discursivas (2008, p. 36).

Da articulação entre as condições de produção e as condições de formação do discurso deriva o domínio de memória da sequência discursiva. Orlandi (1996) retoma Courtine (1985) e define esse domínio como “um conjunto de sequências discursivas que preexistem à enunciação da sequência discursiva em questão, no seio de um processo”. A partir do domínio de memória podemos observar a heterogeneidade contraditória das sequências discursivas, pois estas se ligam a diferentes formações discursivas, a uma delas por dominância, e às outras por diferentes relações (antagonismo, recobrimento, aliança, etc.) (ORLANDI, 1996). “Na perspectiva da análise de discurso, há um saber discursivo, uma memória que não se aprende, filiações de sentidos a que enquanto seres simbólicos, estamos sujeitos e sobre as quais não temos controle, em termos de “transmissão” de sentidos” (ORLANDI, 2001, p. 69). Essa memória e seu funcionamento em relação às narrativas populares será analisada adiante.

Já na memória representada, outra noção trabalhada por Payer no estudo da memória da imigração, temos a *formulação* de algo (memória constitutiva) que o sujeito ‘já sabe’, mas que, uma vez silenciado ou apagado nas instituições, funciona mesmo assim no não-dito, no submerso do saber, e que pela formulação passa a ser representado no campo do visível, do

dizível, do formulável. E isso só pode ser feito uma vez que haja um saber constitutivo, – uma memória constitutiva, numa instância submersa – invisível, indizível (PAYER, 2006).<sup>10</sup>

Ao trabalhar sobre as diferentes versões nos relatos e lendas, (Orlandi, 2016) retoma Rimbaud quando este diz que “todo texto pode significar tudo”, mas em seguida ela o refuta apresentando-nos que é justamente neste espaço entre o que pode e o que acontece de fato que reside o trabalho do analista, nessa margem de incertezas, de múltiplos sentidos, de paráfrases e polissemias, de versões, de variações. “É pois nessas margens difusas, na base da variação que nos movemos nos processos de significação” (ORLANDI, 2001, p. 213). Trabalhando com os casos populares em uma perspectiva discursiva, é importante compreender a presença das diferentes versões como uma realidade, como “limites apenas delineados, movimentos do dizer e dos sujeitos, movência dos sentidos” (idem, p. 213).

Aceitar o contato com o acaso, segundo Orlandi, pode ser muito enriquecedor e, a nosso ver, é justamente aí que reside a riqueza do trabalho do analista de discurso com esse tipo de narrativa. Do ponto de vista de Orlandi (2001, p. 87),

O texto não pode assim ser visto como uma unidade fechada pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que chamamos exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente).

A memória se manifesta nos textos dos sujeitos contadores de casos que, ao narrar, vão formando diferentes versões de uma mesma narrativa – uma rede de memória, segundo Orlandi (2016). Trazendo para nossa pesquisa um pouco de Benjamin (1987), entendemos as narrativas como objetos tecidos por artesãos que, como artesanato, trazem em si a impressão de seus contadores, sua marca particular, algo peculiar que traz em sua materialidade sentidos únicos. E também, usando as expressões que são próprias à AD, a formação discursiva de seus contadores e sua ideologia. Vale acrescentar que essa especificidade dos sentidos abrangem diferentes classes sociais, faixas etárias, níveis de escolaridade. Como exemplo, citamos a necessidade de gravar as versões do “Crime dos Três Pinheiros” para esta pesquisa e a dificuldade que encontramos, entendida por nós como medo, superstição ou mesmo respeito pelo ocorrido. Contar sim, mas gravar, não.

---

<sup>10</sup> A pesquisa onde se analisou este aspecto da memória se deu sobre saberes de sujeitos imigrantes que tiveram sua memória cultural apagada na sua adaptação à sociedade brasileira, ao se tornarem brasileiros. A pesquisa completa, citada como referência nesse trabalho, encontra-se em PAYER, Maria Onice. Memória da Língua. Imigração e nacionalidade. São Paulo: Ed. Escuta, 2006.

### **1.9. As ilusões e os esquecimentos na linguagem**

Quando Pêcheux passa a considerar a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, ele é levado a elaborar a noção de ilusão do sujeito. O autor compreende que o sujeito tem a ilusão de estar na origem do sentido, daí decorre o que se convencionou chamar de esquecimento nº 1, ou esquecimento ideológico, que é inacessível ao sujeito, constitutivo pela/na língua, inconsciente e resultante do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Através desse esquecimento, retomamos sentidos pré-existentes, enquanto achamos que somos a origem do dizer, ou seja, que as palavras que dizemos se originam em nosso dizer. Nisto se produz a ilusão do sujeito ser a fonte de seu discurso, mas também aí se percebe a eficácia do assujeitamento à língua e a inscrição do dizer em formações discursivas.

Já pelo esquecimento nº 2, o sujeito considera que aquilo que é dito apenas pode ter o sentido que ele atribui, que seja capaz de dominar as estratégias discursivas para dizer exatamente o que quer dizer. Entretanto, ele esquece que o sentido pode ser outro, na medida em que é a formação discursiva que determina “o que pode e deve ser dito”, ou seja, “o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva” (PÊCHEUX, 1997, p. 169). Nesse esquecimento, do nível da enunciação, se origina a ilusão da realidade de seu pensamento, a ilusão da transparência da linguagem na produção dos sentidos. Esse esquecimento, segundo os autores, é semiconsciente, pois o enunciador pode usar conscientemente a ambiguidade, a reformulação tendenciosa, a interrogação retórica (HAROCHE, 1974). “(...) o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente” (PÊCHEUX, 1997, p. 177). Usa-se o termo “ilusão”, como “ilusão do sujeito” e como “ilusão referencial”, porque os sentidos que produzimos não se originam em nós, que apenas os refletimos do interdiscurso, e os sentidos a se produzir poderiam ser outros. Orlandi complementa que “essa impressão, (...), nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim (2002, p. 35).

### **1.10. O silêncio**

Um dos elementos relacionados à linguagem fortemente trabalhados na AD é a questão do silêncio e, nesta pesquisa, achamos pertinente abordar esse aspecto, pois, em se tratando de casos populares presentes em uma determinada comunidade, acreditamos, segundo nossas

observações prévias, que a cada versão surgida, em cada recontagem, mesmo que sem intenção da parte do contador, acontecem silenciamentos de outras possíveis versões que deixaram de ser narradas naquele momento em detrimento de outras.

Para Orlandi (1993), o silêncio tem suas formas. Segundo a autora (2001), há diferentes tipos de silêncio, ou seja, o silêncio fundador e a política do silêncio. O silêncio fundador é aquele que é necessário aos sentidos, pois sem ele não há o sentido, uma vez que haveria muito da linguagem - é o silêncio que atravessa as palavras, que significa no não-dito. Já a política do silêncio funciona com o silêncio constitutivo (a), quando para dizer é preciso não dizer, e o silêncio local ou censura (b), a interdição. Acreditamos que no âmbito desta pesquisa, em se tratando de casos populares e suas variações, o silêncio fundador e o silêncio constitutivo são comuns, fazendo parte do processo de circulação do texto, o que entra em relação com a noção de autoria, quando cada novo contador remodela a narrativa a partir de sua formação discursiva. Outro funcionamento em que nos parece ocorrer silenciamento de sentidos é quando acontece a transcrição da narrativa, já que, como é possível antecipar, algum apagamento se dá, seja em nome da correção gramatical ou de um léxico ou sintaxe mais formal, na ordem da escrita. Nesses casos os silenciamentos são inevitáveis.

Pensando os casos populares como “discurso que segue seu curso” (ORLANDI, 2001), consideramos também que “o silêncio permite compreender a incompletude na base da interpretação, dos trajetos de sentidos, dos deslocamentos dos sujeitos, movimento contínuo entre a repetição e a diferença” (ORLANDI, 2001, p. 131), o que pode vir a justificar grande parte do que se passa nas variações desse tipo de narrativas.

No capítulo 5 analisamos algumas versões surgidas a partir de um crime ocorrido na década de 40 no município de Baependi, e nestas versões muitos elementos são silenciados, enquanto outros são acrescentados. Acreditamos haver aí silenciamentos propositais, uma vez que determinados detalhes do crime vão de encontro às formações discursivas dos narradores, enquanto que os elementos acrescentados, mesmo fazendo parte do universo fantástico, sobrenatural, procuram responder a uma necessidade coletiva de respostas que o discurso jurídico e o jornalístico não satisfaziam na época do ocorrido e nem atualmente, uma vez que as versões fantásticas continuam a circular.

### **1.11. O sentido**

Como já foi dito anteriormente, o sentido não existe por si só ou em si mesmo. O que o determina, segundo a AD, é uma série de fatores, dentre eles as posições ideológicas

colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, e essas mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam.

Na AD, o sentido não é claro ou transparente, portanto é necessário se considerar a opacidade da materialidade discursiva. Desse modo, as palavras não têm um sentido único em si mesmas e se alteram de acordo com o falante em sua relação com a FD em curso e também com a do leitor. As palavras se alteram em seu sentido de acordo com o sujeito que as profere, que por sua vez são influenciados pela formação discursiva em que seu dizer se inscreve. O sentido se constitui na relação entre as formações discursivas, nas relações que tais palavras ou expressões mantêm com outras palavras e expressões dessa mesma formação discursiva ou de outra. “Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2002, p. 42). A autora acrescenta que

A evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória) (idem, p. 46).

Ou ainda,

As palavras não significam em si. Elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa. E sua disposição em texto faz parte dessa sua realidade. É assim que na compreensão do que é texto podemos entender a relação com a exterioridade (o interdiscurso), a relação com os sentidos. O texto é um objeto linguístico-histórico (ORLANDI, 2001, p. 86).

Acreditamos que isso funcione também em relação aos casos populares. Percebemos, por exemplo, como determinadas palavras ou mesmo expressões só são humorísticas dentro do contexto de Baependi ou quando são ouvidas por pessoas dessa cidade, bem como a partir do conhecimento a respeito das personagens que deles fazem parte, pois, para outros ouvintes, tais casos não fazem tanto sentido. A utilização dos apelidos, que por sua vez também são cômicos, pois carregam sentidos vários, contribuem para complementar a comicidade da narrativa e muitas vezes só fazem sentido dentro daquela formação discursiva específica, pois remetem o ouvinte à memória daquela pessoa que se tornou personagem no caso. A questão da memória social da cidade também é forte nesse aspecto, bem como o papel que seus contadores desempenham nesse mecanismo de circulação do caso. O humor não é universal, mas se distribui de modos diferentes nas práticas discursivas em relação às condições de produção.

## Capítulo 2

### A legitimação do texto escrito e a permanência das versões na oralidade

*“Tempos e vidas cumpridas / Pó, poeira, estrada  
Estórias contidas / Nas encruzilhadas  
Em noites perdidas / No meio do mundo  
Mundão cabeludo / Onde tudo é floresta  
E campina silvestre / Mundão "caba" não (...)”*  
Almir Sater

Nossa pesquisa tem como *corpus* narrativas de origem popular, mais especificamente as narrativas conhecidas como “causos”. Desta forma, pensamos ser necessário trabalhar alguns pontos relacionados à linguagem popular, que nos casos entre nós é predominantemente oral, e a sua coexistência após a popularização da literatura escrita, assim levantando questionamentos que possam corroborar as análises no que diz respeito a mudanças de sentidos quando um caso, originalmente do domínio do discurso oral, passa por um processo de “transcrição” e legitima-se enquanto literatura escrita, bem como sua circulação oral, quando produzida também no âmbito escolar. Esta é uma questão que interessa de perto a esta pesquisa, ao analisar o funcionamento oral e a publicação impressa das narrativas em iniciativas particulares no município de Baependi. Consideraremos, assim, a legitimação em pelo menos dois sentidos: o da legitimação ou não da língua oral, em sua história institucional, e a legitimação das narrativas populares orais no momento de sua publicação.

O processo de legitimação (ou sua ausência) da língua oral não é atual. Sua história remonta à Idade Média, tendo o caráter de sagrado das Escrituras (Texto Escrito) como ponto de partida, numa tentativa de, na leitura, da sua formulação e circulação, produzir-se um (o) sentido único e verdadeiro (via Letra), o que passa inclusive pelo investimento em técnicas de desambiguação das construções linguísticas<sup>11</sup>. Uma vez que a Igreja detinha o poder sendo referência em relação à maioria das instituições e poucas eram as pessoas que tinham acesso à leitura e à escrita, as Escrituras como texto de referência foram tomadas como paradigmas e, posteriormente, todos os textos escritos também passaram a ter um peso herdado de seu passado próximo às Escrituras Sagradas (GALLO, 1992).

A língua escrita passou então a ser tomada como base, como paradigma nas sociedades através dos séculos. Hoje ela é sinônimo de status social e também econômico – a hegemonia da escrita convive com o discurso oral, aquele que produz sentidos múltiplos e inacabados. O que é transcrito ou escrito produz efeito de fixidez, de lei, de imutabilidade – sabemos que

---

<sup>11</sup> Como aponta Aroux (1992), a escrita fixa a língua, sua forma.

não é assim, pois o fato de estar escrito não é garantia de um sentido único e verdadeiro, mas é forte a ideologia que sustenta esse imaginário.

No Brasil, temos um histórico pertinente em relação a esta questão quando pensamos as formas linguísticas. A língua do colonizador – o português de Portugal – era falada por um pequeno número de letrados e proprietários de terra até meados do séc. XVII. A mistura das línguas indígenas com o português predominava como língua franca enquanto o português era ensinado nas escolas católicas e empregado em documentos oficiais (língua de Estado). Desse período até a vinda da família real, aumenta o número de falantes da língua portuguesa, concomitantemente com a chegada de imigrantes vindos de diferentes regiões de Portugal, bem como aumenta o contato entre essa língua e as línguas africanas da população escravizada. Em 1826, a língua portuguesa é oficialmente formulada como “língua nacional” (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001). Mas as diferenças entre o português falado no Brasil e o de Portugal se mantiveram, haja vista os esforços em tornar a língua “única” e a utilização de instrumentos para isso, tais como as gramáticas e os dicionários, bem como a supervalorização da língua escrita. Com a língua portuguesa tornando-se língua oficial e, posteriormente, a extinção das demais línguas (dentre elas o tupi, que coexistia com o português), iniciou-se um processo de disciplinarização da linguagem utilizada pela população (GALLO, 1992), na medida em que ela era transcrita e registrada segundo o modelo de descrição das línguas latinas – ramo com que o tupi não tem parentesco. Sobre o exposto acima, Orlandi e Guimarães complementam que

A gramática é um destes objetos que, consciente ou inconsciente, os intelectuais desta época produziram visando formar Brasileiros em uma sociedade em que o saber tivesse seu lugar. Com relação à língua não se trata somente de saber a língua que se fala mas de construir um aparelho institucional (tecnologia científica e instituições) para que o Brasil saiba que ele sabe sua língua (2001, p. 24).

A presença das línguas indígenas predominantes entre a população brasileira nos séculos XVI, XVII e XVIII e, posteriormente, as línguas dos diversos grupos africanos e europeus não portugueses que para cá vieram tornavam complexa a instauração de uma língua oficial escrita, o que, por outro lado, facilitava a proliferação de diversas nuances da oralidade (GALLO, 1992; ORLANDI, 2008).

A língua portuguesa utilizada no dia a dia, hoje, no Brasil, possui características de língua oral, seja por suas origens de país colonizado, em que algumas formas de língua (a Portuguesa) se legitimaram sobre outras (*nhengatu*, línguas indígenas), por exemplo, seja pela grande quantidade de pessoas que, tendo outras línguas de base, mesmo tendo frequentado a

escola não dominam as formas da língua padrão escrita, ou ainda pelas décadas de um passado não tão distante quando a escolarização não estava organizada e não atingia o conjunto da população. Esses e outros fatores faziam – e ainda fazem – com que formas da língua oral sejam mais presentes no cotidiano do que as da escrita.<sup>12</sup>

Segundo Gallo, ao se deter na relação entre língua escrita e língua oral no Brasil,

a oralidade enquanto forma marginal ao processo de legitimação da língua (e sua transmissão) produz um sentido ambíguo e inacabado, não por não ser produzida de acordo com a Norma, mas exatamente por não passar pelo processo de legitimação (1992, p. 51).

Entende-se aqui que junto à literatura produzida por volta do século XVIII (sobretudo durante o Romantismo) funcionava uma espécie de propaganda ideológica do Estado Brasileiro no sentido de, paulatinamente, ir legitimando essa língua – a língua portuguesa - que hoje se quer como padrão. Não seria aí mais um processo de dominação pela língua? Dominação, e não legitimação (GALLO, 1992; AUROUX, 1992; ORLANDI e GUIMARÃES, 2001)? Segundo Auroux, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (1992, p. 65).

Uma nação que passa por um processo de colonização, como é o nosso caso, tem sua linguagem oral ainda mais confrontada pelo discurso da escrita, pela não legitimação da língua oral e pelas concepções do colonizador (ORLANDI, 1990), seja através da escrita, seja nos textos e documentos institucionais ou mesmo pelo processo de escolarização.

A instrumentalização de uma língua através de bens culturais institucionalizados pela elite/sociedade dominante interfere diretamente na relação dessa mesma sociedade com a língua utilizada. Também é bastante comum imaginar a oralidade como pertencente ao homem do campo, enquanto que a escrita seria comum às comunidades urbanas, numa divisão ambivalente equivocada, já que ambos os discursos, oral e escrito, podem ser encontrados nos diferentes contextos.

Ainda nos séculos XVIII e XIX, com a divulgação dos folhetins e mesmo da literatura que se popularizava na medida em que ia aumentando o número de leitores, as narrativas orais foram, aos poucos, sendo apagadas do convívio dos saraus, na corte e nas grandes cidades. As pessoas que então tinham acesso ao texto escrito não mais precisavam recorrer às narrativas

---

<sup>12</sup> A escola fundamental para a população no Brasil foi organizada na Segunda República, na década de 1930. (PAYER, 2006)

orais para se entreterem. Interessa-nos a historicidade de como isso ocorre no Brasil, e especificamente em Baependi, o que procuraremos explicitar adiante.

Para Gallo,

a oralidade (e sua transcrição) por mais semelhanças que possa apresentar em relação à Escrita, produzirá sempre um sentido diverso, inacabado e ambíguo, exatamente por não ter passado pelo processo de legitimação. Esse efeito de sentido estará marcado nos textos inscritos nessa prática oral (1992, p. 55).

Pensamos que as narrativas populares conseguiram passar por esse processo histórico de legitimação sem sofrer tantas alterações, pois, como discurso de origem anônima e até coletiva, têm em sua materialidade a própria fluidez da língua, neste caso mais relacionada à oralidade e à manutenção da memória oral. Segundo Le Goff (1996), o aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva, o que entendemos também como a imposição do discurso escrito.

Como uma instituição poderia disciplinar uma narrativa popular, pensando-se em sua relação à língua, se sua circulação não se dá no espaço escolar, mas em outras formas de socialização, e se nem mesmo um sujeito-autor específico ela tem? Ou mesmo, como poderia legitimá-la, se ela não está nesse espaço? Parece não ter havido e não haver formas claras de seu controle (fixação), ou quando há, estas não são suficientes, pois ainda são do âmbito da oralidade.

Quando analisamos os casos de Baependi, deparamo-nos com a publicação artesanal de Guimarães (2000). Pensamos nessa publicação como uma forma de preservação (arquivo) dos casos, da memória social e histórica da cidade, até mesmo de uma memória coletiva. Contudo, essa forma de legitimação dos casos não impede que os mesmos casos continuem a ser contados e que as variações aconteçam.

Gallo (1992) faz uma análise pertinente em relação à figura do sujeito-autor que, ao mesmo tempo em que está na origem das produções originais, também está funcionando dentro de um campo discursivo legitimado pela ideologia dominante. Desta forma, há uma grande diferença entre o discurso oral e o discurso escrito, registrado ou postulado na escrita. Neste, espera-se que as fontes sejam conhecidas, a formação discursiva já esteja apresentada, a evidência e a transparência do sentido são instituídas como algo inerente a ele. Já com o discurso oral essa ilusão de referência até mesmo oficial não é necessária para que a narração aconteça.

Partindo-se de um trabalho com os casos populares no âmbito educacional, percebemos como funciona a regulamentação dos textos pelos instrumentos linguísticos (AUROUX, 1992; ORLANDI, 1987), tais como as gramáticas, os livros didáticos e paradidáticos, os

dicionários, os livros de literatura socialmente instituídos que operam num forte embate com a oralidade.<sup>13</sup>

Nesse sentido, podemos nos perguntar se, do ponto de vista do funcionamento da memória, como memória discursiva e de um grupo social, a passagem do discurso oral para o discurso escrito é uma necessidade, e especificamente pensando as narrativas populares. Quando isso acontece (e acontece diversas vezes), geralmente o objetivo é a preservação da textualidade. Mas sabemos que com isso também, inevitavelmente, acaba ocorrendo uma fixação do texto no discurso escrito oriunda da legitimação e da fixação (AUROUX, 1992) que a escrita, assim como o discurso da escrita (GALLO, 1992) carregam consigo.<sup>14</sup>

As narrativas orais, dentre elas os casos (objeto deste trabalho), coexistem num embate com as narrativas escritas na sociedade, desde pelo menos a popularização da imprensa. Ao mesmo tempo em que a escrita possui um *status quo* obtido por séculos de legitimação através das instituições sociais, a oralidade e os discursos por ela produzidos possuem uma flexibilização e uma força em uma sociedade como a nossa. Na perspectiva do discurso podemos observar o quão rico esse objeto de pesquisa enquanto linguagem é. Segundo Payer, a

oralidade é historicamente produzida, sendo ela um lugar sócio histórico de produção e de circulação de sentidos, uma vez que os discursos que aí se produzem e circulam encontram-se envolvidos, como materialidade linguístico-discursiva oral, nos embates das práticas discursivas – entre elas, a da escritura – que se conflitam na sociedade (2005, p. 47).

Conforme a pesquisadora, a interpretação de objetos da oralidade, mostra-se equívoca. Mesmo Pêcheux (1975) já dizia que as condições de produção “exteriores” à língua interferem no modo pelo qual “o oral faz discurso”.

Considerando a sua coexistência com a escrita, a oralidade não é apenas uma produção da linguagem espontânea, gerada naturalmente. Pensar desta forma é pensar na oralidade apenas empiricamente, desconhecendo seu caráter histórico e a importância que o entorno – seu percurso dentro de uma determinada comunidade – têm em sua formação, como se o discurso na linguagem oral fosse independente da história e dos acontecimentos que no caso das narrativas fantásticas mobilizam os sujeitos autores/narradores daqueles discursos. Ainda

<sup>13</sup> Sobre esse tema ver em POMPEU, Daianna. A oralidade como parte do ensino de literatura. Publicado nos anais do VII Encontro de Estudos da Linguagem e VI Encontro Internacional da Linguagem “Linguagem, Instituições e Práticas Sociais” – ENELIN – UNIVÁS – Pouso Alegre/MG. Disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/9ea762\\_c6480696f845431a86705a76f5dba037.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/9ea762_c6480696f845431a86705a76f5dba037.pdf)

<sup>14</sup> Os contos de fadas passaram por esse processo de transcrição, tanto por Charles Perrault quanto pelos Irmãos Grimm, e hoje ainda são amplamente utilizados nas escolas de educação infantil e nas famílias, tanto em seu formato “original” (entendendo-se a primeira transcrição) quanto nas inúmeras releituras e adaptações que se encontram no mercado editorial e nas mídias diversas.

segundo Payer (2005), é imprescindível que se analisem os dados obtidos na oralidade como fatos discursivos, nas tensões do oral e o escrito, “uma vez que os discursos que se encontram na oralidade são, também eles, historicamente produzidos. Ou seja, não é por acaso que certos discursos se encontram na oralidade, e não na memória escrita” (idem, p. 47). Nesse sentido, cabe enfatizar que a legitimação dessas narrativas, feita no gesto de arquivá-las através de sua coletânea e publicação, ao produzir a sua escrita, produz também efeitos no oral. No estatuto do oral, se não no texto oral propriamente dito (narrado).

Já que a escrita é regulada por instrumentos linguísticos, poderíamos pensar na presença, nas narrativas sedimentadas na oralidade, de mecanismos históricos de certa “regulamentação do discurso”? Nelas também podemos encontrar regularidades, tais como a presença da comicidade e do elemento assustador (muitas vezes em consonância com o sobrenatural), as quebras de expectativas e até mesmo a intertextualidade, como será especificado adiante. Além disso, o fato de fazer parte do discurso oral e a transmissão ou circulação de “boca em boca” – e não no escrito - já propiciam uma flexibilização do discurso - no que concerne à alteração do léxico, sintetização de enredos, pequenos desvios vocabulares e sintáticos ou mesmo adulterações ou alterações voluntárias com o intuito de proporcionar ou facilitar a ênfase em determinados trechos da narrativa – formando também regularidade.

A falta de homogeneidade do discurso oral/oralidade tende, historicamente, a causar desconforto às instituições (escola, Estado, Igreja), em função da necessidade de regulamentação e de homogeneização dos discursos, necessidade esta de manutenção da ordem dos discursos ou dos sentidos estabelecidos através da escrita, do estabelecimento de uma única língua como língua nacional e de uma única versão do texto. É interessante, com relação à circulação do oral, considerar, com Payer, que “(...) os sentidos e as interpretações que se encontram na oralidade são susceptíveis de manifestar um outro lugar de discurso (...) inscrito em um outro lado da história oficialmente narrada” (2005, p. 48). Assim, a variação presente na oralidade pode vir a constranger uma sociedade que necessita instituir valores, ideias? A oralidade é flexível, difícil de ser medida, quantificada, controlada, e lhe é possível veicular ideias ou sentidos que na nossa história a escrita silenciou/apagou justamente por seu papel de fixar (AUROUX, 1992).

Além disso, a forma escrita ou oral participa da própria formação discursiva, já que as alterações na forma material implicam em alterações na discursividade.

Pois, como se compreende em *Análise de Discurso*, toda linguagem outra é indício de uma formação discursiva outra, isto é, de um discurso outro, que como tal supõe

um sujeito outro, um outro lugar de fala, uma outra posição discursiva. São de fato outras posições de sujeito que se apresentam na oralidade, outros pontos de partida das interpretações, enfim, outras racionalidades (PAYER, 2005, p. 48).

A oralidade possibilita a produção e a circulação de discursos outros, que não encontram lugar na escrita. Em nossa sociedade, tal como ela se organiza, dá-se apenas posições secundárias àquilo que circula na oralidade e, nos programas de ensino, perpetua-se a literatura escrita - sempre os mesmos títulos e autores, independentemente se ainda são ou não adequados à realidade de nossos leitores. Onde haveria lugar para a publicação de um caso ou de uma narrativa popular a não ser em almanaques, a título de curiosidades? Cândido assevera que todos têm direito à literatura, e que esta engloba os mais variados gêneros, pois “confirma o homem em sua humanidade” (2002, p. 175), já que

aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possam viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável desse universo, independentemente da nossa vontade. E, durante a vigília, a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito - como anedota, caso, história em quadrinho, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance.

Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito (idem, p. 174-5).

Toda narrativa oral é passível de ser transcrita, da mesma maneira que toda narrativa escrita é oralizada. Os casos populares de Baependi passaram pelo processo de transcrição, mas continuaram a ter na oralidade sua materialização mais usual e a produzir, nela por ela, seus sentidos.

## Capítulo 3

### Narração e Narrativa. “Causo” e Caso.

*“A fogueira, à noite / Redes no galpão  
 O “paiero”, a moda, / O mate, a prosa  
 A saga, a sina / O “causo” e onça  
 Tem mais não (...)”*  
 Almir Sater

As narrativas fazem parte da vida do ser humano. Desde quando? Desde que o aparelho fonador desenvolveu-se e o homem começou a articular sons. Com isso, deu-se o desenvolvimento dos diferentes idiomas. Tudo passou a ser narrado – as caçadas, o medo dos fenômenos da natureza, as histórias.

A necessidade de expressar-se era tamanha, que os homens desenvolveram a arte do desenho, e nas pinturas rupestres e posteriormente nos hieróglifos, registraram os seus sentidos, de modo que as próximas gerações puderam ter ideia do que faziam ou representavam. E, assim, a literatura sob a forma de narrativas iniciou seu percurso de arte oral para arte escrita, sem diminuição da primeira. As técnicas de impressão em pedra foram se desenvolvendo e outros materiais passaram a fazer parte do cânone literário – as pedras, a madeira, o barro, os papiros, o couro de animais e, posteriormente, o papel. E a arte de narrar passou a ser objeto de aprimoramento na Antiguidade Clássica. Conforme Barbosa (1991),

Na Antiguidade, o conhecimento era transmitido basicamente através do oral – embora na Grécia e em Roma, por exemplo, boa parte da população dominasse as técnicas da leitura. A ênfase no oral, na Antiguidade, é revelada pelo espetacular desenvolvimento da arte da oratória e pela importância do ensino através do diálogo entre mestre e aprendiz. A célebre frase *magister dixit* (o Mestre disse) é reveladora de um certo caráter depreciativo em relação à escrita. [...] O diálogo, estratégia básica de transmissão e avanço do saber, era registrado posteriormente no escrito; mas as técnicas de notação manual dificultavam sua elaboração e propagação. O escrito era visto como sucedâneo do oral e, assim, pouco valorizado (1991, p.97).

Outro fato que propiciou o desenvolvimento do ato de narrar, dentre outros, foi a inexistência da imprensa. A veiculação dos textos por escrito demandava muito tempo por parte dos copistas. Da mesma forma, nem todos que sabiam ler tinham como adquirir o texto impresso, e o próprio aprendizado da leitura impressa não foi algo acessível a toda a população. Entretanto, a literatura oral acompanha o ser humano há muito mais tempo que a decodificação de códigos. Somente com o passar dos tempos foi aumentando o número de

obras copiadas e, assim, foram surgindo as primeiras bibliotecas, o que não diminuiu a amplitude da literatura oral ou mesmo seu alcance.<sup>15</sup>

Após os séculos XV e XVI, inúmeras narrativas foram transcritas com o objetivo de não “se perderem”, bem como novos escritores foram surgindo e com eles novas formas de narrar – o conto, a novela, o romance folhetinesco, a crônica, dentre outros. O que já existia, ou seja, os dramas encenados, os autos, a poesia trovadoresca, a literatura cavalheiresca, os romances de cavalaria, enfim, toda a sorte de manifestações literárias encontraram no papel e na imprensa de Gutemberg o meio mais fácil de oficializar/legitimar sua permanência na cultura das nações – tornar-se memória registrada em arquivo, segundo a AD (ORLANDI, 1999). O que não impediu que a literatura oral – também sob a forma de narrativas orais - continuasse a coexistir, tanto nos meios rurais quanto nas pequenas cidades e nas metrópoles que começavam a despontar.

Em poucas palavras, uma narração é o ato ou efeito de narrar, exposição escrita ou oral de um fato, narrativa (AURÉLIO, 1995). Por sua vez, o mesmo dicionário define narrativa como a maneira de narrar; narração; conto, história. Portanto narrativa e narração são vistas como sinônimas. O verbete “narrar” é apresentado como “expor minuciosamente. Contar, relatar, referir. Pôr em memória, registrar; historiar”. Já em versões on-line de outros dicionários, deparamo-nos com o verbete narrativa como “obra literária, geralmente em prosa, em que se relata um acontecimento ou um conjunto de acontecimentos, reais ou imaginários, com intervenção de uma ou mais personagens num espaço e num tempo determinados”<sup>16</sup>.

Do ponto de vista literário, Coutinho (1978, p.31) apresenta a narrativa como a essência da ficção, sua espinha dorsal, o que corresponde “ao velho instinto humano de contar e ouvir estórias, uma das mais rudimentares e populares formas de entretenimento”. Para esse pesquisador, cabe ao narrador filtrar a realidade e transformá-la em algo belo e único, a ficção.

Mas o que a distingue das outras formas de narrativa é que ela é uma transfiguração ou transmutação da realidade, feita pelo espírito do artista, este imprevisível e inesgotável laboratório. A ficção não pretende fornecer um simples retrato da

---

<sup>15</sup> No primeiro século d.C., o uso do pergaminho, substituto do papiro, expandiu-se, e o suporte material dos textos passou a ser o códice. Na Idade Média, nem todos sabiam ler, e muito menos escrever. Estas atividades eram para alguns membros privilegiados da corte e para os religiosos, primordialmente os monges, que monopolizavam esta tarefa (MARTINS, 1982). Diversos fatores contribuíram para a tentativa de universalização da leitura e da escrita, da mesma forma que situações históricas diferenciadas contribuíram, ocasionalmente, para a diminuição das mesmas. Com a invenção do papel e posteriormente da imprensa, nasceu a necessidade de um mercado consumidor para essa produção escrita, talvez um dos fatores que levaram à valorização da escrita. Já com a Revolução Industrial, outra necessidade surgiu – formar mão-de-obra especializada para trabalhar nas novas indústrias. A educação deu um salto, e conseqüentemente, a indústria literária.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/narracao>>. Acesso em: 12 Jan. 2018

realidade, mas antes criar uma imagem da realidade, uma reinterpretação, uma revisão. É o espetáculo da vida através do olhar interpretativo do artista, a interpretação artística da realidade” (COUTINHO, 1978. p. 31).

Entendemos que, desta forma, ao ser “filtrado” pelo narrador, qualquer fato torna-se passível de tornar-se narrativa e, conseqüentemente, ficção, o que vem a corroborar quando pensamos que as narrativas orais, como os casos populares, podem se originar a partir de situações corriqueiras, situações simples do dia-a-dia.

De acordo com Bosi (1996), o narrador (do romance) dispõe de um espaço amplo de liberdade inventiva, onde ele trabalha não só com a memória das coisas que realmente aconteceram, mas também com todo o reino do possível e do imaginável, criando, a seu bel prazer, representações do bem, do mal ou mesmo representações ambivalentes. Embora Bosi (idem) estivesse analisando narrativas de resistência no gênero romance, obras já publicadas e que fazem parte do cânone do discurso escrito, podemos transpor tais reflexões para o âmbito das narrativas orais, uma vez que, no domínio do discurso oral por excelência, elas resistem ao discurso escrito e às mídias. Em seu dizer, “o narrador trabalha a sua matéria de modo peculiar, o que lhe é garantido pelo exercício da fantasia, da memória, das potências expressivas e estilizadoras” (1996, p. 16).

Outra observação de Bosi que muito nos auxilia, é a de que o que é omitido no decorrer da conversação cotidiana, seja por medo, angústia ou mesmo pudor, aparecerá nas narrativas – um deslizamento dos sentidos, segundo a AD. Para ele, esses “são os valores mais autênticos e mais sofridos que abrem caminho e conseguem aflorar à superfície do texto ficcional” (1996, p. 27).

Com essas palavras introdutórias, passamos à questão da narrativa no campo na Análise do Discurso. Definir narração/narrativa/narratividade, como faz Eni Orlandi (2016), propicia alguns deslocamentos em relação às classificações/taxonomias tradicionais, em que narração, descrição e dissertação são apresentadas como a tipologia mais usual, principalmente no que se refere ao discurso escolar, em que essa tipologia é apresentada muitas vezes como estrutura estanque e pré-definida.

Em seu artigo intitulado “Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória”, Orlandi redefine narrativa e narratividade como sendo

a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas (2016, p. 21).

Partiremos de tal redefinição para o trabalho discursivo com essa forma de narrativa popular oral presente em Baependi. Na visão de Orlandi, para trabalharmos com o termo narrativa/narratividade discursivamente, é importante que ele seja deslocado das taxonomias tradicionais e seja inscrito discursivamente “no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva), tendo em conta a historicidade e a materialidade do discurso, enquanto estrutura e acontecimento” (idem, p. 22). Orlandi também observa, no mesmo trabalho, que não se pode pensar a narrativa como produto, sem seu processo de constituição, o que ela denomina e redefine como narratividade. Em outras palavras, quando deparamo-nos com uma narração, essa é constituída pela narratividade.

No dizer de Orlandi (1989), descrição e narração são diferentes efeitos de sentido construídos pelo enunciador, ou seja, modos de funcionamento da linguagem. A relação entre descrição e narração não é de exclusão, portanto encontramos a descrição dentro da narração, o que nos dá a presença do enunciador (eu) na narrativa<sup>17</sup>.

Achamos por bem retomar agora o sentido de “pôr em memória, registrar, historiar”, encontrado tanto em Bosi quanto nas definições dicionarizadas para narrativa. Pensamos que, quando se conta algo, seja realmente isso o que acontece: a necessidade de manter um registro de forma escrita ou oral, de um fato, tornando-o história, o que, segundo a AD, confluirá para tornar-se historicidade, como algo que intervém no sentido. Historiar algo que, para a maioria, seria banal, mas quando bem narrado, toma a forma de uma narrativa que passa a circular, passa a suscitar sentidos mil que fogem do controle daquele sujeito de linguagem que primeiro a narrou – chamaremos a partir de agora esse sujeito de linguagem de narrador/contador.

Assim sendo, para esta pesquisa definimos narração e narrativa em uma perspectiva discursiva como sendo o contar, o relatar, o pôr em memória fatos e acontecimentos reais e imaginários que, ao serem formulados, põem em circulação sentidos vários através de seu narrador que, por sua vez, é atravessado por formações discursivas e ideológicas e pela memória social e histórica do local onde está circunscrito. Pensamos nessa redefinição como necessária pois constitutiva também do caso popular como forma de narrativa que, em prosa, relata um acontecimento real ou simulado que passa a ser acrescido de elementos imaginários

---

<sup>17</sup> Orlandi (1989) considera a distinção entre narração, descrição e dissertação como uma classificação datada, ou seja, necessária para uma época em que estas classificações se fizeram necessárias e estabeleceram sua função. Procurando definir descrição do ponto de vista discursivo, fora da taxonomia clássica, Orlandi faz um paralelo entre descrição e narração. A pesquisadora diz que, enquanto a descrição anuncia, a narração “restitui a sucessão temporal dos acontecimentos”, pois haveria uma “coincidência temporal dela com seu objeto” (ORLANDI, 1989, p. 113). A descrição, de uma perspectiva enunciativa, segundo Orlandi, não é vista de um modo diferenciado em relação à narrativa, mas sim como um aspecto desta.

(ou até mesmo sobrenaturais) com um ou mais personagens num espaço e tempo determinados (ORLANDI, 2016), sendo nosso objeto específico de análise neste estudo, os casos circunscritos à cidade de Baependi, MG.

O verbete “causo” também pode ser definido como conto, história, caso. Acreditamos que a variação para “causo”, e não “caso”, seja de origem regional, ou seja, é ocasionada por desvios históricos na pronúncia e que, pelo grande alcance dessa variação, acabou adquirindo o status de sinônimo de caso. Para esse trabalho, optamos por utilizar a terminologia “caso”, definida do ponto de vista literário como forma de narrativa popular, obra literária de natureza oral, de autoria na maioria das vezes indeterminada, que tem em sua circulação e variações suas características mais marcantes (ORLANDI, 2001). Etimologicamente a palavra “caso” vem do latim *casus*, (particípio do verbo *cadere* = suceder), com o sentido de sorte, chance, casualidade. São narrativas casuais, despretensiosas; não são “criadas” com a mesma intenção de quando algo é escrito especificamente para a publicação, como uma novela ou um romance, por exemplo, outras formas também de narrativas (AURÉLIO, 1995).

As definições inicialmente apresentadas nos interessam na medida em que se faz necessário precisar a terminologia escolhida para o tratamento dos relatos analisados no *corpus* deste trabalho. Pensamos então em tratar esse objeto por narrativas enquanto tipologia textual – considerando narração/narrativa como sinônimos. E escolhemos também tratar os casos populares como uma forma de narrativa, pois os entendemos como parte da literatura oral<sup>18</sup>. Podemos também revisitar a definição on-line, na qual narrativa é apresentada como relato de acontecimentos reais. Além disso, abordaremos os textos, enquanto discurso, considerando o conceito de memória, relacionada à oralidade.

Orlandi (2004) acrescenta uma definição para narratividade urbana que achamos conveniente nesse trabalho - “palavras da cidade, parte da cena” (idem, p. 30). Em se tratando dos casos que analisamos, acreditamos haver uma mistura de espaço ou mesmo um espaço mal definido, pois urbano e rural não são bem delimitados, talvez pela pequenez da cidade de

---

<sup>18</sup> Acreditamos que por vezes os casos populares sejam considerados, no funcionamento ideológico, como “literatura menor”. A noção de literatura menor é política e não menor em sentido literal. Mas acreditamos que, a grosso modo, a literatura oral, mais precisamente os casos populares, encontram sua ascensão no âmbito escolar barrada por critérios políticos, ideológicos e classificatórios, onde o termo “menor” aparece compreendido também em seu sentido literal, relegando esse tipo de literatura ao status de mera curiosidade. Para Deleuze e Guattari, “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua menor” (2014, p. 30). Temos aí uma minoria no âmbito nacional – uma cidadezinha de interior – utilizando uma língua que foge muitas vezes à norma culta e cria uma literatura que extrapola àquela considerada padrão pelos órgãos governamentais e utilizada como padrão nas escolas. Concluindo, ainda segundo Deleuze e Guattari, “as três características da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação do individual no imediato-político, o agenciamento coletivo de enunciação. É o mesmo que dizer que ‘menor’ não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida)” (idem, p. 34).

Baependi ou mesmo pela mescla de elementos de ambos os espaços. Assim, considerando as categorias de discurso urbano e rural – elas fundem-se com facilidade a tal ponto de não sabermos com certeza quando – nem onde – um começa e outro termina. Os casos circulam entre esses dois espaços com extrema facilidade e as identidades de personagens e narradores se misturam. Ainda para Orlandi (2004), a cidade é vista como formadora de um corpo significativo, que produz sentidos de diversas formas – poesia, música, pichações, conversas, casos, dentre muitas outras -, que são “flagrantes de um olhar (um corpo) em movimento” (idem, p.31). A pesquisadora observa que “é isso que faz com que aí se inaugurem outras formas de narratividade que não têm um narrador com seu ‘conteúdo’, nem são textos fechados, destacados das condições de que fazem parte” (idem, p. 31). E “esse sujeito, afetado pela política do poder, ao ‘encontrar’ palavras, é afetado pela história, tornando um dizer possível” (idem, p. 30).

Considerando estas observações, e antecipando em algo as análises, diríamos que temos nos casos uma narratividade baependiana, na medida em que esses sujeitos participam enquanto narradores que não se distanciam nem se separam do que narram, nem no tempo nem no espaço, nem na significação, pois se consideram (ilusoriamente) também “donos” desse material narrativo de que dispõem a seu bel prazer. Ou seja, ao narrar, os sujeitos se apresentam na ilusão de ser a fonte dos sentidos, conforme a noção de Pêcheux (1969). Na obra utilizada como *corpus* de nossa pesquisa – “Baependi e seus causos” – Guimarães (2000) coloca após cada caso transcrito o nome do seu narrador (narrado por Zé Izalino, narrado por Petrônio, dentre outros) e, quando não foi possível identificar o narrador, aparece a expressão “repertório popular de Baependi”. Acreditamos que, quando Guimarães identificou na obra tais narradores, do ponto de vista discursivo, houve essa “ilusão de que tais narradores fossem a fonte dos sentidos do que narravam”, embora também acreditemos que, enquanto narradores/contadores, esses sujeitos não se consideravam responsáveis pelo o quê narravam.

Pensamos também que, influenciados pela historicidade do espaço rural que ainda coexiste no espaço urbano, mesclando-se, forma-se um dizer coletivo, como uma espécie de narratividade urbana, sem perder suas raízes rurais, comum àquele espaço, com características próprias, onde toda invenção e modificação é permitida – desde o cômico, o burlesco, até o absurdo.

### **3.1. O boato e o caso, variação e versão**

Narração por excelência, acontecimentos corriqueiros podem ser chamados de boato, fofoca, “disse me disse”. Pensamos inclusive que, desses mesmos acontecimentos corriqueiros podem originar-se os casos. Caso e boato têm um funcionamento discursivo semelhante na medida em que “algo se impõe na instância do histórico, do fato, do acontecimento, produzindo a necessidade de uma formulação” (ORLANDI, 2001, p. 145). E “estão presentes as condições de produção discursiva e os fatos que pedem sentidos”. Tal como o boato, também pensamos que os casos sejam uma resposta discursiva à necessidade de significar.

O boato para Orlandi (2001, p. 131)

é um fato relevante para se observar essa faixa do dizer que está entre o atestado e o possível. Margem opaca onde o dizer não está estabelecido em sua positividade e nem por isso deixa de existir, de fazer sentir seus efeitos. Sob sutis modos de ausência.

A autora também define o boato como “um fato da vida social pública, traço do funcionamento coletivo da palavra” (idem, p. 132).

Podemos pensar o caso da mesma maneira? Acreditamos que sim. Contar histórias faz parte da vida pública uma vez que, em comunidade, há a necessidade do diálogo, da conversa e inevitavelmente, conforme observa Orlandi (2002), da interpretação. E qualquer acontecimento, do mais simples ao mais complexo, pode tornar-se assunto para isso.

Orlandi acrescenta que

o boato faz parte da organização da sociedade, da instalação da vida urbana, espaço público, lugar comum. Ele está fortemente presente na sociedade brasileira nascente que só vai se organizar explicitamente como tal no século XIX com suas instituições, seu governo, sua vida intelectual local, seus instrumentos linguísticos, sua literatura, etc (Idem, p. 132).

É interessante considerar a questão da temporalidade no caso e no boato. Os casos parecem estar nos espaços públicos há tanto tempo quanto os boatos, tanto no espaço urbano quanto no rural, como memória oral com o caráter de formar o cidadão para determinados tipos de racionalidade e de condutas.

Como o boato, acreditamos que o caso é um fato de linguagem público, e que se (re) produz como prática fundamentalmente como um fato do percurso, circulação das palavras e dos sentidos. Quando o narrador acrescenta ao caso novos elementos, temos dispersão e multiplicidade de sentidos em torno do fato, margem de equívocos e incertezas que, a nosso ver, são características desse tipo de narrativa, entendidas como normais ou regulares, e não como problema. Situando-se nas bordas do possível com o impossível, no caso popular o

sentido joga entre o dito e o não-dito, mas como narrativa na qual o absurdo é possível, os múltiplos sentidos são esperados. E em que está em jogo a relação entre o narrador, os seus interlocutores e a produção de efeitos de sentidos variados.

No caso popular também percebemos a capacidade de migração, “a errância do sujeito que muda de posição” (ORLANDI, 2001, p. 131), ora como narrador, ora como ouvinte, ora na posição sujeito-autor porque também está reelaborando o que conta e, conseqüentemente, acrescentando muito de seu a essa nova versão. Em Baependi isso é nítido, porque quem narra num determinado momento é quem ouve no outro. E poderá – o que decerto acontece – ouvir o caso que narrou há pouco com outros elementos contados por um outro narrador, nesse efeito circular que é próprio da natureza do discurso oral .

Como circulação do discurso nessa narração, podemos perceber as relações de poder simbolizadas nas relações de força presentes no jogo de sentidos. Isso se torna perceptível quando analisamos diferentes versões de um mesmo caso – a necessidade de contar a versão mais hilária, ou a versão mais absurda. São relações de poder dizer, que atestariam a habilidade do melhor narrador, seja como aquele que mais ou melhor domina o repositório de casos da cidade ou aquele que mais facilidade (com domínio de técnicas) tem em narrar tais situações.

Em se tratando de relações de poder, podemos falar também sobre o desejo de clareza e a sua produção, abordados por Orlandi (2001) em relação aos boatos. Ele pode ser transposto, segundo o que pensamos, para os casos:

faz parte, da encenação retórica do poder, advogar a clareza, a transparência, praticando assim o apagamento, o silenciamento dos outros sentidos possíveis. Não há unicidade de sentidos por causa da história, do político, dos sujeitos. Sendo assim, o sentido claro é aquele que se estabiliza, o sentido dominante. O poder está sempre rodeando os sentidos que produz com uma grande quantidade de discursos que teria a finalidade de explicá-los, desambiguizá-los, para nos dar a certeza (seu sentido (verdadeiro) (2001, p 144).

Nesse sentido, quanto mais versões semelhantes sobre o boato forem encontradas, mais veracidade dar-se-á àquela primeira contada, pois a ela será atestada a veracidade do fato, o sentido dominante, o sentido do poder. O mesmo podemos pensar também, de modo mais específico, a respeito do caso do “Crime dos Três Pinheiros”, pois será interessante analisar os sentidos produzidos a partir desse crime, e como eles circulam em diferentes instâncias institucionais (judiciário, hospício, comunidade local). Procuraremos refletir mais sobre esses aspectos posteriormente durante as análises.

Tal como o boato, o caso também é gerido por um conjunto de dizeres supostos, “o lugar de uma família de sentidos possíveis, não-confirmada, presumida” (ORLANDI, 2001, 145). Entretanto, isso não interfere no interesse ou prazer em ouvi-lo. Verdadeiro ou não, o quanto mais absurdo um caso apresenta-se, mais prazeroso sua audição se mostra. O caso está “à procura de um dizer possível, em suas diferentes posições, os sujeitos produzem versões plausíveis, explorando um espaço de significações” (ORLANDI, 1989, p. 145), ou ainda, como o boato, “(...) produz um trajeto de sentidos do qual não se sabe ao certo a direção” (idem, 1989, p. 145). Ou ainda, “há o fato, há a necessidade de significá-lo socialmente – na ordem do sentido público – e há uma disputa pelo sentido “verdadeiro” (1989, p. 146). O narrador dos casos ora se responsabiliza, ora não se responsabiliza pelo o quê conta, não importa se verdadeiro ou não – o que não interfere nos sentidos que esses casos suscitam em seus ouvintes.

O boato e os casos populares têm características comuns e especificidades, tanto enquanto gênero textual, quanto do ponto de vista discursivo quando analisados dentro de uma perspectiva discursiva. Os casos, dentre as várias semelhanças com o boato, possuem também o ordinário do sentido e a oralidade como instância primeira de produção. Pereira (2013), na mesma direção de Orlandi (2001), acredita que os boatos são “administrados por relações de poder, determinações históricas ou injunções institucionais” (p. 78). Em relação aos casos, acreditamos, como será demonstrado nas análises, que isso também é possível, uma vez que uma situação corriqueira pode transformar-se em caso. Mas o que faz com que uma situação torne-se digna de ser contada (e re-contada inúmeras vezes) e outra não? Não estaríamos vendo aí o embate entre relações de poder, determinações históricas e injunções institucionais na “escolha” e manutenção do que pode e deve ser contado?

Pensem então no caso “Hotel Barato (11)”. O fato de uma esposa não deixar que o marido entre em casa após uma noite de bebedeira não é incomum, mas o que fez com que esse fato passasse a fazer parte do repertório oral de Baependi, tornando-se um dos seus casos e não apenas um simples boato com duração limitada? A quebra de expectativa? A atitude inusitada do personagem? As particularidades deste, um cidadão conhecido de Baependi que, a partir desse fato, passa a fazer parte do repertório oral da cidade e torna-se atemporal? Acreditamos que as relações de poder, as determinações históricas e as injunções institucionais, como especificamos mais acima, contribuíram para a escolha e manutenção desse fato como um caso, discursivamente mais duradouro que o boato, encontrando aí, mesmo em poucos elementos, um cidadão interessante para tornar-se personagem e uma

atitude frente a um problema do cotidiano que, bem contado, poderia ser facilmente adornado com elementos cômicos digno de ser passado e repassado inúmeras vezes.

Os casos populares circulam, como os demais gêneros textuais, inclusive os boatos, em condições regulares de enunciação, mas não é em todo lugar nem a qualquer momento que se conta um caso. Ambos seguem determinadas regras e formações discursivas em sua reprodução e circulação no discurso oral, e nem sempre sua legitimação – enquanto discurso escrito - é necessária para que haja uma maior ou menor audiência. As versões diferentes dos casos são aceitas, perdem-se em sua formulação. Essa aceitação faz parte de sua estrutura, de modo que se torna praticamente impossível a localização de uma versão inicial ou primeira versão.

### **3.2. Função autor e a variação nos casos populares**

Para Orlandi (2002), a autoria é uma função do sujeito no texto, daí a sua utilização do termo função-autor. Em seu estudo a autora faz um percurso teórico passando por Ducrot (sobre funções enunciativas do sujeito: a de locutor e a de enunciador) e Foucault (1971) para, em seguida, deslocar a noção que esse autor dá à autoria, pois, para ele, há processos internos de controle do discurso que visam domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso para, em outras palavras, normatizá-lo. E o papel da autoria estaria relacionado a este controle. Desta forma, o autor é entendido por Foucault como unidade e origem de suas significações (embora esse princípio não valha para todos os tipos de textos de forma constante). Já para Orlandi a própria unidade do texto é um efeito discursivo, que deriva do princípio de autoria. Assim sendo, o princípio de autoria adquire um alcance maior e apresenta-se como necessário para qualquer discurso, colocando-se na origem de toda a textualidade.

Ainda segundo Orlandi (2002, p. 75), “um texto pode até não ter um autor específico mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele”. Assim, segundo Foucault (1987) o autor é princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações. Orlandi (2002) amplia e desloca tal concepção direcionando-a em função do social presente na linguagem, na qual a função autor “é aquela em que o sujeito falante está mais afetado pelo contato com o social e suas coerções” (ORLANDI, 1996, p. 77). Tais definições nos interessam na medida em que se faz necessário compreender o contador – narrador de casos como apenas um contador, ou se, em algum momento do processo de formulação, produção ou circulação dos casos ele também pode ser designado como autor.

Retomando Foucault, Orlandi (idem) observa que o princípio da autoria limita o acaso do discurso, uma vez que, condicionando o locutor a se representar como eu no discurso e sendo o enunciador a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem. Desta forma, ele torna-se mais determinado pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e pelas coerções, ou seja, mais submetido às regras das instituições. “Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares” (ORLANDI, 2002, p. 74).

Mesmo com um sujeito opaco e o discurso não sendo transparente, espera-se que o texto seja coerente e não-contraditório, e seu autor visível, colocando-se na origem do seu dizer (ORLANDI, 2002). Essas exigências procuram tornar o sujeito visível enquanto autor, mas também calculável e controlável. Ainda para a pesquisadora, quando o sujeito, ao mesmo tempo em que reconhece a exterioridade à qual deve se referir e também se remete a sua interioridade, ele constrói sua identidade como autor e aprende a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. A esse processo Orlandi denominou de **assunção da autoria**. “O autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz, etc” (Idem, p. 76).

Dessa forma, não basta falar para ser autor (ORLANDI, 2002). O sujeito que ocupa a posição autor precisa estar inserido na cultura e no contexto histórico-social, assumindo, inclusive perante as instâncias institucionais, o papel social de autor (ORLANDI, 1988).

A partir disso, podemos refletir mais profundamente a respeito dos contadores de casos de Baependi. Quando contam os casos, eles se assumem como baependianos, por isso dignos de acrescentar situações absurdas ou os elementos que lhes aprouver para deixar os casos mais “saborosos” para os ouvintes. Essa é uma característica primordial do narrador (BENJAMIM, 1987).

Segundo Freud (1907-8), os escritores criativos são aqueles que retiram sua matéria-prima de um mundo paralelo, o da fantasia, tal qual o mundo de uma criança enquanto brinca. É como se esses escritores tivessem a facilidade de retornar às fantasias infantis, mas agora com os elementos do mundo adulto, o que, segundo o autor, “deriva-se basicamente da suposição de que a obra literária, como o devaneio, é uma continuação, ou um substituto, do que foi o brincar infantil”<sup>19</sup>. Nos casos baependianos, os elementos de um mundo paralelo,

---

<sup>19</sup> <http://www.portalentretextos.com.br/noticias/escritores-criativos-e-devaneio-1908-1907,2137.html> Acesso em 05 de setembro de 2018.

onde o absurdo convive lado a lado com o prosaico, foram primeiro elaborados por narradores anônimos cuja primazia pela autoria em muito se perdeu. Esse “narrador criativo”, então, que tal como Freud aborda, pode ter retirado seus elementos do universo onírico ou da fantasia infantil reprimida, fez com que seus casos multiplicassem em uma espécie do que chamamos de um “discurso fantástico”, aquele em que a criatividade e o devaneio encontram um espaço propício para seu desenvolvimento, e que encontram ouvintes predispostos a tais características.

Quem produz os casos? Quem são seus autores? O que temos, muitas vezes, são informações a respeito de quem os contou, ou seja, seus contadores ou narradores (orais), e não podemos afirmar que eles sejam realmente seus autores. Partindo desse pressuposto, voltamos em Orlandi (1996, p. 76), quando a autora afirma que “o sujeito está, de alguma forma, inscrito no texto que produz”. A autora ainda complementa que há muitas marcas que atestam essa inscrição, e “os diferentes modos pelos quais o sujeito se inscreve no texto correspondem a diferentes representações que, por sua vez, indicam as suas diferentes funções enunciativo-discursivas” (idem, p. 76).

Orlandi fala em “apagamento” do sujeito na função-autor, uma vez que “é nessa perspectiva que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz” (1996, p. 78). Nesse sentido cabe perguntar: qual a responsabilidade que o contador de caso tem pelo o que conta, pelos acréscimos que ele põe em sua narrativa? Ou seja, pelas variações que ele cria?

Retomando o que dissemos anteriormente a partir de Orlandi, quando o sujeito se apresenta como autor, a ele mais se cobra a ilusão de ser origem e fonte do discurso e, conseqüentemente, a linguagem está mais sujeita ao controle social. Como se dá esse controle social quando se trata de casos populares? Em uma formação social como a de Baependi, poderíamos falar de um controle social que direciona os casos a terem as mesmas regularidades, tais como a comicidade e o absurdo? Como entender, nessa relação, a posição do narrador/contador, como sujeito que conta o caso? Acreditamos que a memória social e histórica, com componentes do processo de colonização, esteja materializada nas narrativas.

Em uma formação discursiva que funciona de modo coletivo, na qual os casos são uma constante, parte da discursividade regional é reivindicada como característica da cidade. Acreditamos que neste ponto, o sujeito-autor segue objetivos e regularidades discursivas que

---

já são comuns a todos os contadores de casos. Esse sujeito “visível, calculável, controlável” (Idem, p. 78) segue regras discursivas que são estabelecidas ideologicamente dentro de uma formação discursiva – ou várias formações discursivas – segundo as quais os casos seguem regularidades próprias, como as que veremos no próximo capítulo. Para Orlandi,

Para que o sujeito se coloque como autor, ele tem de estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que ele se remete à sua própria interioridade: ele constrói assim sua identidade como autor. Isto é, ele aprende a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. O autor é, pois, o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido (ORLANDI, 1996, p. 78-79).

Essa assunção do autor implica também uma inserção dele na cultura, no contexto histórico-social, o que nos possibilita voltar ao conceito de formação discursiva conforme Pêcheux (1975), pois desta forma podemos perceber determinados sentidos nos discursos que são provenientes do gesto desse sujeito-autor de se adequar àquela perspectiva do gênero enquanto prática discursiva.

O fato de se considerar como fonte do que diz (Pêcheux, 1975) é uma ilusão necessária ao falante, e é da ordem da enunciação do discurso, mais do que da ordem da sua produção. Quando se trata de casos, isso pode ser perceptível quando ele utiliza mecanismos enunciativos para assegurar a veracidade do que diz, uma vez que, colocando-se como enunciador ao narrar, ele tenta assumir toda a responsabilidade pelo o quê está contando. Mas sabemos que não é bem assim, pois ecoam formações discursivas e ideológicas na formulação desse discurso, ele assim o vê, mas na realidade seu discurso não nasce nem se encerra nele. A textualidade do caso tem a sua ordem material de funcionamento social cuja origem independe do sujeito contador, num sentido individual. Sendo claro que “os contadores” – e não os autores - do caso são elementos fundamentais dessa discursividade.

Segundo Foucault (1987), o princípio de autoria é um dos mecanismos de controle e delimitação do discurso, pois tentam domesticar a dimensão do acontecimento e do acaso do discurso. Podemos identificar tal fenômeno num caso? Talvez, quando algum contador diz... “Esse foi contado por fulano”. Desta forma, tenta-se relacionar o valor do texto ao valor atribuído ao sujeito mencionado, ou seja, imputar-lhe a fonte.

O fato de saber narrar o caso, conhecê-lo, já é identificar-se enquanto sujeito daquela região, conforme pontua Orlandi (2001), uma vez que tal textualidade não é do conhecimento de pessoas, por exemplo, do interior paulista ou dos cariocas. Mesmo que a estrutura e o enredo se mantenham semelhantes, esses sujeitos se constituem enquanto narradores, enquanto sujeitos que colocam um pouco de si (sua memória, sua historicidade) a cada vez

que “re-contam” cada um desses casos, criando assim um novo processo de autoria, num gesto circular de identificação entre a narrativa (o caso) e o espaço geográfico/social onde tal caso surgiu.

Os casos são, em sua maioria, narrativas curtas, com enredo de fácil memorização, poucos personagens, o que, muitas vezes, contrapõe-se à estrutura tradicional das narrações típicas já publicadas, principalmente aquelas trabalhadas no programa oficial do ensino de literatura nas escolas. Sobre a estruturação das narrativas populares, há um aspecto interessante com relação à leitura e à memória, tratado por Benjamin (1987), que consideramos aqui por sua pertinência para compreender a circulação oral desses textos. O autor diz que

nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia. Esse processo de assimilação se dá em camadas muito profundas e exige um estado de distensão que se torna cada vez mais raro (idem, p. 204).

Porque memorizadas, nas contações de casos não há a necessidade do contador/narrador sentir-se “autor”, acreditar-se autor, no sentido foucaultiano. Mas não quer dizer que não aconteçam gestos de interpretação.<sup>20</sup> O narrador acaba enunciando no lugar de autor, e quando acrescenta um elemento novo à narrativa, de língua, de enunciado, de estrutura, nesse movimento, esse algo novo é unicamente seu, enquanto narrador/enunciador – carregado de formação discursiva e da formação ideológica em que se inscreve a direção de seu dizer, pois há a elaboração de um processo de enunciação muito próximo da autoria, e novamente a variação acontece.

Segundo Orlandi (2001), a função-autor enseja uma atitude de organização, produzindo um efeito imaginário de unidade, em que imaginariamente o sujeito é a origem do sentido e torna-se responsável pela sua produção, sendo isso corroborado inclusive pela ideologia e pelo inconsciente. Quando se trata da variação, cada vez que um contador de caso repete um caso que ele ouviu de outrem, essa repetição já é outro texto do ponto de vista discursivo,

---

<sup>20</sup> Para Orlandi (1996), a autoria é caracterizada pelo gesto de interpretação quando, na função-autor o sujeito sente-se responsável pelo sentido do que diz, por uma formulação que faça sentido. “O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. (...) Como ele interpreta o que o interpreta” (idem, p. 97). Para a autora (1996, p.84), os gestos de interpretação também acontecem “quando estamos fazendo da leitura, e da interpretação, um ato simbólico dessa mesma natureza de intervenção no mundo. Uma prática discursiva. Linguístico-histórica. Ideológica. Com suas consequências. Com efeito, pode-se considerar que a interpretação é um gesto, ou seja, ela intervém no real do sentido”. Em outras palavras, os gestos de interpretação podem ser compreendidos como um ato simbólico que intervém no real do sentido, apoiado em um dispositivo teórico.

outra formulação, mesmo que a posição sujeito não tenha sido alterada nem mesmo a ideologia que nela se materializa. Orlandi complementa que “as margens das diferentes versões exibem difíceis limites fluidos e cambiantes na relação das formações discursivas” (Idem, p. 65).

A nosso ver, aí está a beleza do caso, pois ele nunca é igual, já que a variação possibilita que, a cada “re-conto”, o novo aconteça, num movimento circular, que pode remontar até mesmo à Antiguidade, conforme analisa Benjamin no contexto europeu, onde a circulação oral da versão predominava e o seu registro na língua escrita nem mesmo ainda era imaginado. Benjamin (1987) pensava sobre esse movimento dizendo que “contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e isso se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história”(idem, p. 205). As condições de produção determinam as práticas discursivas, e para haver a circulação do caso é preciso condições propícias, mas estas condições, sociais e históricas, modificam-se com o passar do tempo, com fatores como a urbanização, o êxodo rural, as transformações na manufatura, dentre outras.

Mesmo vários casos de Baependi já tendo sido publicados de maneira artesanal, sua forma oralizada e suas diferentes versões continuam sendo aquelas mais difundidas entre a população, tanto por sua facilidade no que se refere à circulação quanto por suas variações. E não se pode deixar de mencionar a facilidade no que se refere à memorização, pois geralmente possuem enredo simples e um desfecho bastante inusitado.

Orlandi define variação como “o princípio segundo o qual todo texto tem pontos de deriva possíveis, deslizamentos que indicam diferentes possibilidades de formulação. Há textos possíveis nas margens do texto” (Idem, p. 65). Uma vez que temos o texto como unidade de sentido em relação à situação discursiva, o caso popular é uma unidade de sentido completa em si mesmo, sem mencionarmos, a princípio, as suas variações. Em síntese, podemos definir o caso popular como unidade de sentido material, histórica, manifestação concreta do discurso, que torna possível a análise de seu funcionamento e a compreensão dos gestos de interpretação nele inscritos.

Se um caso é contado, ele cumpre seu papel social de fazer circular sentidos, histórias, memórias, e por sua vez também produz sentidos em cada um que o conta ou o ouve, mesmo se a ele forem acrescentados outros elementos. Ainda segundo Orlandi (2001), as variação/versões, como vimos tratando neste trabalho – “é uma escrita, uma outra manuscrita, em que a (manu), enquanto corpo, falha, tornando possível um gesto outro. O sentido elabora a sua materialidade nas diferentes versões/manu-escriturações” (ibid, p. 83), e

“a variante é a base da textualidade, a sua necessidade é a relação móvel e permanente entre diferentes formações discursivas, atestando o funcionamento ideológico da linguagem” (ibid, p. 206).

Em outras palavras, Orlandi (2001, p. 83) diz que a forma da variante “(o como se diz) importa mais do que o que se diz”. Em se tratando de narrativas orais, quando narradas pela pessoa certa – compreendendo-se aqui “pessoa certa” como aquele contador que possui a habilidade de narrar de maneira saborosa, agradável, que prende os ouvintes – a situação mais corriqueira pode transformar-se naquilo que chamamos de caso. E por conseguinte são as variações que ocorrem. Então nesta pesquisa não podemos deixar de lado a importância que o contador tem nesse processo, pois cabe a ele dar o acabamento, a formulação ao fato narrado, ao acontecimento, que fará com que esse discurso passe a fazer sentido – e gerar mais e mais sentidos – dentro de uma determinada comunidade.

### **3.3. Algumas narrativas orais de autoria indeterminada**

Há inúmeros tipos de narrativas orais, e para esse trabalho elencamos somente alguns para relacionar semelhanças com nosso objeto mais específico de trabalho, os casos populares.

Partimos de Averbuck (1984, p.67), quando define narrativas orais como o conto, ou seja, uma “história breve, de enredo simples e linear, com forte concentração de diegese <sup>21</sup>do tempo e do espaço”. De conto inicialmente enquanto narrativa oral, que somente posteriormente foram transcritos, podemos pensar em contos maravilhosos, mitos, lendas, fábulas, enfim, narrativas de natureza fantástica que têm em sua estrutura elementos em comum com os casos populares. Vamos tecer comentários às narrativas antes de chegarmos às análises, do ponto de vista discursivo, como é objetivo nesta tese, de alguns casos populares da cidade de Baependi.

O interesse científico pelas narrativas fantásticas começou por volta do século XVIII, quando seus símbolos passaram a ser vistos como anúncios de um neopaganismo. Ao mesmo

---

<sup>21</sup> Diegese – “Termo de origem grega divulgado pelos estruturalistas franceses para designar o conjunto de ações que formam uma história narrada segundo certos princípios cronológicos. O termo já aparece em Platão (República, Livro III) como simples relato de uma história pelas palavras do próprio relator (que não incluía o diálogo), por oposição a mimesis ou imitação dessa história recorrendo ao relato de personagens. Por outras palavras, o sentido da oposição que Sócrates estabelece entre diegesis e mimesis corresponde, respectivamente, à situação em que o poeta é o locutor que assume a sua própria identidade e à situação em que o poeta cria a ilusão de não ser ele o locutor.” <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/diegese/> Acesso em 14 de junho de 2018. Ou ainda, diegese é um conceito referente à dimensão ficcional de uma narrativa, uma realidade própria da narrativa, à parte da realidade.

tempo, as escolas literárias também manifestaram seu interesse por elas, comparando muitas vezes o herói da lenda ou do conto maravilhoso ao herói do conto clássico, haja vista suas semelhanças com a estrutura do romance europeu numa perspectiva pré-estruturalista (PRADO, 1982).

Entretanto, por volta de 1920 os formalistas russos já desenvolviam trabalhos acerca da estrutura das narrativas, e estudiosos do estruturalismo francês também contribuíam com sua parcela, dentre eles Jakobson, Lévi-Strauss e Roland Barthes, dando abertura para outros países, além do Círculo Linguístico de Praga. Para os estruturalistas, cada grande obra literária superava o modelo anterior de seu gênero e estabelecia outro, à luz do qual eram examinadas as obras seguintes. O modelo nunca era definitivo. Assim, as narrativas maravilhosas, dentre elas os contos de fadas e as novelas de cavalaria, por exemplo, ganhavam, cada vez mais espaço no mundo científico-literário.<sup>22</sup>

O mito, a análise psicológica, o fluxo da consciência, os elementos simbólicos e alegóricos vão subverter a estrutura narrativa, criando textos que exigem outro tipo de percepção do leitor. A literatura narrativa alcança altos degraus de criação estética (AVERBUCK, 1984, p.67).

Existe uma oscilação teórica na definição e classificação desse tipo de literatura, que ora aparece como fantástica, ora como maravilhosa, e denominações também que a colocam como “estranha”, “sobrenatural”, dentre outras, são por vezes encontradas. Todorov, no estruturalismo, procurou balizar o gênero na década de 1960 a partir de critérios de similaridades. Para ele, o que distingue o fantástico é a perplexidade diante de um fato inacreditável, uma hesitação entre uma explicação racional e realista e o acatamento do estranho e sobrenatural, enquanto que o maravilhoso pressupõe a aceitação do inverossímil e do inexplicável. Ainda segundo Todorov (2004), as narrativas maravilhosas são aquelas em que os acontecimentos inverossímeis são comuns e perfeitamente aceitáveis no mundo diegético, ou seja, dentro daquele tipo de narrativa que já pressupõe a aceitação incontestável de todo e qualquer elemento sobrenatural pelo leitor ou ouvinte, não suscitando nenhum tipo de questionamento.

Calvino (2004) mantém a definição todoroviana, e acrescenta que “o elemento sobrenatural (...) aparece sempre carregado de sentido, como a irrupção do inconsciente, do

<sup>22</sup> A estrutura de um conto maravilhoso difere em alguns aspectos da estrutura de uma fábula, que por sua vez se diferencia da estrutura do mito ou da lenda, embora seja comum a presença de vários elementos acessórios. Nos contos de fadas, por exemplo, o maravilhoso é apresentado como natural, percebido como efeitos de sentido inerente à realidade, o que possibilita para a leitura uma ruptura ou um contornar dos constrangimentos sociais espaço-temporais, de modo que as personagens possam assumir um caráter simbólico, com o qual o leitor vai identificar-se ao produzir sentidos na leitura; ele aparece em sequências maiores, tornando-se episódico.

reprimido, do esquecido, do que se distanciou no nossa atenção racional”. O autor também coloca que os melhores efeitos da literatura fantástica se encontram na oscilação de níveis de realidade inconciliáveis, sendo o elemento “espetaculoso” essencial a esse tipo de narrativa.

Furtado e Roas, pesquisadores do tema citados por Gama-Khalil (2013, p. 14), afirmam que para uma narrativa ser definida como fantástica ela deve acolher em sua própria tessitura o sobrenatural. A autora entende a literatura fantástica como uma ruptura no real, um descompasso gerado em sua discursividade. Cita também Bessière (2001) para quem o objetivo do fantástico na literatura seria incitar a incerteza. Concordamos com esses autores quando correlacionamos os casos populares de Baependi às narrativas fantásticas por eles analisadas, uma vez que deixar a incerteza da veracidade dos fatos narrados como elemento imprescindível à natureza discursiva do caso torna-se uma regularidade por nós encontrada.

E, ainda,

O conto fantástico é uma das produções mais características da narrativa do século XIX e também uma das mais significativas para nós, já que nos diz muitas coisas sobre a interioridade do indivíduo e sobre a simbologia coletiva. À nossa sensibilidade de hoje, o elemento sobrenatural que ocupa o centro desses enredos aparece sempre carregado de sentido, como a irrupção do inconsciente, do reprimido, do esquecido, do que se distanciou de nossa atenção racional. Aí estão a modernidade do fantástico e a razão da volta do seu prestígio em nossa época. Sentimos que o fantástico diz coisas que se referem diretamente à nós, embora estejamos menos dispostos do que os leitores do século passado a nos deixarmos surpreender por aparições e fantasmagorias, ou melhor, estamos prontos a apreciá-las de outro modo, como elementos da cor da época (CALVINO, 2004, p.09).

Desta forma, a presença do fantástico na literatura, desde a oralidade e as pinturas rupestres dos mais diversos povos, até Allan Poe e as produções contemporâneas, passa a ser uma realidade. Obras como “Odisseia”, “Decameron” e “Dom Quixote” apresentam, em graus diferentes, elementos do maravilhoso e do fantástico.

[...] em seus primórdios, a Literatura foi essencialmente fantástica: na infância da humanidade, quando os fenômenos da vida natural e as causas e princípios das coisas eram inexplicáveis pela lógica, o *pensamento mágico ou mítico* dominava. Ele está presente na imaginação que criou a primeira literatura: a dos mitos, lendas, sagas, cantos rituais, contos maravilhosos, novelas de cavalaria, etc. a essa fase mágica, e já revelando preocupação crítica com a Realidade ao nível das relações humanas, correspondem as fábulas (COELHO, 1991, p.49).

Com o advento do movimento romântico que eclodiu na Europa, sobretudo na Alemanha e na Inglaterra, a literatura fantástica teve seu ápice, englobando desde os contos de fadas já considerados antigos até as novas produções artísticas.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> A organização interna de um romance romântico pressupõe a obtenção de um equilíbrio estável que fecha a ação e põe fim às peripécias, geralmente colocadas como série de obstáculos que devem ser superados pelos

Segundo Calvino (2004),

é com o romantismo alemão que o conto fantástico nasce, no início do século XIX; mas já na segunda metade do século XVIII o romance “gótico” inglês havia explorado um repertório de temas, ambiente e efeitos (sobretudo macabros, cruéis, apavorantes) do qual os escritores do romantismo beberiam abundantemente (2004, p. 10).

Por outro lado, a presença do terror também caracteriza as narrativas fantásticas, desde o mais simples conto de fadas e os mitos, até as narrativas criadas especificamente para esse fim.

[...] o gênero horror tem sido muitas vezes capaz de atingir pontos de pressão fóbica em nível nacional, [...] quase sempre parecem expressar e jogar com temores que afligem um vasto espectro de pessoas. Tais temores, que são muitas vezes políticos, econômicos e psicológicos, em vez de sobrenaturais, dão às boas obras de terror um interessante sentimento alegórico [...] (KING, 2003, p.19).

O sujeito, da mesma forma que possui uma necessidade nata de transcender-se na fantasia, também possui a necessidade de, para King (idem, p.19), “dar uma espiadinha” naquilo que lhe causa repugnância, medo, terror. Não seria nesse momento que o sujeito vê-se “condenado a significar”, nas palavras de Orlandi (1990, 1996)? Sobre o mesmo tema, King novamente afirma que

nós inventamos horrores para nos ajudar a suportar os horrores verdadeiros. Contando com a infinita criatividade do ser humano, nos apoderamos dos elementos mais polêmicos e destrutivos e tentamos transformá-los em ferramentas – para desmantelar esses mesmos elementos (KING, 2003, p. 24).

O conto de fadas como gênero propriamente dito despertou o interesse de estudiosos desde a antiguidade clássica. Warner (1999, p.39) afirma que, “Platão, no *Górgias*, referiu-se depreciativamente ao tipo de conto – *mythos graós*, o conto das velhas – narrado pelas amas para divertir ou assustar crianças. Possivelmente, trata-se da mais antiga referência ao gênero”. Já nas lendas e nos mitos, o maravilhoso fascina, assusta, pois seus efeitos funcionam como ponto central da narrativa. O comum nestas narrativas é a presença do

---

heróis. O discurso induz a uma prática virtuosa, valorizando a fidelidade, a perseverança, a simplicidade, e outras tantas virtudes burguesas. É, pois, conveniente que o par amoroso central condense em si as qualidades desejáveis – quer para o homem, quer para a mulher, uma vez serem ambos os representantes das aspirações do grupo social. Já aí temos uma das linhas – base da ficção dos meados do século XIX: aos olhos da época o romance não é apenas a reduplicação da sua realidade, mas o retrato da vida que a sociedade burguesa dessa época gostaria de ver reproduzida. À medida que procura sua consolidação, o romance, esta arma de propaganda e afirmação de uma classe, informa e, sub-repticiamente, ensina como agir para preservar os valores criados e os meios para obtê-los. A recompensa, em geral, é apresentada como sucesso amoroso. Ficavam os leitores da época sabendo que o caminho para a felicidade não se afasta de certos procedimentos éticos, e só podem conseguir a felicidade aqueles que, por virtude, a tem merecida (PRADO, 1982, p. 15).

fantástico, o que as caracteriza como histórias absurdas ou não, de acordo com a sociedade na qual se encontram, além da própria sensibilidade de quem as escuta ou as conta.<sup>24</sup>

A presença do elemento sobrenatural nas narrativas, caracterizando-as como fantásticas, maravilhosas ou simplesmente como “de fadas” ou fabulosas, pode ser justificada por inúmeras características, dentre elas o fato de que é mais fácil atribuir aos seres sobrenaturais certas características, como as de ordem sexual ligadas ao incesto, por exemplo.

A introdução de elementos sobrenaturais também é um meio de evitar a condenação que a sociedade lança sobre a loucura, por exemplo. O autor, como efeito na escritura, fica receoso de abordar literalmente certos temas e, através do elemento fantástico, essa abordagem fica possível. O gênero atribuí, na maioria das vezes, situações pecaminosas aos personagens fantásticos, como nos mitos. Os contos de fadas, por sua vez, apresentam a forma mais estável deste tipo de narrativa, ou seja, o enredo é sempre parecido um com o outro.<sup>25</sup>

Podemos concluir, portanto, que as forças sobrenaturais são efeitos de sentido necessárias para romper a imobilidade da narrativa; o elemento fantástico e maravilhoso é o que melhor preenche essa função precisa – trazer uma modificação da situação precedente.

A função literária e a função social do sobrenatural dentro das narrativas são uma única: a de transgredir uma lei. A demanda do Santo Graal (obra anônima do séc. XIII) é uma novela de cavalaria que já foi conto de fadas, construída sobre a tensão entre duas lógicas, ou seja, a narrativa e a ritual. Para alguns estudiosos, o Santo Graal seria a manifestação romanesca de Deus, sob o véu da alegoria, e a sua demanda seria a procura de Deus, o esforço dos homens de boa vontade em direção ao conhecimento divino. Entram em relação o inteligível e o

---

<sup>24</sup> Segundo Todorov, “existem narrativas que contêm elementos sobrenaturais, mas onde o leitor nunca se entrega acerca de sua natureza, pois sabe que não deve tomá-los ao pé da letra. Se os animais falam, nenhuma dúvida nos assalta o espírito: sabemos que as palavras do texto devem ser tomadas num outro sentido, que se chama alegórico” (TODOROV, 1970, p. 151). O efeito de sentido do fantástico dura apenas o tempo de uma hesitação: hesitação comum ao leitor e à personagem descrita, que devem decidir se aquilo que percebem se deve ou não à “realidade”, tal qual ela existe para a opinião comum. O autor ainda complementa que “existe afinal um maravilhoso puro que, da mesma forma que o estranho, não tem limites nítidos: obras extremamente diversas contêm elementos de maravilhoso. No caso do maravilhoso, os elementos sobrenaturais não provocam qualquer reação particular nem nas personagens nem no leitor implícito. Não é uma atitude para com os acontecimentos contados que caracteriza o maravilhoso, mas a própria natureza desses acontecimentos (TODOROV, 1970, p.160).

<sup>25</sup> Para melhor estudar os tipos de narrativas segundo o estruturalismo de Todorov, estabeleceu-se certas divisões, dentre elas a da narrativa mínima, onde há um núcleo sem o qual não se pode dizer que há realmente uma narrativa. “Toda narrativa é movimento entre dois equilíbrios semelhantes mas não idênticos. No começo da narrativa, haverá sempre uma situação estável, os personagens formam uma configuração que pode ser móvel mas que conserva entretanto intactos certo número de traços fundamentais (TODOROV, 1970, p. 162). Já a narrativa elementar, “comporta pois 2 tipos de episódios: os que descrevem a passagem de um a outro. Os primeiros se opõem aos segundos como o estático ao dinâmico, como a estabilidade à modificação, como o adjetivo ao verbo. Toda narrativa comporta esse esquema fundamental, se bem que seja frequentemente difícil reconhecê-lo: podemos suprimir seu começo ou seu fim, intercalar digressões, outras narrativas, etc” (idem, p. 163).

sensível, o abstrato e o concreto – o Graal é igual a Jesus Cristo e tudo o que ele simboliza. Para outros, esta lenda possui simbologias pagãs traduzidas em símbolos cristãos, sendo o Santo Graal nada mais do que a imagem de Maria Madalena e sua influência feminina na vida Jesus Cristo.<sup>26</sup> Mesmo Branca de Neve, ao morder a maçã envenenada, remete-se diretamente ao mito de Adão e Eva no Jardim do Éden. Com a “destruição” da religiosidade pré-medieval que tinha sua deusa maior num símbolo feminino, muitos dos contos fantásticos foram modificados de acordo com os sentidos de outra religião.

Foi assim que se perderam muitos dos contos femininos que continham instruções sobre o sexo, o amor, o dinheiro, o casamento, o parto, a morte e a transformação. [...] No transcorrer dos séculos, várias conquistas de nações por outras nações e conversões religiosas, tanto pacíficas quanto impostas pela força, encobriram ou alteraram a essência original das antigas histórias (ESTES, 1997, p. 31-32).

As versões então foram se sobrepondo e se modificando, à maneira da sobreposição também na arquitetura. Até certo ponto, todas as narrativas fantásticas e maravilhosas são fictícias, mesmo quando se originaram de fatos concretos, pois a população se incumbe de recheá-las com elementos outros, do sobrenatural, do absurdo, e muitas vezes do grotesco. Nesse sentido, esses textos têm em comum o fato de que quanto mais distantes da realidade, da lógica, melhor. Como se sabe, pelo efeito metafórico (PÊCHEUX, 1990), as alegações verdadeiras, em certas circunstâncias, podem ser usadas como mentira. A linguagem humana admite a possibilidade de ficção, que é o que se chama de convenções do discurso formal quando assumem formas socialmente construídas. E, em geral, elas o são.

Quando se trata da transcrição dessas narrativas, não acreditamos que os escritores tenham necessariamente a intenção de convencer veementemente os leitores da veracidade dos fatos narrados, pois na maioria das vezes funcionam sinais para alertá-los com expressões do tipo “Era uma vez...”, “Em épocas remotas...”, “Num reino que não existe mais...”, “Num lugar que não nos é conhecido...”, “Numa época em que o nosso tempo não consegue demarcar...”. Ou até mesmo o próprio fato da obra ser classificada como um conto maravilhoso ou outra narrativa de gênero semelhante, já programe o leitor a não esperar fatos verídicos de tais obras. Expressões do mesmo tipo também são encontradas, como veremos, nos contos orais e nos casos, para ir demarcando a indeterminação da autoria, a autoria coletiva, ou mesmo, e sobretudo, a imparcialidade do narrador quanto à veracidade dos fatos:

---

<sup>26</sup> Encontramos alusões a esse tema em diversas obras da ficção contemporânea, tais como a trilogia “O Senhor dos Anéis”, do britânico J. R. R. Tolkien, os best-sellers do norte-americano Dan Brown, tais como “O Código da Vinci” e ainda “Maria Madalena e o Santo Graal - A Mulher do Vaso Alabastro”, de Margaret Starbird.

“Conta-se”, “Alguém me contou”, “Ouvi dizer que”, dentre outras. Por este funcionamento ele inscreve-se enunciativamente no gênero do caso. Ou seja, há uma prática linguageira no funcionamento social reconhecida como “contar caso”.

A separação entre o que é real e o que é imaginário nem sempre é óbvia. Os romances históricos, por exemplo, são relatos de fatos e pessoas que contribuía para a formação de um texto misto – fato e ficção, biografia e romance. Algumas obras de ficção alcançam sucesso criando fantasias que não podem ser compreendidas. A ficção científica é o exemplo mais claro dessa situação, mas o romance medieval, anterior ao romance moderno, também se enquadra nesse caso. Já a ficção realista bem-sucedida obtém sucesso porque é “como na vida real” ou até mais ampla do que ela. Pela compreensão da linguagem enquanto discurso, podemos verificar que o que funciona são efeitos de sentido, e não conteúdos verdadeiros ou falsos. Desta forma, as afirmações ficcionais são privilegiadas, pois seus leitores garantem esse privilégio aceitando uma fantasia orientadora não-enganosa. “O sucesso de um romance depende, em parte, de nossa capacidade como leitores de nos imaginarmos dentro do ambiente criado pelo autor”, comenta Barnes (1996, p.197). Acreditamos que o mesmo aconteça com os casos populares de Baependi, pois a aceitação do inverossímil presente nas narrativas é natural por parte dos ouvintes, e sua veracidade não é questionada.

Por outro lado, o conceito de ficção como um tipo diferente de discurso é um produto do desenvolvimento, no século XVIII, descrito por muitos estudiosos da área, como a época em que a narrativa mudou do mito para o romance.

As parábolas do Antigo Testamento e as peças do teatro da Grécia Clássica não foram feitas para subverter a realidade. Hoje em dia ainda são apreciadas não porque sejam verdadeiras ou mentirosas, mas pelas mensagens que transmitem. Durante o século XVIII, ler ficção era considerado uma atividade inferior e perigosa (BARNES, 1996), e romances realistas eram apresentados como reais, oriundos de velhos diários.<sup>27</sup>

Atualmente, faz-se necessário reviver cada vez mais os contos maravilhosos no cotidiano das escolas e dos lares, pois o confronto entre o pensamento racional, humanista e conceitual (herdado com a tradição cristã e progressista) e o pensamento mágico, primordial (alimentado pela fantasia, pelo imaginário ou pelo sonho) com que o pensamento infantil

---

<sup>27</sup> A chegada do romance ampliou a liberdade de escrever, cujos primeiros passos foram dados muitos milênios antes, com o nascimento da linguagem. Não são raros os casos de preconceito quanto às obras de ficção. Contar histórias já foi até considerado como pecado em algumas comunidades puritanas. Esse conflito entre verdade e ficção nunca foi completamente incontestado. Mesmo hoje em dia, ainda se pode observar advertências afirmando nos programas de TV que a obra é de ficção, e que qualquer semelhança será “mera” coincidência. Houve época em que isso era praticamente obrigado, principalmente nos livros e nos folhetins.

tanto se identifica pode culminar, muitas vezes, com a utilização dos contos maravilhosos como um todo somente para fins pedagógicos e, principalmente, gramaticais, suprimindo-se seu efeito no simbólico. Nesse sentido, vale notar que os Parâmetros Curriculares Nacionais atuais desconhecem a existência dos contos de fadas. Nesse confronto, é imprescindível mostrar a importância do elemento mágico, maravilhoso ou fantástico, que o racionalismo da nossa civilização científica sempre procurou bloquear ou destruir por considerá-lo nefasto à adaptação do ser humano ao pragmatismo da vida social (COELHO, 1995).

## Capítulo 4

### Condições de produção, formulação e circulação do discurso nas narrativas orais de Baependi

Neste capítulo, trataremos inicialmente da cidade de Baependi enquanto município sul mineiro, espaço onde as narrativas orais – os casos – são formuladas, produzidas e circulam gerando sentidos vários. Em seguida passaremos às análises, cujo *corpus* foi retirado parcialmente do livro *Baependi e seus casos* publicado por Guimarães (2000). Desta publicação, escolhemos vinte pequenos casos do repertório oral, agora também arquivado, de Baependi. Nós os dividimos ou classificamos, para fins desta análise, segundo eixos temáticos ou sentidos nucleares que acreditamos estar sendo desenvolvidos na narrativa. Cabe lembrar, entretanto, que com o foco no funcionamento discursivo da narrativa, não é o seu conteúdo que se visa alcançar, mas a relação entre a produção desses textos, como discursos, e a sociedade.

Um tratamento diferenciado será dado a um 21º caso, no capítulo seguinte, que se diferencia dos demais por ser pautado ou nucleado em um fato real, com comprovação, ou seja, com base em um fato ocorrido há cerca de setenta anos, e que serviu de base para inúmeras versões narradas, das quais procuramos recolher algumas para análise.

Os eixos temáticos organizadores – que tratam de sentidos da figura feminina, da religiosidade, de sentidos de esperteza do mineiro, do elemento fantástico/maravilhoso – foram escolhidos com base em elementos parafrásticos (repetições) e nas regularidades percebidas (recorrência). Agrupá-los em blocos pareceu-nos o melhor procedimento de base geral para a organização deste texto. Se aprofundarmos ainda mais nossas análises, será possível encontrarmos outros eixos temáticos, mas como delimitação da pesquisa, somente esses 4 eixos serão trabalhados. Os casos foram enumerados de 1 a 20 segundo os 4 eixos temáticos mencionados.

#### 4.1. A cidade de Baependi

Gonçalves (2009) apresenta em narrativa a formação de Baependi. Em 1692, bandeirantes vindos de Taubaté (SP)<sup>28</sup> transpuseram a Serra da Mantiqueira e chegaram ao

---

<sup>28</sup> Segundo registros históricos, esses bandeirantes foram Antonio Delgado da Veiga, seu filho João da Veiga e Manoel da Cunha.

Rio Verde em busca de ouro, onde acabaram encontrando um rio menor. Em uma das margens havia um índio. Um dos bandeirantes perguntou-lhe em Tupi-Guarani:

- “Mpa-epe-ndi?<sup>29</sup>” (“Que gente é a tua?” ou “Que nação é a tua?”)

E o índio respondeu:

- “Gente boa”.

Ou conforme outras versões encontradas em diferentes historiadores para o sentido de *Baependi*: “Rio do bom agasalho” ou “Clareira aberta na mata”.

Subindo esse rio, os bandeirantes fixaram-se na margem esquerda num terreno mais plano, que veio a chamar-se “Engenho”, onde foi construída a primeira casa no ano de 1717<sup>30</sup>.

Circulam outras versões dessa história, todas elas mencionando a presença de diferentes bandeiras, mas sempre com o mesmo objetivo – a descoberta de veios auríferos o que, posteriormente, ocasionou o surgimento de uma pequena povoação.



FIGURA 1 Foto da primeira casa construída em Baependi, localizada na Fazenda do Engenho.

Fonte: Domínio público da cidade de Baependi

Outras bandeiras vieram a ter no mesmo local nos idos de 1693 a 1694, objetivando também a descoberta de metal precioso<sup>31</sup>. Os relatos desses sertanistas revelavam haver ouro no ribeirão denominado Nossa Senhora de Montserrat<sup>32</sup>, e assim a notícia se espalhou rapidamente. “Esgotando-se os veios auríferos e achados outros mais rentáveis foram-se os forasteiros e ficaram os europeus, que vieram para se estabelecer e ficar (...)” (GONÇALVES,

<sup>29</sup> O contato entre culturas no processo colonizador já vem aparecendo desde o início da formação de Baependi, nesse primeiro encontro entre diferentes grupos, quando o bandeirante fala na língua do outro para estabelecer os primeiros contatos.

<sup>30</sup> Segundo Gonçalves (2009), a primeira casa foi construída pelo português Capitão-Mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, provedor dos quintos do Registro da Mantiqueira.

<sup>31</sup> Segundo os registros históricos de Gonçalves (2009), as bandeiras citadas pertenciam a Pe. João de Faria Fialho, a de Bartolomeu da Cunha Gago e a de Bento Corrêa Coutinho.

<sup>32</sup> O nome Mont-serrat foi dado ao ribeirão e posteriormente à capela onde hoje é a Igreja Matriz da cidade em homenagem à santa espanhola Nossa Senhora do Mont-Serrat, cuja igreja localiza-se próxima a Barcelona, na região da Catalunha, Espanha.

2009, p. 19). Em arquivos encontrados na cidade encontram-se em imagens menções ao antigo “encontro” de europeus e indígenas.



FIGURA 2 “Selo Comemorativo de Baependi – tonalidade azul – 1952”

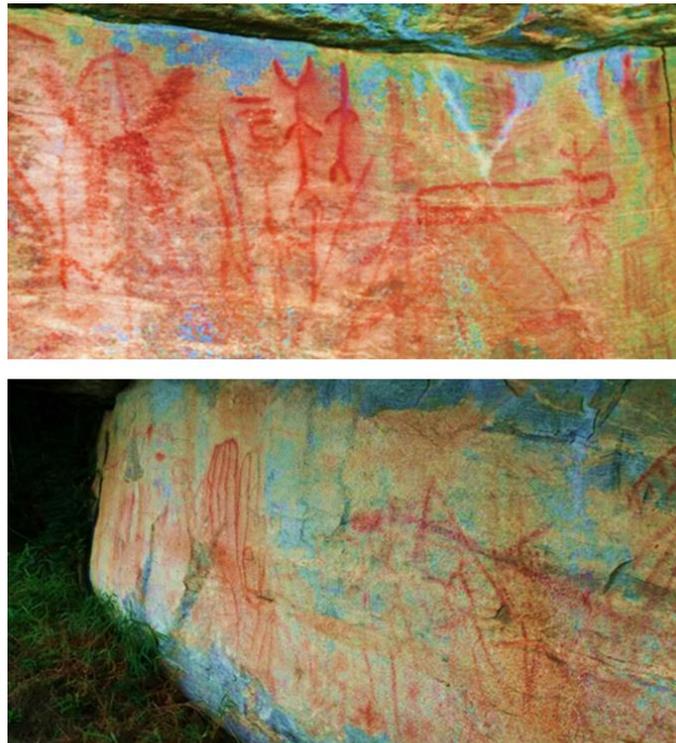
Na imagem acima, de um selo oficial dos Correios em comemoração ao centenário de emancipação do município (no ano de 1952), podemos perceber a representação da versão primeira do surgimento do povoado, ou seja, os habitantes “originais” do local. Nota-se na representação (na imagem) uma heterogeneidade em relação ao tempo, às múltiplas temporalidades da memória discursiva (Payer, 2006). A presença do prédio da igreja já em sua arquitetura atual representa época diferente da representação do indígena. Quando da chegada dos bandeirantes, quando havia indígenas, não havia a igreja, que por sua vez não está localizada próxima a um rio. É uma representação típica do colonizador, isto é, em que se destaca o olhar/dizer do colonizador, na qual o indígena deve venerar o símbolo máximo da colonização como se estivesse esperando e desejando por ela. De todo modo, vale enfatizar a presença do imaginário nas representações da cidade, o que podemos observar também precoce e forte presença em Minas Gerais dos missionários jesuítas e das irmandades, que desde o século XVI desenvolveram no movimento da Contrarreforma ações de grande impacto na formação das representações, inclusive as barrocas, da vida local.

Na margem direita do rio começou a crescer o pequeno povoado. A esposa do Capitão-Mor, Dona Maria Leme do Prado, doou mais tarde um terreno para a construção de uma capela em honra a Nossa Senhora do Montserrat, em 1754, que hoje constitui a Igreja Matriz de Baependi, com arquitetura em estilo Luís XV mesclado a um barroco genuinamente brasileiro e rococó. Conta-se que a exigência feita para a doação do terreno foi construir a capela com a frente voltada para a Fazenda do Engenho, o que de fato corresponde à disposição atual destes elementos. Outras versões abordam a necessidade da frente da igreja ser voltada para a sede da paróquia, que na época localizava-se em na cidade de Mariana.

Além de “berço” para os indígenas que lá já viviam, como atestam pequenos sítios arqueológicos encontrados na região e ainda em processo de análise<sup>33</sup>, para os bandeirantes e para os primeiros imigrantes europeus (italianos, portugueses e espanhóis), Baependi também recebeu a imigração de orientais (árabes), como apresenta o pesquisador e historiador Orestes C. Gonçalves:

Mais tarde, os Árabes, tais como Miguel Salomé e família; os Nadur, os Nable; e, ainda, inseguros das guerras na Europa, os italianos, trabalhadores e desenvolvimentistas, os Mastrogiovanni, os Mangia, os Turri, os Viotti, os Nicolielo, os Guida, os Caputo, os Mautoni, os Bortoni; estes e muitos outros mais, que seria até difícil enumerar (2009, p. 20).

Dessa mistura de europeus (italianos, espanhóis, portugueses), árabes, indígenas e bandeirantes paulistas de origens diversas formaram-se as primeiras famílias do povoado que, em 1752 tornou-se o distrito de Santa Maria de Baependi, nome formado ao menos por duas das línguas desses povos. Em 1814 torna-se, vila e, em 02 de maio de 1852, município.



Pinturas do Sítio Itaúna

FIGURA 3 Pinturas rupestres encontradas no Sítio Itaúna e ainda em análise.  
Fonte: [http://www.npa.org.br/noticias\\_listar.php?idNoticia=50](http://www.npa.org.br/noticias_listar.php?idNoticia=50)

<sup>33</sup> As pinturas rupestres encontradas encontram-se em processo de análise pela Universidade Federal de Minas Gerais. É possível ver imagens dos sítios encontrados no site [http://www.npa.org.br/noticias\\_listar.php?idNoticia=50](http://www.npa.org.br/noticias_listar.php?idNoticia=50) Acesso em 05 de agosto de 2018.

A Revolução de 1842<sup>34</sup> teve certa repercussão no município, quando os rebeldes, mesmo com pequenas vitórias, foram abatidos pelas tropas legalistas. Atualmente quase nada é lembrado oralmente a respeito do fato que consta em arquivo.

A cultura do tabaco se destacou no final do século XIX, tornando Baependi o maior centro produtor da Província, embalando até mesmo os versos de “Relicário”, do modernista Oswald de Andrade:

No baile da Corte  
Foi o Conde d'Eu quem disse  
Pra Dona Benvinda  
Que farinha de Suruí  
Pinga de Parati  
Fumo de Baependi  
É comê bebê pitá e caí.<sup>35</sup>

A cidade de Baependi fica no Sul do estado de Minas Gerais, a 893 metros de altitude, com um clima tropical de altitude e relevo caracterizado por morros e montanhas. A temperatura máxima é de 39 graus e a mínima já registrada fica em torno de 5 graus, no inverno. O centro da cidade localiza-se em uma encosta, próxima ao rio que leva o nome de Rio Baependi e a um ribeirão, chamado de Ribeirão Palmeiras, atualmente com um volume de água bastante escasso. Podemos concluir que, pela posição geográfica, a cidade nasceu em um vale e, daí, estendeu-se pelas colinas ao redor. Embora tenha se espalhado, Baependi encontra-se cercada por montanhas, o que, no passado, só vinha a dificultar o acesso a ela e mesmo atualmente não é possível se alcançar a cidade sem passar por rodovias cheias de curvas e declives acentuados.<sup>36</sup> Voltaremos ao significado desse aspecto geográfico nas próximas páginas.

---

<sup>34</sup> As Revoltas Liberais de 1842 foram movimentos sediciosos que agitaram o Brasil, sobretudo Minas Gerais e São Paulo durante o Império, organizados pelo Partido Liberal que contestava a elevação do Partido Conservador ao poder, bem como suas reformas. Esse movimento começou em Sorocaba/SP e em Barbacena/MG, onde era encabeçado por Teófilo B. Ottoni. Para combater os revoltosos o império nomeou o então Duque de Caxias, que os venceu mais pela diplomacia do que pelas armas. Fonte: <https://historiatecabrasil.com/revolucao-liberal-de-1842/> Acesso em 05 de agosto de 18.

<sup>35</sup> Fonte: <http://www.algumapoesia.com.br/poesia2/poesianet171.htm>) Acesso em 11 de janeiro de 2018.

<sup>36</sup> O município tem uma extensão territorial de aproximadamente 750 km<sup>2</sup> e 1.200 km de estradas rurais, uma vez que, dada a grande extensão territorial, a presença de vários bairros rurais é uma característica peculiar, bairros estes bastante povoados onde, dos 19.000 habitantes do município, cerca de 5.000 residem na zona rural, segundo últimos dados do IBGE. Baependi limita-se com os municípios de Aiuruoca, Alagoas, Itamonte, Pouso Alto, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cruzília e São Tomé das Letras – três deles com nomes em que constam elementos de línguas indígenas. A cidade tem o privilégio de localizar-se próxima as três principais capitais do país, ou seja, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (por ordem de distância). Também está muito próxima do chamado Circuito das Águas, formado pelas cidades de Caxambu, São Lourenço e Cambuquira, conhecido nacionalmente.

As principais atividades econômicas do município no contexto atual são a pecuária leiteira, com inúmeros pequenos e médios fazendeiros espalhados pela grande zona rural; a indústria de laticínios também espalhada pela zona rural; a agricultura diversificada (café, milho, feijão, mandioca, banana); a comercialização de quartzo sericítico (pedras para revestimento extraídas, sobretudo, das cidades vizinhas como São Tomé das Letras, Carranquinha e Sobradinho) e, principalmente, o artesanato local feito em bambu, palha e madeira de café, uma das mais importantes fontes de renda do município, com aproximadamente 5.000 artesãos espalhados por toda a região.



FIGURA 4 Produtos artesanais mais produzidos pelos habitantes do município.<sup>37</sup>

Entretanto, tais atividades econômicas não geram uma renda *per capita* tão boa para a grande maioria da população, segundo dados do IBGE (Censo Demográfico 2010). Como a população sobrevive principalmente do artesanato e de pequenos comércios – além da agricultura - o capital não circula tanto como em outras cidades vizinhas que possuem, por exemplo, grandes indústrias para impulsionar a sobrevivência do município. A atividade turística possui algum potencial, mas não há uma organização nesse sentido, tanto no que se refere à recepção do turista, com infraestrutura hoteleira e de restaurantes adequados, como na sustentabilidade dessa indústria em potencial para uma reversão da renda para os baependianos.<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Fonte: [http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoApresentacao.aspx?cod\\_destino=23](http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoApresentacao.aspx?cod_destino=23). Acesso em 11 de janeiro de 2018.

<sup>38</sup> A cidade não é tão pacata como é comum às cidades do interior. A vida noturna sempre foi muito movimentada, além do fato dos habitantes apresentarem a característica de boêmios. Essa é uma peculiaridade que remonta ao século XIX, bem como a predileção por desfechos violentos para brigas e desavenças, principalmente com os habitantes das cidades vizinhas. Nesse sentido, Baependi leva a alcunha de “Coréia” em todo o Sul de Minas, segundo Gonçalves “por causa da Guerra da Coréia e a violência atribuída a Baependi” (2009, p. 31). Atualmente o ginásio poliesportivo do município chama-se “Coreião”. As atividades culturais são variadas, pois o baependiano é considerado um povo festeiro. No calendário municipal podemos encontrar destaque para as Folias de Reis, a Semana Santa e a encenação da Paixão de Cristo – a festa mais esperada da cidade, até as Festas Juninas, o Festival Cante Conte - como um festival de inverno que ocorre sempre na última semana do mês de julho - e o Reveillon na Praça Monsenhor Marcos.

No verão, a atração fica por conta das mais de cem cachoeiras que cortam o município. Nem todas são longe da cidade, o que facilita o acesso. Outras são de acesso mais difícil, mas na época da seca as estradas ficam bem melhores e torna-se possível alcançá-las sem a necessidade de carros especiais.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Baependi está abaixo da média tanto em termos de Brasil quanto de Minas Gerais. O IDH investiga a situação de uma população em relação à expectativa de vida, à educação e à renda. Para se ter uma ideia, os primeiros colocados no ranking a nível de mundo são a Noruega, com 0,944, seguida da Austrália, com 0,935 e a Suíça, com 0,930. Enquanto isso, Baependi está com 0,681, portanto abaixo da média nacional e estadual.<sup>39</sup>

Não se tem conhecimento ou dados concretos sobre o nível de leitura da população baependiana na atualidade, nem no passado, somente os dados do IBGE no que se refere à escolarização. Esses dados, ainda de 2010, nos mostram que mais da metade da população é considerada sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, e somente 845 pessoas completaram o ensino superior. São números que refletem não só a realidade de Baependi, mas de modo geral, do Brasil. Para o nosso trabalho esses dados são interessantes no que se refere à produção, formulação e circulação de narrativas orais, pois acreditamos que quanto mais oralizada e menor acesso ao texto escrito uma população tiver, maior será a circulação dessas narrativas, pela caracterização do sujeito que a escrita forma<sup>40</sup>.

A religiosidade é um dos pontos fortes de Baependi, o que não a difere da maioria das cidades mineiras, herança da colonização portuguesa e da força do complexo cultural barroco em Minas Gerais. Gonçalves completa que “Em Baependi de Antanho só se frequentava a fé Católica Apostólica Romana, herança dos primeiros habitantes portugueses-espanhóis, da Península Ibérica da Europa, fosse por verdadeira fé apostólica fosse pela imposição da Santa Inquisição” (2009, p. 34).<sup>41</sup> O elemento religioso terá um lugar relevante na interpretação e na versão que circula sobre o crime dos Três Pinheiros analisado discursivamente no capítulo 5.

<sup>39</sup> Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>

<sup>40</sup> Temos conhecimento de alguns escritores, poetas e juristas notáveis na cidade, mas infelizmente a população em geral não é afeita às letras. A cidade não possui livraria ou mesmo banca de revistas, e os poucos jornais que são vendidos encontram-se “terceirizados” num bar local. Além das bibliotecas escolares e poucas bibliotecas de particulares, encontra-se a biblioteca municipal, com um acervo pobre e pouco utilizado.

<sup>41</sup> Atualmente, encontram-se também na cidade inúmeras igrejas protestantes, uma sinagoga que funciona em uma residência, a maçonaria e duas comunidades alternativas localizadas na zona rural, que veremos mais detidamente logo a seguir.

Ainda sobre o elemento religioso, é importante nos determos um pouco na figura de Francisca de Paula de Jesus Isabel, popularmente conhecida como Nhá Chica<sup>42</sup>. Francisca era filha e neta de escravos, portanto considerada escrava em seu nascimento. Ainda criança mudou-se para Baependi, juntamente com sua mãe, Isabel Maria, e o irmão, Teotônio. Órfã aos dez anos de idade, foi fiel aos conselhos de sua mãe, preferindo não se casar para melhor servir a Deus e se dedicar à caridade, considerando-se analfabeta e pobre. Como complementa Junqueira (2000, p.11), “sua vida decorreu numa expressão de muita humildade, residindo numa humilde casa, atrás da capela por ela erguida em honra de Nossa Senhora da Conceição.”<sup>43</sup> A figura de Nhá Chica tem trazido para a cidade o movimento afluxo de fiéis e visitantes de todo o país.



FIGURA 5 Cópia da única foto feita de Nhá Chica (final do século XIX). Fonte: Site oficial<sup>44</sup>

Nesse local Nhá Chica viveu para a caridade e para a oração, sendo constantemente procurada por pessoas que precisavam de ajuda e de conselhos. Note-se que o que produz a figura de referência pode ser, portanto, resultante de um saber discursivo atravessado por uma “tradição de memória discursiva” outra (PAYER, 2011), atravessada por diferentes povos e

<sup>42</sup> Nhá Chica nasceu em 1808, em Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, pequeno lugarejo situado à direita do Ribeirão das Mortes, na época povoado pertencente ao município de São João Del Rei/MG, no interior de Minas Gerais.

<sup>43</sup> Luciana Leão, na dissertação de mestrado *O Interdiscurso no Processo de Significação em Nhá Chica*, orientada pela professora Eni Orlandi e apresentada à UNIVÁS no ano de 2011, analisa o documentário *Nhá Chica – A Pérola de Baependi* (2004), produzido pela Congregação das Irmãs Franciscanas do Senhor e pela produtora Verbo Filmes. No trabalho é possível também conhecer um pouco mais a respeito dos sentidos que essa personagem – Nhá Chica – vem suscitando na cidade de Baependi.

<sup>44</sup> FONTE: <https://virgemimaculada.wordpress.com/2013/05/06/oracao-para-nha-chica/> Acesso em 11 de janeiro de 2018.

culturas, e produzida a partir de um lugar discursivo que já não coincide com o ocidental colonizador, mesmo se o discurso religioso católico esteja ali presente.<sup>45</sup>

Antes mesmo do seu falecimento, ela já era considerada santa pela população de Baependi. No dia 15 de junho de 1895 Nhá Chica faleceu, sendo sepultada somente no dia 18, na capela que hoje é o Santuário de Nhá Chica. Seu corpo ficou por três dias insepulto, conforme “se conta”, sem sinal de decomposição. Hoje seus restos mortais estão depositados ao lado do túmulo e são visitados continuamente por devotos e admiradores de todo o país e até do exterior, que vêm à cidade para agradecer graças recebidas ou pedir por milagres diversos.<sup>46</sup>



FIGURA 6 Imagem externa do Santuário de Nhá Chica, localizado no centro da cidade de Baependi<sup>47</sup>.

Além do misticismo religioso surgido em torno da figura da Beata Nhá Chica, não podemos deixar de mencionar a presença de duas comunidades “alternativas” ou doutrinas, que escolheram o município de Baependi como sede. É fato que a zona rural é riquíssima em biodiversidade, em mananciais de água potável, e isso torna a vida em meio à natureza extremamente prazerosa e atrativa. Mas também não podemos negar que tais escolhas são, no mínimo, curiosas, e guardam alguma relação com o imaginário dos casos fantásticos que circula na cidade.

<sup>45</sup> A construção da capela dedicada a ela foi iniciada no ano de 1867, mas somente em 1898 foi concluída, com doações de devotos e admiradores de sua fé. Segundo Junqueira (p. 16, 2000), “Francisca Paula (Nhá Chica), antes mesmo de estender seus braços aos pobres, aos carentes, doando-lhes daquilo que recebia: roupas, víveres, alimento; antes mesmo que abrisse suas mãos – num gesto de partilha – e as portas de sua modesta casa, trazia em seu coração um grande amor para com todos, de modo especial os necessitados”.

<sup>46</sup> A comissão de Cardeais da Santa Sé, em 05 de junho de 2012 aceitou um dos milagres de Nhá Chica, e o papa na época, Bento XVI, promulgou então o Decreto da Beatificação de Nhá Chica, sendo que a cerimônia oficial aconteceu no dia 04 de maio de 2013 na cidade de Baependi. Atualmente toda a comunidade espera ansiosamente pelo desfecho do processo de santificação da Beata Nhá Chica, já tramitando no Vaticano (O fato pode ser objeto de uma análise discursiva, que não será feito nesta tese). Dentre os seus devotos mais conhecidos temos o escritor Paulo Coelho, que dedicou seu livro *Maktub* a ela, além de ser citada também em sua biografia autorizada “O Mago”, de Fernando Morais.

<sup>47</sup> FONTE: <http://talubrinandoescritoschapadadoarapari.blogspot.com/2013/07/a-santa-nha-chica-e-uma-mestica.html> Acesso em 05 de agosto de 2018

A primeira dessas comunidades a escolher o bairro rural do Gamarra de Cima, distando cerca de 25 km da cidade, foi a comunidade denominada Céu do Gamarra, que está na região há mais de 30 anos. Consultando a página oficial da comunidade, encontramos esses dizeres na abertura:

Esta instituição, sem fim lucrativo, tem por objetivo principal preservar a cultura do Santo Daime na sua íntegra, conservando-a conforme o Mestre Irineu recebeu de Nossa Senhora da Conceição, e o Padrinho Sebastião conservou. A base deste trabalho é a caridade de levar este Sacramento a todos, sem qualquer tipo de discriminação, para que se possa alcançar o verdadeiro auto-conhecimento. Este é o elemento indispensável para a cura material, emocional e espiritual.<sup>48</sup>

A menção a Nossa Senhora da Conceição nos remete novamente à Nhá Chica, que também construiu uma capela – hoje o Santuário – à mesma santa. Nessas poucas palavras percebemos uma base cristã, entretanto com outros rituais que se diferenciam dos praticados na liturgia católica. A promessa de cura “emocional e espiritual” não difere do que também é oferecido em outras crenças e alguns de seus elementos estão presentes nas versões do caso “O Crime dos Três Pinheiros”. Nessa prática eles utilizam uma bebida originária de uma planta comumente encontrada na parte oeste da floresta Amazônica chamada Ayahuasca, com propriedades alucinógenas.<sup>49</sup>

A comunidade alternativa mais recente na região (há cerca de 10 anos) é a de Vrinda Bhumi, localizada bem próxima da citada anteriormente, Céu do Gamarra, mas seguindo outra doutrina. Também consultamos seu endereço eletrônico e encontramos as seguintes informações:

**Vrinda Bhumi** é uma comunidade ecológica Hare Krishna na qual voluntários e bhakti yoguis vivem juntos para compartilhar uma forma de vida mais saudável, simples e consciente. Essa simplicidade nos ajuda a descobrir nossos talentos, criatividade e força. Respeitamos todos os seres vivos e acreditamos que a conexão com a divindade está mais além do que nossa efêmera experiência terrestre, fazendo assim do amor, o centro de nossas vidas.<sup>50</sup>

É comum encontrarmos nesta comunidade pessoas de todo o mundo, que a procuram em busca de um contato direto com a natureza – sem água encanada, sem luz elétrica, sem

<sup>48</sup> FONTE: <http://santodaime.com/Acesso> em 11 de janeiro de 2018.

<sup>49</sup> A bebida utilizada nos rituais é conhecida como “bebida do Santo Daime”. A comunidade é formada por uma população permanente e outra flutuante que reside nas cidades vizinhas ou mesmo em outros estados e vêm à região em determinadas datas. A população rural nativa do bairro vizinho convive em perfeita harmonia com as pessoas vindas de fora e atualmente há troca de conhecimentos agropecuários, pois paralela às atividades religiosas também há nessa comunidade o cultivo de oliveiras para a produção de azeite orgânico e outros produtos correlatos.

<sup>50</sup> FONTE: <http://vrindabhumi.com/pt/about-us/> Acesso em 12 de janeiro de 2018.

banheiros tais como os encontrados na cidade. É uma vida extremamente simples e o contato com a natureza realmente é a tônica do espaço oferecido pela comunidade, com construções feitas de barro e madeira, em meio à mata nativa.

E para finalizar as informações sobre as peculiaridades místicas de Baependi, é interessante relembrar um episódio ocorrido em maio de 1979, que elevou as narrativas da cidade ao cenário nacional através da mídia – o caso de suposta abdução do fazendeiro Arlindo Gabriel dos Santos, na época com 32 anos, um homem simples, típico morador da zona rural. Escapando um pouco do discurso religioso e alternativo, esse fato narrado é do domínio do bizarro, pois é considerado pelas comunidades ufológicas como “Um dos mais importantes casos de contato imediato da Ufologia Brasileira que ocorreu em Baependi, sul de Minas Gerais, em 16 de maio de 1979”.<sup>51</sup>

Tal episódio, conforme narrado, ocorreu no bairro rural das Vargens, mais especificamente na Serra do Alegre, distante cerca de 40 km da cidade, onde o senhor Arlindo – ainda vivo – possui uma pequena fazenda. Ao final deste trabalho encontra-se uma síntese dos fatos deste “caso”, segundo é possível encontrar na mídia (Anexo 5).<sup>52</sup>

Diferentemente do que ocorreu em Varginha/MG, conforme divulgado na mídia nacional, cidade distante de Baependi cerca de 110 quilômetros, os baependianos não tentaram tirar proveito econômico e turístico do ocorrido. Arlindo e seus familiares não utilizaram, em todos esses anos, nada do fato em favor próprio nem para a divulgação do local. Atualmente este senhor evita falar do assunto, vive no mesmo local, cuidando de suas terras de maneira simples, e raramente vem à cidade.

Fala-se na fonte dessas narrativas como em delírio, comportamento esquizoide, ou mesmo embuste<sup>53</sup>. Quanto a um possível episódio de delírio de base religiosa, Dalgalarondo (2008) citando Alonso Fernandez (1977) e Othon Bastos (1986) diz que

o delírio religioso, predominante no século XIX, teria dado lugar a um predomínio de delírios técnicos. Isso estaria relacionado aos novos tempos de dessacralização e tecnocracia. Eles acreditam que, no Ocidente, as vivências delirantes paranóides se referem a temas religiosos em grupos populacionais mais primitivos. Nestes, os doentes, de acordo com a religiosidade de seu meio, falam de espíritos, demônios, etc. De modo geral, afirmam esses psicopatologistas, nos dias atuais os temas religiosos nos delírios se mesclam com os técnicos, principalmente nas populações

<sup>51</sup> <http://www.fenomenum.com.br/ufo/casuistica/1970/embornal2>. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

<sup>52</sup> Outras reportagens sobre o fato podem ser encontradas na mídia, dentre elas <https://super.abril.com.br/tecnologia/os-ets-que-cairam-no-samba/>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

<sup>53</sup> Arlindo Gabriel é um agricultor de baixíssima escolaridade, o que faz com que seja de comum acordo tanto na cidade quanto da opinião dos investigadores da área que nem ele, nem seus familiares, teriam recursos para montar uma estrutura que corroborasse a cena descrita ou narrada, o que inclui o conhecimento de hebraico antigo e sânscrito, idiomas encontrados transcritos no embornal que Arlindo carregava.

inseridas em culturas mais tradicionais e rurais que entram em contato com os dispositivos técnicos modernos (2008, p. 162).

O episódio divulgado na década de 80 sempre reaparece nas rodas de conversas sobre os fatos estranhos de Baependi e, como o objeto do presente trabalho são os casos populares, podemos perceber que também neste episódio, sempre que alguém o rememora, a ele são acrescentados novos elementos. Narrar os fatos ocorridos em Baependi, por si só, já é uma regularidade inerente ao sujeito de linguagem baependiano, tanto de episódios imbuídos do elemento fantástico – uma abdução – ou mesmo fatos simples do dia a dia que tornam-se saborosos de ouvir após transformarem-se em narração, em caso baependiano. Do ponto de vista discursivo, acreditamos não poder classificá-lo como um caso popular tal como os outros que iremos analisar nas próximas páginas, pois este difere dos demais tanto na produção, formulação e circulação, quanto em algumas características específicas, dentre elas a presença em vida do contador e personagem (senhor Arlindo), constituindo-se como outro tipo de relatos, por fatos que se apresentam como comprováveis (fotos, desenhos, a presença de um objeto envolvido no fato narrado, um embornal) e pelas reportagens que o narram em meio eletrônico (memória de arquivo?), para além da temporalidade fixa (local, data e hora definidos).

Entretanto, acreditamos também que, com o passar do tempo da narrativa “inicial”, não há nada que impeça que o acontecimento suposto possa desdobrar-se em um caso a se narrar, cuja autoria possa tornar-se indeterminada e a ele possam ser acrescentados tantos elementos que a história original não se faça mais pertinente, e sua memória de arquivo (quando há) se perca em meio a tantas outras versões e elementos que na atualidade fazem parte dos meios eletrônicos *on-line*. Retomando Orlandi (2001) mais uma vez, é na formulação que a linguagem ganha vida, a memória se atualiza e o sujeito aparece, mas também se esconde.

Como se pode notar, Baependi é um município onde circulam imaginário, peculiaridades místicas e narrativas que foram dignas de atenção na mídia em âmbito nacional. Geograficamente, próximo a várias cidades, cercado por montanhas, no passado, de difícil acesso a tropeiros e visitantes, que para isso tinham que passar por estradas sinuosas, desfiladeiros e trilhas mal cuidadas, o ambiente pode produzir sentidos fantasiosos. Já o ambiente de misticismo, aliado a uma mistura de grupos populacionais e diferentes memórias discursivas, de colonos portugueses, espanhóis, turcos e italianos, antes indígenas e africanos, juntamente com o ambiente de forte religiosidade e hábitos de uma Minas Gerais que ainda respira ou respirava até a pouco tempo ares de Brasil Colônia, barroco, tudo isso constitui a nosso ver um espaço propício para que casos populares fantásticos aí se gestassem mais do

que em outras comunidades. De qualquer modo, o fato é que há uma espécie de sujeito-autor, por nós denominado de narrador/contador, que fabula, conta casos, de geração em geração, construindo e reconstruindo os sentidos de um sujeito que se forma em Baependi, um sujeito mineiro, a ponto desses casos serem conhecidos já fora de Baependi, em Minas Gerais e no Brasil.

Acreditamos que essa combinação de fatores formou uma mescla de memórias que contribuiu para a formação de um traço cultural que alimenta o imaginário, a contação, bem como a criação e divulgação de versões, nesse espaço geográfico. É como se já fosse inerente ao baependiano conhecer tais casos, recontá-los e recriá-los, numa comunidade de discurso, algo típico da cidade, numa historicidade que foi se formando em décadas e décadas e criando novos sentidos do que é ser realmente “um baependiano”. O que lembra uma costura aparente, na enunciação, em um tecido de discursos heterogêneo, como diria J. Authier-Révuz (1998).



FIGURA 7 - Imagem de baependianos fazendo a barba em público, nas calçadas da cidade.  
Fonte: Arquivo próprio.

#### 4.2. Memória e Imaginário. Casos de Baependi em perspectiva discursiva

O imaginário, imprimindo sua materialidade sobre uma infinidade de fatos reais ou fictícios, vem utilizando elementos do substrato inconsciente e coletivo há milhares de anos. É o substrato da arte, mesmo. No Brasil, as narrativas fantásticas tal como conhecidas no sistema literário ocidental chegaram juntamente com os colonizadores, e aqui se mesclaram a elementos do imaginário de outras culturas. Pelo que se depreende das condições de produção

que acabamos de descrever, mescla-se ao maravilhoso indígena e, posteriormente, ao africano e ainda ao de outros povos.

Conforme sintetiza A. Bosi (1992, p. 25) ao concluir análises do Brasil colonial, a cultura letrada neste espaço foi de subsistência, não dando muita oportunidade à mobilidade vertical, mas o cotidiano colonial-popular se organizou e se reproduziu, mesmo sob o limiar da escrita. Desse modo a criação popular dispôs de condições de produzir-se, seja em espaços ilhados, seja na fronteira com certos códigos eruditos ou semi-eruditos da arte europeia: na música, nas festas e na imaginária sacra, por exemplo. E acrescentamos, no que concerne a esta pesquisa, às narrativas populares.

Entretanto, mesmo se a memória dos elementos narrativos remonta à colonização, as narrativas mais conhecidas entre a população passam por poucas transformações, segundo Stahl (1999). Contudo, segundo a hipótese que investigamos nesta pesquisa, as narrativas fundadoras influenciam diretamente boa parte dos casos populares desenvolvidos em cidadezinhas do interior, com suas discursividades mescladas e atualizadas e com a circulação constante de sentidos.

Nesse sentido, Stahl, falando sobre a obra de Perrault, na circulação de discursividades em outro continente, acrescenta que

Uma história era indígena, nascida da imaginação local; outra vinha de muito longe e fora transmitida fazia pouco tempo por um peregrino, um viajante, um soldado vindo da Alemanha, da Itália ou do Oriente. Nossos remotos ancestrais são representados comumente como se confinados à sua terra: as dificuldades das viagens, o retalhamento do país numa infinidade de pequenos feudos rivais hostis, as antipatias de raça, enfim, os obstáculos resultantes de uma grande diversidade de idiomas – nada disso impedia a divulgação das coisas do intelecto. Mas sucedia com a tradição, quase sempre oral, o que geralmente se vê: ela era naturalmente infiel e transformava sem o menor escrúpulo as histórias, ao passá-las adiante. Dispondo de uma ingênua liberdade com relação aos elementos que lhe eram dados, ela acrescentava, cortava, reordenava, e mais de um conto assim remodelado era exportado para outros lugares, onde as pessoas não viam nada de mais em lhe acrescentar mais algumas fantasias (STAHL *apud* PERRAULT, 1999, p. 216 - 217).

Em uma perspectiva literária estruturalista, temos no russo Vladimir Propp a observação de que as narrativas fantásticas – lendas, mitos, contos maravilhosos e casos populares – constituem-se sempre em torno de um núcleo simples: o herói sofre um dano ou tem uma carência, e as tentativas de recuperação do dano ou de superação da carência constituem o corpo da narrativa, ou seja, o enredo.

Carência e dano, em nosso entendimento, são elementos constitutivos da relação entre linguagem e sociedade, que nos traz à memória comunidades – sujeitos, portanto - que

sofriam ou sofrem alguma espécie de dano, de carência, seja de alimentos, de moradia, de calor, de saúde e de satisfações afetivas. Até as narrativas mais curtas apresentam esse tipo de estrutura, mesmo que com um enredo ou caracterização de espaço/tempo menos desenvolvidos. Desta forma, percebemos ecoando em tais narrativas sentidos referentes à (falta de) satisfação dessas necessidades. Se a incompletude do sujeito, como observa Orlandi (1988), guarda uma relação com a linguagem, em comunidades de classes econômicas baixas podemos entender que o dano ou carência ocupem papel estruturante. Quando não são obtidas no plano físico, somente no plano imaginário elas podem ser compensadas. A necessidade de fabulação, segundo Antônio Cândido (2016), faz parte da humanidade, por isso a seu ver o direito à literatura é um direito humano.

Portanto, independente da origem dessas narrativas, como vínhamos dizendo, são de conhecimento geral as versões que delas vão surgindo, seja por razão de espaço, tempo, grupo social e, principalmente, a interferência dos narradores. Segundo nossa linha de trabalho, na AD, o que condiz com a literatura, Orlandi (2001) propõe que “não há senão versões”. Ou seja, já não nos é possível inferir a origem de cada narrativa popular. Essa se perdeu em meio à memória coletiva *do lugar*. O que se torna possível então, conforme veremos nas análises da materialidade da linguagem, é indicar “traços”, elementos das memórias discursivas (diversas) que as constituem.

Em várias situações podemos identificar o espaço, até mesmo a provável época do “acontecido”, e ainda traços da interferência de discursividades dos narradores. Mas o autor, tal qual se concebe em geral, enquanto responsável pela sua “criação”, se perdeu em meio à própria característica desse tipo de narrativa que consideramos de autoria indeterminada. Podemos inclusive ir mais além: enquanto caso popular que mescla elementos “acontecidos” com elementos “narrados”, a autoria é quase sempre coletiva, é do povo enquanto comunidade, em sua coesão, que se tece como comunidade de discurso, de todos que fazem parte da prática discursiva onde ela se produz e circula, seja enquanto personagem aludido em suas ações, seja enquanto narrador, na atividade de repetir o relato que se estabelece.

Como dissemos, os casos populares possuem como principal característica o fato de serem transmitidos oralmente e, principalmente, de forma anônima, isto é, sem um autor que a assine – até porque esta noção ou figura de autor não é um valor na oralidade tanto quanto o é a figura do contador.

O acervo ou arquivo dos chamados “causos populares” incorpora não só aspectos dos tradicionais contos maravilhosos, anedotas, adivinhas, etc., como também os autos populares (reisados, fandangos, mouramas, cavalhadas, congadas, pastoris ou “pastorinhas”, bois-

bumbás, etc. (BRANDÃO, 1992). Também se trata de, “[...] literatura que engloba, ainda, a poesia declamada, anônima, autenticamente matuta ou roceira, tanto quanto da gente simples (...) do campo e da cidade, inclusive os ‘desafios’, reconhecidamente marcantes na cultura popular” (ibid, p. 53 ).

Para o pesquisador D’Ávila,

[...] as variadas expressões da linguagem usada como divulgação oral e escrita dos contos, histórias, lendas, mitos, provérbios, frases feitas, coisas rústicas de arte popular, superstições e crenças, tudo quanto, originado no meio rural, nas camadas da vida simples, esconde autores e origens, mas refilete toda a poesia, a ingenuidade, a pureza e a sabedoria do povo. [...] Mais tarde, aproximando-se mais de perto desses produtos da imaginação humana, verificou-se que êles se prendiam a restos de crenças e costumes de outros tempos, vindos de remotas eras da humanidade. (D’AVILA, 1967, p. 134).

No Brasil, na área de Literatura destacou-se Câmara Cascudo no estudo e catalogação de narrativas do domínio público, incluindo as indígenas.<sup>54</sup>

Para este trabalho, como antecipamos resumidamente ao falar sobre a metodologia da pesquisa, utilizaremos como parte do *corpus* de análise também narrativas de domínio público, sendo elas casos coletados no livro “*Baependi e seus causos*”, uma obra editada artesanalmente por Paulo César Pereira Guimarães, popularmente conhecido como Sapoia. Esse baependiano, bastante conhecido na cidade, no início do ano 2000, também percebendo a riqueza das narrativas orais que circulam em Baependi, e tal como fez Charles Perrault, na França, ou os Irmãos Grimm, na Alemanha, resolveu iniciar um trabalho de arquivar (coletar e registrar) quantos casos quanto conseguisse. Sua obra, publicada em uma gráfica local e vendida aos moradores da cidade por um preço bastante acessível, contém mais de cem narrativas do repertório popular anônimo da cidade, bem como casos onde é possível encontrar a menção ao seu narrador.

Acreditamos que a iniciativa Guimarães tenha sido originada pela apreensão de que, dada a natureza efêmera das narrativas orais, elas se perdessem com o tempo, como ele mesmo explica na apresentação da obra:

Um pouco da História de Baependi está nos papéis, espalhados pelos órgãos oficiais e colecionadores do país. Uma parte se perdeu. Outra é julgada importante e divulgada pelos nossos Contadores de Causos, que, apesar de alterarem os contornos, conservam a essência dos fatos geradores. Acreditando no valor histórico e cômico dos nossos Causos, esperamos através deles resgatar a maneira de pensar e agir do povo de Baependi (GUIMARAES, 2002, p. 04).

<sup>54</sup> Câmara Cascudo adotou uma classificação das narrativas do domínio público baseada nos contos de encantamento, contos de exemplo, contos de animais, contos religiosos, contos etiológicos e contos acumulativos (COELHO, 1991).

Esse processo de “transcrição” feito por Sapoia (GUIMARÃES, 2000), constitui uma forma de arquivo da memória oral e coletiva da cidade, a memória compreendida por nós também como literária, mas que se constitui como uma forma de legitimação das narrativas enquanto discurso escrito. Enquanto narrativas de caráter popular, acreditamos que os casos podem ser compreendidos também como arquivo oral, memória oral que se constitui na coletividade do espaço sócio-histórico onde se formula, se constitui e entre em circulação propiciando diversos sentidos. Mesmo se os casos continuem a ser contados oralmente.

É interessante notar que os casos foram transcritos a partir da língua formal, sem excessos de coloquialismo, e não sabemos se houve ou não uma adaptação de conteúdo por parte de Sapoia. Como nossas análises não se centram em um ponto de vista estritamente linguístico, procuramos não nos ater demasiadamente nesses aspectos, embora seja de interesse indicá-los quando for necessário para a compreensão do funcionamento dos efeitos de sentido da materialidade linguística das narrativas.<sup>55</sup>

Quando uma narrativa oral é transcrita, não é só a necessidade de preservação que significa em tal gesto, mas também muito a legitimação dessa narrativa. Contudo, em relação às formas linguísticas, nota-se ainda um gesto político e ideológico, funcionando em relação à língua em que se narra, tratando-se, neste caso, do que se denomina em AD de “legitimação” também de uma modalidade de língua (escrita) sobre outra (oral) (GALLO, 1992, ORLANDI, 2001). Ou, neste caso, de legitimação de uma forma material em detrimento de outra. De fato, nota-se na transcrição certas modificações na língua, utilizando ora a língua imaginária, ora a língua fluida (ORLANDI, 1988, 2009)<sup>56</sup>, mantendo-se os efeitos de oralidade, de língua oral para o texto.

Era a primeira noite de uma donzela, mas a noiva não queria fazer feio e perguntou **prá** tudo quanto era comadre (...). (Fragmento do caso “Virgem bem Instruída”) (Sapoia, 2002, p. 60)  
 (...)  
 - Só caqui **qué bão!**!... (Fragmento do caso “Só caqui”) (Sapoia, 2002, p. 61)

<sup>55</sup> - ORLANDI, Eni. (Org.) **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e constituição da Língua Nacional**. 1ª ed. Campinas: Pontes/UNEMAT, 2001b.

- PAYER, Maria Onice. **Memória da Língua. Imigração e nacionalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2006.

<sup>56</sup> Segundo ORLANDI (1988, p. 34), “a língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas. (...) Língua na qual convivem processos muito diferentes e cuja história é feita de fatura e movimento.” Ou ainda “a que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. A que não tem limites” (ORLANDI, 2009, p. 18). A autora define língua imaginária como “línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias” (ORLANDI, 1988, p. 28)

Embora Baependi seja uma cidade pequena e com uma zona rural bem extensa e povoada, não percebemos nos casos analisados exageros no uso da língua fluida. Eles parecem ocorrer para a manutenção ou produção do efeito de sentido que se quer, nesse caso, de oral, e que depende da forma linguística. Como afirma Orlandi,

a oralidade se esgueira de forma marginal em situações muito particulares e que são rupturas em relação à nossa ideologia dominante da escrita. Mesmo quando pensamos estar na oralidade, estamos na oralização da escrita. Nossos enunciados já têm a forma material da escrita, no modo mesmo em que se configura nossa memória discursiva. E, cada vez mais, as tecnologias da escrita se sofisticam, se naturalizam, deixando pouco espaço para a irrupção da oralidade (2002, p. 232).

Mesmo após sua transcrição, os casos continuam filiados ao que Gallo (1999) designa como discurso da oralidade. A autora ainda fala sobre o efeito-autor, na passagem do discurso oral ao escrito, numa tentativa de estabilização, desambiguação e unicidade dos sentidos do texto oral, quando escrito. Podemos pensar nesse efeito em relação aos casos populares quando transcritos, em uma tentativa de domesticação, onde o efeito-autor ligado à Letra, entendida aqui como grafia formada pela ideologia dominante, impera. À primeira vista a intenção é o resguardo, a manutenção do “causo original” para a posteridade, para que ele não se perca, o que produz efeitos de legitimação, como arquivo, das narrativas. Mesmo que as versões orais continuem a circular.

Acreditamos que, a cada vez que um caso é recontado, o efeito-autor/narrador é atualizado, uma vez que não há unicidade de sentidos no caso popular, e aí está sua vitalidade enquanto discurso oral, em movimento, e sentidos vários em constante refacção. Desta forma esse efeito-autor/narrador deslocaria seu sentido, e teríamos aí, em nossa compreensão, um enunciador específico desse tipo de narrativa: o narrador. Não se trata apenas de um narrador/contador de casos, tampouco se trata de autor na concepção foucaultiana do termo (aquele que se imagina na origem dos sentidos).

É interessante também observar a que Sapoia se propõe, conforme o texto da quarta capa, narrar os casos mais “pitorescos” de Baependi: “O Teatro, a Zona, as viagens dos tropeiros, dos caixeiros, as brigas, os negócios, as negociatas, os namoros, as traições e muito do Baependi Antigo é descrito de uma maneira alegre e gostosa”. Percebemos que o organizador ali adjetiva a formulação da linguagem (gostosa) e da historicidade da comunidade, permitindo também um vislumbre das formações discursivas que encontraremos nessas narrativas, em um forte apelo à memória constitutiva do que é ser um sujeito de linguagem baependiano.

Os casos populares de Baependi apresentam bem caracterizados em seus textos, como regularidade, a localização regional – cidade pequena, o rio que corta a cidade (Rio Baependi), as cachoeiras formadas por esse mesmo rio (Cachoeira do Inferninho, dentre outras), as cidadezinhas vizinhas (São Tomé das Letras, Caxambu, São Lourenço), guardando interesses, crenças e desejos sob diversas imagens do inconsciente coletivo<sup>57</sup>, tal como concebido por Freud e Jung (2003), além das discursividades que os constituem e da memória social e histórica de seus habitantes.

Há nas narrativas um certo desrespeito pela logicidade, a presença do absurdo, situações improváveis, a personificação de sentimentos e características da personalidade – como esperteza, ódio, inveja ou a simples vontade de aprontar alguma “safadeza”, como um aspecto da esperteza dos sujeitos em questão.

Conforme Averbuck,

[...] o conto, popular ou maravilhoso, sofre influências da realidade histórica contemporânea, da poesia épica dos povos vizinhos, da literatura e da religião, dos dogmas cristãos ou das crenças populares locais; conserva também traços do paganismo mais arcaico, dos costumes e ritos da antiguidade e, apesar de tão variadas origens e influências culturais, os contos do mundo inteiro são similares. Todos esses processos criam uma tal diversidade de formas, que desnorream (AVERBUCK, 1984, p.90).

Nos contos, os “gestos de interpretação”<sup>58</sup> produzem uma imagem do que é ser um sujeito baependiano, que se encaixa num contexto maior do que é ser um sujeito mineiro. Elementos como a religiosidade, a malandragem, a criatividade, o absurdo, e mesmo a intertextualidade, corroboram na formação dessas imagens do sujeito, fazendo com que o baependiano – tanto o que ouve como o que conta – se identifique com essa produção discursiva da qual o caso faz parte.

Disso decorre também uma característica de linguagem que se atribui a esse sujeito em relação à configuração de uma prática de linguagem mais geral: em Baependi todos contam, todos são contadores e narradores. Não há uma especificação de indivíduos, homens, mulheres, adolescentes... basta conhecer algum caso para começar a contá-lo e tornar-se mais um contador, constituindo-se à imagem dos semelhantes. Os casos fazem parte da linguagem, e como salienta Orlandi (1996, p. 102) “a linguagem é um fenômeno complexo que tem sua

<sup>57</sup> Inconsciente coletivo, segundo Jung (2003), é um reservatório de imagens latentes, chamadas de arquétipos ou imagens primordiais, que cada pessoa herda de seus ancestrais. É a camada mais profunda da psique. A pessoa não se lembra dessas imagens conscientemente, porém as herda e possui uma predisposição para reagir tal como seu inconsciente indica.

<sup>58</sup> Definição do termo já apresentada em referência no capítulo 1.

especificidade num modo de funcionamento que se dimensiona no tempo e no espaço das práticas do homem”.

Mas a própria narrativa, como um fenômeno mais amplo, representa uma certa fuga da realidade - do município de Baependi, neste caso – produzindo o efeito de transfigurá-la e criticá-la, a bel prazer do narrador/contador, fazendo com que este se aproxime de alguns personagens, como também retire outros, menos notados, do ostracismo que lhe é característico enquanto moradores de uma cidade muito pequena. A narrativa pode então trabalhar com o escárnio, com o irônico, com o cômico; pode ou não inspirar confiança e credulidade. Os narradores, já como parte dessa função, sempre ultrapassam o limite do permitido, o limite entre o real e o imaginário, e como complementa Stam (2000, p.43), “fica explícito o princípio da carnavalização criado por Bakhtin quando afirma que o princípio carnavalesco abole as hierarquias, nivela as classes sociais e cria outra vida, livre das regras e restrições convencionais”.

Além do princípio da carnavalização (STAM, 2000), podemos descortinar também a presença do absurdo, do grotesco, dos deslocamentos de sentidos, das quebras de rituais, como veremos mais detidamente nas próximas páginas.

Nos casos baependianos, tais como nos contos maravilhosos, é forte a presença de uma solução mágica, geralmente impossível, fora do convencional. Como complementa Coelho (1991, p.160) “tais soluções atendem, sem dúvida, a uma aspiração profunda da alma humana: resolver, de maneira mágica ou por um golpe de sorte, os problemas insuperáveis ou conquistar algo aparentemente inalcançável”. Podemos pensar nessa solução mágica tão comum às narrativas populares como uma necessidade dessa população, sempre carente de soluções práticas para seus problemas – no medievo essas soluções deveriam vir no castelo, na figura do senhor feudal, na contemporaneidade elas devem vir do poder público. Como nem sempre essas respostas vêm, esses sujeitos que não contam com elas, embora inconscientemente a desejem – têm em suas narrativas a materialização imaginária dessas soluções através do elemento mágico/fantástico.

Da mesma forma, a presença dos números “mágicos”, principalmente a repetição dos números três e sete, também é notória. Sobre este fato, Coelho (idem) complementa que, “obviamente, estarão ligados à simbologia esotérica dos números que tanta influência têm nas Religiões e Filosofias antigas”. Os valores ideológicos são, também, frequentemente mencionados nas narrativas maravilhosas bem como nos casos em questão.

Predomínio dos *valores humanistas*: preocupação fundamental com a sobrevivência ou as necessidades básicas do indivíduo: fome, sede, agasalho, descanso, estímulo à

caridade, solidariedade, boa vontade, tolerância... Valorização da *palavra dada* que, em hipótese alguma, poderá ser quebrada. Oscilação entre uma *ética maniqueísta* (nítida separação entre Bem e Mal; Certo e Errado) e uma *ética relativista* (o que parecia mau acaba se revelando bem; o que parecia errado resulta em algo certo...) . Mas quanto às ações, a regra é: prêmio para o Bem e castigo para o Mal (idem, p.161).

As provas que a personagem deve vencer são outro elemento que acontece constantemente. As dificuldades aparecem em vários casos, desde o simples medo de algum animal até o perigo de uma emboscada. O indivíduo (personagem) consegue, através de dons excepcionais, vencer, e assim, galgar uma posição mais privilegiada na sociedade, também a partir do momento em que passa a ser a personagem principal dos casos que toda a sociedade conta e reconta. Quem conhece melhor a cidade sabe que as pessoas gostam de ser personagens dos casos.

Para Abramovich (1991, p.52), “um saudável deboche às instituições, um apontamento de alguns de seus ridículos ou absurdos ou desnecessidades, se encontra em vários textos...”, não só dos contos maravilhosos, diremos, mas também dos casos aqui analisados.

Da mesma forma, a vida alheia, as fofocas, os boatos políticos e mesmo as situações de ascensão social ou perda de bens e status, concorrem como enredo básico dos casos das pequenas cidades do interior.

Difamação, escândalo, boatos, todos os aspectos dos mexericos reaparecem metamorfoseados nos enredos dos contos de fadas que destacam madrastas malvadas, falsas noivas, ogros vampiros e noivos predatórios. [...] O mexerico e a narrativa são irmãs, duas maneiras de manter a mente alerta quando tarefas ordinárias o exigem; as ficções dos mexericos – bem como os fatos – agem como agulhas de bússolas, apontando para várias direções (WARNER, 1999, p.750).

Do ponto de vista político, os casos podem ser encarados como manifestação da revolta, da resistência, aspectos de que se ocupa (PÊCHEUX, 1989) e da criatividade populares perante a aristocracia ou burguesia dominantes e, portanto, à ideologia predominante.

Através da oralidade, a voz do povo, em outra instância, pode criticar e apresentar opiniões acerca de convicções formadas, do governo e do poder. Os contos maravilhosos atacam ideias pré-concebidas, defendem os fracos e as causas perdidas, e em grande parte eles têm correspondência parafrástica com versões de antigos contos, recebidos por via oral. Os casos de Baependi apresentam também estas características.

Acreditamos que as representações de fatos e personagens nos casos de Baependi são cristalizadas. Assim, como regularidade nessas narrativas, o mato é perigoso, o que vem de longe é assustador, o forasteiro é mau. A memória do processo da colonização, materializada

nas narrativas tradicionais, corrobora para a manutenção do interdiscurso e até mesmo muito desse modo de vida do baependiano, sujeito que se forma nessa história, que é preservado por meio de uma memória que se manifesta em seus casos.

Também retomamos Pêcheux (1997, p. 79) que diz que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.” Isso para considerar o fato de que um mesmo caso gera inúmeras versões, a partir das condições de produção em que são reproduzidas, e que, por sua vez, são definidas pela historicidade do espaço, no caso, Baependi e as circunstâncias imediatas da narração.

Por sua vez, Payer (2006, p. 39), ao pesquisar o funcionamento da memória na oralidade em contexto de imigração, diz que “o modo como uma sociedade, um povo, produz sentidos historicamente encontra-se marcado em sua linguagem, no modo como ele fala “sua” língua, ou melhor, a língua que lhe é dado falar por sua história”. Ou, pensamos no recontar dos casos que estão ao seu redor. Pensamos que nas contações, a noção de memória tal como Payer (idem) a tem concebido vem complementar o que acreditamos que acontece com os casos populares enquanto produção humana e sócio-histórica que tem na língua, na linguagem, sua materialidade.

Nota-se também a recorrência do estereótipo do malandro, do mineiro que, apesar de quieto, é esperto, astuto. São estereótipos mantidos pelo interdiscurso. Ferreira (1993), analisando enunciados sobre o “ser brasileiro”, mostra que os estereótipos, além de serem repetidos por adesão convicta, funcionam também, em certas circunstâncias, como estratégias de cumplicidade por conveniência.

Algumas palavras sobre a extensão dos textos (dos casos). Para a AD, o texto não é definido por sua extensão, pois ele pode ter desde uma só letra, até muitas frases, enunciados, páginas, como pode ser oral ou escrito, verbal ou não-verbal. Isso não muda a definição de texto. É texto porque significa, e os casos não só significam, como trazem sentidos vários, mesmo sendo muitas vezes narrativas bastante curtas. Sobre sua duração, Benjamin diz que,

Nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia. Esse processo de assimilação se dá em camadas muito profundas e exige um estado de distensão que se torna cada vez mais raro (1987, p. 204).

Desta forma, acreditamos que o fato das narrativas serem concisas não interfere na natureza das análises a que nos propomos. Apenas pode ser uma característica dos casos. Pautando-nos também no que Benjamin diz, notamos que as contações em Baependi acontecem com extrema naturalidade, pois os casos são curtos e fáceis de serem memorizados, tanto por quem conta, como por quem os ouve.

Pêcheux (2009) fala sobre um mito continuísta empírico-subjetivista, segundo o qual o sujeito vai, aos poucos, apagando a sua individualidade e dando espaço a um sujeito universal, “situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos” (idem, p. 117). Desta forma, podemos pensar num deslizamento de sentidos do contador de casos que se inicia como individual e, à medida que a narração vai acontecendo, transforma-se numa voz coletiva, gerando um sentido de coletividade, uma voz anônima que fala na voz do baependiano que se expressa por meio do conjunto de todas essas narrativas, que formam uma discursividade, numa produção de evidências ideológicas no sentido de que *todos* concordam com o conteúdo das narrativas, acreditam nelas – o que é o princípio e uma formação discursiva específica, e que se diz por meio de um “nós” universalizante. São características imputadas a elas. É uma universalização que se materializa no imaginário através dos casos, e que produz o que é ser de Baependi, o que é pertencer a essa comunidade.

#### 4.2.1 O discurso feminino

Nos dois casos selecionados abaixo, observamos alguns sentidos da figura feminina que apresentam a memória de um modo de organização social passado, de tradições que não existem mais. A ela se relacionam formações discursivas que atravessam a textualidade desses casos, gerando sentidos diversos em relação a que se espera da mulher, no contexto de uma cidade interiorana.

Partimos das palavras de Coelho (1991, p.161), quando a pesquisadora diz que na literatura

É enfatizada a ambiguidade da natureza feminina. Desde as narrativas orientais, originais, a mulher é a causa de bem e de mal; tanto pode salvar o homem, com sua bondade e amor, como pô-lo a perder com seus ardis e traições. Ela tanto pode ser a Amada divinizada pela qual o príncipe luta como ser apenas o “instrumento” da procriação desejada pelo homem (Idem, p.162).

Vejamos então como a figura feminina aparece nessas narrativas:

- 1- **Porco com Canjiquinha** - (narrado por Tinho, neto do Crécio)

Seu Crécio, lá na sua juventude, já era negociante e viajava muito. Havia uma casa de um conhecido seu que sempre lhe dava pouso. Sempre que podia, aproveitava a hospitalidade do amigo, que desta vez estava com um problema sério. Cerca de dez capados seus estavam com canjiquinha.

Assim que chegou, Seu Crécio tomou ciência do problema, mas como o dono da casa e os filhos foram prá roça de café, a ainda bonitona mulher do homem ficou incumbida de mostrar os capados pro Crécio, prá ver se ele dava jeito. Seu Crécio, naquela época, bem jovem, era muito paquerador e aproveitou a situação prá passar uma cantada na mulher. A mulher não disse nem sim nem não, simplesmente ficou calada, e aquilo deixou Crécio com a pulga atrás da orelha, mas ele preferiu acreditar que ela nada contaria ao marido e sua partida repentina é que poderia levantar suspeita. Resolveu ficar por aquela noite.

No jantar estavam todos reunidos à mesa, Seu Crécio, o dono da casa, a mulher e seus seis filhos já grandes, quando a mulher começou a falar:

- Sabe, bem, nosso amigo Crécio me fez hoje uma proposta...

Crécio começou a gelar quando a mulher começou a falar e, quando a ouviu dizer da proposta, teve vontade de sair correndo, mas aguentou firme. A mulher continuou:

- Me disse que vai nos comprar a porcada toda!

- Sustento! Compro! E pago à vista! Arrematou Crécio já de pé.

(GUIMARAES, 2002, p. 09)

## 2- Pedido de Casamento - (narrado por Seu Pedro)

O fazendeiro era muito sistemático, mas os colegas da região quando por lá passavam não deixavam de tomar um cafezinho e ter com ele um dedinho de prosa. O filho de um fazendeiro vizinho não acreditava no que via quando uma alta e bela donzela veio lhe servir uma xícara de café. No que o velho descuidou, tratou de perguntar o nome da moça:

- Rosilda. Disse ela com um largo sorriso.

O rapaz não perdeu tempo e explicou ao fazendeiro o motivo de sua visita: pedir Rosilda em casamento. O homem pediu um tempinho e foi lá dentro consultar a filha. Rosilda, que jamais havia visto o rapaz, a não ser enquanto a irmã lhe servia o café, olhando pelo buraco da fechadura, consentiu.

O pai voltou à sala e marcou o casamento para dali a seis meses. No dia marcado, o noivo veio a ter com seu futuro sogro e viu que a noiva não era tão bonita quando esperava:

- Mas a Rosilda não era bem mais alta?

- Mais alta é a minha outra filha, mas você pediu a Rosilda em casamento; a minha filha mais velha, por aí está.

E o rapaz honrou seu compromisso... (Idem, p. 40)

É interessante observar os sentidos da figura feminina nos casos acima. No primeiro, “Porco com Canjiquinha (1)”<sup>59</sup>, fica clara a sua esperteza, que não desfaz da lisonja do convidado, mas a aproveita em prol do bem da família. Nele, a mulher toma as rédeas dos fatos, e com confiança e certa ética, desfaz do convidado ousado e mostra-se poderosa, tal como uma mãe que tudo faz pelo bem dos filhos e que decide o que fazer de sua própria vida e dos acontecimentos. Não deixa de ser um discurso de resistência da figura feminina. Temos

<sup>59</sup> O próprio título do caso “Porco com Canjiquinha” já nos remete à memória do mineiro, quando a carne suína era conservada em sua própria gordura, pois não havia outras formas de refrigeração para a manutenção dos alimentos. E a “canjiquinha”, além de ser o milho triturado que compõe um prato típico, aqui é utilizada no sentido metafórico, referindo-se a uma doença dos animais que, na visão do homem do campo, assemelha-se ao milho triturado em forma de “canjiquinha”, o que também nos remete à memória de locais onde essa historicidade é comum.

dois lados, a mulher que não é submissa, pois consegue lidar de maneira astuciosa com a situação, mas de outro lado, a representação da matriarca típica das vilas interioranas de um Brasil colônia. São sentidos diversos em uma mesma narrativa.

Coelho (1991, p.161) faz uma análise dos principais contos maravilhosos e levanta algumas características que também nos interessam em relação às narrativas em análise: “as qualidades exigidas à mulher branca, na discursividade do colonizador, são: Beleza, Modéstia, Pureza, Obediência, Recato... e total submissão ao Homem (pai, marido, irmão, etc.).” Ora, estas características não são as que se veem predominando na personagem no caso “Pedido de Casamento (2)”, onde a noiva - ou sua irmã – trama uma situação para casar-se. O noivo, o homem, nesse caso, faz papel de bobo, e as moças, de espertas. Ele assume seu estereótipo a partir do momento em que aceita casar-se, mesmo após saber que não era a noiva desejada. Neste fato, sobretudo em relação ao casamento, é feita menção ao princípio moral de que a palavra dada não pode ser descumprida. As donzelas tomam as rédeas da própria vida, ou seja, mostram-se senhoras dos acontecimentos. Depreende-se o sentido de que as irmãs devem ter combinado entre si a armação para “fisgar” um noivo para a mais velha, que é quem se casa primeiro, segundo a tradição. A mais velha e menos bela deveria estar sem pretendentes e usou da boa vontade e inteligência da irmã mais nova e mais bonita. Que, assim, se projetava como a próxima da vez. Produz-se o efeito de que a mulher é a personalidade forte, boa ou má, que decide seu próprio destino.

Percebemos também as filiações de sentidos com a utilização dos termos “donzela” e “pedir a mão”, ou mesmo o hábito de só conhecer, ver a noiva no dia do casamento! São situações que remontam à memória de uma tradição - em que a filha mais velha deve casar-se primeiro que a mais nova - que há muito já se foi, mas que deixam seus traços nessa narrativa – que também falam desta tradição, ironizando-a.

No mesmo caso, podemos também identificar uma relação de memória ou interdiscurso com o texto bíblico da história de Jacó e Labão:

Como Jacó gostava muito de Raquel, disse: "**Trabalharei sete anos em troca de Raquel, sua filha mais nova**". Labão respondeu: "Será melhor dá-la a você do que a algum outro homem. Fique aqui comigo". Então Jacó trabalhou sete anos por Raquel, mas lhe pareceram poucos dias, pelo tanto que a amava. Então disse Jacó a Labão: "Entregue-me a minha mulher. Cumpri o prazo previsto e quero deitar-me com ela". Então Labão reuniu todo o povo daquele lugar e deu uma festa. **Mas quando a noite chegou, deu sua filha Lia** a Jacó, e Jacó deitou-se com ela. Labão também entregou sua serva Zilpa à sua filha, para que ficasse a serviço dela. Quando chegou a manhã, lá estava Lia. Então Jacó disse a Labão: "**Que foi que você me fez? Eu não trabalhei por Raquel? Por que você me enganou?** " Labão respondeu: "**Aqui não é costume entregar em casamento a filha mais nova antes da mais velha. Deixe passar esta semana de núpcias e lhe daremos**

**também a mais nova, em troca de mais sete anos de trabalho".** Jacó concordou. Passou aquela semana de núpcias com Lia, e Labão lhe deu sua filha Raquel por mulher. GRIFO NOSSO<sup>60</sup>

Temos então na narrativa uma versão parafrástica com relação ao capítulo do livro sagrado do cristianismo, o que nos remete à memória discursiva das narrativas bíblicas. Em termos discursivos, Orlandi (1996) define a relação entre paráfrase e polissemia como um movimento de tensão entre o mesmo e o diferente. Em todo dizer há algo que se mantém, a memória, o que tenta dar estabilidade aos sentidos. Pelo movimento polissêmico, tem-se o deslocamento, a ruptura em processos contínuos de significação (ORLANDI, 1999). Quando reconta um caso, “o sujeito por sua vez não (re)formula apenas em um sentido superficial, ele entra em relação com o corpo da linguagem, com o acesso ao acontecimento; ele desliza” (ORLANDI, 2001, p. 83). Ele entra em contato com esse movimento entre o mesmo e o diferente. Em “Pedido de Casamento (2)”, quando há a troca de noivas, deparamo-nos com o processo parafrástico, a memória de uma narrativa tradicional por séculos contada e recontada que ecoa mais uma vez. Mas também polissêmico, pois o mesmo narrador/contador que se inscreve em uma formação discursiva de origem cristã, em que supostamente o discurso religioso fez-se presente, também lhe acrescenta novos elementos – contribuindo assim para a polissemia. Orlandi (idem) ainda complementa que, “em termos discursivos, teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo. Na polissemia, a produção da diferença”, e “não há um sem o outro” (1998, p. 15).

Poderíamos também dizer que Camões fez algo semelhante quando compôs o soneto nº 88 “Sete anos de pastor Jacob servia Labão”<sup>61</sup>, ou seja, a memória discursiva da narrativa ou a formação discursiva bíblica estaria também, de modo intertextual, nesse texto de Camões. Nele, algo semelhante acontece, pois Jacó primeiro viu Raquel, por quem se apaixonou e pediu em casamento a seu pai, Labão. No dia da cerimônia, quem apareceu foi Lia, “menos bela”. Mas Jacó teve que cumprir com a palavra e casar-se com ela para, somente sete anos depois, poder casar-se com Raquel. Em relação ao caso de Baependi, como a poligamia não é mais permitida, nosso personagem no conto “Pedido de Casamento” não pôde fazer como Jacó, e teve que se contentar apenas com Rosilda. A base de constituição dos sentidos no funcionamento da linguagem está na tensão entre o processo parafrástico e o

<sup>60</sup> FONTE: Gênesis 29:18-28. <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/gn/29>. Acesso em 26/01/18

<sup>61</sup> Sete anos de pastor Jacob servia/ Labão, pai de Raquel, serrana bela;/ Mas não servia ao pai, servia a ela, / E a ela só por prêmio pretendia. / Os dias, na esperança de um só dia, / Passava, contentando-se com vê-la;/ Porém o pai, usando de cautela,/ Em lugar de Raquel lhe dava Lia. / Vendo o triste pastor que com enganos / Lhe fora assim negada a sua pastora,/ Como se a não tivera merecida;/ Começa de servir outros sete anos,/ Dizendo: – Mais servira, se não fora / Para tão longo amor tão curta a vida! (Luís Vaz de Camões – Domínio público)

polissêmico, ou seja, uma tensão constante entre esses sentidos no processo discursivo. Pêcheux complementa que todo enunciado é “linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Todo enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua, sendo portanto suscetível de tornar-se outro” (1997, p. 60). Acreditamos, portanto, que a memória discursiva do discurso bíblico ecoa tanto no texto camoniano quanto no caso de Baependi.

A questão da beleza feminina é ressaltada nos dois casos, o que também é bastante comum às narrativas literárias tradicionais. Corso e Corso (2006) lembram algo sobre essa beleza que nos parece interessante considerar nos dois casos.

na cultura medieval cristã, a beleza feminina se identificava ao maligno, à influência do demônio, o que vem a ser o coroamento de uma longa carreira de preconceito para com a mulher. Como os contos de fadas desde sempre foram dessacralizados, nunca foram muito afetados por essa visão cristã de beleza como um problema (como o esconderijo do diabo); a beleza era sempre um bom sinal, e a feiúra, o signo dos maus (2006, p. 79).

Desta forma, compreendemos que os casos também caminham em paralelo na manutenção de sentidos afins às narrativas tradicionais no que se refere aos padrões de beleza da mulher. Enquanto há a quebra do estereótipo quanto ao comportamento da figura feminina, mantêm-se outros – a mulher bonita ainda é a mais desejada, enquanto que a menos bela necessita de outros atributos para ocupar alguma posição no espaço social.

Orlandi diz que “há relações de sentidos que se estabelecem entre o que um texto diz e o que ele não diz, mas poderia dizer, e entre o que ele diz e o que outros textos dizem” (1986, p. 11). Essas relações, para a autora, atestam a intertextualidade, que encontramos largamente nos casos analisados e mesmo naqueles que foram deixados fora dessa pesquisa. Por intertextualidade podemos então definir como a relação de um texto com outros textos existentes, possíveis ou mesmo imaginários. Desta forma, para Orlandi, “os sentidos que podem ser lidos em um texto não estão necessariamente ali, nele. O(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos” (Idem, p. 11).

Orlandi (1996, p. 12) complementa que “dessa forma, só a referência à história permite que se diga, de uma leitura, se ela compreendeu menos ou mais do que “devia”. Porque, sem dúvida, na multiplicidade de sentidos possíveis atribuíveis a um texto – Rimbaud diz que todo texto pode significar tudo -, há uma determinação histórica que faz com que só alguns sentidos sejam “lidos” e outros não”. Como relacionamos as palavras da autora com os casos apresentados? Pensamos que a determinação histórica, circunstanciando tais narrativas

dentro da cidade de Baependi, fez com que eles adquirissem sentidos que poderiam não ser os mesmos uma vez narrados em outro lugar. O mesmo podemos pensar em relação a determinados casos que são extremamente curtos, até mesmo parecidos com anedotas – e que fazem certos sentidos e não outros quando narrados em Baependi, e para pessoas que conhecem as personagens que deles fazem parte – Crécio, Márcio Mângia, Trovão, dentre outros. Caso contrário, os sentidos produzidos não serão de humor, de hilaridade, de estranheza.

As tradições antigas das Minas Gerais também são apresentadas, elas atravessam essas narrativas através da formação discursiva de seus narradores – o hábito de se fazer visitas, o almoço oferecido ao visitante, o casamento arranjado pelo pai – tradições estas ainda presentes em Baependi. É uma forma de manter vivo também o passado, as tradições, a memória, mas que são materializadas nesses casos, trazendo à tona hábitos que foram esquecidos ou pouco mantidos no convívio na comunidade.

Quais sentidos podemos encontrar, pois, na materialidade de expressões como “pedir a mão”, “donzela”? São representações cristalizadas pelo interdiscurso, entretanto carregadas de sentidos. Orlandi diz que

Não é no dizer em si mesmo que o sentido é de esquerda ou de direita, nem tampouco pelas intenções de quem diz. É preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva – e não outra – para compreendermos o processo discursivo que indica se ele é de esquerda ou de direita. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas (2002, p. 42).

Tendo como ponto de partida esses casos, é imprescindível também que se analise a fundo suas condições de produção e sua formação discursiva, pois o contexto em que cada um deles foi gestado é rico em informações que serão úteis nessa busca por sentidos a partir desse amplo *corpus* narrativo.

Segundo Orlandi (1996, p. 58) na AD “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Assim sendo, podemos observar que nos recontos desses casos muito da formação discursiva dos narradores deixa-se entrever e, nelas, a historicidade de Baependi, com seus costumes, seus hábitos, seus preconceitos. É por meio da linguagem que se pode trazer o que “não está”, o que “não está mais”, o que “ainda não está” e o que “nunca estará”. Pêcheux complementa que

[...] toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (1990, p. 8).

Os contos maravilhosos proporcionam reflexões de difícil abordagem pública, ou seja, conteúdos que, tratados explicitamente, seriam vistos como chocantes, pesados, impróprios, mas como contos maravilhosos eles são trazidos por vezes de modo irônico e figurado, o que os torna possíveis e mais leves; eles criticam e apresentam outras alternativas vistas, na maioria das vezes, como impróprias para a época, haja vista as situações pontuais de emancipação feminina durante a Idade Média, que a maioria dos contos antigos enunciava. Warner (1999, p.451) complementa que o “conto de fadas e protesto são parceiros de longa data”. A emancipação feminina vem, ao longo dos séculos, projetando seus ideais nos contos maravilhosos, daí a quantidade de personagens “moças” protagonizando as histórias – Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, Rapunzel, Branca de Neve, Fátima ... – passando por adversidades, nas quais, com certeza, quem as salva é um homem, mas não sem antes demonstrar que durante o percurso, elas mesmas são responsáveis por si próprias e capazes de aguentar as consequências do que fizeram. As armas das mulheres não são as espadas ou pistolas, mas a voz, a mesma voz que se ergueu em Joana d’Arc, em Maria, em Maria Madalena, em Sherazade... As artes femininas dentro dos contos maravilhosos são caracterizadas pela voz, a voz mágica que ensina feitiços, enigmas, transformações, a mesma voz que aparece em alguns casos para ludibriar as personagens, e podemos entender como uma materialização do elemento mágico, fantástico, já abordado anteriormente.

Pensamos também no sujeito narrador/contador de casos de Baependi como um sujeito constituído pela voz, em uma relação indissociável entre voz e contação e, conseqüentemente, dos efeitos de sentidos que daí se suscitam. A voz do narrador funciona como materialidade inédita em cada contação, contribuindo para aquela versão que é única. Acreditamos não poder desvincular o poder da voz da narrativa em si, uma vez que fatores não verbais, como ritmo, volume, intensidade, entonação, timbre, expressões fisionômicas e a linguagem corporal também compõem o contexto do momento em que o caso é narrado, portanto sua materialidade e seus sentidos.

Para Souza (2014, p. 206), “independente das palavras ditas, a voz importa como marca singular da subjetivação, como acontecimento do discurso. Trata-se da voz como aquilo em que necessariamente o discurso se assenta para protocolar nela e por ela a possibilidade da subjetivação e do efeito de sentido”. A subjetivação, neste caso, é composta pela posição

daquele que conta os casos, por aquilo que faz com que alguns sejam habilidosos nessa arte e outros menos.

Nas formações imaginárias, em AD, temos relações de sentido, nas quais os discursos se relacionam entre si, não havendo início nem final, pois eles resultam das relações entre outros discursos. Orlandi (2002, p. 39) acrescenta que “um dizer tem relação com outros dizeres, realizados, imaginados ou possíveis”. Observamos essas relações no universo imenso das narrativas maravilhosas.

#### **4.2.2 Sentidos do discurso religioso**

Como já mencionado anteriormente, a comunidade baependiana é bastante religiosa, desta forma elencamos alguns casos onde o discurso religioso aparece em traços de memória e formação discursiva:

##### **3- Imagem de São Benedito - (repertório popular de Baependi)**

Fizeram quermesse, leilão de gado e tudo que foi possível para arrecadar dinheiro para a compra de uma imagem de São Benedito em tamanho natural. Depois de arrecadado o dinheiro, precisava-se ir até o Rio de Janeiro, único lugar naquela época onde seria possível encontrar boas imagens. A única pessoa daqui que conhecia o Rio era o Juca Brasília, irmão do Crécio. Apesar de sua fama de malandro e jogador, resolveram lhe confiar tal missão. Chegando no Rio, Juca foi primeiro dar sua voltinha e gastou quase todo o dinheiro com jogo e mulheres. Quando viu que não podia mais arriscar, comprou uma pequena imagem de São Benedito e mandou um telegrama avisando a hora da chegada. O padre avisou no sermão de Domingo e foram todos na estação esperar a imagem do Santo, com a Banda de Música e tudo mais. O padre, apesar de estranhar o tamanho da imagem, deu prosseguimento à cerimônia, mas não antes de chamar a atenção de Juca, que se safou com esta:

- Oh! Padre! O importante é o tamanho da fé e não o do Santo!  
(GUIMARAES, 2002, p. 55)

##### **4- Proteção de São Jorge - (contado por Capiroto)**

Mateia estava com seu Jeep cheio fazendo as curvas do Gamarra a 60 por hora, quando os passageiros reclamavam, ele batia no peito e dizia:

- Confio no meu São Jorge! Fazendo referência à medalha de São Jorge que trazia no peito.

Chegando sãos e salvos no Gamarra, Mateia foi agradecer ao seu Santo, mas quando pegou a medalha, lá estava apenas o cavalo. São Jorge tinha rachado fora... (Idem, p. 38)

## 5- **Marreta do Didi-da-Onça**<sup>62</sup> - (repertório oral de Baependi)

Seu Didi da Onça estava trabalhando com sua marreta de cinco quilos, quando a mesma saiu do cabo. Aí ele não teve escolha, recorreu ao seu santo mais forte:

- Minha Nossa Senhora Aparecida!

A marreta foi lá em cima e caiu certinho no cabo... (Idem., p. 25)

## 6- **Capeta do Teatro** - (narrado por Zé Pena)

No teatro de Baependi, Juquinha Serva fazia o papel de capeta e entrava em cena voando. Era ajudado pelo impulso que uma gangorra lhe proporcionava com o salto de uma pessoa que lhe assistia.

Como seu ajudante ficou doente, teve a preocupação de arrumar outro com o mesmo peso para substituí-lo. Logo na primeira apresentação, o iniciante não quis fazer feio e caprichou num grande salto. O “capeta”, assustado com tamanha altura jamais atingida, lá de cima gritou:

- Nossa Senhora Aparecida do Norte! (Idem, p. 09)

## 7- **Assessor de sermão** - (repertório popular de Baependi)

Um frei alemão estava fazendo discurso sobre a Paixão de Cristo e, para melhor entendimento dos ouvintes, comparou:

- Cristo andou como daqui a Caxambu e caiu pela primeira vez.

E mudando o tom de voz, perguntou:

- Quantos quilômetros são de Baependi a Caxambu? Me responda por favor, o senhor aí do canto.

Trovão, prestativamente, respondeu:

- São sete quilômetros, padre! (Naquele tempo era mais longe por ser a estrada antiga, da linha férrea).

- Pois então, carregou a cruz por sete quilômetros e caiu pela primeira vez. Se levantou, caminhou uma distância como até São Lourenço e caiu pela segunda vez.

E, voltando-se novamente para Trovão, perguntou:

- Quantos quilômetros são de Caxambu a São Lourenço?

- São trinta e cinco quilômetros, Padre. Mas agora o senhor toma a estrada para Engenheiro Passos com Cristo porque lá pro lado do Rio eu não conheço um só palmo! (Idem, p. 48)

---

<sup>62</sup> Bastante comum nas pequenas cidades do interior é o costume de apelidar as pessoas a partir de determinados episódios que elas tenham vivenciado, ou semelhanças físicas ou até mesmo por herança de costumes familiares. No caso de nossa personagem neste caso, “Didi-da-onça” ganhou esse apelido por mais uma de suas aventuras, quando contou ter caçado duas onças ao mesmo tempo, com apenas um tiro. Segundo ele (repertório oral de Baependi), colocou um facão amolado com a lâmina voltada para a espingarda, e quando atirou, o cartucho partiu-se ao meio e conseguiu atingir as duas onças ao mesmo tempo. Faleceu há alguns anos, mas suas histórias continuam circulando por Baependi. “Didi da Onça (Benedito Bernardes), mais mentiroso que caçador de onças, no Gamarra, embora ótimo mecânico (...)”. (GONÇALVES, 2009, p. 24)



FIGURA 8 - Foto antiga do já falecido morador de rua conhecido por Trovão, personalidade típica de Baependi.  
Fonte: Arquivo próprio

### 8- Pistoleiro - (narrado por Petrônio)

Dr. Oswaldo estava andando lá prá bandas de Mantena, terra de gente famosa por dar tiro só prá ver o tombo, quando teve a seguinte prosa com um calejado pistoleiro chamado Zé Calhau:

- Zé, quantos homens você já matou?
- Mato não, Doutor, só faço o furo, quem mata é Deus. Às vezes Ele quer matar, às vezes Ele não quer... (Idem, p. 49)

### 9 - Batismo - (narrado por Zé Izalino)

Foram batizar o crente e este até que estava fácil, pois tinha fama de nadar muito bem. A surpresa foi quando o pastor perguntou:

- Encontrou Jesus?

E ele permaneceu em silêncio.

- Encontrou Jesus?

E nada.

- Encontrou Jesus?

Aqui não encontrei nada não, mas o senhor podia me jogar naquele poço ali em baixo, quem sabe ele está lá! (Idem, p. 72)

Nos casos acima, fica clara a presença do discurso religioso e místico presente na comunidade baependiana, por seus habitantes denominada “Terra de Nhá Chica”. Dentro de uma perspectiva discursiva, esses casos são atravessados por formações discursivas, tanto por sua historicidade quanto por seu modo de produzir sentidos. O mineiro é, predominantemente, religioso, característica que remonta à colonização europeia e possui raízes medievais. Com as descobertas das minas de ouro e pedras preciosas pelos bandeirantes e a adaptação do Barroco europeu, sobretudo na arte e na arquitetura sacras, os sentidos de religiosidade passaram a circular como constitutivos do “sujeito mineiro” desde o Brasil Colônia.

As igrejas representam a proteção do lar e da família e, principalmente, do espírito. Crendices coletivas diversas esbarram-se constantemente com a crença cristã que procura fazer-se o pilar da sociedade. Os santos são variados, seus nomes modificam-se de localidade

para localidade. As beatas também são responsáveis pela proliferação das crenças e das histórias orais. Os casos tornam-se o repositório de cenas da comunidade que pertencem ao imaginário local, carregados de uma historicidade que remonta a décadas de versões.

O contador – que como já explicitado anteriormente, aqui concebemos também como narrador - submete-se à linguagem e, determinado pela “injunção” (Orlandi, 1996), precisa, ao narrar, dar sentido “vivo” a essa linguagem, significá-la e fazê-la significar – o reflexo de sua interpelação pela ideologia, no caso, a religiosa. Como já foi dito anteriormente, a língua não funciona fechada sobre si mesma, mas se abre para o equívoco – as variações. Retomando Henry (1994) citado por Orlandi (2001, p. 103), a história é história porque os fatos reclamam sentidos face a um sujeito que está condenado a interpretar (a significar). Neste jogo de forças entre, “de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento, e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos que experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites” (Idem, p. 103), temos a posição, na linguagem, do contador, que acrescenta e elimina, a seu bel-prazer, elementos aos “causos” que vai recontando. “A determinação do sujeito não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica” (Idem, p. 103).

Segundo Orlandi (2001), “as palavras – e os sentidos – estariam soltos. No entanto são administrados por relações de poder, por determinações históricas, por injunções institucionais” (p. 141). Ao observar isso, a autora analisa os boatos, mas poderíamos fazer um paralelo com os casos populares. Que relações de poder podemos encontrar na administração dos casos? Quais determinações históricas estariam por trás deles? Teríamos aí injunções institucionais? Acreditamos que sim, pois apesar dos deslizamentos e deslocamentos dos sentidos de religiosidade, esta ainda se faz presente no contexto dos casos.

No caso “A Imagem de São Benedito (3)”, é óbvia a presença da religiosidade e da esperteza do malandro, tal como em outros casos analisados. Neste, a personagem sai-se bem frente ao questionamento da população quase em fúria – “A fé não tem tamanho”. O malandro, somente com este enunciado, pregou melhor do que muitos sermões – deslocou sentidos e propiciou uma quebra de expectativa, pois a população apoiou, e não houve problemas – todos saíram satisfeitos e, como nos contos maravilhosos, um final feliz, principalmente para a personagem principal, um anti-herói bastante comum também na literatura em geral. Qual o sentido de fé que temos materializado no tamanho da imagem? Esbarramos em um deslizamento de sentido, na relação com um ditado, também de origem popular, “tamanho não é documento”. A narrativa põe em cena o questionamento de “qual a

necessidade de uma imagem enorme para se medir o tamanho da fé de uma cidade”, assim deslocando o sentido cristalizado.

“A narrativa da Marreta do Didi-da-Onça (5)” mostra, mais uma vez, a fé da população e a religiosidade pungente, supersticiosa, da mesma forma que em “Capeta do Teatro (6)” e “Proteção de São Jorge (4)”, onde, como o jargão popular do caso anterior, as falas dos baependianos apresentam-se carregadas de misticismo. O sagrado convive com o profano, inclusive nos ambientes religiosos, mas em nenhum momento percebemos a fé posta em questionamento. Os símbolos cristãos e/ou católicos são por vezes personificados, podem até deixar o discurso mítico de lado, mas a fé continua a ecoar nas narrativas. Os casos trazem um final feliz, um efeito de solução para o problema, mesmo que ficcional e os sentidos do “ser religioso” deslizam dentro de uma historicidade que é peculiar a Baependi – cidade muito pequena onde todos se conhecem e mesmo inscritos no discurso religioso, muita coisa é permitida, transmutada em religiosidade popular.

Em “Assessor de Sermão (7)”, uma personalidade típica, conhecida simplesmente como Trovão, assiste à missa em lugar privilegiado. Às perguntas do pároco, responde com boa vontade, até que sua simplicidade esbarra ao limite do seu conhecimento e ele apresenta um *gran finale*, inserindo uma interpretação do real - no aqui-agora da interlocução - na narrativa bíblica. Eis o que desliza e se desloca na compreensão e interação com o religioso fixado no discurso. Trovão foi um morador de rua de Baependi, já falecido, embora tenha vivido até por volta dos noventa anos, vindo a falecer por volta da década de 1980. Vivia carregando sacos nas costas, e algumas mães costumavam assustar seus filhos afirmando que, se fizessem bagunça, o Trovão iria levá-los. Mal sabiam eles que o nosso personagem era inofensivo.

Neste caso, é interessante a presença do número sete, um elemento simbólico de aparecimento regular no discurso bíblico bem como nos contos maravilhosos, sobretudo nos contos de fadas. Em “Branca de Neve e os Sete Anões”, esse número representa a quantidade de companheiros que a heroína terá como protetores. Estudiosos veem neste numeral uma sequência relacionada às fases do ato sexual, afinal, Branca de Neve é uma moça iniciando sua vida adulta, o que se percebe pelo casamento iminente com o príncipe encantado (BETTELHEIM, 1996). Outra presença interessante no caso baependiano é o desdobramento do número sete para 35, múltiplo do primeiro. Talvez seja um reforço do número anterior. Nessa reiteração do algarismo sete, podemos pensar na memória dos contos tradicionais, sobretudo Branca de Neve e o Gênesis bíblico, em que, pelo interdiscurso, se faz ecoar tanto na possível fala de Trovão quanto em seus contadores. O sete representa também os dias gastos por Deus na criação do mundo, no Gênesis, as cores do arco-íris, e, se fôssemos

aprofundar nessa linha, provavelmente encontraríamos inúmeros outros contos, mitos e lendas com esse número.

No caso “O Pistoleiro (8)”, o protagonista afiança que não mata, quem mata é Deus; ele apenas faz os “furos”. A personagem fala a partir da inscrição ou crença em um poder divino, superior. E finalizando, “Batismo (9)” mostra a credence popular a partir do “ver para crer”. Aqui, há uma escuta literal, a não inscrição no simbólico do discurso religioso. Ao tratar da resistência, Pêcheux (1990) diz que “escutar literalmente” é um dos gestos de resistência na linguagem. O discurso religioso cristão e a ideologia católica personificada na figura de uma única pessoa que provoca ou desafia (resiste) ao destino e afirma: “Aqui ele não está!” Neste caso, os sentidos de religiosidade e o misticismo deslizam e entram em choque. É a não identificação, a não inscrição no simbólico do discurso religioso.

Em síntese, pensamos que, como nas narrativas fantásticas, a presença do maravilhoso é uma constante, e nos casos baependianos isso também é visível. O maravilhoso, neste caso materializado no elemento místico e religioso, demonstra outros sentidos de “ser mineiro”, o sentido do abstrato religioso e do simbólico, bem como as resistências e deslocamentos também à modernidade e à racionalidade científica. Nestes casos, as semelhanças com os contos maravilhosos encontram-se na presença deste misticismo, que pode ser tanto a consequência do maravilhoso, como este pode ser a sua origem.

#### **4.2.3. O discurso do mineiro esperto**

Nestes casos, de narrativas pequenas e cômicas, a presença da esperteza como atributo desencadeador, além de solução para as situações problemáticas, como já abordamos anteriormente, é clara. Como acontece em inúmeros contos maravilhosos, assim como ocorre com o sujeito popular, o protagonista vê-se diante de uma situação difícil. Quanto mais sozinho, mais simples de caráter, mais criativa ou mágica torna-se a solução encontrada.

### **10- Locutor paroquial - (repertório popular de Baependi)**

- Zé Melão, locutor paroquial, foi ao microfone do alto-falante da igreja anunciar:
- Atenção! Intenções da missa: a missa hoje não tem intenções.
- E esquecendo de desligar o microfone, completou:
- Vai falar bem assim lá na “puta-que-pariu”... (Sapoia, 2002, p. 60)



FIGURA 9 - Imagem da Igreja Matriz Nossa Senhora de Montserrat em construção, no séc. XIX. Fonte: Arquivo próprio.

### 11- **Hotel Barato** - (repertório popular de Baependi)

Márcio Mângia tinha tomado todas. Quando chegou em casa, Nael, sua esposa, não quis deixá-lo entrar. O jeito era descolar um hotelzinho. Foi até o Hotel Nhá Chica, mas achou muito caro. Foi até a rodoviária, perguntou quanto era a passagem para Caxambu, pagou adiantado, cinco de ida e cinco de volta e dormiu até as seis da manhã. (Idem, p. 29)

### 12- **Assustando o cavalo** - (repertório popular de Baependi)

Antigamente, usava-se deixar os cavalos amarrados na porta da venda para se fazer as compras. E era mais chique quando o cavalo era ensinado, deixando-o lá fora com as rédeas presas na cabeça do arreo, demonstrando submissão ao seu dono. Constâncio, ao ver aquele cavalo desamarrado lá na porta da venda, resolveu aprontar e chegou um fósforo aceso na orelha do cavalo, que saiu em disparada pela rua abaixo em direção ao caminho de casa. O dono do cavalo não viu tudo, mas o suficiente para perguntar:

- Constâncio, o que você fez no ouvido do meu cavalo?
- Falei pra ele que a mãe dele estava nas últimas lá na roça! (Idem p. 48)

### 13- **Quem é doido?** - (narrado por Zé Pena)

José Válter, conhecido por Zé Varti, autodenominado Zé Valtíssimo, para não fugir à regra de usar o sufixo “íssimo” a todas as coisas, sofreu contratemplos.

Apesar de andar sempre bem vestido e comandar uma banda de instrumentos feitos de bambu, ensinando a criançada a tocar lá perto da casa do Lopinho, ultimamente não estava falando coisa com coisa.

Resolveram interná-lo no hospício em Barbacena. Alugaram a kombi do Gentil e, Mateus ficou incumbido de levá-lo.

No hospício de Barbacena, foram ter com o médico responsável pela Manicômio, que foi logo querendo saber:

- Quem é o louco?

Zé Varti, todo alinhado, apontou para Mateus, em péssimo estado e falou:

- É ele.

Os seguranças foram logo tomando Mateus pelo braço, que se assustou e lutando gritou:

- Me larguem! O doido é ele.
- Segurem que ele está tendo uma crise! Completou Zé Varti.

Meteram uma camisa-de-força em Mateus e o caso foi dado por encerrado.

Zé Varti voltou logo de Barbacena e Mateus andou sumido por uns tempos... (Idem p. 16-17)

#### 14 - Frango do Dr. Cícero - (repertório popular de Baependi)

Mário do posto foi almoçar na casa do Dr. Cícero. Na mesa só tinha arroz, feijão e batata. Mário servia-se bem devagar, para ver se aparecia mais alguma coisa. Já estava quase desistindo quando ouviu Dona Alice gritar lá da cozinha:

- Posso levar o frango?
- Ainda não, respondeu Dr. Cícero.

Mário esperou mais um pouco, mas como a cena se repetia e o frango nada de aparecer, achou que comento o arroz com feijão, poderia ser premiado com a carne de frango. Quando Mário estava quase terminando de comer, Dona Alice voltou a perguntar:

- Posso levar o frango?
- Agora pode. Respondeu Dr. Cícero, para alegria de Mário.

Dona Alice levou o frango e o amarrou ao pé da mesa. O frango, faminto, comia os grãos de arroz que tinham caído no chão... (Idem, p. 17-18)

#### 15 - Jeep do Pedro Lopes - (narrado por Roberto do Mauro)

Pedro Lopes comprou seu primeiro Jeep, mas ainda estava muito arraigado aos seus tempos de cavaleiro. Sua primeira gafe foi mandar fechar a porteira para o Jeep não fugir, mas a segunda lhe deu a maior dor de cabeça.

Ao encontrar um conhecido, soltou do volante para cumprimentá-lo e acabou batendo no barranco. No mesmo dia, comentou com a mulher:

- Podem me chamar de orgulhoso, mas não cumprimento mais ninguém. (Idem, p. 25)

#### 16 - Balança do Crécio - (narrado por Petrônio)

Acácio tinha um açougue ao lado da venda do Seu Crécio, e tinha tratado de comprar uma porcada naquele dia, só que pediu ao dono para não lhes dar comida. Juntamente com Crécio, foram direto para a fazenda. Logo que chegaram ao chiqueiro, Acácio jogou uma espiga de milho aos capados, que só cheiraram a espiga, mas não se davam ao trabalho de comê-la. Ao sentir que fora logrado, Acácio anunciou:

- Não compro.

Crécio o chamou num canto e conseguiu convencê-lo a fazer o negócio com o seguinte argumento:

- Pode comprar que a balança é minha... (Idem p. 30)

#### 17 - História de Pescador - (contado por Chico do Zé Izalino)

Rapataco estava pescando no Rio Baependi quando um curioso se aproximou e perguntou:

- Você pesca com o quê?
- Pesco de vara, se não der nada, pesco de rede, se por tudo ainda não pegar nada, meto bomba na água.
- Posso saber onde estão a rede e as bombas?
- Dentro do saco, debaixo d'água, seguros por esta corda. E apontou para uma corda que emborcava nas águas do rio.
- Você sabe com quem está falando? Perguntou o curioso.
- Não. Respondeu o pescador.
- Sou o guarda-florestal Marciano...

Rapataco não se apertou:

- E o senhor, sabe com quem está falando?
- Não. Respondeu o guarda.
- Com o maior mentiroso da redondeza. E puxou a corda que nada continha em sua extremidade. (Idem, p. 11)

A esperteza e a astúcia, bem como a coragem e a falta ou excesso de bom senso, aliados a uma considerada inteligência constitutiva do “bom mineiro”, vencem nas narrativas a força bruta e a prepotência, mesmo que através de atos muitas vezes não tão bem vistos pela população em geral. Abramovich (1991, p.130) observa, sobre a figura desse personagem frequente, que “[...] o João Bobo (em todas as diversas narrações) é quem acaba vencendo, por ser mais generoso, mais bondoso, menos preconceituoso, mais atento às pessoas ou animais, menos arrogante, enfim, mais aberto e disponível, como é a criança menor...”. De fato, encontramos inúmeros “João Bobos” nas narrativas baependianas, personagens com as mesmas características e que, ao final, conseguem se safar, contra todas as expectativas, e levar a melhor.

Relacionando esta regularidade à paráfrase, consideramos a realização local dos nomes dos diversos personagens como a reprodução da posição discursiva “João Bobo”, pequena alteração na formulação da discursividade que se repete nas diversas narrativas. Orlandi (1996, p. 80) retoma Pêcheux (1991), quando o autor diz que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Podemos perceber esse funcionamento nos casos em questão, em suas regularidades em relação aos contos maravilhosos. João Bobo é apenas o nome de um personagem, exemplo dentre vários. E este é um procedimento narrativo que funciona produzindo a generalização ou a universalização dos sentidos, através dos seus personagens.

Em “Locutor Paroquial (10)”, o funcionário da paróquia tem orgulho do seu serviço e se apresenta seguro de suas atividades. Mesmo tornando-se alvo de piada, reforça a fé da cidade, ao indicar a ausência de intenções, e, com certeza, mostra a fala popular com toda a sua força e colorido. Até hoje esse locutor é lembrado como um grande sacristão. O palavrão não teve o peso dos sentidos que comumente carrega em outros contextos, transformou-se em pitada cômica apesar do absurdo do enunciado. É uma quebra de ritual, segundo Pêcheux,

E através dessas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição (1990, p. 17).

Podemos perceber a mudança de sentido aí ocorrida por influência do interdiscurso e das mudanças na rede de filiação dos sentidos que ocorreram quando detectado o fato que deu origem ao caso. Do ponto de vista discursivo, acreditamos que a possibilidade de substituição

de enunciados – o que gera a quebra de expectativas - também é constitutiva do sentido, isso porque o sentido não está preso à palavra, mas constitui-se por meio da formulação e, principalmente, da ideologia e da memória que permitem que um dizer signifique. Segundo Pêcheux:

o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva* a outra (PÊCHEUX *et all*, 2007, p. 26).

Em “Assustando o cavalo (12)”, o elemento fabuloso está presente. O animal é apresentado como dotado de inteligência e senso comum, em um processo de antropomorfização. Ao ouvir a notícia sobre o suposto mal-estar materno, sai em busca do lar. Mas o ouvinte sabe que não foi isso o que aconteceu. Temos os diversos sentidos do que é ser o mineiro, mais uma vez, aquele que não perde uma oportunidade de aprontar, fazendo-se valer mais uma vez, resolvendo as situações a partir de soluções fantásticas, mágicas. É o modo como se dá a universalização da posição imaginária do sujeito mineiro, não só através dos casos, mas também nos dizeres dos baependianos que não se cansam de repetir: “- Tudo é possível em Baependi!”, ou mesmo: “- Aqui acontece de tudo”. Frases desse tipo corroboram o imaginário e a historicidade tanto dos contadores, que se veem livres para criar mais e mais versões, quanto dos ouvintes, que também se sentem seguros em acreditar no que ouvem, apenas dentro de um imaginário fantástico que se formula nesse ambiente específico que é Baependi – e tomar isso como repertório para suas atuações futuras como narradores.

A presença da esperteza do mineiro simples, mineiro este estereotipado no discurso midiático como dotado de pouca inteligência e de poucos recursos econômicos, entretanto esperto quando necessário, mesmo em sua simplicidade, se apresenta no caso “Hotel Barato (11)” quando a personagem acha mais barato e conveniente dormir no circular que faz a linha entre Baependi-Caxambu do que arcar com os custos de uma diária no hotel. Fato verídico, uma vez que, por coincidência, pudemos comprová-lo conversando informalmente com o senhor Márcio Mângia.

Os sentidos dos casos circulam de maneira peculiar – constituem-se e formulam-se diferentemente por serem do âmbito da oralidade. Quem conta espera, exige veracidade, representa-se como narrador de algo verossímil – quem ouve, possivelmente, na maioria das vezes, ouve esperando também a verossimilhança daquilo que escuta em uma espécie de efeito-leitor de narrativas orais, assim pensamos. Se há incredulidade, essa deve se apresentar

depois do caso narrado, circunstanciada apenas longe dali, fora daquele contexto na qual alguém está contando um caso. E os ouvintes se fazem espectadores prontos a aceitar tudo o que é dito no momento da narrativa.

Benjamin contrapõe, de maneira bastante interessante, a veracidade entre os fatos narrados e a simples transmissão de informação:

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. (...) O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação (1987, p. 203).

Desta forma pensamos que, em se tratando de casos, na constituição de um sujeito de linguagem exposto à prática das narrações de casos, já exista uma predisposição a ouvi-las não se importando caso o fato narrado não seja verídico, pois naquele contexto já estaria latente uma convivência com uma prática de linguagem, a da narração, em que, no mundo imaginário, tudo possa ser verdade. Basta, para a narrativa, ter verossimilhança. Não estamos falando do discurso jornalístico ou científico, mas de casos populares cuja essência é narrar fatos que fazem parte dos diversos sentidos de ser baependiano e que, já se subentende, não importa a veracidade ou não. O narrador, contudo, em sua função de narrar, o faz como contando como verdade absoluta, e o ouvinte fica livre para dar ao caso os sentidos que lhe aprouver, do real ou do ficcional.

“Quem é doido? (13)” mostra, mais uma vez, a esperteza do bom mineiro – o estereótipo - que encontra saída para tudo. Nem sempre o final feliz atinge a todas as personagens, mas o herói consegue sair incólume das adversidades do destino, na carência – consegue cumprir mais uma etapa para alcançar o prêmio máximo – não da ordem da lógica do real cotidiano, mas da ordem da magia, solução para o insolúvel, a “mão da princesa” ou a simples liberdade, os sentidos comuns às narrativas maravilhosos com raízes antigas. Há um elemento fundamental aqui, segundo a teoria da AD, que é a negação da contradição, esta como aquilo que não tem solução. Saída pela mágica, pelo imaginário, pelo fantasioso, pela criatividade que contorna o real das carências materiais sem solução. O imaginário passa a ter outros sentidos neste funcionamento, como também uma forma de questionamento e não aceitação dessa realidade de carência. No mundo imaginário há soluções, então já há a percepção crítica de que a realidade não deve ser simplesmente aceita como imutável.

O herói é, conseqüentemente, o restaurador da situação sadia, consciente. Ele é um ego que restabelece o funcionamento normal e sadio de uma situação, onde todos os egos da tribo ou nação estão desviando-se do padrão básico e instintivo da totalidade (BONAVENTURE, 1992, p. 73).

O nome da personagem, “José Válder, conhecido por Zé Varti, autodenominado Zé Valtíssimo, para não fugir à regra de usar o sufixo “íssimo” a todas as coisas (...)”, personalidade realmente conhecida em Baependi, carrega na denominação “Zé Varti” a marca da língua popular, memória recorrente nas narrativas orais, sobretudo nos casos analisados. Os nomes próprios comumente sofrem variações segundo o modo de pronúncia de cada região, seja por fatores históricos ou regionais. Letras são excluídas, outras acrescentadas. “Zé Varti” relaciona-se à imagem do homem do campo, da cidadezinha do interior, sem progresso, enquanto que o sufixo “íssimo” carrega o sentido oposto, a marca da linguagem extremamente formal. Funciona aí o contraste entre o imaginário do rural e do urbano e os sentidos advindos da memória da língua e na língua (PAYER, 2006). Por outro lado, encontramos também um elemento parafrástico que nos remete à memória da obra “Dom Casmurro”, publicado em 1899 por Machado de Assis, na qual o personagem José Dias também tinha como característica o uso de palavras com o sufixo “íssimo”. Teríamos no comportamento de José Válder uma mimese do comportamento de José Dias, talvez por alguma leitura anterior? Ou teria o personagem José Dias idiossincrasias que seriam comuns em contextos de relações entre línguas e povos diversos, em que o sufixo português “íssimo” pode trazer uma memória de formalidade?

“Frango do Dr. Cícero (14)” imortaliza as características de uma personagem típica de Baependi. Dr. Cícero, o célebre médico da cidade e, dadas as suas características peculiares, tornou-se estereótipo nos casos como materialização de pessoa miserável, “pão-dura”. A própria narrativa caracteriza este fato. Como já apresentamos anteriormente, há determinados casos em que, o conhecimento por parte do ouvinte das personagens do caso faz com que a narrativa seja mais “saborosa”, mais “cômica”. São implícitos específicos no funcionamento das cidades, ou, segundo a Análise do Discurso, suas condições de produção. Entretanto, acreditamos que mesmo para o ouvinte de outras localidades, a quebra de expectativa ao final do caso já seja um bom indicador dos sentidos que tais narrativas suscitam. Fazendo jus aos sentidos do bom mineiro, esperto e econômico, que não desperdiça nada. Alguma semelhança com o Gigante do conto “João e o Pé de Feijão”, em que o vilão procurava acumular bens em seu castelo? Ou ecos da memória das narrativas tracionais? Pêcheux (1969) fala de relações

de sentido, que acontecem quando um discurso remete a outro, do qual ele reorganiza os termos principais ou anula seus argumentos,

(...) o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Podemos trabalhar nesses casos várias relações de sentido, pois em contos maravilhosos a presença do personagem que representa o mais fraco também suscitou quebras de expectativa e finais imprevisíveis, ou seja, diferentes sentidos foram sendo formulados.

Outra presença muito comum em vários contos maravilhosos é o tolo ou bobo da corte, o João Bobo, como se disse acima, personagem típico com a personalidade duplamente pobre e humilde, e que também aparece nos casos de Baependi, porém com o atributo da esperteza ressaltado para alguém de quem se tem a imagem de bobo. Essa personagem é tipicamente criativa, apresentando como traço marcante aquele que é rico em espírito e que lentamente adquire maior conscientização e maior poder com o passar dos tempos. Podemos refletir também a respeito dos não-ditos em relação a eles. Temos um funcionamento ideológico em que o mais fraco deve vencer ou se safar dos mais poderosos. “É o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2008, p. 20). Atualidade, em se tratando da ideologia que corrobora os não-ditos nos casos, memória quando percebemos paráfrases dos contos maravilhosos que são do domínio público.

A ideologia, quando redefinida discursivamente, não reside no conteúdo ocultado, mas também no próprio mecanismo de produção desse conteúdo. Ela se apresenta como interpretação feita em condições específicas que são apagadas. Por esse apagamento, um sentido, produzido e determinado por certas circunstâncias, aparece como “O” sentido (ORLANDI, 2001, p. 130).

“Jeep do Pedro Lopes (15)” mostra o mineiro que não se adaptou aos novos tempos e não consegue abandonar os sentidos do “ser mineiro”. Não consegue diferenciar o automóvel do cavalo, aludindo ao animismo dos tempos primitivos.

Já a “Balança do Crécio (16)”<sup>63</sup> e “História de Pescador (17)” mostram a esperteza e a malandragem aliadas a uma fina inteligência prática. Crécio, personalidade famosa em

---

<sup>63</sup> Clécio Brazílio de Araújo nasceu no interior do estado do Rio de Janeiro e veio com a família para Baependi ainda criança, onde viveu desde então. Era tio de meu avô materno. Deixou vários filhos, enteados, “esposas” e protagonizou aventuras amorosas e várias narrativas populares. O que não podemos averiguar com certeza é quais são verdadeiras e quais são apenas versões. Hoje ele ainda circula na memória dos baependianos e dá nome a uma alameda em um dos bairros da cidade. Essa alameda ora é grafada com Crécio, ora Clécio – versões. Familiares alegam que a forma correta é Clécio.

Baependi, dono de um quitanda, mais conhecida como “venda” e localizada próxima à praça central, protagoniza dezenas de “causos” em que sempre se sai bem. É o herói da oralidade popular, embalando fatos reais e histórias fictícias, agindo tal como o anti-herói de inúmeras narrativas maravilhosas, ou, a maneira de Bonaventure (1992, p. 14) “existem contos que abordam [...] sua maneira de lidar com o imaginário, com os animais, ou simplesmente com o riso e o lado malandro de um Pedro Malasartes”.

Nas pequenas cidades é comum que os estabelecimentos comerciais vendam diversos tipos de produtos, antigamente conhecidos também como “secos e molhados”. Em Baependi não era diferente, e a quitanda do Crécio, também chamada de “venda” pelos moradores, figura como espaço social em inúmeros casos. Podemos pensar nela como um ambiente social caracterizado como lugar de encontro informal da população, ainda carente de outras opções, ambiente de relações sociais variadas, onde pessoas pertencentes a diversos grupos sociais entravam e saíam a todo momento para comprar, mas também para vender produtos, enquanto outros apenas por lá ficavam para passar o tempo ou “jogar conversa fora”. Os poucos turistas que passavam por Baependi também tinham como ponto de parada a quitanda. Era o local onde as notícias circulavam, e podemos inclusive supor que era um dos ambientes mais propícios para os casos serem formulados e circularem.

Os moradores de Baependi tornam-se personagens de seus próprios casos, em um processo de produção da memória coletiva da cidade, quando o sujeito autor de narrativa popular confunde-se com a personagem, uma vez que no contexto são a mesma pessoa. Narrador/contador e sujeito autor – este perdido no tempo e no espaço na circulação dos casos – passam a fazer parte do repertório oral da cidade a tal ponto que a identificação entre sujeito real e a personagem torna-se difusa. Quando do falecimento da pessoa, esta passa a ser imortalizada enquanto personagem na memória coletiva do repertório oral dos casos baependianos e na identidade da cidade.

Não podemos esquecer também da questão da estereotipia. Trata-se, ao nosso ver, de um estereótipo em que contar e recontar os casos é uma das prerrogativas ou um dos traços de memória como prática da linguagem. Podemos também pensar no surgimento de estereótipos como personagens – reais ou criadas pelo imaginário do narrador – que vão sendo imbuídas de características mais ou menos fixas, aplainadas e fixadas em função do gosto dos ouvintes. Essas características estereotipadas podem até ser fantásticas, uma vez que, quanto mais fantástico, absurdo ou exagerado o caso, mais sentidos ele suscita e mais interessante ele se torna.

Acreditamos, portanto, que há uma reprodução de estereótipos, que por sua vez faz parte da memória coletiva dos baependianos – e mesmo daqueles que não são baependianos – mas lá já residem há muito tempo. Estereótipo também do habitante do interior que se amplifica no estereótipo do que é ser mineiro e que, muitas vezes, chega até a ser caricaturizada ou estilizada (PAYER, 1996)<sup>64</sup>.

Conforme Leandro Ferreira (1993) (apud PAYER, 1996, p. 93) há no estereótipo verbal uma “flexibilidade entre a plenitude e o esvaziamento do sentido”, permitindo a ele um funcionamento que “envolve mecanismos sociais/culturais presentes no modo de sustentação do status quo que se realizam pela reiteração de enunciados que expressam o saber comum”. Quando um estereótipo vai se mantendo de um caso para outro, ou mesmo uma característica estereotipada que se mantem em diferentes personagens, acreditamos ser a reiteração ou repetição parafrástica de enunciados que funcionam como memória discursiva nessa comunidade de discurso.

A “História de Pescador (17)” é narrada por “Chico do Zé Izalino”. Percebemos nessa forma de nomear a marca da memória na língua dos mineiros, o que também é característico de outras regiões do Brasil, notadamente em cidades pequenas. Metonímia onde o filho, mesmo depois de adulto, continua “sendo do pai”. O mesmo acontece com as esposas, os esposos... Zé Izalino (também pescador), era o pai de Chico, corruptela de Francisco, como é comum e de conhecimento geral.

O pescador é típico em toda região que é cortada por um rio ou ribeirão, por menor que seja. Sempre aparece uma força antagonista, seja a personificação de forças da natureza ou um espírito do mato, ou, do ponto de vista discursivo e levando-se em consideração as formações discursivas e contemporaneidade do caso, um guarda florestal! O pescador também consegue se safar, tal qual os personagens dos casos que analisamos anteriormente. Ele usa de uma inteligência irônica para dissuadir o guarda de que está fazendo algo errado e há, mais uma vez, uma quebra de expectativa que gera o efeito da comicidade.

Na AD, o repetível (o interdiscurso) se inscreve como uma das dimensões da historicidade, na relação com a formação discursiva e com o seu domínio do saber – o enunciável; ele é histórico. Para Benjamin,

---

<sup>64</sup> Payer (1996, p. 93-94) pensa a estereotipia enquanto caricatura e/ou estilização. Neste, acontece a diminuição de traços e linhas, aplainando os aspectos particulares do objeto que é estilizado, enquanto que naquele, acontece o aumento exagerado de aspectos particulares do objeto que é caricaturizado. Em suma, na caricatura temos uma impressão de excessiva proximidade e na estilização, um distanciamento do olhar, aplainado dos detalhes. Embora em ambos haja um estranhamento do objeto, este leva ao reconhecimento de uma outra imagem, retratada mas alterada.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica (1987, p. 205).

Ainda nesta mesma perspectiva, acreditamos que os casos sejam atravessados por várias formações discursivas e, desta forma, o sujeito pode aparecer em várias posições. Como estamos falando de várias posições como enunciador dos casos, isso vem a corroborar a perspectiva da AD. “É na relação com a memória, assim concebida, enquanto espaço de recorrência das formulações na relação com a ideologia, que os objetos do discurso adquirem sua estabilidade referencial” (ORLANDI, 1996, p. 111).

#### **4.2.4. O discurso fantástico**

Como explicitado anteriormente, entendemos o fantástico nas narrativas, segundo Todorov (2004) e Calvino (2004), como um elemento que é inexplicável e foge do que é considerado racional, enquanto que o maravilhoso é entendido como a aceitação do inverossímil, do inexplicável. Nos casos abaixo, a presença do elemento fantástico, perpassa as narrativas gerando sentidos que corroboram a ideia de uma cidade onde “tudo é possível”, no dizer de seus habitantes, o que os aproxima da definição de narrativas maravilhosas segundo Todorov (idem) e Calvino (idem), nas quais o inverossímil é comum no contexto diegético e sua aceitação, incontestável.

### **18 - A Caçada do Mateia - (contado por Bené)**

Mateia foi caçar na Serra da Mantiqueira. Com ele foram Tuta, Zé Pena, Cláudio Rollo e uma cachorra perdigueira. Era mês de julho e, além do frio, o vento era forte.

Estavam todos na barraca tomando uma pinguinha para esquentar, quando ouviram alguém bater palmas lá fora. Tuta mandou Zé Pena ir lá ver o que era, mas este, com medo, pediu para Cláudio Rollo, e como estavam os três com medo, mandaram Mateia, que era o valentão e atirava muito bem. Mateia passou a mão na garrucha, caçou a lanterna e foi ver o que era. Apesar do vento forte que deslocava até o foco da lanterna, pôde ver que as palmas eram provocadas pelas orelhas da cachorra perdigueira.

Mas o pior ainda estava por vir, resolveram levantar acampamento de tardezinha e, na descida da serra, uma cascavel mordeu o pneu do JEEP, todos sabiam que cascavel quando morde gente, deixa a pessoa cega, mas não podia imaginar que aquilo iria apagar os faróis do JEEP! (GUIMARAES, 2002, p. 11)

## 19 - Susto do destino - (contado por Mateia)

Na descida do Bicânio tombou um caminhão. O motorista saiu procurando seu ajudante entre a sacaria de farelo esparramada pelo chão. Parou um pouquinho para beber água e ouviu aquela voz bem fraquinha:

- Ro-zi-nha! Ro-zi-nha!

O motorista, perturbado, saiu loucamente a procura do companheiro, pensando estar ele quase morto e chamando pela mulher. O chamado era fraco e irregular, o que atrapalhou a localização. Mas ficou feliz em ver que não era o companheiro que chamava, mas um disco de vinil velho sob um galho de lobeira, que o vento fazia rodar e, ao passar por um espinho, produzia o som. (Idem, p. 37)

## 20 - Esta é verdade (Causo de Pescador) - (repertório popular de Baependi)

Zé Guaraná, grande pescador, nos relatou a seguinte história:

“Domingo passado fumo pescar, eu e meu fio de criação. Peguemo a canoa e quando nós já tava com as varas dentro d’água, um peixe bem grande pulou prá fora d’água. No reflexo, lhe joguei meio quilo de queijo que tava na minha mão. O peixe demorou uns cinco minutos e vortou a pulá. Passei a mão no tamborete e empurrei goela abaixo. Quando o peixe pulou pela terceira vez, não tive escolha, joguei meu próprio fio. Tamanho era o peixe e o meu espanto, que eu até tinha esquecido do facão na cintura. Quando o peixe tornou a pular, acertei um golpe mortal com o facão. Porém, minha maior surpresa foi quando resolvi abrir a barriga do baita, lá tava meu filho sentado no tamborete, comendo um pedaço de queijo” (Idem, p. 19).

Analisando os boatos a partir de Orlandi, acreditamos encontrar uma origem em comum entre eles e os casos quando nos referimos à presença do absurdo, do fantástico. Orlandi fala sobre

a força de uma situação discursiva que se impõe, irrupção de um real que demanda sentidos, que reclama interpretação, exposição em estado bruto da necessidade de se construir a relação causa/consequência. Constatação do fato de que há palavras postas em silêncio (...), ele é o traço de que há sentidos ainda não formulados (postos em palavras) (2001, p. 135).

São sentidos não formulados que gritam por constituição e circulação – alguns encontram no boato um meio de circulação, outros se transformam em casos. São fatos inventados, por analogia ou semelhança com algo que poderia acontecer, ou a partir de um fato que não foi absurdo. Mas tornou-se quando narrado. Entretanto, não estamos avaliando a questão de veracidade ou não. Orlandi (2001 p. 135) ainda cita Paul Henry (1984), “não há fato ou acontecimento histórico que não tenha sentido, que não peça interpretação, que não reclame que se lhe encontrem causas e consequências”.

Os casos acima apresentam regularidades com contos maravilhosos e histórias de cavalaria. Em “Essa é verdade (20)”, o próprio título apresenta o reforço para que se acredite no fato, fazendo jogo com “essa não é verdade”. “O mito de Cronos”<sup>65</sup> e a história bíblica de

<sup>65</sup> No mito de Cronos, este “castrara seu próprio pai, Urano, e fora por isso amaldiçoado com o destino de repetir a história, dessa vez como vítima. Para se livrar do vaticínio de ser eliminado por um descendente, ele

“Jonas e a baleia” estão como pano de fundo ou na memória do dizer. E, ao final, quando o pescador consegue recuperar o filho, e também o queijo e o tamborete, “Chapeuzinho Vermelho”, transcrito por Charles Perrault, aparece aludido, séculos depois. As semelhanças são explícitas, as memórias são várias, bem como a recorrência da simbologia.

Em relação à presença do maravilhoso, podemos partir da colocação de Orlandi, segundo a qual “todo texto é sempre uma unidade complexa; não há texto, não há discurso, que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividade” (2002, p. 89). Na análise de discurso os sentidos sempre podem ser outros, pois, trabalhando com a linguagem, os gestos de interpretação estão sujeitos à instabilidade, ao imprevisto, ao improvável. O improvável é constante nos casos de Baependi, e o absurdo é aceitável dentro dessa prática da contação de casos.

Podemos pensar também o maravilhoso e o fantástico em relação ao personagem. O imaginário popular apresenta-se sem amarras, livre para criar e recriar. A “Caçada do Mateia (18)” utiliza elementos das fábulas e do animismo. Até que ponto um veículo possui vida? Para o Mateia, o suficiente para ficar sem os faróis no caso de uma picada de cobra venenosa! Não seria esta cobra uma arma de entidades malévolas que protegem a natureza contra a fúria dos caçadores? Ou, porventura não seria o jeep um amuleto dotado de particularidades mágicas daquele tipo que as fadas costumam utilizar ou dar para seus “afilhados”? Uma rede de sentidos e filiações que circulam livremente no imaginário dos narradores e ouvintes da cidade.

O caso “Susto do destino (19)”, também de enredo simples e curto, apresenta o elemento fantástico salpicado de um pouco de tensão e terror. Aos ouvintes mais sensíveis, com certeza um leve arrepio deve fazer-se sentir. Mas depois se percebe que é tudo fantasia, absurdo – é um pedacinho de disco de vinil, no lugar e hora correta, que assustam o pobre viajante. Nada de fantasmagórico. Payer (2012) retoma Pêcheux quando esse considera o absurdo como passível de se configurar com índices do efeito de deslocamento, do que “trabalha nas margens” das estratégias, deslocando algo na ordem ideológica e discursiva.

As semelhanças e as regularidades encontradas entre as narrativas da oralidade baependiana e os contos maravilhosos são claras, conforme analisamos acima. Algumas vezes faz-se necessário recorrer à simbologia para interpretá-las, mas na maioria das vezes as

---

sistematicamente devorava todos os filhos que sua esposa Reia, lhe dava. Irritada com o fatídico destino de sua prole, Reia engendrou um plano para salvar seu último rebento, enganou Cronos, fazendo-o engolir uma pedra envolta em trapos e criou o menino escondido do pai. Como na mitologia grega ninguém está acima do destino, o desenlace era previsível. Cronos foi derrotado por esse filho, que veio a ser Zeus, o qual não só venceu o pai, como o fez vomitar todos seus irmãos” (CORSO, 2006, p. 121).

similitudes são óbvias, e aparecem na língua. A presença do elemento maravilhoso, fantástico e do original criativo enriquece essa oralidade e fazem com que, tanto seus contadores como seus ouvintes deleitem-se com a riqueza cultural da cidade.

As personagens típicas fornecem a memória constitutiva que vem de geração em geração compondo o imaginário popular, e por sua vez, nada mais completo do que a historicidade para representar os anseios desse mesmo povo. O desrespeito ou resistência em relação à lógica racional, as situações e as soluções improváveis, a personificação de sentimentos e características da personalidade – esperteza, ódio, inveja ou a simples vontade de aprontar alguma “safadeza” estão regularmente presentes nos casos.

Podemos então pensar em uma formulação discursiva da memória constitutiva (PAYER, 2006) dessa comunidade, através dos casos contados e recontados inúmeras vezes. Podemos levantar a reflexão, inclusive, que a manutenção dessas narrativas, seja de forma oral ou transcrita, seja também uma formulação discursiva de suas experiências simbólicas passadas que se dá tanto pela língua, através da memória, quanto pelas versões – repetições, pois esses casos são conservados porque “os sentidos produzidos e sustentados socialmente, pela repetição, se encontram nisto que chamamos de língua (...)” (Payer, 2008, p. 39).

Tais casos geram sentidos enquanto memória em movimento, enquanto memória viva, pois uma transcrição artesanal não foi o suficiente para direcionar (fixar) seus sentidos ou mesmo para funcionar como simples memória de arquivo, abrindo para uma prática linguageira dinâmica e presente nesse grupo social.

Baependi é, portanto, diferente das outras cidades em seu modo de se dizer. Não são lendas ou simples folclore que circulam pela cidade, mas casos ou situações comuns – algumas vezes nem tanto - que, a partir da contação de seus habitantes narradores, tornam-se lendas “reais”, narrativas de cunho fantástico que são gestadas e alimentadas em seu próprio berço. Sabemos que toda cidade tem seu arcabouço de narrativas, mas continuamos a acreditar que em Baependi isso é diferente, é de maior volume estatístico. Um conjunto de fatores nunca antes estudado contribui para a constituição, as formulações e a circulação de narrativas que, possivelmente, funciona na linguagem de modo mais presente do que em outras cidades, e em que sentidos vários são gestados.

## Capítulo 5

### Entre fatos e versões fantásticas, os discursos – O caso do crime dos Três Pinheiros

*“Existe uma vida / Uma vida vivida  
Sentida e sofrida / De vez por inteiro  
E esse é o preço / pra eu ser brasileiro”*  
Almir Sater

“Era uma vez...”, expressão que atesta atemporalidade, marca indelével dos contos maravilhosos, narrativas contadas para crianças assim que estas começam a compreender o que os pais falam. São várias as hipóteses sobre o aparecimento dos contos maravilhosos na história da literatura ocidental. Dentre elas podemos ressaltar aquela que é conhecida como difusionista (BONAVENTURE, 1972), que considera a presença de um intercâmbio nessas histórias em vários espaços, em toda a Europa, inicialmente, e mesmo não havendo a penetração direta de um determinado conto num outro país, este por sua vez não se vê privado dele, e o efeito é como se as narrativas tivessem nascido em toda parte espontaneamente.

Bonaventure (idem) relaciona o conto ao sonho, pois

o conto, ao contrário do sonho, sempre tem alguma coisa a ver com cada um de seus ouvintes. Ele é como o reflexo da percepção que o ser humano teve de si mesmo, séculos afora. Em poucas imagens, condensa rapidamente o essencial de anos de experiências e conflitos (1972, p. 20).

Assim o autor considera o aparecimento e o funcionamento do conto em relação à memória coletiva, na qual, ele diz, “o espírito humano tem, em todas as regiões, certas faculdades e certas tendências idênticas a todos” (idem, p. 20).

Outra hipótese é a da teoria dos arquétipos, que tem em Jung sua base teórica (JUNG, 1993), também conhecida como uma teoria psicanalítica. Nela, as personagens dos contos maravilhosos são consideradas como “sombra” de todas as demais personagens, ou seja, são comparáveis entre si e possuem função compensatória. O inconsciente produz um símbolo e o consciente, inspirado nele, o reproduz, dando-lhe forma e expressão, o que, por sua vez, influencia o inconsciente. O início de cada conto retrataria a situação consciente a partir do inconsciente. A estrutura básica dos contos de fadas, por exemplo, é eterna ou repetida. Não é um fenômeno atemporal com acontecimentos nos quais o inconsciente coletivo envelhece e morre. O mágico, o príncipe, o rei, a bruxa sempre estão presentes. O enredo é sempre uma resposta a uma situação consciente específica, quando a representação consciente é possível. Desse modo, não se pode compreender um conto de fadas japonês se não é conhecida a

história e a “cultura”, como referencial simbólico, da civilização japonesa. Os contos maravilhosos compartilham, portanto, tanto a atemporalidade do inconsciente, como também o tempo relativo do saber consciente, porque não estão completamente no inconsciente (ESTES, 1997).

Na perspectiva teórica da Análise de Discurso, que fundamenta esta pesquisa, interessam dessa constituição dos contos as discursividades presentes nas narrativas, no seu funcionamento, que inclui o que aí está dito, em sua relação com o não dito. Interessam as semelhanças e as regularidades entre as narrativas maravilhosas e os casos populares de Baependi, que repetem aspectos daquelas, semelhanças essas tanto do ponto de vista estrutural – se fôssemos fazer uma abordagem estruturalista – quanto do ponto de vista discursivo, ou seja, dos modos de produção, formulação e circulação de sentidos vários no funcionamento da narrativa no meio social, enredada a personagens e a narradores de determinado contexto.

Inicialmente, nessa pesquisa, perguntamos até que ponto um caso popular de uma pequena cidadezinha remota no território nacional pode ser influenciado por narrativas maravilhosas, de origem indeterminada. Ou, até que ponto um caso popular pode adquirir ouvintes e versões e tornar-se “verdadeiramente”, na prática de linguagem, uma narrativa maravilhosa e, posteriormente ser transcrita, arquivada e passar pela legitimação que a publicação lhe garante. Em outras palavras, questionávamos, será que um caso popular pode ter relação, pelo funcionamento da memória, com os contos maravilhosos que lemos hoje, depois que foram transcritos e legitimados?

O desenvolvimento das análises nos leva a compreender questões mais profundas sobre o funcionamento dos discursos na constituição tanto das narrativas quanto dos sujeitos que elas mobilizam em torno da narração, como prática de linguagem regular num dado meio social.

Para aprofundarmos as reflexões acima, passamos à análise de versões de um caso que passaram a circular depois de um crime ocorrido em Baependi, conhecido como o “O crime dos Três Pinheiros”. Conforme pudemos pesquisar no arquivo jurídico da cidade, tal fato narrado ocorreu no município durante a Semana Santa do ano de 1948. Trata-se de um crime com três vítimas, sendo duas delas, crianças de três e seis anos.

Procuraremos analisar alguns recortes textuais de versões surgidas a partir desse fato, que circulam oralmente na atualidade, pensando-se na memória discursiva, em uma tentativa de entender o processo de constituição, formulação e circulação dos sentidos que compõem as discursividades em torno desse crime, presentes nas versões, afirmando-se a sua opacidade

apesar das muitas tentativas de produzir a sua evidência sob o pressuposto da transparência da linguagem (PÊCHEUX, 1975), neste caso, diríamos, da transparência da narrativa, e no âmbito da oralidade.

Também iremos, junto a essas análises, estabelecer alguns pontos em comum entre o que E. Orlandi (2001) estabelece sobre o boato, como foi exposto, e o que aqui trabalhamos sobre as versões surgidas a partir desse fato. A autora diz que “o boato pode ser visto (...) como tentativas de interpretação atiradas na direção de um fato. Com ou sem sucesso, essas tentativas são tentativas de versões, buscando atingir uma verdade” (2001, p. 142). Consideramos, com Orlandi, (2001, p. 142) que “Todo texto, oral ou escrito, traz consigo um conjunto de versões possíveis que o rodeiam”. A autora ainda diz que “ao lado de um texto formam-se famílias parafrásticas de tudo o que se poderia dizer. Essa margem em que as versões se gestam são parte do processo de significar” (Idem, p. 142). Os casos, como analisamos, podem ser produzidos a partir de fatos reais, “verdades” que, a partir de versões, adquirem sentidos vários e a suposta verdade perde seu papel. Eis um funcionamento a ser frisado: Com a opacidade da “verdade dos fatos” os casos perdem também objetividade, algo tão caro à sociedade letrada, ao discurso escrito, pois sem essa objetividade não podemos encontrar sua origem ou versão inicial nem demarcar autoria (GALLO, 1992).

Mesmo na época em que o crime ocorreu, os boatos já ilustravam ou fantasiavam o acontecido. Podemos pensar que o elemento fantástico não é uma característica da atualidade, apenas se mantendo, se reinventando e se reconfigurando com o passar das décadas. São movimentos discursivos complexos em torno da narrativa, perpassados de diferentes interpretações e que promovem tanto a repetição quanto o apagamento do fato histórico através da memória coletiva da cidade – uma memória que poderíamos chamar de arquivo (os autos do processo e as reportagens). E, também, uma memória oral, que, nessa situação, se aproxima do que Tânia C. C. Souza (2012, p. 68) trabalha como alegoria, como uma “memória alegórica”, a qual (...) “descreve como é possível (...) romper com uma formação discursiva dominante, ilustrando a heterogeneidade própria às fronteiras da formação discursiva, deslocando os limites entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (a polissemia)”.<sup>66</sup>

Acreditamos que o mesmo ocorra com os casos, quando são submetidos à narração por seus diversos contadores, que lhes acrescentam elementos os mais variados em seu processo de formulação e circulação, o que por sua vez atinge a produção dos seus sentidos. Há no

---

<sup>66</sup> Tânia C. C. Souza (2012) considera a memória alegórica como “o lugar de rompimento com os discursos sobre. É o lugar do dissenso, da insurreição. Lugar de apagamento (...)” (idem, p. 68 ).

sujeito social a necessidade de contar, de narrar. Entretanto, manter-se fiel à história original não é uma prerrogativa da narrativa, sobretudo oral – e fantástica.

É fato que existe também em relação à linguagem, em um efeito de eficácia da narrativa, a necessidade da verossimilhança e, pelo imaginário, a necessidade de dispor de certa objetividade dos fatos, em se tratando de entender um crime com 3 vítimas ocorrido numa comunidade pequena. Para Orlandi, “(...) temos necessidade de um modo normatizado quanto a seus sentidos estabilizados, onde “x” signifique “x”, com o qual podemos nos identificar. E não temos senão versões” (Idem, p. 143). Sempre se imagina uma verdade e, sobretudo, se for em um texto escrito, onde esse peso é ainda maior e, inversamente proporcional àquilo que é oral. Acreditamos que os casos populares em geral materializam o que a pesquisadora apresenta sobre a normalidade dos sentidos, não só sobre as versões do Crime dos Três Pinheiros. A mesma autora observa que

Determinados pela história, pegos pela necessidade da língua, pela ideologia, estamos condenados, mesmo se não nos damos conta, à relação com a ética e com o político: na posição de responsabilidade em relação aos sentidos, o sujeito tem de “assinar” o que diz, assumir sua interpretação (ORLANDI, 2001, p. 142).

Pesquisando sobre o fato ocorrido em Baependi, tomamos por base para as análises também o arquivo jurídico, através do processo nº 2542/49, Artigo 121 CP, da Comarca da cidade em questão, e ainda duas reportagens publicadas sobre o crime, na revista de variedades *A Noite Ilustrada*, nos anos de 1948 e 1949 respectivamente. Também pesquisamos o livro *Baependi D’Antanho*, do historiador Orestes C. Gonçalves (2009).

Tendo constatado nas análises a grande variedade de interpretações e formações discursivas presentes na própria narração dos fatos, resolvemos então, para fins desta apresentação ao leitor, inicialmente sintetizar as informações levantadas, para uma melhor exposição e inteligibilidade geral dos fatos, e posteriormente apresentaremos as análises mais específicas em relação às interpretações e versões presentes nos casos<sup>67</sup>.

Uma narração mais longa com o resumo do material coletado por nós neste procedimento encontra-se ao final deste capítulo, bem como a indicação de algumas

---

<sup>67</sup> A maior parte do que se conhece do caso conhecido como “O crime dos Três Pinheiros aparece sob versões, o que impede o acesso ao que de fato ocorreu. Essas versões são carregadas de interpretações e fabulações imaginárias do gênero, atravessadas por discursividades distintas. As poucas testemunhas presentes no local durante os crimes e ainda vivas, eram muito jovens na época, o que impede que o testemunho seja coerente ou livre das fantasias já advindas de décadas de discurso fantástico. E nem todos os que foram próximos aos familiares gostam de falar sobre o ocorrido, talvez por superstição ou medo do desconhecido. Mesmo o nosso investimento em gravar uma entrevista com um resumo dos fatos não pôde resolver a questão, pois também esta se constitui de versões e interpretações.

interpretações do discurso psiquiátrico, religioso e jurídico sobre o ocorrido. As reportagens, bem como algumas páginas do processo, também se encontram nos Anexos (1, 2, 3, 4). Para este momento da nossa exposição vamos resumir os fatos encontrados em arquivos.

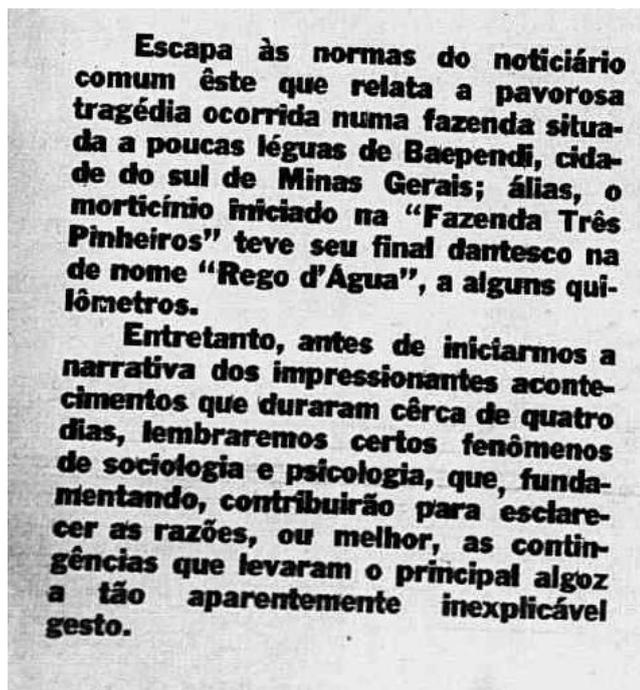
### **5.1. Síntese dos fatos de arquivo do “O Crime dos Três Pinheiros”**

Esses fatos ocorreram entre os dias 26 e 30 de março de 1948, nas fazendas Três Pinheiros e Rego d'Água, na zona rural de Baependi. O protagonista, José Martins dos Santos, 32 anos, agricultor, era adepto de práticas de curandeirismo e, a pedido de Américo Lopes, proprietário da fazenda Três Pinheiros, para lá se dirigiu com o objetivo de rezar pela cura de alguns dos familiares deste que, segundo consta nos autos do processo, estavam sofrendo de moléstias já há algum tempo. Um dos doentes era Luíza, que havia sido noiva do irmão de José. No dia 29, chegou à mesma fazenda o irmão de José, João, 25 anos, vindo do Rio de Janeiro, onde teria encomendado “um trabalho” para que Luíza reatasse com ele o noivado. João foi acusado por José de ser responsável pelo adoecimento da moça. À noite José começou a torturar o irmão, a pedido dele próprio, até que este veio a falecer. No dia seguinte, José e seus pais se retiraram da fazenda Três Pinheiros e retornaram para casa, na fazenda próxima chamada de Rego d'Água. À noite, desta vez auxiliado pelos pais e pela esposa, José mata duas de suas filhas, Ivone, com seis anos, e Maria, com três, por sufocamento. Os crimes só acabaram após uma das empregadas da fazenda conseguir fugir e pedir ajuda aos vizinhos.

### **5.2. Versões e Análises - Fragmentos da memória de arquivo**

A revista de variedades A Noite Ilustrada, de circulação de alcance nacional, cobriu os fatos cerca de seis meses depois, e uma das partes da reportagem nos chamou a atenção (ver fragmentos da reportagem no Anexo 1 ao final desta pesquisa):

Recorte nº 1:



JUNIOR, A. Buono. Revista A Noite Ilustrada. 21/09/48. Nº 1021 p. 4

É passível de análise, do ponto de vista discursivo, os termos ou o léxico utilizados pelo jornalista para narrar o ocorrido em Baependi. A comunidade interiorana, desacostumada com crimes desse estatuto, clamava por explicação, e o jornalista lança mão de um discurso que, além de jornalístico, também é literário – “dantesco”, “impressionantes acontecimentos”, “tragédia”, e jurídico – “morticínio”, “algoz”. Propaga que, durante a reportagem, procurará explicar as atitudes dos criminosos do ponto de vista sociológico e psicológico.

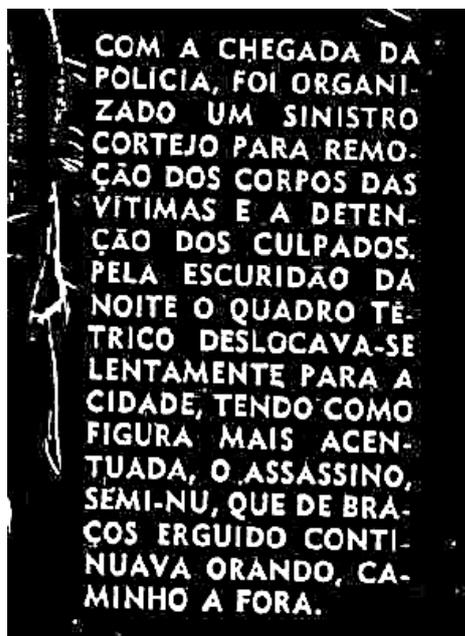
Para nossa compreensão dos fatos, procuramos elementos em Freud (1987), em quem lemos que a dificuldade de compreensão ou aceitação da realidade pode ser uma das raízes do que o autor chama de superstição. Relacionamos aqui o sentido de superstição para o campo do sobrenatural também, onde uma explicação do “inexplicável” pode ser encontrada.

Presumo que esse desconhecimento consciente e esse saber inconsciente da motivação das causalidades psíquicas sejam uma das raízes psíquicas da superstição. Porque o supersticioso nada sabe da motivação de seus próprios atos casuais, e porque o fato dessa motivação pressiona pela obtenção de um lugar no campo de seu reconhecimento, ele se vê forçado a situá-la, por deslocamento, no mundo externo. Se existe tal conexão, ela dificilmente estará limitada a esse caso singular. De fato, creio que grande parte da visão mitológica do mundo, que se estende até as mais modernas religiões, nada mais é do que a psicologia projetada no mundo externo” (FREUD, 1987, p. 223).

Formações discursivas diversas atravessam as explicações dos fatos envolvendo os crimes. No fragmento da reportagem podemos perceber que o léxico selecionado pode ter

direcionado o leitor a “gestos de interpretação” que, segundo acreditamos, culminaram em tornar o ocorrido ainda mais fantástico e ainda mais trágico do que foi, contribuindo, inclusive, para a manutenção da memória do dizer, que ainda hoje circula na cidade, de que o crime foi um evento sobrenatural.

Recorte nº 2:

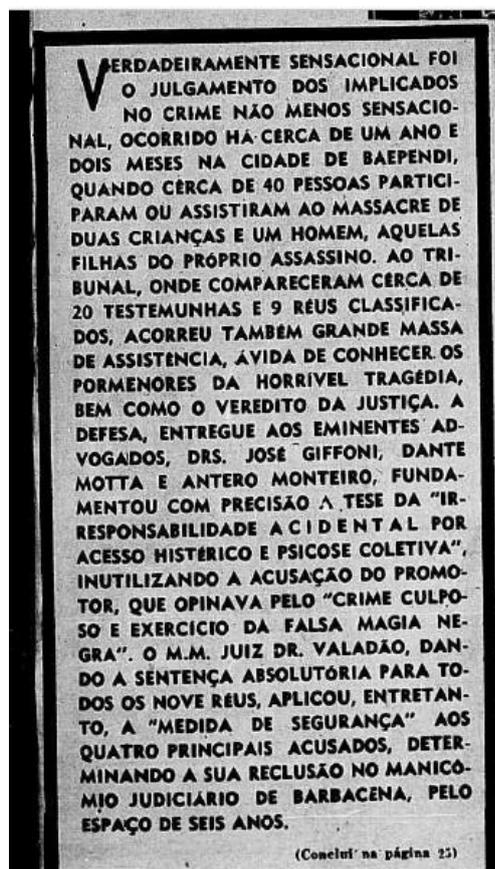


JUNIOR, A. Buono. Revista A Noite Ilustrada. 21/09/48. Nº 1021 p. 5

No recorte acima, na mesma reportagem, encontramos também o discurso religioso - “sinistro cortejo”, “(...) de braços erguidos continuava orando” – e novamente o discurso jurídico - “detenção dos culpados”, “vítimas”, “assassino”. No discurso religioso podemos notar também a memória de uma imagem que lembra Jesus sendo crucificado, levado ao sacrifício, martirizado. É possível perceber entre a população uma incompreensão se as vítimas do crime foram os que morreram, ou os réus acusados durante o julgamento. As formações discursivas que atravessam o texto, contribuindo para a sua constituição, corroboram na formação e circulação de um discurso de um tipo diferente do discurso jornalístico, com a introdução do elemento sobrenatural que se torna a explicação plausível para o que o racional não encontra ou alcança como compreensão possível. Acreditamos que o discurso jurídico já antecipa a realização de um julgamento e mesmo um veredicto para o que ainda nem mesmo ocorreu – o julgamento, o que pode, inclusive, ter contribuído na formação da memória da comunidade a respeito da culpabilidade dos réus. Essa necessidade de culpar-se alguém – elemento presente tanto no religioso quanto no jurídico - em contraposição com as atitudes inexplicáveis ou incompreensíveis que ocorreram nos crimes

podem ter favorecido a produção de um certo enigma, e a formulação de um o discurso sobrenatural ou fantástico, que circula até os dias atuais.

Recorte nº 3:



JUNIOR, A. Buono. Revista A Noite Ilustrada. 13/09/49. Nº 1021 p. 5

Neste outro excerto, recorte de um texto produzido cerca de um ano após a primeira reportagem, na mesma revista, o mesmo jornalista lança mão de elementos linguísticos como exagero, que beira às hipérboles, para rememorar os fatos e fazer com que o julgamento dos réus adquirisse o status de evento sensacionalista – “verdadeiramente sensacional”, “não menos sensacional”, “massacre”, “grande massa de assistência”, “tragédia”. O próprio título da matéria já materializa sentidos outros diferentes do que se espera de textos do gênero jornalístico – “O Júri Sensacional!”. O ponto de exclamação indica uma ênfase que tanto pode ser de surpresa quanto de contentamento pelo veredicto final. O discurso jurídico mescla-se no texto com o jornalístico sensacionalista, procurando, mais uma vez, tornar o crime ainda mais hediondo. Nesse sentido é interessante notar que durante o desenvolver da reportagem (ver Anexo 2) o julgamento é o que passa a ser narrado como espetáculo, e o “crime em si”, ocorrido então já há mais de um ano, vai sendo relegado a pano de fundo. Este funcionamento faz notar o papel do discurso jornalístico deste tipo na difusão/circulação de

interpretações e versões dessa natureza, sensacional ou fantástica. Funcionamento pelo qual o foco do discurso migra do fato relatado para o modo como ele é relatado, destacando-se a formulação do dizer, isto é, nesse caso, o próprio discurso jornalístico – funcionamento ainda tão presente na chamada imprensa marrom e em outras mídias - na produção dos efeitos do que entendemos como um discurso fantástico: o que produz a ênfase no próprio modo de dizer, na formulação, mais do que no referente (objeto) do discurso.

Ainda, nos autos do processo (nº 2542/49, da Comarca de Baependi/MG), chama a atenção o que se diz a respeito de que tipo de pessoas seriam predispostas a sofrer de delírios e cometer os crimes ocorridos na Fazenda Três Pinheiros. Destacamos um recorte que diz:

Recorte nº 4:

São pessoas muitas delas degeneradas e já predispostas que vão assistir às sessões espíritas e ficam muito impressionadas pelo que ali veem. Voltam para casa muito emocionadas com o que viram, com a lembrança viva de tudo e assim, tendo excitado o seu lobo-temporo-esfenoidal, tem de repente alucinações do ouvido a que se juntam não raro alucinações da visão e dos outros sentidos. Os espíritos lhes aparecem, lhe penetram no corpo e os colocam numa grande excitação, em que a alucinação é a causa de tudo”. (Professor Henrique Roxo, citado nos autos do processo, laudo n 655)

Podemos perceber no fragmento acima a introdução de um discurso científico, a explicação racional dos fatos ocorridos feita através do discurso médico, que discorre sobre a produção da alucinação. Tal discurso possui bases positivistas e deterministas, o que se materializa na utilização de termos como “degenerados”, “predispostos”, “excitado o seu lobo-temporo-esfenoidal”, o que direciona interpretações que atribuem aos réus tanto o status de pertencentes a um grupo onde praticar tais atos seria comum, como impossibilitados de terem um raciocínio lógico capaz de guiá-los para o não cometimento dos mesmos atos.<sup>68</sup>

O Promotor de Justiça do caso, em recurso dirigido ao juiz, na época, contextualiza o fato a partir do fanatismo religioso dos acusados:

[...] baixo-espíritismo, que, praticado no meio social em viviam os protagonistas dos crimes descritos, se estrutura com uma corruptela do catolicismo, dando como consequência a mediunidade com auxílio de imagens de santos, a invocação de espíritos por meio de novenas e terços; é, afinal, um resíduo religioso, onde o fomento do crime e da loucura se desenvolve, produzindo, muita vez, verdadeira tragédia (Recurso expedido pelo Promotor de Justiça João Arantes, Autos do processo nº 2542/49 Comarca de Baependi/MG).

<sup>68</sup> O fato nos lembra outras manifestações religiosas amplamente divulgadas em canais televisivos onde curas são alardeadas e a maioria de seus participantes entra em transe com visões e falam “línguas”. O mesmo também acontece em cerimônias de religiões afro-brasileiras e outros cultos que usam bebidas derivadas de alucinógenos para provocar as visões.

Através dos dados pesquisados, foi possível ler nos textos indicação da religiosidade dos acusados e também do esgotamento físico e mental em que se encontrava José M. dos Santos quando do cometimento do primeiro crime. Pode-se deduzir que ele estava rezando ininterruptamente desde a Sexta-Feira Santa, sem dormir e sem se alimentar (fato mencionado no depoimento de sua esposa). Segundo fragmento da reportagem da época, “o perigoso estado de psicose coletiva, originário do pouco avanço intelectual dos participantes – por isso mesmo bastante sensíveis à sugestionabilidade do ambiente – tomava de assalto o grupo estranho” (A Noite Ilustrada, p. 07, 21/09/48). Esgotamento mental, fanatismo religioso, predisposição psíquica. São fatores que, hipoteticamente, contribuiriam para desencadear os delírios por José dos Santos narrados para justificar tais homicídios e mesmo a omissão das testemunhas, que também estavam em jejum e participando das rezas por várias horas seguidas. “O resto já é exaltação mística, raiando pelo delírio, que é o estado mental responsável pelos arrepiantes sucessos que se seguiram à obsessão religiosa” (Termo de apelação feito pelo Promotor de Justiça do caso, José Arantes).

Interessante também é o fato relatado pelos presentes, cerca de vinte pessoas aproximadamente, entre familiares, vizinhos e empregados das fazendas, que a tudo presenciaram e nada fizeram para impedir a tortura e morte de João. Em reportagem na revista A Noite Ilustrada, temos a seguinte consideração:

O feudo, concepção embrionária de Estado, onde se acentuava o primarismo do seu complexo social – a lei do seu senhor e a ausência de preconceitos gerais – foi facilmente assimilado e disseminado pelo sertão – travestido em “Fazendas”, onde a “Casa Grande” não passava do castelo do “Senhor”. Regime em que a autoridade e o poder eram forças conexas e afins, e a economia era a natural, isto é, a da terra dada pelo trabalho escravo, os súditos não passavam de vassallos sujeitos ao domínio único do “Senhor do Engenho” – que significava a divindade imediatamente abaixo de Deus. **Os colonos eram assim a massa autômata sem vontade ou direitos, sem força de raciocínio lógico, dada a sua incapacidade intelectual beirada à imbecilidade – obediência apenas ao comando supremo da “Casa Grande”.** Grifo nosso. (A. Bueno Junior. Revista A Noite Ilustrada. 21/09/48. Nº 1021 p. 5)

Nesse recorte do texto do jornalista A. B. Junior, é possível notar uma formação discursiva com um discurso político e acadêmico que remete à memória discursiva relativa à colonização do país, sobretudo de Minas Gerais, como já comentamos em relação às análises no capítulo anterior. A indicação de elementos do obscurantismo da Idade Média e do discurso religioso novamente aparece, o que permeia toda a reportagem. Tem-se aí um discurso sobre, que observa a situação a partir de uma exterioridade, enunciando e categorizando os sujeitos e a situação em pauta.

Quanto às menções à predisposição ao crime, que surgem diversas vezes nas reportagens da revista, é interessante o trabalho de Almeida (2007), “Uma fábrica de loucos: psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950)”, onde a autora refaz um percurso detalhado da história do Espiritismo e da Psiquiatria no Brasil. O que nos interessa nesse trabalho é o capítulo que a pesquisadora dedica ao chamado “delírio espírita episódico”, que pode ser o mesmo fenômeno psíquico que nos autos do processo, bem como nos laudos, é denominado por “delírio episódico dos degenerados”, que foi utilizado pela defesa como argumento decisivo para corroborar sua tese contra a acusação. Os réus foram considerados incapazes de compreender a natureza de seus crimes a partir das próprias ações de curandeirismo – comparadas no trabalho de Almeida com o Espiritismo<sup>69</sup>.

Incapazes de entender o caráter criminoso de um fato, se-lo-ão igualmente em relação ao outro. Um foi o meio, outro o fim. Não se divisa marco separatório de estado mental na prática do homicídio e na do curandeirismo, para admitir-se a responsabilidade quanto a um dos crimes e não quanto ao outro. (Recurso expedido pelo Promotor de Justiça João Arantes, Autos do processo nº 2542/49 Comarca de Baependi/MG)

Se não há a noção de sujeito jurídico (de direitos e deveres), não há a noção de crime e, se o sujeito constitui-se como “incapaz” – característica esta que remonta ao medieval – não há, conseqüentemente, o “caráter criminoso do fato”. Essa noção de crime é produzida no discurso jurídico e se forma em um determinado momento da história, segundo Haroche (1984), ao final da Idade Média.

Almeida (2007, p. 136) ainda faz um percurso a respeito do que os estudiosos da época consideravam os grupos mais susceptíveis a esse tipo de delírio: “De um modo geral, a maioria dos psiquiatras defendia a ideia de que esses indivíduos eram pessoas desequilibradas emocionalmente, com pouca adaptação social, baixo nível de escolaridade e tendências para o misticismo” (Rocha, 1896; Roxo, 1938; Pacheco e Silva, 1950, 1960; Ribeiro, 1967). Dentre eles figuravam então as classes sociais economicamente inferiores, os negros e as mulheres, numa perspectiva bastante sexista e preconceituosa. Por outro lado, não podemos desconsiderar o isolamento do convívio social, da vizinhança, em que viviam as famílias de José M. dos Santos e Américo Lopes, como é comum nas áreas rurais brasileiras, dada a sua organização social. Fazendas grandes, casas enormes onde viviam pais, filhos, noras, genros,

---

<sup>69</sup> É interessante notar que o sujeito indígena, no Brasil – presente na história de Baependi, por sua tradição como sociedade não jurídica, é passível de ser classificado como “inimputável” em processos criminais, o que guarda alguma analogia como o sujeito considerado “incapaz” – de compreender seus atos.

todos juntos. Modelo patriarcal comum no estado de Minas Gerais, com bairros muito isolados, escassez de famílias de diferentes origens. No município de Baependi, de fato, tal cultura gerou (e ainda gera) um outro fator – os casamentos consanguíneos. Este é um fator também indicado nas considerações internas ao processo judicial, conforme indica o recorte abaixo.

Recorte nº 5:

Por outro lado, o preconceito de casta e o complexo das cortes europeias criaram o hábito do casamento entre as escassas famílias que constituíam o núcleo colonizador, reduzindo em poucas gerações a uma só família, os raros grupos que se aventuravam pelo interior farto de riquezas, isto em largas áreas. Viria a consequência dos casamentos consanguíneos que sabidamente resultam no aprimoramento, por assim dizer, de todas as deficiências físicas e psíquicas de seus membros. A degenerescência provocada por tais fenômenos deveria dar, como frequentemente foi registrado no século passado, os casos de loucura (endemoninhados) e os teratológicos <sup>70</sup> até hoje comuns no interior do país (A. Buono Junior. Revista A Noite Ilustrada. 21/09/48. Nº 1021 p. 5).

Era do conhecimento da comunidade a extrema religiosidade das famílias envolvidas, e também o possível fanatismo religioso, beirando talvez ao messianismo de José M. dos Santos. Entretanto, para o psicopatologista inglês Andrew Sims (1995), citado por Dalgalarrongo (2009),

os delírios religiosos dependem do background social do paciente, de seus interesses e dos de seu grupo sociofamiliar. Ele postula que os delírios religiosos não são causados por crenças religiosas excessivas ou radicais, nem por erros ou falhas morais cometidos que o próprio paciente atribui como causa de seus infortúnios, mas simplesmente de um **adoecimento mental de base (que seria “endógeno” e não “sociocultural”)** (GRIFO NOSSO) e refletem, em seu conteúdo (mas não como fator causal), as preocupações, os valores e os interesses do indivíduo e de seu meio cultural (p. 165).

Acreditamos que esse “adoecimento mental de base endógena” nos remeta à explicação pela consanguinidade, ao discurso médico positivista, que considera que a baixa cognição, aliada ao isolamento social e ao fanatismo religioso propiciaram esse tipo de comportamento, bem como a falta de iniciativa por parte dos espectadores para o impedimento das ações cometidas por José dos Santos.

Almeida (2007) retoma a opinião de Henrique Roxo e Faustino Espozel, que defenderam uma teoria contrária a de Sims. Para eles, o Espiritismo poderia sim desencadear a loucura em qualquer pessoa, predisposta ou não para os problemas mentais: “Claro que uma

<sup>70</sup> Teratologia é um termo relativo à ciência médica que se ocupa do desenvolvimento anormal e das malformações congênitas. Atualmente é possível ainda encontrar em Baependi pessoas com algumas dessas características, ou seja, baixa estatura, tronco encurvado, nariz e orelhas de tamanho muito acentuado, extrema magreza e baixa cognição. São pessoas oriundas de famílias cujos pais, avôs, bisavôs possuem parentesco bastante próximo, pois os casamentos consanguíneos ainda são costume na zona rural da cidade com o objetivo de evitar a divisão de terras e heranças.

pessoa inteiramente sem t ara psychopathica resistir  muito mais (...). Mas convem frizar que não há coisa alguma que mais esgote o systema nervoso do que emo es repetidas” (2007, p. 133-134). Deste modo, pensamos que três dias de ora es constantes e realizando passes ininterruptamente, sem se alimentar, com priva o de sono, por uma pessoa já com tendências messiânicas, num ambiente isolado, são pressupostos que podem desencadear o que se conhece como histeria coletiva.

### **5.3. Fragmentos da memória oral em versões do crime**

Infelizmente outros crimes violentos aconteceram em Baependi nas últimas décadas, e outros poderão ainda acontecer, não são nessa cidade, mas em outros lugares. Entretanto, o que diferencia o crime dos Três Pinheiros dos demais   o caráter sobrenatural que a ele foi atribuído, tanto como causa primeira, mas também com os posteriores efeitos sobre o imaginário dos baependianos. E aí também pudemos observar elementos que merecem ser analisados.

Esses fatos que ocorreram no final de março de 1949 foram sendo acrescidos de diversos elementos, dentre eles os característicos da narrativa fantástica (e mesmo incidindo sobre a interpreta o de fatos reais), oriundos de cada nova narra o. Algo a destacar neste sentido   que, em suas diversas narra es,   sempre certa a audiência, o interesse por parte dos ouvintes, que também interpretam a versão do narrador, tanto por curiosidade em rela o aos acontecimentos, quanto por tentar conhecer a verdade ou os novos elementos que vão aparecendo nas retomadas. E, ainda, pela necessidade de ter contato com o desconhecido, com o assustador, com o medo. Nesse sentido, inúmeras versões foram sendo (re)formuladas nas últimas décadas.

Em um texto escrito, toda variante (tomada aqui também como sin nimo de variança)   entendida como falha (ORLANDI, 2001), pois vai de encontro   necessidade de regularidade, de estabilidade que a sociedade impõe. Ora, o texto oral, como dissemos, por suas circunstâncias de enuncia o, foge a essa característica de regularidade ou estabilidade, pois dá margem às inclusões ou modifica es na repeti o.

Elemento bastante comum aos casos populares, bem como nas narrativas fantásticas,   a presença do exagero. Ele muitas vezes beira o grotesco. Segundo Bakhtin, “o exagero, o hiperbolismo, a profusão, o excesso são, segundo opinião geral, os sinais característicos mais marcantes do estilo grotesco” (2013, p. 265). Há também nos casos populares, nesta mesma dire o, elementos de absurdo. Payer (2012, p. 33) analisa o funcionamento do absurdo em

outra forma de narrativa, no filme “Abril Despedaçado”, que se enlaça às quebras de expectativas, dentro dos rituais, quando um assassino confesso visita o funeral de sua vítima e dialoga com a família. A pesquisadora complementa com Pêcheux quando este, lendo Althusser cita “que as práticas ideológicas são aí caracterizadas como ‘reguladas’ por rituais nos quais as práticas se inscrevem [...]”. Interessa-nos nesse ponto pensar na relação entre o exagero da situação, no crime dos Três Pinheiros – que neste fato é real – e a quebra do ritual, quando temos um pai e uma mãe participando, como coautores, dos assassinatos de duas filhas e, ainda, neste caso, pelo fato de que não houvesse prontamente uma interrupção do crime. Os fatos indicam que os outros filhos do casal também seriam assassinados.

Há, portanto, nas narrativas alguns absurdos e exageros, em seu conteúdo e em sua linguagem, em quebras de ritual, que geram a comicidade, o hilário, o grotesco, mas também o trágico. Se se trata de uma situação de oração em comunidade, o crime não era o clímax que se esperava – um assassinato coletivo, haja vista que três pessoas foram brutalmente mortas, durante o período sagrado para a religião, que consiste da Semana Santa, no qual ritualisticamente se repetem os princípios cristãos da não violência e do amor ao próximo. A contraposição produz o efeito do absurdo, do *non sense*.

Na narrativa do “Crime dos Três Pinheiros”, ainda seguindo a análise citada de Payer (2012), o absurdo, pensado como grotesco, funciona como uma forma de resistência, pelo excesso, mas aqui temos um excesso real – um fato, um acontecimento trágico verídico – que as versões por vezes silenciam pelo acréscimo do elemento fantástico, do sobrenatural, na linguagem mesma da narrativa, como vimos nas análises das reportagens da revista. O sobrenatural e o fantástico colocariam um ponto final nas interpretações da narrativa. Payer (2012, p. 35) situa o lugar que Pêcheux (1990) dá ao absurdo, quando este diz que “o absurdo (...) é considerado como passível de se configurar como índices do efeito de deslocamento, do que “trabalha nas margens” das estratégias, deslocando algo na ordem ideológica e discursiva”. O que torna interessante analisar o absurdo como tal, no real da história, em sua contradição, sem tingi-lo de conotação fantástica e fantasiosa.

Consideramos que a população baependiana não estava preparada, discursivamente falando, para compreender os fatos absurdos do crime de um ponto de vista racional, pois eles destoavam de tudo o que a comunidade podia aceitar como sentidos, como factível. Acreditamos que, deste modo, o acréscimo imediato dos elementos sobrenaturais na narração dos fatos, que coexistem até hoje, funcionam na linguagem como uma forma de abrandar o impossível, a contradição radical, a angústia de uma cidade que clamava por sentidos compreensíveis, por respostas. Naquele contexto discursivo, o fantástico e o sobrenatural

propiciavam respostas mais adequadas do que o discurso científico, jurídico ou mesmo o religioso cristão. Daí podermos falar da emergência e do funcionamento do que estamos entendendo (ou propondo), nesta tese, como um “discurso fantástico” ou sobrenatural, que sobredetermina o real da história. .

Este funcionamento parece estender-se para outros eventos que se observam ou que se ouvem também na atualidade. Por exemplo, Douglas (2017), analisando o comportamento de assassinos em série, assevera que

A verdade é que esse tipo de assassino pode ser um fenômeno muito mais antigo do que imaginamos. As histórias e lendas que chegaram até nós sobre bruxas, lobisomens e vampiros podem ter sido maneiras de explicar ultrajes tão horríveis que ninguém em um pequeno e coeso vilarejo da Europa ou dos primórdios da América era capaz de compreender, perversidades que hoje nos parecem tão comuns. Monstros precisavam ser criaturas sobrenaturais. Eles não podiam ser exatamente como nós (2017, p. 27-8).

Outro ponto deste funcionamento encontra-se no elemento mágico. Uma das versões mais narradas desse caso do Crime dos Três Pinheiros apresenta como elemento desencadeador dos fatos a presença, no local, de um objeto “mágico” – item bastante comum, inclusive, nos contos maravilhosos, mais especificamente nos contos de fada. Esse objeto, no caso em questão, seria uma caneta, trazida da cidade do Rio de Janeiro, que, segundo contam, quando aberta pelo assassino, teria libertado um demônio, que dominou o protagonista motivando-o assim a realizar os atos hediondos pelos quais a história é tão conhecida. Abaixo temos a transcrição de uma das versões por nós gravada, tal como é narrada em Baependi em que tal elemento mágico aparece:

*“- Então, a história da fazenda “Três Pinheiros” começa com o senhor José Santos que era o... proprietário da fazenda e ele residia lá com a família, tinha um contato no Rio de Janeiro, era frequentador de centros daquela época no Rio e numa das viagens que ele fez, é, segundo a... né, relato de pessoas, ele trouxe uma entidade, uma entidade dentro de uma caneta, uma caneta esferográfica, e lá eles fizeram um ritual, e ele abriu e a caneta e a... a entidade... né, circulou entre, junto lá com a... a celebração e acabou acontecendo uma cena de... de crime de horror, porque foram mortos ele mesmo, né, matou... é pessoas da família, umas pessoas acho que atacaram outras e ali teve uma carnificina, e morreu um monte de gente, foi, é uma cena que aterrorizou as pessoas daquela época, os vizinhos, e o e a história aqui na cidade também, e aí chamaram a polícia, a polícia naquela época era uma guarda pequena, eles foram mas quando chegaram já depararam com a com essa cena, né, e ele foi preso, ficou preso durante muito tempo, depois ele foi é, foi solto e ele vivia aqui em Baependi bem no centro da cidade na casa dele e com a família o resto da família e ficou essa história na história de da cidade de Baependi.” (Maria José Rocha de Abreu Salomé – 63 anos – professora aposentada – gravação feita dia 02/07/2018)*

Voltemos então aos contos maravilhosos tal como conhecidos em Literatura. Vários deles também possuem um objeto mágico como desencadeador de processos sobrenaturais, ora positivos, ora negativos, ou seja, esses objetos tanto podem auxiliar o protagonista no desenrolar da narrativa como também podem prejudicá-lo. Os contos maravilhosos certamente tiveram suas primeiras versões em narrativas orais. Teríamos aí um movimento de paráfrase entre os contos maravilhosos e as versões deste “causo”? Trata-se de uma regularidade natural entre as estruturas ou os elementos da narrativa? Acreditamos que sim, pois em outros “causos” também apresentados neste trabalho, podemos identificar a presença de elementos comuns às narrativas fantásticas, tais como a humanização de animais, a presença do absurdo e supremacia da personagem mais fraca através da esperteza, dentre outros. Algo que chama a atenção, simbolicamente, é que neste caso o elemento mágico seja uma caneta, metáfora por excelência do universo escrito, racional e urbano, com frequência associada, por oposição, a instrumentos do universo rural, tal como a enxada, como ocorre em diversas canções do sertão. Índice dos conflitos, na região, entre o rural e o urbano, tão frequentes no cenário colonizado brasileiro?

Uma característica que não se pode prescindir na cidade de Baependi é a união entre seus habitantes, traço esse que faz parte da cultura e da identidade local. Podemos intuir aí, na inserção do elemento mágico, um movimento inconsciente, ou mesmo simbólico/ideológico, da comunidade, em abster o réu da culpa pelos crimes cometidos, transpondo essa responsabilidade para uma entidade sobrenatural? Desta forma, quando ocorrem apagamentos de elementos ou de partes da história em favor de outros fatos, podemos pensar no direcionamento de determinados sentidos que a população pretende criar, numa forma de discurso coletivo (a discursividade é sempre coletiva) na qual a paráfrase mantém o mágico ou o sobrenatural como justificativa.

Outra observação é sobre a presença recorrente do discurso religioso, tanto nos autos do processo, quanto nas reportagens. Entretanto, o contexto religioso em que tais fatos se deram não costuma ser narrado, isto é, ele não aparece nos casos, nas versões que ouvimos. Nessas versões há um apagamento de elementos como “novena”, “Semana Santa”, “Sexta-Feira da Paixão”, “rezas”, que são substituídos por “macumba”, “trabalho” (no sentido de curandeirismo). Não sabemos se por desconhecimento dos narradores/contadores ou se por uma questão de deslizamento de sentido que é ideológica – mas em uma comunidade

extremamente religiosa, não seria adequado vincular o estressor<sup>71</sup> dos assassinatos, ou seja, o possível elemento desencadeador dos crimes, a novenas e à Semana Santa, atividades religiosas ainda extremamente praticadas na cidade, mesmo exatamente 70 anos depois. Do ponto de vista discursivo, poderíamos pensar que esses elementos funcionam como evidência de sentido, ou seja, aquilo que não é dito por ser óbvio, por ser elemento interno à formação discursiva na qual se inscreve o dizer. De todo modo, na materialidade da linguagem, nesse deslizamento, há substituição de elementos de uma formação discursiva pelos de outra, o que se dá como índice de apagamento, de silêncio.

Para Orlandi, “o estudo do silêncio desloca duas fronteiras: entre o dito e o não-dito, entre o dito e a exterioridade que o determina, confrontando-nos com a questão da natureza histórica da significação” (2001, p. 130). Essa exterioridade indica, a nosso ver, que determinadas partes da história, enquanto condições de produção, sejam ocultadas ou silenciadas, enquanto outras sejam ditas e repetidas, ou mesmo “criadas” para minimizar o efeito no sujeito daquilo que não se pode explicar ou compreender.

Orlandi também fala sobre a necessidade de um sentido formulável – “se um sentido é necessário, ele é possível” (Idem, p. 130). Podemos pensar nessa necessidade em relação ao “Caso dos Três Pinheiros”? Acreditamos que se faz necessário criar – e se cria - o sentido de uma história plausível, mesmo que se tenha como base o sobrenatural. Mas também é necessário que se silenciem as memórias e os dizeres que não colaboram para a manutenção de um dado sentido, e desta forma, a atribuição de sentidos ao sobrenatural ou fantástico torna-se mais aceitável do que o crime hediondo de motivação desconhecida. Mais uma vez retomamos a pesquisadora, pois o não-dito, o silêncio, significa. “Os sentidos silenciados migram para outros objetos simbólicos atestando sua necessidade. Como essa migração é produzida pela necessidade histórica, para compreender um discurso, devemos nos perguntar sistematicamente o que ele cala” (idem, p. 130).

O que não aparece narrado no caso, o que é deixado de lado nas versões ou o que nem mesmo vira assunto de um caso – tomando por referência também os outros casos que apareceram neste trabalho - ainda está lá, latente. Para Pêcheux, “toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata” (1990b, p. 8). Orlandi complementa que a falta é também o

---

<sup>71</sup> O termo estresse denota o estado gerado pela percepção de estímulos que provocam excitação emocional e, ao perturbarem a homeostasia, disparam um processo de adaptação caracterizado, entre outras alterações, pelo aumento de secreção de adrenalina produzindo diversas manifestações sistêmicas, com distúrbios fisiológico e psicológico. O termo estressor por sua vez define o evento ou estímulo que provoca ou conduz ao estresse. (Houaiss, 2001, p 1264)

lugar do possível (1999, 2001), ou seja, o que foi deixado de lado ainda interfere na materialidade discursiva do que está sendo narrado.

Cabe ainda alguma análise do vocábulo “degenerado”, amplamente utilizado nos autos do processo do crime em questão, bem como pelos jornalistas que cobriram o fato na época, que vem nos colocar algumas questões pertinentes.

Vale observar que a teoria da degenerescência em Psicologia, bem como o termo “degenerado”, carregam sentidos como os que seguem. Em Serpa Jr. (2010) o termo<sup>72</sup>, mesmo para a época, já se encontrava desatualizado em relação a essa área do saber, e imputava aos réus uma condição de “irrecuperáveis”, embora o veredicto indicasse uma pena limitada como necessária para o restabelecimento da “normalidade”. Não podemos deixar de notar a contradição que o termo carrega, pois se seu sentido é de irrecuperável, como o veredicto imputa aos réus uma pena limitada? A contradição, tal como é entendida em AD, indica, em suma, uma disputa de forças em torno de algo que não se resolve (LAGAZZI, 2011).

Assim sendo, a utilização do termo “degenerado” carrega sentidos difíceis de serem modificados quando enraizados numa categorização. Entretanto, nas versões que temos ouvido em Baependi, essa nomenclatura não aparece, sendo ela utilizada apenas nos autos do processo (ver Referências Bibliográficas) e no livro sobre Baependi publicado pelo historiador Orestes Campos Gonçalves, também citado nesta pesquisa.

Nos dizeres de Orlandi (2001), “a língua se estrutura pela falha e todo discurso se produz no equívoco já que a relação fato/linguagem é atravessada por outra: sujeito/história” (2001, p. 143). A partir das palavras da autora, podemos pensar em por que, ou melhor, como, o “Crime dos Três Pinheiros” apresenta tantas versões.

Dentre elas, há uma do domínio oral que diz que o réu “assou as filhas no forno do terreiro”, forno esse daqueles amplamente utilizados na zona rural para assar grandes quantidades de “quitandas”. Não poderíamos identificar aí um sentido parafrástico com a narrativa de “João e Maria”? Mais uma vez é perceptível como os sentidos vão se entrecruzando, a memória deixando seus rastros.

---

<sup>72</sup> A emergência e difusão da teoria da degenerescência são estudadas com relação ao ambiente científico e cultural de sua época, explorando mais detidamente o lugar das noções de hereditariedade e meio na sua fundamentação e a sua relação com o saber psiquiátrico na medicina mental francesa da metade do século XIX. O artigo também aborda os destinos da teoria da degenerescência na segunda metade do século XIX. Uma das características do devir da teoria da degenerescência foi a progressiva transição de ‘degenerescência’ para ‘degenerado’, processo que terá seu ponto culminante, no domínio do conhecimento psiquiátrico, na obra de Valentin Magnan (1835-1916), já próximo ao fim do século XIX. (SERPA JR, 2010, p.448)

Outra versão, também do domínio oral, diz que “uma das crianças foi salva no balaio de transportar queijo em mulas, por um cavaleiro”. Memória das novelas de cavalaria, nas quais o cavaleiro andante surge na hora exata para salvar os sofredores, reforçando seu papel de herói?

Outros narradores ainda dizem que “José dos Santos percorreu os 20 quilômetros que separam a fazenda da cidade de Baependi como se fosse um cavalo, e seu pai veio cavalgando nele”. Esse fragmento nos remete às lendas, a mula-sem-cabeça ou ao cavaleiro sem cabeça, lendas de diferentes formações discursivas que se misturam na memória coletiva de uma comunidade que se formou a partir de diversas colonizações e discursividades.

Moradores mais velhos da cidade afirmam a dificuldade que foi para trancafiar o réu na cadeia local, tal a força da “possessão” que o controlava. Desta forma, foi necessário buscar a ajuda do “homem mais forte da cidade” que, chegando à delegacia, tratou logo de dar-lhe uma surra. Desta forma, a “possessão” saiu do corpo de José dos Santos, e ele foi conduzido à cela sem maiores dificuldades. Nessa versão, podemos pensar também em paráfrases de mitos cristãos, tal como o de Sansão e Dalila, bem como outros mitos de origem europeia nas quais há a presença de personagens dotados de extrema força física.

As versões acima, além de serem do repertório oral de Baependi, foram recontadas por moradores da cidade para esse trabalho, aposentados com mais de 60 anos, dentre eles a senhora I. da C. Silva (71 anos), M. Mângia (74 anos), S. T. B. Araújo (75 anos), N. Rocha (69 anos) e M. J. R. A. Salomé (63 anos), dentre outros que colaboraram com esta pesquisa sob o modo da conversa informal.

É interessante mencionar também que alguns moradores de Baependi, cidadãos escolarizados na faixa dos 40 anos, procurados para narrar suas versões, se negaram quando avisados da necessidade da gravação, o que não ocorreu com os baependianos mais velhos. Estes foram bastante solícitos, enquanto que aqueles postergaram a contação para um outro momento, com nítido desconforto por ter sua “voz” presa abordando um tema ainda considerado assustador. A negação a narrar é interessante, haja vista os sentidos que daí podemos depreender. Um grupo de maior escolarização e menor faixa etária, localizado historicamente mais distante do ocorrido, a princípio seria menos suscetível às superstições de uma cidade do interior, ao contrário de um grupo de cidadãos mais idosos e com uma memória histórica e social do ocorrido mais elaborada. Serão as versões que circulam na atualidade mais fantásticas e assustadoras do que as antigas? Ou os baependianos jovens têm mais receio que os mais velhos, estes por já estarem acostumados a tantas versões? Acreditamos que, quanto mais o Crime dos Três Pinheiros é recontado, mais terríveis ou

fantásticas as versões ficam, e esse distanciamento no tempo também propicia a circulação de sentidos muito diferentes, que fazem com que os mais novos não queiram se ver relacionados formalmente a ele.

Como já dissemos anteriormente, contar um caso não faz com que o narrador/contador tenha que se sentir responsável pelo o que está narrado. Entretanto, ter sua versão narrada e sua voz arquivada em uma mídia pode relacioná-lo diretamente à memória do fato. Talvez até afetá-lo de alguma maneira sobrenatural, segundo a compreensão do sujeito baependiano. Segundo Orlandi (2016, p. 37) “presente-se o medo das palavras com poder de tornar presente”, de “presentificar” esses sentidos. Como o desconforto desse grupo foi bastante claro, preferimos não insistir em tais versões, compreendendo tal fato como mais um elemento de constituição desse sujeito na sua relação com as narrativas fantásticas da cidade.

Consideramos interessante também o silêncio tal como conta a senhora Nazaré Rocha (69 anos), a respeito de seu falecido pai, José Carlos da Silva, policial que auxiliou na prisão do réu e de seus familiares. Segundo ela, a partir desse fato, seu pai nunca mais voltou a ser o mesmo, e evitava comentar o assunto em casa. Quando alguém mencionava o ocorrido ou perguntava detalhes do que ele havia presenciado na cena do crime, ele logo “desconversava”. O que para nós significa esse desconversar? O assunto é algo tão grave que, para o narrador em questão, não pode nem mesmo ser oralizado? Não pode ser assunto de conversa entre os familiares, entre as visitas de domingo à tarde, algo tão tradicional entre os mineiros ao redor do fogão a lenha? Podemos perceber nesse complemento das versões ouvidas algo que corrobora a tragicidade do crime ou a inadequação do ocorrido dentro de uma formação discursiva, segundo o que pode e não pode ser dito na comunidade em questão. A ponto de causar um dano irreversível para a saúde mental de um policial da época.

Alguns anos depois, conta D. Narazé, José Carlos foi internado no Hospital Psiquiátrico de Barbacena/MG, onde permaneceu por 5 anos, sendo em seguida transferido para a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá/RJ, onde permaneceu por muitos anos, com fugas e reinternações. Ela também conta que os mais velhos que moram no bairro rural onde ocorreu o fato manifestam bastante “respeito” pelas ruínas da fazenda, ou seja, apenas a base da casa. E que ninguém jamais reconstruiu o local ou modificou o terreno. O que pode ser lido também como um modo de produzir silêncio em relação ao acontecido, seja por respeito aos que foram mortos no local – no sentido religioso - ou talvez por medo do sobrenatural, do desconhecido, o que ainda gera sentidos vários.

Portanto, pensamos que se “o sentido claro é aquele que se estabiliza” (ORLANDI, 2001, p. 144), nos casos, em suas diferentes versões, nenhum sentido torna-se estabilizado,

pois ele é língua – nesse caso, narrativa - em movimento, é sentido em circulação. Jogam-se os sentidos de acordo com o narrador/contador do momento ou dos ouvintes de ocasião. Como afirmar a veracidade em relação a um caso? Em relação ao fato que lhe serve de tema? Há a necessidade da veracidade do fato para que o caso/narração exista? Verdade ou não, isso modificará o “sabor” desse caso? São indagações que permanecem, mas “se a variante é a base da textualidade, a sua necessidade é a relação móvel e permanente entre diferentes formações discursivas, atestando o funcionamento ideológico da linguagem” (ORLANDI, 2001, p. 206).

No “Crime dos Três Pinheiros”, as versões são, por vezes, enquanto narrativas, literariamente, mais interessantes e mais elaboradas do que a história real, apesar de toda a violência que o crime em si apresenta e da predileção do público por histórias desse gênero. Nas palavras de Leite, “a ficção é potencialmente mais produtiva na transmissão do real do que o relato verídico” (2009, p. 78), transmissão aqui entendida como a sua narrativa. A autora ainda cita Freud para dizer que, segundo ele, os sentidos gerados por uma lembrança de um fato eram superiores ao afeto quando do próprio acontecimento. Assim sendo, pensamos que a força de uma narração – de um caso – em nada depende do contador ter ou não vivenciado o fato.

Acreditamos que os casos transitem como ficção e como verdade, ora como um, ora como outro, e às vezes mesclando ou sobrepondo um e outro, a critério do narrador (enunciador) e dos ouvintes. E é essa fusão, justamente, que promove o tipo de narrativa designado “causo”. É interessante notar que a verdade, quando gera um sentido demasiado absurdo, é tida como resistência, algo que escapa à realidade (PAYER, 2015), que adquire, portanto, o status de ficção. Ou podemos também pensar que, quando narrados, toda narrativa possua em si o entrelaçamento entre ficção e veracidade, ou “a perturbadora cumplicidade entre ficção e testemunho”, segundo Derrida (2000, p. 43).

#### **5.4. Resumo final a partir dos elementos coletados em arquivo referente ao “Crime dos Três Pinheiros”**

Tal resumo encontra-se aqui, ao final do capítulo, com o objetivo de complementar as informações a respeito dos fatos ocorridos, segundo informações colhidas nos autos do processo que se encontra na Comarca de Baependi, bem como em reportagens da Revista A Noite Ilustrada dos anos de 1948 e 1949.

Os fatos conhecidos como “O Crime dos Três Pinheiros” ocorreram entre os dias 26 e 30 de março, durante a Semana Santa de 1948, nas fazendas Três Pinheiros e Rego d’Água, no bairro rural também denominado Rego d’Água, distando aproximadamente 20 quilômetros do centro da cidade. O protagonista, José Martins dos Santos, natural de Aiuruoca/MG, 32 anos, agricultor e residente na fazenda Rego d’Água, adepto de práticas de curandeirismo através de rezas e passes (denominadas nos autos como “baixo espiritismo”, “magia” ou “macumba”)<sup>73</sup>, dirigiu-se à fazenda Três Pinheiros a pedido do seu proprietário, Américo Lopes Siqueira, para curar vários de seus familiares que estavam muito doentes, mas principalmente sua filha, Luiza Lopes, na época com 18 anos e que havia sido noiva do irmão de José. Consta que Luiza estava acometida de uma moléstia não identificada, com acessos e ataques de histeria e convulsões, e a família já havia procurado diversos médicos, inclusive em outras cidades. José dirigiu-se à fazenda na Sexta-Feira Santa, quando se iniciou um ciclo de rezas e terços com os familiares de Américo e, em seguida, com a presença de vários empregados e vizinhos que foram se juntando ao grupo. Cânticos e orações se iniciaram neste dia numa espécie de delírio místico<sup>74</sup> e prosseguiram, inclusive com jejum, ininterruptamente até a segunda-feira.

Na segunda-feira, dia 29, chegou à fazenda Três Pinheiros João Martins de Siqueira, 25 anos, também agricultor, irmão de José. Este o acusou de ser a causa dos espíritos que haviam possuído a família de Américo e principalmente Luiza, pois João estaria vindo do Rio de Janeiro onde teria encomendado “um trabalho” do curandeiro João Xavier, pois queria se casar com Luiza, mas o noivado havia terminado. João ajoelhou-se aos pés do irmão e lhe pediu perdão pelo ato, tendo ficado nessa posição por uma hora. Por volta das 16 horas, várias pessoas seguiram em procissão para a casa de José, distando aproximadamente 6 quilômetros

---

<sup>73</sup> A expressão “baixo espiritismo”, segundo Giumbelli (1997), citado por Almeida (2007) “começou a ganhar corpo a partir de 1910 e a se tornar cada vez mais constante no discurso dos juízes e policiais. Esta categoria teve sua origem nos discursos elaborados pelos próprios espíritas a reconhecer que em torno da “mediunidade”, efetiva ou simulada, desenvolviam-se fraudes e charlatanices.” Almeida (2007) ainda cita Afrânio Peixoto, ao prefaciar o livro “O Espiritismo no Brasil” de Ribeiro e Campos (1931), com o seguinte comentário: O baixo Espiritismo tem apenas, por diferença, as gradações da cultura e da moralidade. (...) assisti, por curiosidade científica, a sessões espíritas, em vários meios sociais. O mesmo fundo, a mesma metodologia, os mesmos resultados, apenas variações da grosseria e das maneiras, indo, de um lado, até o crime, e de outro, até as paródias e sublimações ideológicas, em que a utopia evolucionista sideral se mistura à doutrina cristã, quase ortodoxa (Peixoto, apud Ribeiro & Campos, 1931:6).

<sup>74</sup> Dalgalarro (2008) cita Mira y Lopez (1943) que descreve o delírio místico como atitudes que parecem inspirados por um grande fervor em seus gestos e atitudes. Adotam posições de humildade e submissão, põem-se de joelhos, beijam o chão ou permanecem com os braços como que crucificados. Alguns caminham de forma altaneira, pausadamente, repartindo bênçãos ao seu redor. Creem-se ungidos por poderes divinos, falam com Deus, com a Virgem e com o Espírito Santo. Há casos em que o indivíduo delirante oscila entre um delírio de posseção pelo demônio e por ser possuído por Deus. (2008, p. 161 e 160).

de lá, com o objetivo de buscarem uma imagem de Nossa Senhora das Graças e, com ela, retornarem para os Três Pinheiros para uma novena.

Por volta das vinte e duas horas da segunda-feira, dia 29, João pediu a seu irmão que o arrastasse nas pedras do quintal, como penitência pelos pecados cometidos, o que foi feito e presenciado por várias testemunhas, o que consta nos autos do processo. João teria ficado por duas horas estirado no quintal, todo ensanguentado.<sup>75</sup>

Quando recobra a consciência, João entra em casa e pede para ser martirizado por José, desta vez com a ajuda de Horácio Martins de Barros, pai tanto da vítima quanto do réu. Ambos utilizaram um pedaço de pau e martelo para as agressões, e torquês para lhe arrancar os dentes “que saíram ainda com pedaços de carne”, segundo o repertório coletivo da cidade. Já segundo testemunhas no local, estando João inconsciente, José subia em seu corpo e saltava dizendo que estava retirando o espírito do mal. Como consta nos autos do processo, a tortura durou cerca de seis horas, quando então João veio a falecer.<sup>76</sup>

Na terça-feira pela manhã, José e seus pais se retiraram da fazenda Três Pinheiros e retornaram para casa. José passou o dia brincando com os filhos e, à noite, desta vez auxiliado pelos pais e pela esposa, matou duas de suas filhas, Ivone, com seis anos, e Maria, com três. Justificando-se, o avô das meninas, cúmplice, disse que “José as matou asfixiada enquanto tentava retirar, com a mão, um espírito de seus corpos”. As duas mulheres, também acusadas de cumplicidade, sendo uma a avó paterna, e a outra, a própria mãe, nos autos disseram não se lembrar de nada do ocorrido ou não saber explicar o que teria acontecido. Outras mortes não ocorreram porque uma empregada da casa, que dormia em cômodo anexo, ouviu choros e, vendo o que estava ocorrendo, conseguiu retirar as outras crianças e pedir ajuda de moradores próximos, como consta nos autos.

---

<sup>75</sup> São comuns os casos de crimes passionais não só na literatura, mas também na criminologia em geral. Podemos considerar o desenlace do noivado entre João e Luiza como estressor no comportamento delirante da vítima, o que, em um contexto já propício ao fanatismo de origem religiosa e à tragédia, culminou nos fatos terríveis que estamos narrando. Dalgalarondo (2008) cita Mira Y Lopez em uma interessante interpretação para o delírio religioso, místico ou de possessão com fundo afetivo de natureza erótica e masoquista. “Ocorre muito em mulheres, conduzindo-as a estados de êxtase que geralmente adquirem tonalidade religiosa e são acompanhados de pseudopercepções procedentes da esfera genital. Nesses casos, argumenta o autor, é possível empregar, no sentido pleno, o termo “possessão”. (p. 161) Testemunhas afirmavam que João por vezes implorava para ser torturado e não reagiu às agressões que sofria, daí o masoquismo. Os fatos indicam que Luiza, sua ex-noiva, a tudo assistia.

<sup>76</sup> Laudo do exame cadavérico da vítima: “examinando o cadáver de João Martins dos Santos, de cor branca, com vinte cinco anos de idade, presumíveis, verificaram que o mesmo apresentava escoriações e equimoses generalizadas pela face anterior do tronco e abdômen; perfuração do globo ocular esquerdo: esmagamento do nariz; perda de vários dentes, provavelmente por arrancamento; lacerações externas das gengivas: otorragias. Causa morte – provavelmente fratura da base do crânio” (Autos do processo nº 2542/49 fls. 9 v Comarca de Baependi/MG)

Com a chegada da polícia, José se justificou dizendo que ouvia vozes que diziam quer matar seus filhos, depois disse que precisava matar as meninas para que estas fossem para o céu e pudessem ressuscitar gordas e saudáveis, pois seguia ordens de Deus.<sup>77</sup> Os cúmplices diretos, Horácio Martins de Barros e sua esposa, Ermelinda Siqueira de Barros, e a esposa de José, Maria do Rosário Farnese dos Santos, tinham lapsos de memória e pouca coisa se lembravam das últimas 72 horas. Eles foram levados para a cadeia de Baependi, bem como outras pessoas que presenciaram a martirização e tortura de João e não intervieram para salvá-lo, cerca de cinco pessoas. Todos foram ouvidos e é possível encontrar os detalhes nos autos, arquivados no Fórum de Baependi.



FIGURA 9 - Imagem dos acusados. Da esquerda para a direita: policial não identificado, Maria do Rosário, José dos Santos (em estado de prostração), Horácio e Ermelinda. Fonte: Revista A Noite nº 1021, p. 03. 21/09/48.

O MM. Juiz da Comarca de Baependi, Doutor Carlos de Vilhena Valladão, nos termos no art. 409 do Código de Processo Penal, então vigente, não se convenceu da existência de crime, julgou improcedente a denúncia de crime culposos e exercício da falsa magia negra, absolvendo os acusados (Revista A Noite Ilustrada, nº 1072). O Promotor de Justiça João Arantes recorreu e os acusados foram submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri de Baependi (Gonçalves, 2009, p. 210-211).

No dia 22 de agosto de 1949, iniciou-se o julgamento dos réus e criminosos omissivos e coautores, com o M. M. Juiz de Direito Doutor Carlos de Vilhena Valladão e o Promotor de

<sup>77</sup> Sobre o fanatismo religioso, é interessante um estudo feito nos Estados Unidos por Geertz, Fleck e Strakowski (2001), encontrado em Dalgalarondo (2008). Eles investigaram a presença e intensidade de delírios religiosos em 113 pacientes com psicose (esquizofrênicas e afetivas). Os 71 pacientes protestantes apresentaram mais delírios religiosos (43%) do que os 29 católicos (24%) e os 33 sem denominação religiosa (21%). Para o grupo total, como esperado, aqueles que eram mais religiosamente ativos em sua vida social foram também os que apresentaram mais delírios desse tipo. (2008, p.163)

Justiça João Arantes, em júri popular que adentrou a madrugada, encerrando-se apenas às 10h40 do dia seguinte. O advogado de defesa dos acusados de omissão de socorro, dr. José Dantas Mota, alegou que eles não puderam intervir em defesa de João, pois isso acarretaria risco pessoal aos mesmos. O advogado de defesa dos réus, dr. José Giffoni, se pautou nos laudos do Manicômio Judiciário de Barbacena alegando principalmente como causa o “delírio episódico dos degenerados” (fls 29 a 54 dos autos)<sup>78</sup>. Assim sendo, após deliberação do júri e votação, concluiu-se a inimputabilidade dos criminosos omissivos e, aos réus, absolvição por irresponsabilidade acidental por acesso histérico e psicose coletiva, mas submissão à medida de segurança no Manicômio Judiciário de Barbacena por seis anos.

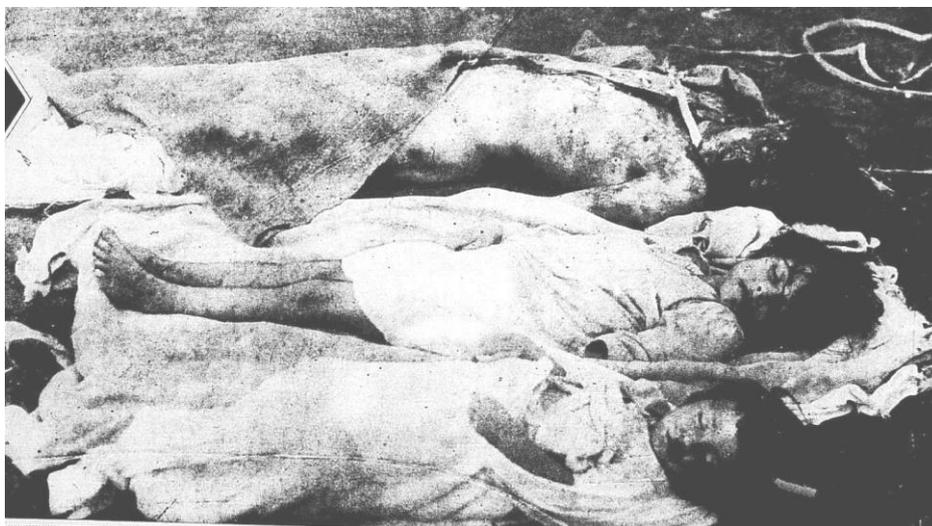


FIGURA 10 - De cima para baixo, corpos de João, Ivone e Maria. Fonte: Revista A Noite nº 1021, p. 03. 21/09/48.

O laudo nº 655, do Manicômio Judiciário de Barbacena, a respeito da sanidade mental de José diz que “a sua periculosidade é nula, uma vez que evite as causas exteriores morais e físicas (sessões espíritas, álcool, excessos físicos, etc), as quais têm preponderante papel na gênese das crises delirantes”. E ele “possue debilidade ou meiopragia nervosa” (Autos do processo nº 2542/49 Comarca de Baependi/MG). E ainda “Assim considerando, podemos concluir que José Martins dos Santos foi acometido de delírio episódico dos degenerados, tendo sido impelido ao crime em estado de insanidade mental, pelo que reúne as condições

<sup>78</sup> “O delírio episódico dos degenerados, descrito pelo Prof. Henrique Rôxo Henrique Rôxo, Manual de Psychiatria, Rio, 1921), surge abruptamente em degenerados e logo atinge ao seu máximo, sendo conseqüente em geral a uma causa emotiva. O abalo moral, em tais indivíduos, desvia-lhes a atenção, excita-lhes o cérebro, e, assim, provoca o aparecimento de alucinações, sobretudo da vista e do ouvido. Não havendo comprometimento do nível intelectual, as alucinações constituem o tema delirante, lógico e plausível. Com a difusão do espiritismo, a frequência do delírio episódico tem aumentado, conseqüentemente às suas práticas.” <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000600030>. Acesso em 24 de janeiro de 2018

previstas no artigo 22 do Código Penal” (21 de junho de 1948). Conclusões semelhantes também foram apresentadas nos laudos dos outros três membros da família, ou seja, os pais de José e sua esposa, Maria do Rosário. Em outras fontes pesquisadas, encontramos menção à visita que José teria feito à cidade de Urucânia/MG (cerca de 430 quilômetros de Baependi), onde, na época, havia relatos de histeria religiosa ocasionada por supostos milagres realizados pelo Pe Antonio Ribeiro Pinto. O réu teria ficado extremamente impressionado e, a partir disto, aumentado a frequência com que praticava seus ritos católicos.<sup>79</sup>

A internação no Manicômio Judiciário de Barbacena, por Medida de Segurança durante seis anos, causou certa estranheza no repórter A. Bueno Júnior, na revista *A Noite Ilustrada* nº 1072 de 13 de setembro de 1949. Em reportagem intitulada “O júri sensacional – Julgamento dos chacinadores de Baependi”, o autor questiona a Medida de Segurança na medida em que esta, por ser no Manicômio de Barbacena, acarretaria uma piora no quadro dos acusados, dadas as condições do estabelecimento em questão<sup>80</sup>. O autor ainda sugere que a decisão do juiz teria sido mais uma forma de satisfazer a sociedade baependiana do que contribuir para o bem estar dos réus.

(...) ela longe de se tornar benéfica para os “pacientes”, resultará negativa. Por certo, o afastamento do cenário do crime é medida justa – mas o contato com os loucos definitivos, e o próprio ambiente de clausura impressionará de tal modo os doentes, que, por fim, serão daí então loucos comuns (A. BUENO JUNIOR. Revista *A Noite Ilustrada*. 13/09/49. Nº 1072 p. 25).

Acreditamos que, a partir dos laudos, a defesa se pautou para convencer o júri de que, distantes de situações que desencadeariam novas sessões, os réus não seriam de nenhuma periculosidade para a sociedade. Entretanto, concordamos com A. Bueno Junior em relação a permanência em Barbacena, dadas as terríveis condições do manicômio.

---

<sup>79</sup> Mais informações sobre o Pe Antonio Ribeiro Pinto e os milagres do rio Casca no site <https://padreantonioribeirpinto.wordpress.com/home/curas/>. Acesso em 24 de janeiro de 2018

<sup>80</sup> Para maiores informações sobre o Manicômio Judiciário de Barbacena nas décadas de 30 a 80, consultar a obra “Holocausto Brasileiro - Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes No Maior Hospício do Brasil”, de Daniela Arbex, Geração Editorial

## Considerações Finais

*“O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não é, traz de volta o que desapareceu”.*

Benveniste – Problemas Linguísticos, vol. 1

As análises desenvolvidas na presente pesquisa procuraram demonstrar, a partir da Análise de Discurso (AD) de origem francesa, como se constituem, se formulam e circulam os sentidos nos casos narrados da cidade de Baependi, Sul de Minas Gerais. Acreditamos que esse tema possa vir a ser significativo para outras localidades, uma vez que narrativas orais são comumente encontradas em todas as cidades, como também importa compreender as relações do interdiscurso e a memória constitutiva dessas práticas discursivas que se materializam nos chamados “causos” populares, que a nosso ver, constituem-se também como discurso fantástico.

Procuramos compreender também como se constitui o baependiano enquanto sujeito-autor, para nós entendido como narrador/contador de casos no Sul de Minas, em seus processos de significação e identificação, a partir de Orlandi (2002), Foucault (1987, 1971) e Benjamim (1987). A cidade de Baependi se destaca na região sul-mineira pela profusão de narrativas fantásticas, além de sua relação com o espaço geográfico e a memória sócio-histórica da cidade, aqui estudada como memória discursiva. Embora não seja uma sociedade de literatura e memória essencialmente oral, percebemos que as narrativas do discurso oral ainda possuem um espaço privilegiado de circulação entre seus habitantes, tanto pelos narradores como pelos ouvintes. Mesmo após a publicação dos casos populares coletados na obra de Guimarães (2000), o discurso oral não deixou de ser o mais privilegiado na circulação dos mesmos. Indicação deste funcionamento é o fato de que os casos não são tratados, por exemplo, no ambiente da escola. Acreditamos que isso se deu pela facilidade que o discurso oral dá aos seus enunciadores de formular novos enunciados ou elementos narrativos – novas versões para os casos populares que não foram totalmente legitimados pelo discurso escrito. A necessidade ou o dever de ater-se a uma memória de arquivo (a publicação), geralmente não se inscreve nas formações discursivas presentes nos ambientes onde as narrações desses casos acontecem, nem mesmo com o caráter popular desse tipo de narrativa. Ao narrador é dada a liberdade de não ter que rememorar palavra por palavra do que foi ouvido de outrem.

Segundo S. Auroux (1992), a escrita fixa a língua, mas o caso oral possibilita as versões e os ouvintes estão preparados para essa variabilidade.

A partir dos discursos expressos nos casos populares e suas variações, colocamo-nos questões que, dentro de uma perspectiva discursiva, nos levaram a refletir sobre como se constituem, formulam-se e circulam (ORLANDI, 2001) esses sentidos nesse espaço geográfico e social específico, bem como sua relação com a historicidade local, contribuindo inclusive com a formação dos sentidos do que é ser baependiano (uma comunidade cheia de peculiaridades, relacionadas às formações discursivas que, a nosso ver, perpetuam-se contribuindo com a manutenção da memória dos conflitos da colonização europeia e árabe, misturadas ainda há presença do indígena, através das narrativas) e, posteriormente, do que é ser mineiro. Um mesmo caso, segundo as análises feitas, com base na teoria da Análise de Discurso, é atravessado por várias formações discursivas, tanto por sua historicidade quanto por seu modo de produzir sentidos. E é isso o que mais nos interessa enquanto analistas, pois tentamos identificar essas formações discursivas nos recortes das versões analisadas, e entender como a presença de umas e o apagamento de outras funciona em relação à sociedade em que eles se produzem e circulam. Foucault (1987) definia o sujeito como descontinuidade e o texto como espaço de dissensões múltiplas; desta forma, Orlandi (1996) conclui que o texto é atravessado por várias posições sujeito, o que corresponde a diversas formações discursivas uma vez que, em um mesmo texto, podemos encontrar enunciados de discursos diversos que derivam de várias formações discursivas, o que foi observado nos casos analisados, e que relacionamos ao funcionamento da vida social da cidade em que circulam.

Nesse sentido, percebemos que ainda há muito o quê se refletir no que se refere a formular e elaborar sentidos e compreender os gestos de interpretação gerados pelos casos enquanto prática do discurso oral e seus sujeitos, agora chamados de narradores, em suas diferentes condições de produção na memória da comunidade em questão. A memória, pensada em termos discursivos, é vista como um espaço móvel de divisões, disjunções, deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização (PÊCHEUX, 1999). Desta forma, a oralidade pode ser pensada como espaço favorecido para os deslocamentos de sentidos, para os deslizos, para as variações, mas também para os silenciamentos, enquanto a escrita ainda procura ser fixa, homogênea (GALLO, 1992), mesmo que nós, analistas, a compreendamos como passível de múltiplos sentidos e carregada de ideologias (ORLANDI, 1996).

Bosi (1996, p. 27) diz que “a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, como ser de ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da

verdade mais exigente”. Deslocamos então o sentido da palavra literatura apresentada por Bosi e passamos a pensá-la também como literatura oral, tal como Benjamim e Bakhtin, materializada nos casos populares. Acreditamos que, se um caso é contado, ele cumpre seu papel social de fazer circular sentidos, histórias, memórias, ficção e verdade, e por sua vez também produz sentidos em cada um que o conta ou o ouve, seja se a ele forem acrescentados outros elementos ou não, fazendo com que uma rede interminável de enunciados e, conseqüentemente, sentidos seja tecida. Não há aí contradição, não há compromisso com a veracidade dos fatos, tudo se torna aceitável na discursividade do caso popular.

Sobre a contradição entre as versões, que às vezes ocorre pelas formações discursivas presentes/a, Courtine retoma Foucault, que diz que

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso livrá-lo para que ele libere enfim sua verdade desfraldada, constitui a própria lei de sua existência. (...) A contradição funciona, então, no fio do discurso, como princípio de sua historicidade (Foucault, 1969, p. 197 *apud* Courtine, 2016, p. 17-18).

Desta forma, quando observamos as variações nos casos, acreditamos que elas podem ser até tomadas por alguns ouvintes como uma forma de contradição, mas para o narrador/contador, assim como para o analista do discurso, essa contradição faz parte do processo de historicidade que lhe garante a própria variação como característica, importando o prazer do caso. Assim, quando um caso é contado, podemos ouvir diferentes formações discursivas, pois esse sujeito, para nós agora narrador e contador, ao enunciar, já está interpelado pela ideologia. Ele toma para si uma posição-sujeito e filia-se a um discurso porque também é leitor enquanto foi ouvinte num primeiro momento. Enquanto enunciator narrador, ele tem a ilusão da transparência da linguagem, da transparência narrativa daquilo que conta – e, como se trata de um caso – da veracidade do mesmo. Esse sujeito acredita também na univocidade do sentido do que diz – como se o sentido do que está dizendo só pudesse ser dito daquela forma.

Para Pereira (2013) há uma construção ideológica de cumplicidade entre quem conta os casos e quem os lê. Acreditamos que essa cumplicidade também se dá entre quem ouve e quem reconta, pois quem reconta e pertence àquele espaço, àquela cidade, possui mais subsídios para esse reconto do que alguém de fora. Os sentidos construídos por alguém pertencente àquela formação discursiva são, possivelmente, os mesmo que deram origem aos casos ou propiciaram a sua formulação, pois tais sentidos são constituídos por memórias constitutivas apenas daqueles sujeitos que ali nasceram ou foram criados. Segundo a

pesquisadora (idem, 2013) também há um aspecto estruturante que é o afeto, os laços afetivos que vão se estabelecendo entre o narrador e seus casos, e que compõem, como dissemos acima, o prazer da narrativa do caso – mesmo quando seu conteúdo não é agradável, mas de horror, por exemplo.

No corpus de nossa pesquisa, pudemos perceber, num primeiro momento, como os casos populares de Baependi possuem elementos que, por sua memória, remontam ao processo de colonização, de construção da realidade social brasileira, onde fragmentos de narrativas do domínio público, tais como os contos maravilhosos, são percebidos no interdiscurso que as atravessam, seja nas regularidades ou mesmo nos fragmentos de memória (intertextualidade) destacados nas análises dos casos. Acreditamos também que, apesar de todo o progresso tecnológico da atualidade, esses casos ainda subsistam no discurso oral por uma necessidade inconsciente – que constitui o processo de identificação - de manutenção da identidade social, neste caso, característica da cidade de Baependi, com suas peculiaridades. Essas peculiaridades contribuem para a criação de estereótipos que se estendem também para a identidade do que é ser mineiro. Orlandi (1996, p. 81) complementa que “a historicidade está aí representada pelos deslizos (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas (...) pelo efeito metafórico. Esse desliz, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade”.

O valor que se atribui às narrativas populares dentro da comunidade baependiana é bastante significativo, daí pensarmos nesse processo de identificação enquanto memória coletiva, independente da época dos casos. Segundo Payer (2005), há em geral uma transformação do poder dos enunciados (religioso, jurídico, mercadológico) quando há alteração de um tempo histórico para outro, ou seja, alteram-se também os enunciados fundamentais das práticas discursivas. Durante nossas análises, percebemos que nos casos alguns enunciados centrais se mantem, e os casos são considerados como patrimônio imaterial da cidade, e mesmo as gerações mais jovens a eles se reportam constantemente. Não há faixa etária específica de ouvinte ou narradores. O passado – ou aquilo que se classifica como passado, mas que continua funcionando como memória e identificação, segundo Payer (2006) - mantém-se em pleno processo de significação, como memória discursiva, e passa a fazer sentido, é significado e ressignificado enquanto comunidade, enquanto “o que é ser baependiano” dentro de um contexto maior, que é o que é ser mineiro, circulando toda vez que um caso é recontado.

Seria uma forma de presentificação do passado sob a forma dos casos, das versões? De trazer esse passado à tona novamente? Uma necessidade de se impor em relação às outras

idades? De criar uma materialidade que torne Baependi diferente enquanto “cidade”? Seriam os casos uma forma de identificação de cada cidade, embora vários até circulem fora desse espaço geográfico específico e adquiram características próprias? Orlandi (2016) afirma que sim. Tais casos são norteados pela ideologia que está constitutiva em cada um de seus contadores, que está materializada em cada nova versão, ou melhor, na materialidade mesma da nova versão. É uma ideologia que indica o que é ser baependiano, um lugar onde “tudo é possível”, no dizer dos próprios moradores locais.

Para Pereira (2013, p. 78-79), “os casos devem ser contados, constituem-se para circular. E as versões são aceitas como parte de seu funcionamento. Não se busca uma “verdade”, mas alastram-se histórias de boca em boca, o que permite formulações várias”. Contar de boca em boca é fazer com que a narrativa circule e se signifique, crie sentidos. Os casos não buscam uma versão única.

Quando partimos para a análise das versões surgidas a partir de um fato ocorrido há cerca de 70 anos, o “Crime da Fazenda Três Pinheiros”, percebemos como as variações se dirigiam para outros sentidos. Enquanto o discurso escrito, tanto dos autos do processo quanto das matérias jornalísticas publicadas na época procuravam manter o foco no trágico e na culpabilidade extrema dos réus, as versões orais não fugiam dessa linha, mas acrescentavam o elemento sobrenatural – uma caneta – como causa das atitudes extremas que levaram o protagonista e três de seus familiares a cometerem tal barbárie.

A presença de um elemento mágico, sobrenatural, é bastante comum nas narrativas fantásticas, mas geralmente esse elemento é utilizado pelo herói para se safar de situações adversas por que está passando, às vezes até para combater o vilão, sempre necessária nesse tipo de narrativa para dar o equilíbrio ao enredo (TODOROV, 1970). No caso do “Crime dos Três Pinheiros”, esse elemento adquire status semelhante, pois entendemos que uma comunidade, ávida por compreender o que é o elemento estranho que levou um pai, juntamente com outros familiares, a matar o irmão e duas das filhas tal como se deu em Baependi, e não encontrando no discurso religioso, jurídico ou científico respostas suficientes, deixou-se levar pelo elemento maravilhoso/fantástico, ou seja, o réu fez o que fez porque o “mal” estava dentro de uma caneta, e esse “mal” foi justamente trazido até a família pela primeira das vítimas – que supostamente passa a “ter o que mereceu” (o que lhe aconteceu). Essas versões, em que o objeto mágico “caneta” sempre aparece, se firmou sobre todas as outras versões, sobrepondo seu sentido, o que nos levou a esses gestos de interpretação. A memória discursiva ou interdiscurso marca uma das formas em que a memória histórica é evocada ao materializarem-se os enunciados de um discurso (COURTINE, 1999, p. 18), a

nosso ver, neste caso específico, no discurso que compreendemos como fantástico. Nas palavras de Orlandi (2016, p. 34) “construir um sentido do além, do que não conhecemos e tememos”.

Partindo das diferenças entre maravilhoso e fantástico estabelecidas por Todorov, redefinidas por Calvino e trazidas no capítulo 3.3, pensamos que os casos de Baependi inscrevem-se tanto como narrativas maravilhosas quanto fantásticas. Nestas, o leitor/ouvinte é levado a duvidar do ocorrido, tanto pela presença do sobrenatural quanto pelas ocorrências de fatos insólitos, por mais simples que sejam, enquanto que naquelas o sobrenatural é visto como possível, como se houvesse veladamente um pacto entre narrador e ouvinte, ou escritor e leitor, de que naquele universo tudo é possível. Durante nossas análises, percebemos que os casos de Baependi transitam livremente nas duas posições. Quando temos o animismo no caso “A proteção de São Jorge (4)”, “Assustando o cavalo (12)” e “A caçada do Mateia (18)” já por nós caracterizado como um discurso absurdo, entretanto as constantes recontagens dos casos e a incontestável aceitação e credibilidade do público ouvinte os coloca também no território das narrativas maravilhosas. Acreditamos inclusive que, à própria menção do termo “caso de Baependi”, já abre o discurso para a possibilidade do inverossímil se estabelecer e tornar-se aceitável pelos ouvintes. O mesmo ocorre com o sobrenatural nos casos “Susto do destino (19)”, “Esta é verdade (Causo de pescador) 20”.

Desta forma, pensamos em propor um deslocamento no sentido de fantástico enquanto narrativa, colocando-o nesta pesquisa como discurso fantástico, ou seja, aquilo que trabalha com a transgressão, com o insólito, não só a partir do sobrenatural, mas também a partir da transgressão do que é socialmente constituído como certo, aceitável, correto. E que, quando transferido para a mídia, acaba por produzir o efeito de atrair a atenção do público de modo sensacionalista.

São suposições, gestos de interpretação que nós, analistas, também tecemos enquanto em contato com o discurso escrito e as versões orais, várias. Podemos perceber aí uma troca de papéis? Há uma inversão na estrutura corrente do maniqueísmo entre vilão – representação do mal x vítima – representação do bem. A vítima passa a ser o vilão? Sua morte não é mais vista como crime, mas sim necessária como punição por ter trazido para a fazenda algo tão diabólico dentro de uma simples caneta? Nos autos do processo há um fragmento onde uma das testemunhas diz que José, a vítima, pedia por isso... É também uma inversão que dissolveria o absurdo, o sem sentido, encontrando resposta.

Retomamos então Orlandi (2012, p. 22), que diz que “só quando a frase é tratada em sua filiação a uma rede de memória, a um processo de individuação específico de um sujeito que

se identifica como algo que o inscreve em uma determinada formação discursiva e, logo na ideologia, ela pode ser lida como fora deste regime de validade que a torna inaceitável”.

Até que ponto um “causo” de uma pequena cidadezinha do interior pode ser atravessado por formações discursivas variadas nas quais se torna perceptível a memória dos contos maravilhosos? Pode um simples caso popular, através de seus narradores e ouvintes, tornar-se através dos séculos um conto legitimado? Em outras palavras, é possível que a produção, formulação e circulação de uma materialidade discursiva tão complexa como a que constitui os casos possa transformá-los em outra forma de materialidade, ou seja, em contos maravilhosos tais como os que conhecemos hoje em dia?

Essas são reflexões que permearam toda a nossa pesquisa e que acreditamos ser, sim, possível, embora seus sentidos jamais se esgotem. Terminamos com as palavras de Orlandi (2001, p. 213), que diz que “(...) há mais espaço para incertezas do que para afirmações categóricas quando se trata de pensar os sentidos, no modo como eles funcionam pela ideologia em um mundo a significar”.

## Referências

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil – Gostosuras e Bobices**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.
- ACHARD, P. et al. **O Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ALMEIDA, A. A. S. de. **Uma fábrica de loucos: psiquiatria X espiritismo no Brasil (1900-1950)**. 2007. 232 fls. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 27/02/2007. Disponível em : <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280289>. Acesso em 23 de janeiro de 2018.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, Ed. da Unicamp. 1992.
- \_\_\_\_\_. **A Filosofia da Linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, Ed. da Unicamp. 1998.
- AVERBUCK, Lígia. (org) **Literatura em Tempo de Cultura de Massa**. São Paulo: Nobel, 1984.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1991. 159 p. (Magistério 2º Grau – Série Formação do Professor)
- BARNES, J. A. **Um monte de mentiras para uma sociologia da mentira**. Campinas: Papyrus, 1996. 311 p.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 412 p.
- BOSI, Alfredo. **Narrativa e Resistência**. In Itinerários. Araraquara, nº 10, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BRANDÃO, Adelino. **A Presença dos Irmãos Grimm na Literatura Infantil e no Folclore Brasileiro**. São Paulo: IBRASE, 1995.

CALVINO, Italo. **Contos Fantásticos do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: Textos de intervenção. São Paulo: Duas Cidades, 2002. p. 174-5

CÂNDIDO, Antônio; ROSENFELDT, A.; PRADO, Décio de A.; GOMES, Paulo E.S. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

COELHO, Nely Novaes. **Literatura Infantil – Teoria, Análise e Didática**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Crítico de Literatura Infantil e Juvenil Brasileira**. São Paulo: USP, 1995.

CORSO, D. L. **Fadas no Divã: Psicanálise nas Histórias Infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COURTINE, J. J. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda. (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

\_\_\_\_\_. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias. Revista de estudos do discurso, imagem e som**. Junho/2016. p. 16-35 <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090/3058>. Acesso em 27/01/2018.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

DALGALARRONDO, P. **Religião, psicopatologia e saúde mental**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

D'AVILA, Antonio. **Literatura Infanto-Juvenil**. São Paulo : Brasil, 1967.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DERRIDA, J. **Demeure – fiction and testimony**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

DOUGLAS, J. OLSHAKER, M. **Mindhunter**. O primeiro caçador de serial killers americano. Trad. Lucas Peterson. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

ESTES, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**. Mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. 11. ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo da constituição de brasilidade). In ORLANDI, Eni P. **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Pontos, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREUD, Sigmund. **Psicopatologia da vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GALLO, S. L. Autoria do mito indígena. In: INDURSKY, F. FERREIRA, M. C. L. (Orgs) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. A literatura fantástica: gênero ou modo? In **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**. 18-31. v 26. Dez. 2013.

GONÇALVES, O. C. **Baependy D'Antanho**. História. Biografia. Estórias. Belo Horizonte: Sografe, 2009.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GRANTHAM, M. R. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas** (1975). <http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Paineis/MarileiResmineGrantham.pdf>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

HENRY, P. Os Fundamentos Teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Bethania S. Mariani... [et al.] 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

HOUAISS A, Villar MS, Franco FM. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1ª edição, 2001.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUNIOR, A. B. No paroxismo da histeria. Matou o irmão a marteladas e duas filhas por asfixia. **Revista A Noite Ilustrada**, n. 1021, p. 3-9, 1948.

\_\_\_\_\_. O júri sensacional. Julgamento dos chacinadores de Baependi. **Revista A Noite Ilustrada**, n. 1072, p. 3-7, 1949. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/120588/per120588\\_1949\\_01072.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/120588/per120588_1949_01072.pdf). Acesso em 24 de janeiro de 2018.

JUNQUEIRA, Monsenhor Geraldo. **Virtudes e Devoção de Francisca Paula de Jesus**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 2000.

KING, Stephen. **Dança Macabra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na circulação do discurso científico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 497-514, set./dez. 2011

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, Nina Virgínia de Araújo. **Transmissão da experiência: o estranho da narrativa**. Revista Trivium. Ano 1. Edição 1. 2º Semestre de 2009. Disponível em <https://www.uva.br/trivium/edicao1/artigos-tematicos/7-transmissao-da-experiencia-o-estranho-na-narrativa.pdf>. Acesso em 26 de novembro de 2017.

MARQUES, Reinaldo. Memória Literária Arquivada. **Revista Aletria**. 105-119. v 18. Jul-dez 2008.

MARTINS, M<sup>a</sup> Helena. **O que é leitura?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989). Ed. Revan, Rio de Janeiro, 1998.

ORLANDI, Eni. A Análise de Discurso: Algumas Observações. **D.E.L.T.A.** Vol. 2, nº 1. 1986. p.105-126

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 4<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002.

\_\_\_\_\_. **As Formas do Silêncio**. Ed. Unicamp, Campinas, SP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto**. Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Instituição, Relatos e Lendas: Narratividade e Individuação dos Sujeitos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. ISSN 1413-2109. Consultada no site Ciências da Linguagem / Univás <http://www.cienciasdalinguagem.net/>

\_\_\_\_\_. (Org.) **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e constituição da Língua Nacional**. 1ª ed. Campinas: Pontes/UNEMAT, 2001b.

ORLANDI, Eni. **Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Língua Brasileira e Outras Histórias. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: RG Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. Paráfrase e Polissemia: A fluidez nos limites do simbólico. **Rua**. Campinas, 4: 9-19, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org) **Política Linguística na América Latina**. Campinas/SP: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. Sentidos em Fuga: Efeitos da polissemia e do silêncio. In **Sujeito, Sociedade, Sentidos**. CARROZA, Guilherme... Campinas: Editora RG, 2012.

\_\_\_\_\_. **Silêncios: presença e ausência**. Com Ciência. Campinas, 10 de set. 2008. Disponível <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n101/a07.pdf> Acesso em: 07 de out. 2017

\_\_\_\_\_. **Terra à Vista**. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **Terra à Vista**. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. et al. **Vozes e Contrastes**. Discurso na Cidade e no Campo. São Paulo: Cortez, 1989.

PAYER, Maria Onice. **Memória da Língua. Imigração e nacionalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2006.

\_\_\_\_\_. Discurso, memória e oralidade. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 23, n.1, p. 47-56, jan/jun.2005.

\_\_\_\_\_. Linguagem e sociedade contemporânea – sujeito, mídia, mercado. **Revista Rua**. Campinas. V. 11, n. 1, p. 09-25, 2005.

\_\_\_\_\_. A leitura em Abril Despedaçado. Equívoco, Deslocamento, Acontecimento. In **Sujeito, Sociedade, Sentidos**. CARROZA, Guilherme... Campinas: Editora RG, 2012.

\_\_\_\_\_. Processos de Identificação Sujeito/Língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In **Política Linguística no Brasil**. ORLANDI, Eni. (org). Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Retrospecção e Estereotipia. Imagens Urbanas sobre o Campo. **Revista Rua**. Campinas. 2 p. 83-101, 1996.

\_\_\_\_\_. O trabalho com a língua como lugar de memória. **Synergies Brésil** n° 7 – 2009. p. 37-46

\_\_\_\_\_. Memória da Imigração e Processos de Identificação em Mídia Jornalística. In E. Orlandi (Org.) **Discurso, Espaço, Memória**. Camínas, SP, RG Editora, 2011.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (1969). In: GADET F.; HACK, T. (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Bethania S. Mariani... [et al.] 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, (19), jul/dez, 1990.

PÊCHEUX, M. FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975). In: GADET F.; HACK, T. (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Bethania S. Mariani... [et al.] 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PEREIRA, M. F. **A narrativa tradicional sul mineira e o espaço eletrônico: um olhar sobre os e-causos**. 2013. 98 fls. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí. UNIVÁS, Pouso Alegre, MG, 07/02/2013.

PERRAULT, Charles. **Contos de Perrault**. 5. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1999.

PRADO, Consuelo Albergaria. Lente de contato. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Moreninha**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1982.

ROCHA FILHO, J.B. **Física e Psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, 4a ed.

SAPOIA. **Baependi e seus causos**. Produção e Impressão Independente. Baependi: Gráfica Segrán, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. 32ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.

SERPA JR, Octavio Domont. **O degenerado. História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.447-473.

STAM, Robert. **Bakhtin – Da Teoria Literária à Cultura de Massa**. São Paulo: Ática, 2000.

SOUSA, Inglês de. **Contos Amazônicos**. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

SOUZA, Pedro de. Sobre o discurso e o sujeito na voz. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n 34. 199-211. Jul-dez. 2014

SOUZA. T. C. C. O papel da imagem na constituição da memória. In: SILVA, T. et. al (orgs.) **Imagens na comunicação e discurso**. São Paulo: Ed. Annablume, 2012.

TFOUNI, L. V. Características do discurso escrito nas narrativas orais de ficção de uma mulher brasileira analfabeta. **Itinerários**, Araraquara, n 12, 77-89. 1998

\_\_\_\_\_. Letramento, heterogeneidade e alteridade: análise de narrativas orais produzidas por uma mulher não-alfabetizada. **Alfa**, São Paulo, 49(1), 31-49, 2005

TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas**. 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1970.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Literatura Fantástica**. Trad. Maria Clara Correa Castello. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HAROCHE, C.; HENRY: p.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

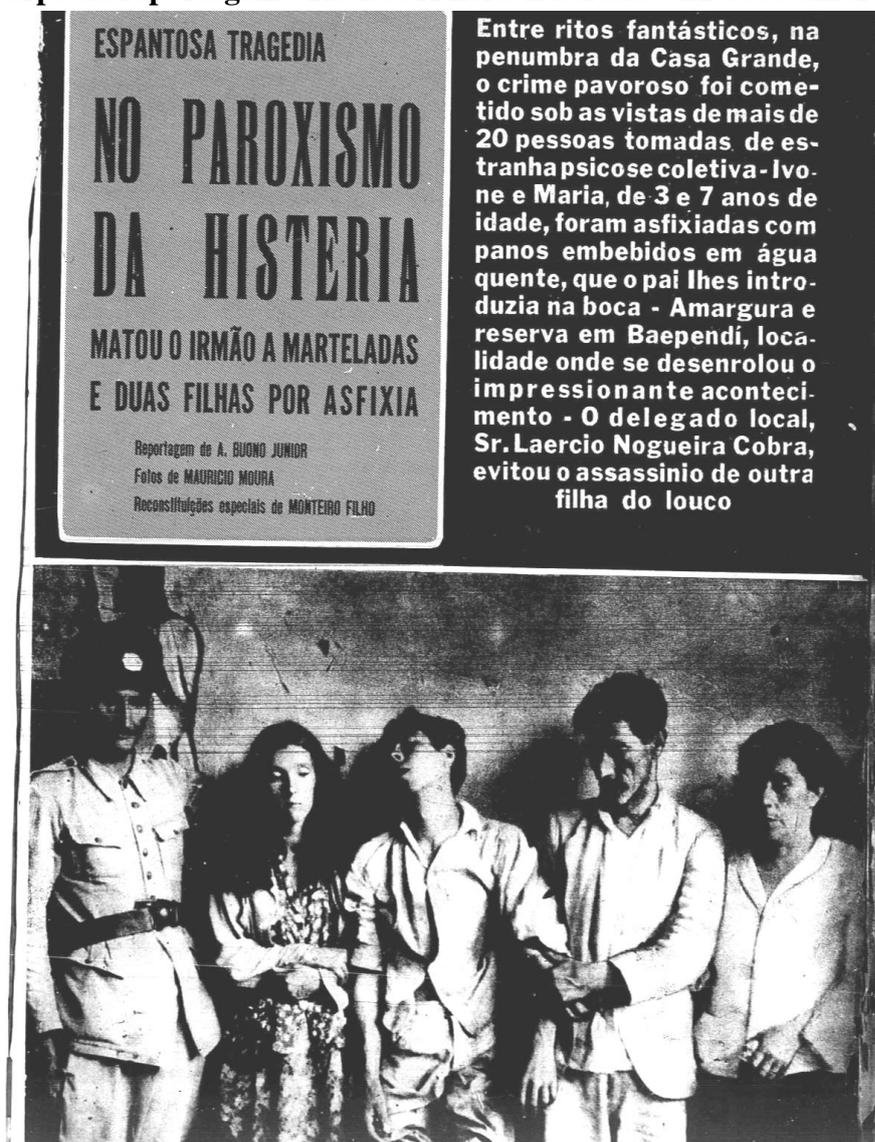
WARNER, Marina. **Da Fera à Loira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

## Anexos

Anexo 1 – Capa da Revista A noite ilustrada – 21 de setembro de 1948 – publicada 6 meses após o crime ter ocorrido



Anexo 2 – Corpo da reportagem - Revista A noite ilustrada – 21 de setembro de 1948



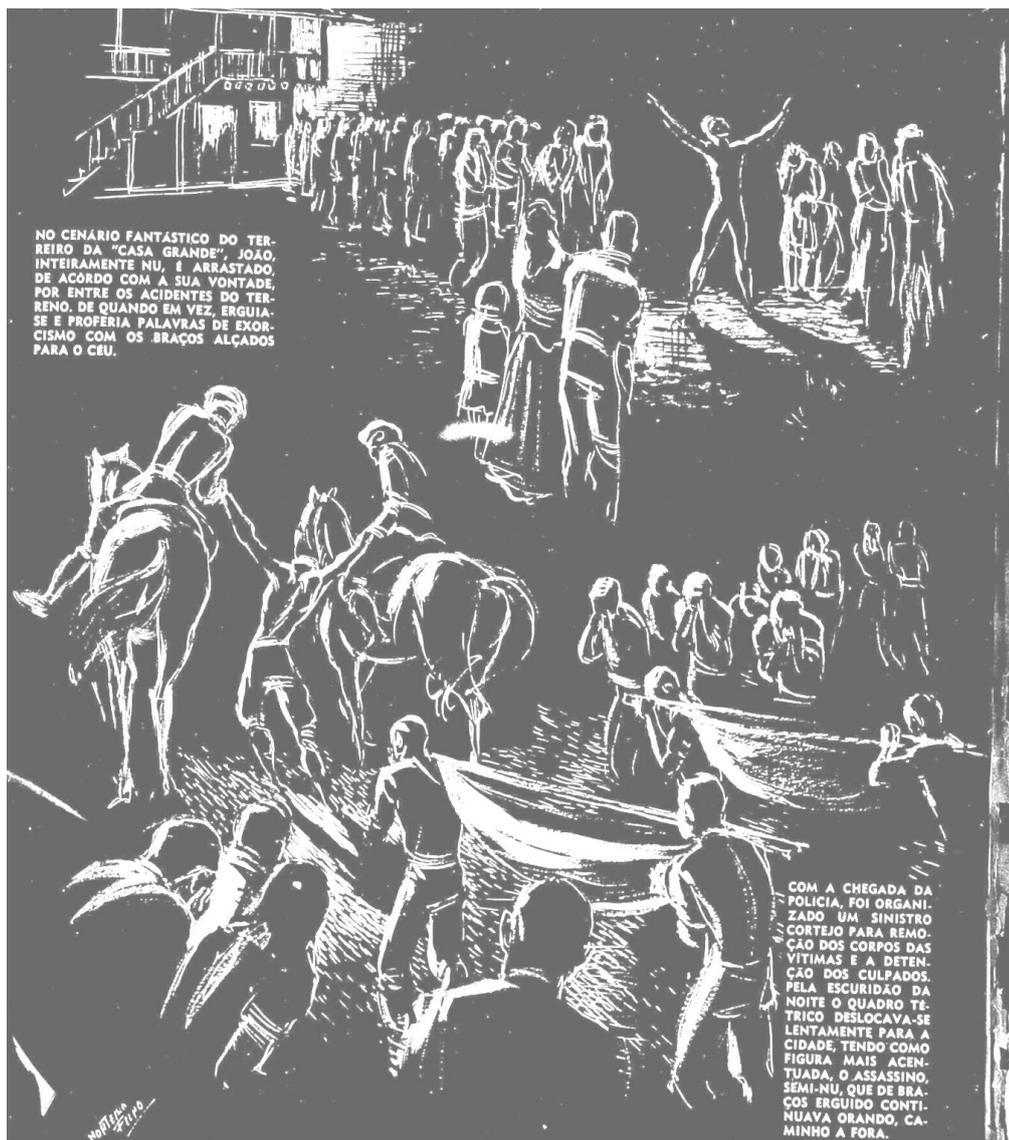


EXPRESSIVA RECONSTITUIÇÃO DO ARTISTA MONTEIRO FILHO FIXANDO OS PRINCIPAIS MOMENTOS DO FANTÁSTICO ACONTECIMENTO: — JOSÉ, SOB O ACOMETIMENTO HÍSTÉRICO MARTIRIZA, ALUCINADO, O CORPO DA SUA FILHA IVONE, DE TRÊS ANOS, NO COLO DA MÃE.

Escapa às normas do noticiário comum este que relata a pavorosa tragédia ocorrida numa fazenda situada a poucas léguas de Baependi, cidade do sul de Minas Gerais; ália, o morticínio iniciado na "Fazenda Três Pinheiros" teve seu final dantesco na de nome "Rego d'Água", a alguns quilômetros.

Entretanto, antes de iniciarmos a narrativa dos impressionantes acontecimentos que duraram cerca de quatro dias, lembraremos certos fenômenos de sociologia e psicologia, que, fundamentando, contribuirão para esclarecer as razões, ou melhor, as contingências que levaram o principal algoz a tão aparentemente inexplicável gesto.

Os primórdios da infiltração de cultura européia no Brasil foram caracterizadas pela reprodução caricaturada do regime feudal, na época já em decadência no Velho Mundo. O feudo, concepção embrionária de Estado, onde se acentuava o primarismo do seu complexo social — a lei do seu senhor e a ausência de preconceitos gerais — foi facilmente assimilado e disseminado pelo sertão — travestido em "Fazendas", onde a "Casa Grande" não passava do castelo do "Senhor". Regime em que a autoridade e o poder eram forças conexas e afins, e a economia era a natural, isto é, a da terra dada pelo trabalho escravo, os súditos não passavam de vassallos sujeitos ao domínio único do "Senhor do



NO CENÁRIO FANTÁSTICO DO TERREIRO DA "CASA GRANDE", JOÃO, INTEIRAMENTE NU, É ARRASTADO, DE ACORDO COM A SUA VONTADE, POR ENTRE OS ACIDENTES DO TERRENO, DE QUANDO EM VEZ, ERGUIA-SE E PROFERIA PALAVRAS DE EXORCISMO COM OS BRAÇOS ALÇADOS PARA O CÉU.

COM A CHEGADA DA POLÍCIA, FOI ORGANIZADO UM SINISTRO CORTEJO PARA REMOÇÃO DOS CORPOS DAS VÍTIMAS E A DETENÇÃO DOS CULPADOS. PELA ESCURIDÃO DA NOITE O QUADRO TÉTRICO DESLOCAVA-SE LENTAMENTE PARA A CIDADE, TENDO COMO FIGURA MAIS ACENTUADA, O ASSASSINO, SEMI-NU, QUE DE BRAÇOS ERGUIDO CONTINUAVA ORANDO, CALMINHO A FORA.

Engenho" — que significava inclusive a divindade imediatamente abaixo de Deus

Os colonos eram assim a massa autômata, sem vontade ou direitos, sem força de raciocínio lógico, dada a sua incapacidade intelectual beirada à imbecilidade — obediente apenas ao comando supremo da "Casa Grande". Por outro lado, o preconceito de casta e o complexo dos côrtes européias criaram o hábito do casamento entre as poucas famílias que constituíam o núcleo colonizador, reduzindo em poucas gerações a uma só família, os raros grupos que se aventuravam pelo interior farto de ri-

quezas, isto em largas áreas. Viria fatalmente a consequência dos casamentos consanguíneos, que sabidamente resultam no aprimoramento, por assim dizer, de todas as deficiências físicas e psíquicas dos seus membros. A degenerescência provocada por tais fenômenos deveria dar, como frequentemente foi registrado no século passado os casos de loucura (endemoninhados) e os teratológicos até hoje tão comuns no interior do país.

Outras não são as origens, remotas embora, desse morticínio registrado em Boependi,

ao qual assistiram cerca de vinte pessoas, tomadas de profunda psicose coletiva, que as fez participar da própria tragédia legalmente como cúmplices. As circunstâncias de que se revestiram tão impressionantes, quão estranhos acontecimentos — o assassino usou um britador de pedras para massacrar o próprio irmão e matou duas filhas com buchas de água quente que lhes introduziu na boca até asfixiá-las — surgem tão horripilantes, que necessário se torna recomendar ao leitor não perder de vista a explicação inicial, que fundamenta a narrativa deste fato real.

#### ESPANTOSA TRAGÉDIA

## NO PAROXISMO DA HISTERIA MATOU O IRMÃO E AS DUAS FILHAS



**JOSÉ SANTOS**  
ALGOZ INCONSCIENTE DO IRMÃO E DAS  
PRÓPRIAS FILHAS, EM ESTADO DE PROSTRACÃO,  
APÓS A SUA PRISÃO.



**ROSÁRIA SANTOS**  
A INFELIZ ESPOSA DE JOSÉ SANTOS, MÃE DE  
IVONE E MARIA, ASSASSINADAS PELO PAI.



#### OS PAIS DA VÍTIMA E DO RÉU

VITIMADOS PELA MESMA PSICOSE COLETIVA QUE ASSALTOU OS PRESENTES A TRAGÉDIA, OS DOIS ANCIÃES ACREDITAM, NA SUA ALUCINAÇÃO, QUE OS SEUS FILHOS E NETOS ASSASSINADOS RESSUSCITARIAM "GORDOS E BONITOS", CONFORME AFIRMAVA O "SANTO".

## ORIGEM PRENUNCIADORA

"Três Pinheiros" é o nome dado singelamente pelo viajante que passa pela estrada Resende-Caxambú a uma fazenda de aspecto sombrio, quase sinistro, distante apenas algumas léguas daquela última cidade. As três grandes árvores que deram origem à designação hoje adotada pelos seus infelizes proprietários, emprestam à "Casa Grande" um ar austero, e o silêncio permanente das suas janelas coloniais faz crer no abandono votado por aqueles que tanto lá sofreram. Sem que imaginasse, na ida para Caxambú, estar ligada a minha reportagem a essa enorme casa isolada na mata, lembro-me que comentei seu aspecto triste e fantástico. Mal sabia eu ter sido ali o palco de uma das mais pavorosas cenas de quantos tenho notícia na minha longa vida profissional. Os três pinheiros retos, de braços macabros estendidos sobre a vegetação emaranhada, vigiam agora o silêncio daquele sepulcro sangrento.

Vinda de origem remotas, de antes da metade do século passado, reside em "Três Pinheiros" a família Lopes, composta do Sr. Américo Lopes e senhora e mais filhos e filhas, genros e noras e outros. Entre as filhas há a de nome Luiza, moça de aspecto forte e saudável, mas que, de tempos para cá, tem se mostrado doente — "possuída do demônio". A inquietação provocada pela moléstia de Luiza Lopes, já que seus avós haviam marcado a história da família com casos de loucura, levou o senhor Américo a envidar todos os esforços para que o mal fôsse conjurado. Luiza, assim, andava, volta e meia, em mãos de médicos, não só de Baependi como de centros mais adiantados, com a esperança de que seu mal fôsse cortado. Luiza fôra noiva de João Monteiro de Barros Santos, morador na fazenda próxima, denominada "Rego d'Água". Entretanto, motivos vários levaram o amor inicial a terminar sem que pudessem unir-se pelos laços matrimoniais. Do noivado restou certa amizade entre as duas famílias, já que seus membros se entrelaçavam por parentesco próximo. Uma das irmãs de Luiza é casada com um irmão de João — José Monteiro de Barros Santos. Este último, pai de três meninas, crente fervoroso da religião católica, levava o seu respeito religioso a extremos que confinavam às vezes com a debilidade mental. Por ocasião dos milagres do padre Antônio, José esteve em Urucânia e impressionou-se fortemente com o espetáculo da adoração coletiva ao vigário de Rio Casca. De volta revelou a várias pessoas possíveis qualidades suas, idênticas às do padre Antônio, chegando mesmo a julgar-se capaz de exorcismos tão eficientes quantos os d'ele, padre. Patologicamente, seu tipo estaria sendo revelado entre o esquisofrênico facilmente sugestível, ou possivelmente simples histérico, passível de fixações neuróticas. Longe, contudo, da possibilidade de tão importante auto-análise, José foi levado pelas circunstâncias, ao incremento desses recalques mórbidos que o conduziram fatalmente ao instante explosivo.

Saído das fortes impressões recebidas com os milagres de padre Antônio, José entregou-se com extraordinário fervor ao culto dos ritos católicos, dando campo ao seu tipo de frágil personalidade, chegando a participar, sem maiores condições de saúde, aos ofícios da Semana Santa passada. Foi assim que, ao correr da Sexta-feira da Paixão, José, sabendo do estado de Luiza Lopes — agora agravado — resolveu visitá-la em companhia de sua esposa e as três filhinhas. Chegados que foram à "Fazenda dos Três Pinheiros", vindos da "Rego d'Água", após alguns instantes de palestra formal, resolveram todos, os visitantes e os visitados, rezarem algumas preces, por meio das quais, dizia José, Luiza ficaria livre do espírito de que estava possuída, bem como toda a família se sentiria mais feliz, pois que o demônio que dominava



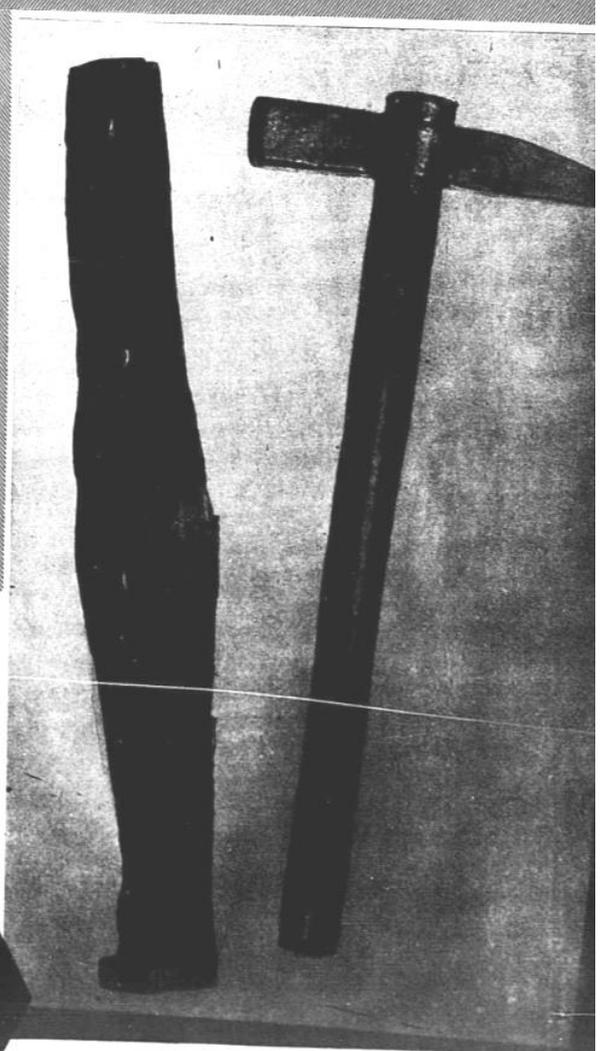
**O ESCRIVÃO  
ANTONIO LEVENHAGEM**



**O DELEGADO  
LAERCIO N. CÔBRA**

a fazenda sair dali para sempre. Combinado o ritual, uma imagem de Nossa Senhora das Graças foi colocada sobre a imensa e tosca mesa da sala de jantar e as preces tiveram início. A princípio, assistiam às orações apenas os íntimos da casa. Posteriormente, crescendo o estado de excitação mística, as portas foram abertas, e trabalhadores da fazenda ajudavam os oficiais. O perigoso estado de psicose coletiva, originário do pouco avanço intelectual dos participantes — por isso mesmo bastante sensíveis à sugestionalidade do ambiente — tomava de assalto o grupo estranho. Com o denominador comum — fixação mística — igualando os circunstâncias, não foi difícil a resolução automáti-

ca geral de que as preces deveriam seguir até o fim da semana santa. Passaram-se assim o sábado e o domingo com as duas dezenas de pessoas que compunham o quadro impressionante, rezando e praticando os ritos católicos normais e mais uma série de exorcismos inventados por José, o orientador já então perturbado das faculdades mentais, do aparato a seguir. José resolveu, isso no domingo à tarde, que deveria ser organizada uma procissão em honra de Nossa Senhora das Graças, cujo percurso seria feito entre a "Fazenda Três Pinheiros" e a "Fazenda Rego d'Água", sua residência. Combinado, o cortejo composto de criaturas debilitadas pelo cansaço das noites perdidas nas preces e mais



**OS INSTRUMENTOS DO CRIME**

COM UM BRITADOR E UM PEDACO DE LENHA, JOSE SANTOS MARTIRIZOU ATE MATAR OS SEUS PARENTES.

## ESPANTOSA TRAGÉDIA

o estado de sub-alimentação em que se encontravam todos — saiu estrada fora, sob a zcada das preces. Trôpegos e esquilidos, chegaram a "Rego d'Água" no momento exato em que João, irmão de José e ex-novo de Luiza, vinha de Baependi, onde passara o dia normalmente conversando com amigos. Convidado por José, e sabedor do motivo de tais preces, não hesitou em tomar parte na procissão, e, assim, de volta a "Três Pinheiros", a procissão levava mais um fanático. Entretanto, em sua residência haviam ficado Dona Rosária, esposa de José e suas três filhinhas. Diziam-se cansadas e sem forças para a caminhada de volta.

O cortejo fantástico voltou e agora seus componentes já eram então perigosos fanáticos, capazes dos mais estranhos cometimentos. Na fixação mística, fundindo-se com o êxtase sexual, João, agora o mais empolgado, pedia que o arrastassem nu pelas plan-

tações da fazenda. Era a presença da que fôra sua noiva a confundir os dois recalques — o místico e o sexual. O grupo, privado da deliberação lógica, sem vontade racional, não encontrou meios de censura a êsse ato e assim o corpo de João foi mesmo arrastado nu pelo terreiro, sendo depois recolhido ao interior da casa. É sabida que a frustração no amor provoca nos tipos psicopáticos depressivos a fúria mazoquista, isto é, a automartirização, sendo ainda conhecida a absoluta insensibilidade à dor física, quando possuídos êsses tipos, por êsse estado de êxtase sexual ou religioso. João estava nesse momento da sua psicose e exigia de José, seu irmão, que o espancasse com um pedaço de pau. O grupo assistia ao quadro horripilante entoando rezas e cânticos. Todos estavam certos de que após os sacrifícios a paz voltaria a reinar na fazenda. José, tomado também da mesma fúria automatizada, espancava frenético o ir-

mão, procurando por êsse meio pagar o tributo dos pecados de toda a família, que voltaria ao estado de inefável felicidade que desejavam. Em verdade, não mais havia entre os presentes o menor vestígio de raciocínio e a personalidade psicopática se agigantava no conjunto alucinado pelo gozo mórbido do martírio de "enviado". João, no paroxismo da loucura histérica, pedia a José que o espancasse com mais violência, revesando, êle próprio, o manejo do instrumento com o qual era martirizado. Em dado momento, João pede a José que chame um colono de apelido "Lustroso", para que se submeta também ao martiriológio. José sai à procura do colono e êste, apavorado com a possibilidade de ser castigado, esquiva-se, pedindo ao dono da casa, Sr. Américo, para interferir a seu favor. Américo faz o pedido, mas João diz que só concede a dispensa do sacrifício, se José lhe pedir de joelhos. José vê-se então

na contingência de se arrastar de joelhos, desde a porta da entrada da casa até o quarto onde se encontra João para rogar clemência para a sua quase futura vítima. O martirizado perdoa a "Lustroso" e o ritual continua, desta vez tendo José nas mãos um britador de pedras. Com o britador, o assassino investe sobre o corpo dilacerado da vítima voluntária que, além de tudo, deseja ainda uma torquez com a qual deverão ser extraídos os seus dentes. O pedido é atendido pelos da casa e nova cena dantesca revelou-se. João, dada a impossibilidade de José arrancar-lhe os dentes fortes; toma êle próprio a torquez e procede a extração da maneira mais brutal possível. Lembra-se o de Baependi que João era profundamente acorvadado quando tinha necessidade de ir ao dentista fazer curativos. Agora era êle

(Continua na página 14)



NO AUGE DA ALUCINAÇÃO,  
JOSE MARTELAVA, FRENÉTICO,  
O CORPO DO IRMÃO  
MORIBUNDO  
RECONSTITUIÇÃO  
DE MONTEIRO FILHO

e neta do professor Paulo Lyra, sub-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e da Sra. Genoefa Gentile Lyra

# ESPANTOSA TRAGEDIA

(Conclusão da página 7)

próprio que fazia tal operação e de tal modo! Agonizante e banhado em sangue, João vai expirando aos poucos ante a pequena multidão que ainda murmurava preces e cânticos religiosos. Sobre a parede lisa da imensa construção colonial, a sombra da imagem de Nossa Senhora das Graças se espicha desenhada pela luz mortiça do candieiro e das velas que se consomem lentamente. A voz de José alteia-se grave:

— "Amanhã, João ressuscitará gordo e bonito..."

Todos aceitam contritos a palavra do místico. Pela porta central, Sílvio, um dos colonos, talvez o mais forte de todos, se aproxima. José tenta agarrá-lo para submetê-lo ao mesmo sacrifício. Sílvio afasta-o com violento tranco. José atoleimado com a reação violenta, cai para levantar-se rápido e fugir para sua casa. O quarto onde morrera seu irmão tão dramaticamente assassinado, é fechado pelos presentes que aguardarão a sua ressurreição no dia seguinte.

•

**Não pararia a fúria mistificada de José. Em sua própria casa organizaria novo rito e no seu decurso mataria suas duas filhas e mais o resto da família, se a polícia não tivesse chegado a tempo. É ESTE FINAL QUE DEIXAMOS PARA PUBLICAR NO NOSSO NÚMERO DA PRÓXIMA SEMANA, DADA A ABSOLUTA FALTA DE ESPAÇO PARA FAZÊ-LO NESTA EDIÇÃO.**

**A NOITE** PAC

Anexo 3 – Capa da Revista A noite ilustrada e Reportagem – 13 de setembro de 1949 – publicada cerca de 1 ano e meio após o crime ter ocorrido





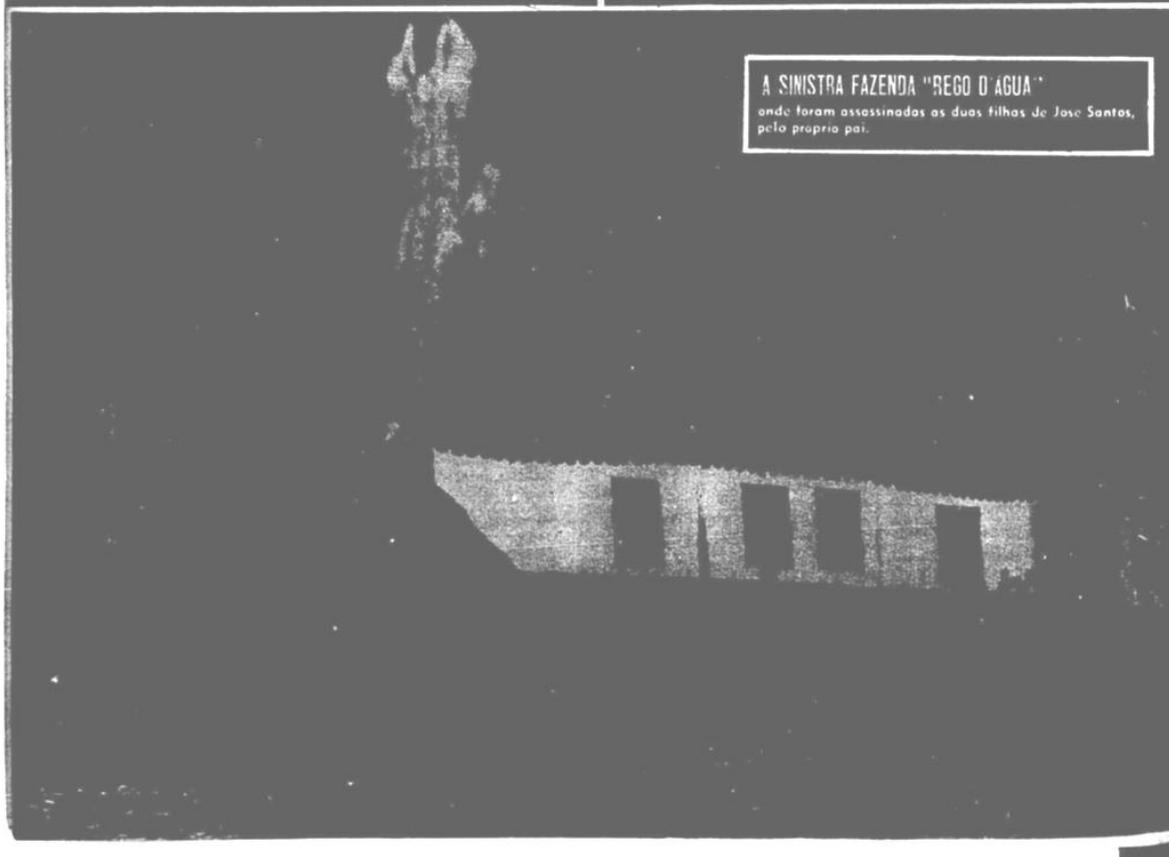
**JOSÉ MARTINS DOS SANTOS**

Autor irresponsável da tragédia ocorrida na Fazenda "Três Pinheiros".



**MARIA DO ROSARIO FARNESE DOS SANTOS**

Espôsa de José dos Santos, co-autora do crime.



**A SINISTRA FAZENDA "REGO D'ÁGUA"**

onde foram assassinadas as duas filhas de José Santos, pelo próprio pai.



**ERMELINDA SIQUEIRA SANTOS**

como as demais co-autoras, desclassificados para o artigo 22 do Código Penal.



**HORACIO MARTINS BARROS**

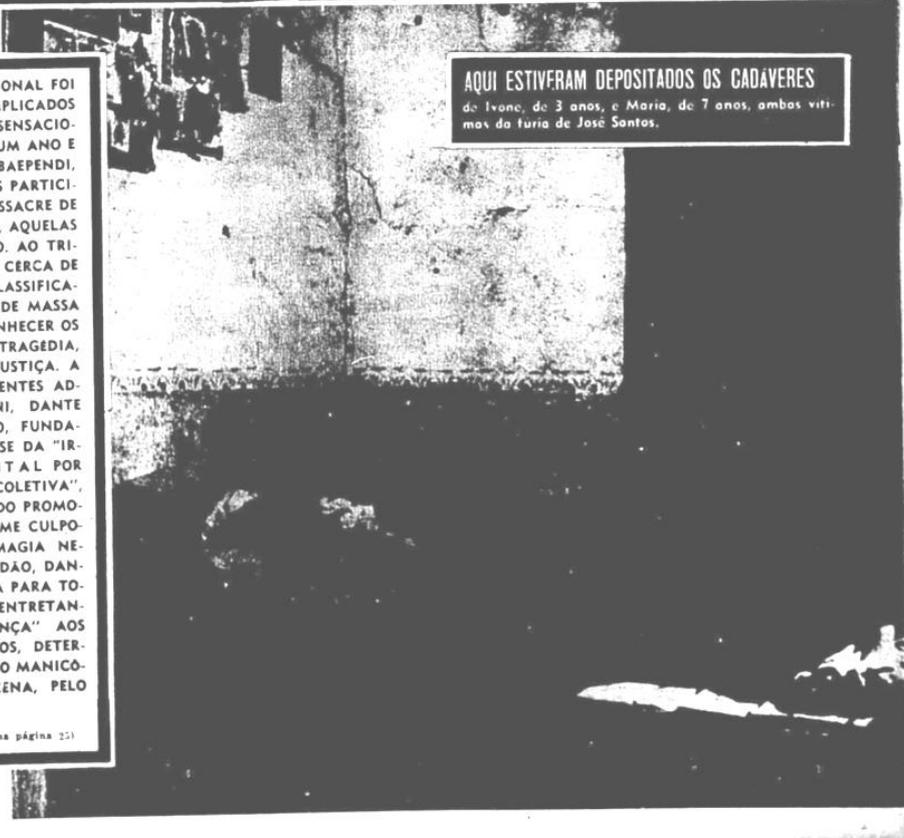
pai de José Santos e assistente passivo dos acontecimentos.

**V**ERDADEIRAMENTE SENSACIONAL FOI O JULGAMENTO DOS IMPLICADOS NO CRIME NÃO MENOS SENSACIONAL, OCORRIDO HA CERCA DE UM ANO E DOIS MESES NA CIDADE DE BAEPENDI, QUANDO CERCA DE 40 PESSOAS PARTICIPARAM OU ASSISTIRAM AO MASSACRE DE DUAS CRIANÇAS E UM HOMEM, AQUELAS FILHAS DO PROPRIO ASSASSINO. AO TRIBUNAL, ONDE COMPARECERAM CERCA DE 20 TESTEMUNHAS E 9 REUS CLASSIFICADOS, ACORREU TAMBEM GRANDE MASSA DE ASSISTENCIA, ÁVIDA DE CONHECER OS PORMENORES DA HORRIVEL TRAGEDIA, BEM COMO O VEREDITO DA JUSTIÇA. A DEFESA, ENTREGUE AOS EMINENTES ADVOGADOS, DRS. JOSÉ GIFFONI, DANTE MOTTA E ANTERO MONTEIRO, FUNDAMENTOU COM PRECISÃO A TESE DA "IRRESPONSABILIDADE ACIDENTAL POR ACESSO HISTÉRICO E PSICOSE COLETIVA", INUTILIZANDO A ACUSAÇÃO DO PROMOTOR, QUE OPINAVA PELO "CRIME CULPOSO E EXERCÍCIO DA FALSA MAGIA NEGRA". O M.M. JUIZ DR. VALADÃO, DANDO A SENTENÇA ABSOLUTÓRIA PARA TODOS OS NOVE REUS, APLICOU, ENTRETANTO, A "MEDIDA DE SEGURANÇA" AOS QUATRO PRINCIPAIS ACUSADOS, DETERMINANDO A SUA RECLUSÃO NO MANICÓMIO JUDICIÁRIO DE BARBACENA, PELO ESPAÇO DE SEIS ANOS.

(Conclui na página 22)

**AQUI ESTIVERAM DEPOSITADOS OS CADÁVERES**

de Ivone, de 3 anos, e Maria, de 7 anos, ambas vítimas da fúria de José Santos.



**ADMIRÁVEL**

foi a interpretação da reportagem de "A NOITE Ilustrada", quanto as origens da dolorosa tragédia". Palavras do Dr. José Giffoni.

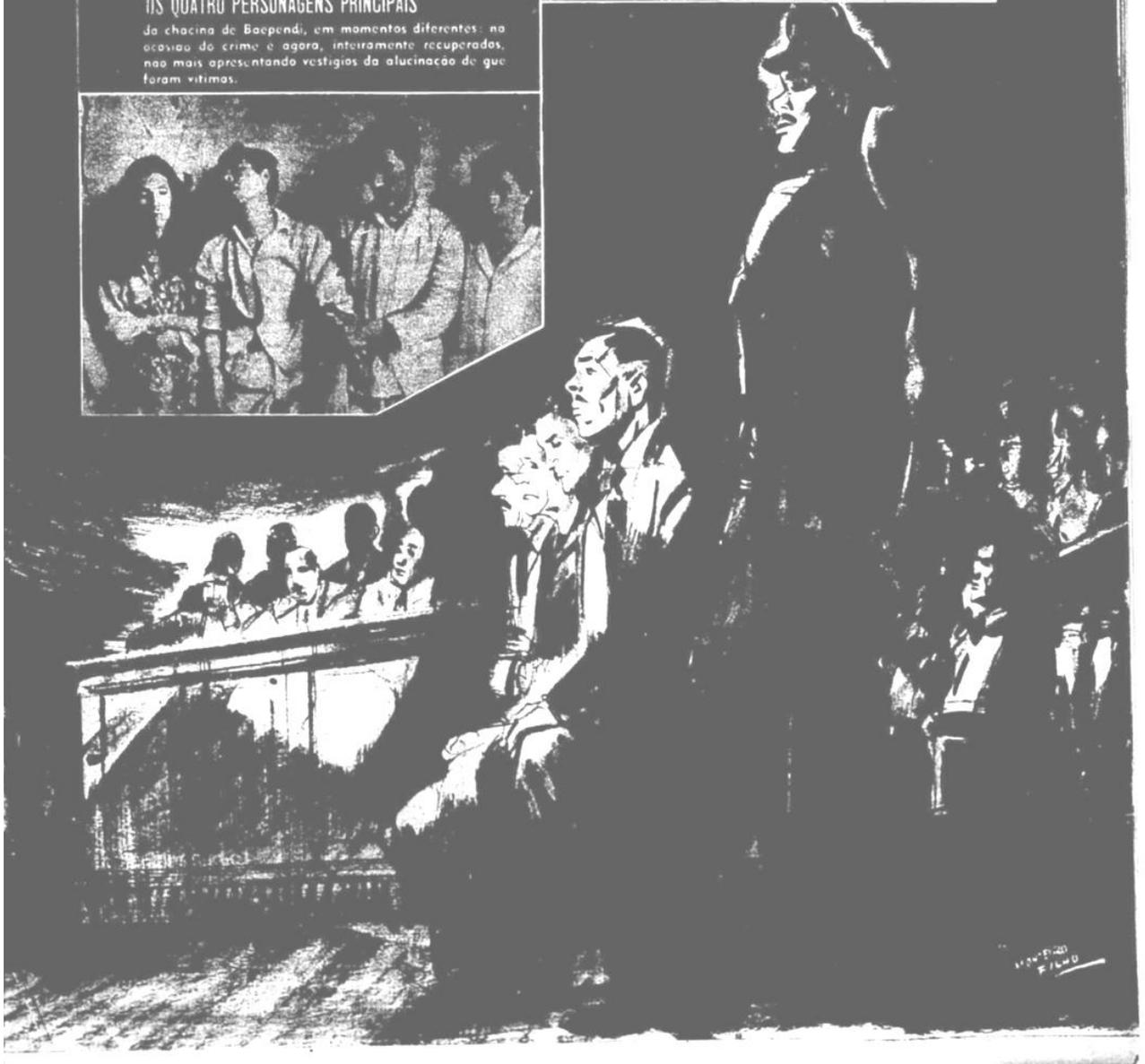
**"TRÊS PINHEIROS"**

Sinistra paisagem, palco inicial do morticínio de Baependi.



**OS QUATRO PERSONAGENS PRINCIPAIS**

Da chacina de Baependi, em momentos diferentes: na ocasião do crime e agora, inteiramente recuperados, não mais apresentando vestígios da alucinação de que foram vítimas.



# O JURI SENSACIONAL!

(Continuação da página 4)

“A NOITE Ilustrada”, na sua edição de 21 de setembro de 1948, reconstituiu com grande destaque a tragédia ocorrida numa fazenda distante de Baependi cerca de três léguas, historiando e circunstanciando minuciosamente a tragédia e as determinantes que levaram os atuais julgados à barra do tribunal.

Ultrapassando ao que possa a imaginação humana atingir, o morticínio ocorrido na Fazenda “Três Pinheiros”, longe de indispor a pacata população de Baependi contra os seus autores, inspirou-lhes profunda amargura, posto que os réus gozavam da estima geral dos seus concidadãos, e mais do que isso, jamais haviam dado motivo para que de longe se pudesse supor capazes de tal cometimento.

Em rápidas palavras procuraremos lembrar o quadro que determinou a convocação agora do tribunal de Baependi. A menos de quatro léguas de Baependi, numa serra que atinge a altura de 1.400 metros, está encravada a fazenda conhecida pelo nome de “Três Pinheiros”. Residiam aí Américo Lopes e sua esposa e mais filhos, filhas e genros. Entre as filhas do casal Américo Lopes conta-se a jovem Luiza, ex-noiva de João Monteiro de Barros e sua cunhada, posto que uma sua irmã é casada com José Monteiro de Barros, irmão de João. A família Barros reside a dois quilômetros de “Três Pinheiros”, na Fazenda “Rego d’Água”, o que sempre facilitou as relações entre os dois grupos. Por ocasião dos acontecimentos de abril do ano passado, José de Barros havia ido em peregrinação a Rio Casca, tendo voltado profundamente impressionado. As narrativas de José impressionaram fortemente a todos os parentes, inclusive os residentes na Fazenda “Três Pinheiros”.

Necessário é acentuar-se a característica geral psiquiátrica dos grupos humanos originários de uma só família, sem caldeamento de sangue. A debilidade mental com todos os seus quadros de degenerescência, pode permanecer em estado latente sem que, às vezes, possa mesmo vir à tona. O caso específico das duas famílias não era outro, já que suas origens marcavam-se por uma consanguinidade vinda de longa data e cujos resultados negativos, dentro da própria família haviam sido constatados. Um dos ancestrais de Américo Lopes fora louco. Chegando José e sabendo que Luiza, sua cunhada, estava “passando mal”, aproveitou a “Semana Santa” para visitá-la, ao mesmo tem-

po em que dava vazão às suas alucinações religiosas, propondo-se a fazer preces por meio das quais poderia curá-la. Visitando-a, então, na Sexta-feira da Paixão, o fez em companhia da esposa e das duas filhas. “A NOITE Ilustrada” descreveu minuciosamente os acontecimentos, dos quais resultou o assassinio das duas meninas, filhas de José, por ele mesmo, e mais o próprio irmão João. José instara para que retassem todos, em seguimento a palavras que iam sendo proferidas por ele. Era a reprodução de tantos outros delírios em que, pelo interior do país, o fetichismo e a ignorância se acumpliciavam no fanatismo. Principaram o canto sinistro por volta de meio dia de Sexta-feira da Paixão. Os “ofícios” prosseguiram pela noite a dentro sem que nenhum dos participantes tivesse ingerido qualquer alimento. Sábado, à tarde, vindo de Baependi, onde estivera durante a semana, João, irmão de José, sabedor de que na fazenda “Três Pinheiros” rezava-se para a cura de Luiza — a que fora sua noiva — dispôs-se a participar do grupo, indo ter lá, antes mesmo de chegar a “Rego d’Água” — onde morava. Nessa altura, o grupo de pessoas que entoava os cânticos criados por José subia a quase cinquenta pessoas, contando-se com trabalhadores das duas fazendas. Debilitados todos pela fome e mistificados pela influência de José, agora auxiliado por João, que, extravasando as suas impressões mórbidas de idólatra da ex-noiva, fazia-se mais fervoroso que os demais nas práticas rituais. A tal ponto atingira as manifestações mórbidas de João, que passou a pedir a José que os flagelassem em holocausto a N. S. das Graças, a fim de que Luiza se salvasse. Iniciado o sacrifício diante de quase quarenta pessoas, inclusive todos os membros das duas famílias, os fatos sucederam-se com vertiginosa velocidade. João, martirizado pelo próprio irmão José, implorava que o castigasse cada vez mais. Findo o sacrifício de João, isto é, quando já estava assassinado e da maneira mais bárbara possível, resolveram os cabeças do estranho rito que a imagem de N. S. das Graças, que estava sendo idolatrada em “Três Pinheiros”, fosse trasladada para o “Rego d’Água”, onde então terminariam as preces. Abandonando o cadáver na fazenda, partiram os idólatras mistificados e histéricos para a outra, onde, então, prosseguindo no rito, acabaram por eliminar mais duas crianças, estas filhas do próprio assassino. Ivone e Maria, de 5 e 7 anos, sucumbiram então asfixiadas pelo próprio pai. O fantástico morticínio prossegui-

ria, não fôra a libertação de uma das testemunhas, que, refazendo-se da fúria mística, resolveu comunicar às autoridades de Baependi, graças ao que, com a chegada do delegado Laercio Cobra, foi impedido o assassinio de mais uma criança também filha de José.

Com o comparecimento da policia, o mactabro "show" teve o fim que devia. Seus componentes foram presos, autores e testemunhas, os corpos autopsiados e enterrados e o inquerito, depois do respectivo flagrante, instaurado. Agora, em agosto último, foram levados à barra do tribunal a fim de responderem pela autoria. A defesa entregue aos advogados Dr. José Giffoni, Dante Motta e Antero Monteiro, fundamentou-se no artigo 22 do Código Penal: "É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento".

Outro aspecto não menos sensacional que o próprio crime, foi o assumido pelo julgamento dos implicados na chacina da Fazenda "Três Pinheiros", ao qual compareceram cerca de nove réus e 25 testemunhas. Baseando-se a defesa na derimente de irresponsabilidade, posto que ficara constatado o estado de histeria a que foram entregues os participantes da tragédia — vítimas e criminosos, o juri resolveu, após cerca de 25 horas ininterruptas de sessão, absolvê-los, esforçando-se a promotoria para a sua condenação, na iminência de ver seus esforços vencidos pela defesa dos réus, invocou a mesma o delicto da prática da magia negra, o que teria dado causa à chacina. Serviu entretanto este argumento contra a própria acusação que opinava assim pela condenação de um criminoso em função da causa e não do efeito propriamente — o próprio crime. Apelando da sentença, para os quatro principais implicados, isto é, os réus José Monteiro dos Santos, Roracio Monteiro de Barros, Maria do Rosario Farnese dos Santos e Ermelinda Siqueira dos Santos, foi pelo eminente juiz do Tribunal de Baependi, Dr. Valadão, encaminhado o pedido, apesar da unanimidade da decisão do juri. Coube ainda ao Dr. Valadão decretar a medida de segurança de seis anos de internação no Manicômio Judiciário de Barbacena para os quatro referidos acusados.

A internação por seis anos dos absolvidos, segundo apuração da nossa reportagem em consulta a eminentes psiquiatras e juristas, virá provocar incontestavelmente o surgimento de um novo quadro psicótico que poderá levar então definitivamente à loucura

os sentenciados. É sabido que a alucinação histérica é um estado de exaltação passageira, que se revela de surpresa, oriundo de pequenos acidentes imprevisíveis. Contudo, é negada a periculosidade do paciente, frente à sociedade, posto que o seu tratamento é exatamente o da incorporação à vida comum, o que lhe fortalece a mente, com assimilação dos hábitos normais. O próprio crime ocorreu em função da segregação quase que permanente em que viviam os figurantes da tragédia, nas duas fazendas — "Três Pinheiros" e "Rego d'Água". A medida de segurança decretada teria vindo mais por motivo da satisfação natural à sociedade de Baependi, a que se viu impellido o juiz Dr. Valadão. Entretanto, insistimos, ela longe de se tornar benéfica para os "pacientes", resultará negativa. Por certo, o afastamento do cenário do crime é medida justa — mas o contacto com os loucos definitivos, e o próprio ambiente de clausura impressionará de tal modo os doentes, que, por fim, serão daí então loucos comuns. Conta a defesa, caso não consiga a remoção da medida decretada, conseguir ao menos que o juiz a transforme e mperiodo de observação no Manicômio Judiciário de Barbacena, até que, dentro de breve tempo, que tanto pode ser de um ano ou menos, mediante novo laudo dos psiquiatras, possam ser os pacientes restituídos à sociedade, onde emprenderão a verdadeira cura.

**Anexo 4 – Parte do laudo do Manicômio Judiciário de Barbacena solicitado pela comarca de Baependi**

MANICÔMIO JUDICIÁRIO DE BARBACENA

Laudo N.º

De acordo com a solicitação do M.M. Juiz de Direito da Comarca de Baependi, os peritos que procederam aos exames nas pessoas dos reus José Martins dos Santos, Horacio Martins de Barros, Ermelinda Siqueira Santos e Maria do Rosario Farnese dos Santos, respondem aos quesitos formulados:-

a)- Quanto a Jose Martins dos Santos:-

Jose Martins dos Santos, se, absolvido, evitar as causas exteriores, fisicas e morais, que determinaram a crise de delirio de que foi acometido, oferece a periculosidade daqueles que a lei presume perigosos, quando isentos de pena, de acordo com o artº-22 do Código Penal?-

R.- José Martins dos Santos, se, absolvido, evitar as causas exteriores, fisicas e morais que determinaram a crise de delirio de que foi acometido, nao oferece a periculosidade daqueles que a lei presume perigosos, quando isentos de pena, de acordo com o artº-22 do Código Penal.-

b)- Quanto a Horacio Martins de Barros-

Horacio Martins de Barros, se absolvido e evitar as causas exteriores, fisicas e morais, que determinaram a crise delirante de que foi acometido, no dia do crime, oferece periculosidade legalmente presumida nos que se isentam de pena, de acordo com o artigo 22 do Cod. Penal?-

R.- Horacio Martins de Barros, se absolvido e evitar as causas exteriores, fisicas e morais, que determinaram a crise delirante de que foi acometido, no dia do crime, nao oferece periculosidade legalmente presumida nos que se isentam de pena, de acordo com o artigo 22 do Cod. Penal.-

c)- Quanto a Ermelinda Siqueira Santos:-

Dona Ermelinda Siqueira Santos se absolvida e evitar as causas



*Laudo N.º*

MANICÔMIO JUDICIÁRIO DE BARBACENA

Laudo N.º

127  
2-0-47

exteriores, físicas e morais, que determinaram a crise delirante que a cometeu, oferece periculosidade legalmente presumida nos que se isentam de pena, de acordo com o artigo 22 do Código Penal?-

R.- Dona Ermelinda Siqueira Santos se absolvida e evitar as causas exteriores, físicas e morais, que determinaram a crise delirante que a acometeu, não oferece periculosidade legalmente presumida nos que isentam de pena de acordo com o artigo 22 do Código Penal.-

d)- Quanto a Maria do Rosario Farnese dos Santos-

D. Maria do Rosario Farnese dos Santos, se absolvida e evitar as causas exteriores, físicas e morais, que determinaram a crise de delirio que a acometeu, oferece periculosidade presumida nos que são isentos de pena de acordo com o art. 22 do Código Penal?-

R.- D. Maria do Rosario Farnese dos Santos, se absolvida e evitar as causas exteriores, físicas e morais, que determinaram a crise de delirio que a acometeu, não oferece periculosidade presumida aos que são isentos de penas de acordo com o artigo 22 do Código Penal.-

MANICOMIO JUDICIARIO DE BAR-

BACENA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1948.-

O S P E R I T O S :-

*D. S. ...*

*M. ...*

*L. ...*

*D. Agostinho ...*

X

## Anexo 5 - Síntese do caso de abdução supostamente ocorrido em 1979 na zona rural de Baependi

Em síntese, seu Arlindo conta que, por volta das 8 horas da manhã do dia 16 de maio de 1979, ele e mais dois amigos saíram para caçar. Além das armas, ele levava uma câmera fotográfica Tuca e um embornal de pano com alimentos. Durante a tarde, eles estavam em um bosque a cerca de 3 quilômetros da fazenda Sobrado, onde Arlindo mora até hoje. Separando-se para melhor cobrir o terreno, ele saiu em um descampado, onde se deparou com um objeto descendo rapidamente do céu a uns 500 metros de onde estava. Dirigindo-se ao local, após observar o objeto por alguns minutos, resolveu fotografá-lo.



FIGURA 11 Representação do primeiro objeto observado por Arlindo feita pela Rede Globo especial para o Globo Repórter, em 1993.[imagens: Rede Globo e Ubirajara Franco Rodrigues <http://www.fenomenum.com.br/ufo/casuistica/1970/embornal1>]

Esse objeto desaparece e logo em seguida outro, diferente, aterrissa a uns 40 metros de Arlindo. Ele consegue fotografá-lo também, mas novamente este desaparece após emitir um chiado e soltar uma fumaça.



FIGURA 12 Representação do segundo objeto observado por Arlindo feita pela Rede Globo especial para o Globo Repórter, em 1993.[imagens: Rede Globo e Ubirajara Franco Rodrigues <http://www.fenomenum.com.br/ufo/casuistica/1970/embornal1>]



FIGURA 13 Fotografia da estranha fumaça branca que surgiu no local de observação do segundo objeto observado por Arlindo feita pela Rede Globo especial para o Globo Repórter, em 1993. [imagens: Rede Globo e Ubirajara Franco Rodrigues  
<http://www.fenomenum.com.br/ufo/casuistica/1970/embornal1>

Arlindo resolveu então procurar seus companheiros, mas mal começou a caminhar e observou outro objeto a uns 80 metros de distância. Havia semelhanças entre esse objeto e os anteriores, e o tempo entre as fotografias é de aproximadamente um minuto e meio.

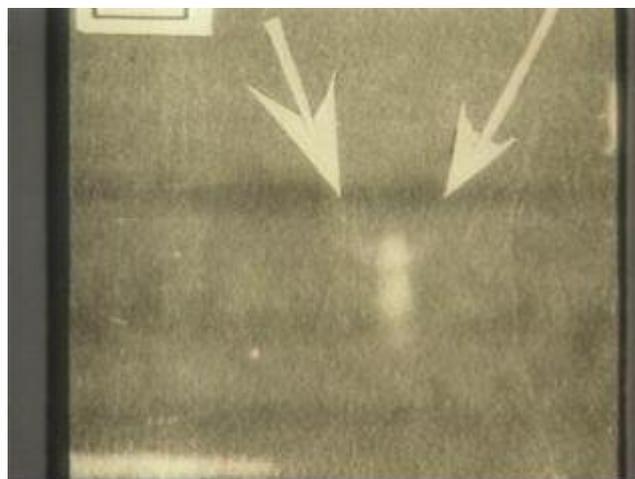


FIGURA 14 Ampliação da fotografia do terceiro objeto observado por Arlindo Gabriel. [crédito da imagem: Rede Globo e Ubirajara Franco Rodrigues]  
<http://www.fenomenum.com.br/ufo/casuistica/1970/embornal1>

Em seguida Arlindo ouviu um barulho estranho e, olhando em direção ao som, avistou outro objeto, bem maior, que pousava próximo ao último objeto avistado. O aparelho tinha aproximadamente 8 metros de altura, como mostra a ilustração abaixo:



FIGURA 15 Representação do objeto maior e tripulado feita pela Rede Globo especial para o Globo Repórter, em 1993.[imagens: Rede Globo e Ubirajara Franco Rodrigues]  
<http://www.fenomenum.com.br/ufo/casuistica/1970/embornal1>

Ele tentou fotografar mais uma vez, mas não conseguiu pois o objeto emitiu uma forte luz. Posteriormente foi constatado que sua câmera foi deteriorada, provavelmente pela radiação emitida pelos objetos. Fugindo do local, sentiu-se paralisado e foi segurado por dois homens de cerca de um metro de altura. Quando pediu que o soltassem, os homens disseram: "Em Deus nós todos somos irmãos. Nós não fazemos mal à ninguém. Queremos apenas uma informação sua". Em seguida os homens levaram-no para a "nave", onde travaram um estranho diálogo seguido de explicações sobre o universo. Arlindo descreve o interior do aparelho como uma sala cheia de luzes e botões.

Quando liberado, passou cerca de 20 minutos sem conseguir descrever o que houve. Sentia muita sede e bebeu aproximadamente 1 litro de água de uma mina nas proximidades. Após encontrar seus companheiros, Arlindo relatou parte do que havia ocorrido, omitindo o encontro com os estranhos homenzinhos e a entrada na "nave". Voltaram ao local e encontraram as marcas no solo, tanto dos objetos pequenos quanto da nave maior. Seu embornal havia desaparecido. Ao voltar para casa, ele ficou com os olhos muito avermelhados e inchados, além de sofrer com desânimo e dores de cabeça por alguns dias. Cerca de 2 meses depois do ocorrido, Arlindo voltou ao local das aparições e um dos ufólogos que o acompanhava encontrou o embornal, coberto de desenhos e inscrições. Essas inscrições, depois de muita pesquisa a respeito, foram consideradas semelhantes aos hebraico antigo com caracteres do sânscrito. Algumas possíveis traduções foram feitas e encontram-se no site [www.fenomenum.com.br](http://www.fenomenum.com.br), bem como o estudo completo do caso. Também é possível acessar no endereço abaixo uma reportagem feita na década de 80 sobre o ocorrido: [https://www.youtube.com/watch?v=ob8\\_FuAx5o8](https://www.youtube.com/watch?v=ob8_FuAx5o8)

**Anexo 6 – Poema escrito por Lúcia Maria Brasília de Araújo, em homenagem aos baependianos possuidores de apelidos bastante peculiares (alguns dos quais personagens dos casos analisados)**

**Só no Baependi**

Das viagens que já fiz  
Uma não esqueço jamais  
Conheci Baependi  
No Sul das Minas Gerais

Andando pela cidade  
Bem tranquilo e satisfeito  
Cumprimentei todo mundo  
É sempre assim o meu jeito

Precisava de um barbeiro  
Achei um bem logo ali...  
Onde conheci o JESUS  
Fazendo a barba no SACI

Com o calor das duas horas  
Era sede o que eu sentia  
No bar um tal de BARALHO  
Falava do velho PUNIA

O garçon era chamado  
Por todos de BATATINHA  
Atendia o MOCOTÓ  
Dando tchau pras FORMIGUINHAS

Depois que matei a sede  
Chegou perto um rapazola  
Que disse ser conhecido  
Com apelido de GAIOLA

Achei muito interessante  
Como era chamado o guri  
“Vê” se o “sô” acha graça  
GRAIA, CHATO e BACURI

Conheci lugares estranhos  
Mas isso foi longe daqui  
GRÃO, CARECA, CABELEIRA  
ZÉ LOTA, BIGODE e MANDI

Sei que não estou no Nordeste  
Sei que estou no Baependi  
Terra do COMEÍÇO  
PARDAL, XUXA e GABI

Assim ele foi falando  
 E eu só me pus a ouvi  
 Já viu falar do PAPEL  
 Do MARIMBONDO e BABI?

O papo ia gostoso  
 A ele eu fui dando bola  
 E muito depressa ele disse  
 O “sô” sabe o que é PIROLA?

O “sô” precisa conhecer  
 O COELHO, o PINGO, o SAUÁ  
 Uma família bem grande  
 Do povo do ARAPUÁ

O menino garantia:  
 Só falo o que tenho certeza  
 Aqui viveu o QUIJARRA  
 E o famoso FRAQUEZA

Conheço o GAFANHOTO  
 O MAMANGA, o EXPRESSINHA  
 Tem o PATO e o LEITÃO  
 E também o ZÉ GALINHA

Tudo que vende na feira  
 Aqui nós também tem  
 MELÃO, MAMÃO e GOIABA  
 Comprados por nota de CEM

Moço, “sô” não viu nada  
 Preste agora atenção:  
 Tem BRIGITE e MAZAROPE  
 PASSA QUATRO e BABÃO

O tempo ia passando  
 Com TARZAN e com CHUPETA  
 ONÇA, PACA e JACARÉ  
 E o pequeno CHAPELETA

Quanto apelido engraçado  
 Nunca vi nada igual  
 CEBINHO, CHARUTO, CANELA  
 CATÚIA, PIXOTE e COBAL

Nesta terra tem de tudo  
 INDIO, CAPETA e GURRU  
 ABACATE, PEPINO e MANDIOCA  
 MATA-VACA e URUBU

Aqui o “sô” não passa fome  
 Nós tem até MACARRÃO!  
 Te apresento o BENGALA  
 TÓ, TATU e TROVÃO.

O “sô” quer dormir bem?  
 Tem a pensão do ZÉ PALITO  
 Fica perto do SONEIRA  
 Onde passeia o CATITO.

Quando chega a madrugada  
 O sol está bem distante  
 O “sô” encontra o SERENO  
 E o soldado BARBANTE

Não me esqueço do CORUJA  
 XORORÓ e ELEFANTINHO  
 Do MOELA e FURA-BOLO  
 E do bondoso VASINHO

Isso é pro “senhô” vê  
 Que a vida passa ligeira  
 Onde está o ZÉ MOLE  
 E a FILOMENA POEIRA?

Me lembrei de Porto Alegre  
 Onde nasci e me criei  
 Nós tem BARÃO e DUQUE  
 Aqui também nós tem REI

Tanta saudade me dava  
 Na igreja o sino batia  
 Soube do BODE e TOMATE  
 LAGOINHA e ZÉ IRÍA

Como se fosse um sonho  
 Pensava comigo sozinho  
 E ele com ar de deboche  
 O “sô” conhece o ZÉ RABINHO?

Me falou do FECHA NUNCA  
 Do TOPIPA e MANSINHO  
 BAGAGE, FAÍSCA e FUMAÇA  
 BIZULICA e PINTINHO

Quanta coisa diferente  
 CACHAÇO, ALELUIA e RONÉ  
 GANSO, PIRU, PIRIQUITO  
 PAINHO, GARRUCHA e PEPÉ  
 BOI, BURRO e CAVALO

BROINHA, PÉ e MUGANGO

Não posso me esquecer  
Do motorista XIMANGO

Meu interesse aumentou  
Quanto ele falou baixinho  
Da beleza da FERRUGE  
E da força do CARNEIRINHO

Meu Deus quanto estória  
Soube com um sol tão quente  
Mentiras do GUARANÁ  
Do CASCATA e do PENTE

FRASGORDE batia matraca  
Fazia doce o BINUTE  
Jogava bola o TEK  
No transporte o BADARUQUE

Conheço o BEIÇO e o BEIÇOLA  
CHINA, RUSSO e JAPÃO  
BRECHA, RAIO, ISPAIA-BRASA  
E o fraquinho SAPÃO

Aqui “nóis” anda de tudo  
De FORDINHO e de CHARRETE  
“Nóis” tem até FOGUETE  
E o CHICO CANIVETE

Não sei se tudo é verdade  
Ficava quieto e ouvia  
Me falou do PERIGOSO  
Do ZÉ GRANDE e ESPADÍA

Fiquei impressionado  
Pelo tanto que sabia  
Lembrou do ZÉ QUARESMA  
DONA TITÓ e BIBIA

Disse com certa tristeza  
Dos que já foram daqui  
BIMBA, BORÓ e BIGORNA  
Esses eu não sei, nunca vi.

O sol só vem amanhã  
TREVA, TROVÃO, BACURAU  
HOMINHO e dr BATÃO  
PRIMA, MACAIA e IÁU  
A BÔCA da noite chegou  
Com o violão do BOQUITA

Fiquei pensando no URIÇO  
GARDENAL e MANÉ CABRITA

Minha cidade não é grande  
Tem de tudo um pouquinho  
Tem LACRAIA, LAGARTINHO  
ZÉ GOMINHO e CANARINHO

Uns gostam do PAÇOQUINHA  
Outros TEMPERO e EMPADINHA  
GABIRÚ e SALSICHA  
Outros preferem ROLINHA

Disse que quem está MORTO  
Não volta nem mais um dia  
Olha aqui o CAVEIRINHA  
Mas que medo eu sentia

Fico alegre com o SORRISO  
ARRANHA-CÉU, RISADINHA  
BUSCA-LENHA, PALITÓ  
Só ando pela ESQUERDINHA

MACHA-LENTA, CHICO CARPA  
BATEIA, BAMBU e BIROBA  
MASCOTE, VERMEIO, PINTINHO  
CAMBOTA, POTÉ e PEROBA

Ia esquecendo o PEIXINHO  
PULA N'ÁGUA e CAFÉ  
PIRIÁ, PUFA e GUIRRI  
QUINTALOTE e PITOÉ

SARAVÁ! Meu bom amigo  
Disse com muita alegria  
Dei um trocado pra ele  
Que de muito contente sorria

Não sei o “sô” vai embora  
Não sei se vai ou se fica  
Eu não falei pro “senhô”  
Esta é a terra da NHÁ CHICA

ELIANA assinou os versos  
Mas foi a Lúcia quem fez  
Não se preocupem com isso  
Senão “ocêis” piram de vez.